

1995



RELATÓRIO ANUAL



BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
A instituição financeira da União Europeia

A MISSÃO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A missão do BEI consiste em promover a consecução dos objectivos da União Europeia, concedendo financiamentos a longo prazo para a realização de investimentos viáveis.

• O BEI está ao serviço da União

O BEI foi criado pelo Tratado de Roma. Os seus accionistas são os Estados-membros, cujos Ministros das Finanças integram o Conselho de Governadores.

• O BEI oferece serviços com um «valor acrescentado»

- Na apreciação e no acompanhamento de projectos e programas de investimento.

Para poderem beneficiar de financiamentos do BEI, os projectos e programas têm de ser viáveis em quatro domínios fundamentais: económico, técnico, ambiental e financeiro.

Cada projecto de investimento é cuidadosamente apreciado e acompanhado até à sua conclusão.

- Nos seus financiamentos.

Concedendo empréstimos e mobilizando financiamentos de outras fontes, o Banco contribui para alargar as possibilidades de financiamento. Com as suas emissões, também contribui para desenvolver os mercados financeiros em toda a União.

• O BEI oferece termos e condições de primeira ordem

A solidez financeira do BEI, que advém da força e empenhamento dos seus accionistas, da sua independência profissional e do êxito das suas actividades, permite que o Banco obtenha fundos nas melhores condições, das quais beneficiam os destinatários dos seus empréstimos.

• O BEI trabalha em colaboração com outras entidades

As linhas de orientação do BEI são definidas em estreita colaboração com os Estados-membros e com as restantes instituições da União Europeia. Além disso, o BEI coopera com os sectores de negócios e bancário, assim como com as grandes organizações internacionais que exercem actividades no mesmo domínio.

• O BEI recruta pessoal qualificado e pluricultural de todos os Estados-membros

O BEI é motivado pela sua participação directa na construção da Europa.



100, bd Konrad Adenauer
L-2950 Luxemburgo
Tel.4379-1, Fax 43 77 04
H320 Videoconferência 43 93 67

Departamento Itália:
Via Sardegna, 38 - I-00187 Roma
Tel. 4719-1, Fax 487 34 38
H320 Videoconferência 48 90 55 26

Gabinete de Atenas:
12, Amalias, GR-10557 Atenas
Tel. 3220773, Fax 3220776

Gabinete de Lisboa:
Avenida da Liberdade,
144-156, 8º, P-1250 Lisboa
Tel. 342 89 89, Fax 347 04 87

Gabinete de Londres:
68, Pall Mall - Londres SW1Y 5ES
Tel. 0171-343 1200
Fax 0171 - 9309929

Gabinete de Madrid:
Calle José Ortega y Gasset, 29
E-28006 Madrid
Tel. 431 13 40, Fax 431 13 83

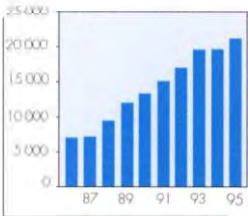
Gabinete de Representação em Bruxelas:
Rue de la Loi 227 - B-1040 Bruxelas
Tel. 230 98 90
Fax 230 58 27
H320 Videoconferência 280 11 40

Dados-Chave

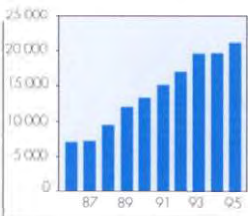
(milhões de ecus)

	1995	1994
Contratos assinados	21 408	19 928
Por conta de recursos próprios	21 160	19 661
Por conta de outros recursos	248	267
 Na União Europeia	 18 603	 17 682
dos quais empréstimos	18 603	17 656
dos quais garantias	-	26
 No exterior da União Europeia	 2 805	 2 246
Estados ACP e PTU	430	462
África do Sul	45	-
Bacia Mediterrânica	1 038	607
Europa Central e Oriental	1 005	957
América Latina e Ásia	288	220
 Financiamentos aprovados durante o ano	25 664	22 819
Na União Europeia	23 071	20 335
No exterior da União Europeia	2 593	2 484
 Desembolsos efectuados	16 881	15 539
Por conta de recursos próprios	16 749	15 435
Por conta de outros recursos	132	104
 Recursos obtidos	12 395	14 148
Em moedas comunitárias	10 774	10 994
Em moedas não comunitárias	1 622	3 154
 Operações em curso		
Financiamentos por conta de recursos próprios	114 696	106 087
Garantias	331	361
Financiamentos por conta de outros recursos (Secção Especial)	3 492	3 783
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	87 079	83 673
 Capital subscrito em 31.12.	62 013	57 600
do qual realizado e a realizar	4 652	4 321
 Reservas e resultados de gestão	12 302	10 135
 Total do balanço	108 825	102 753
 Efectivos do Banco	897	859

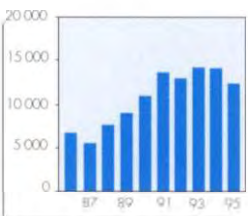
Financiamentos
(contratos assinados)



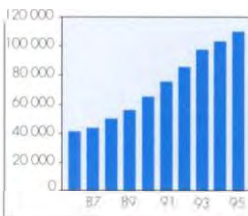
Desembolsos



Recursos



Balanço





RELATÓRIO ANUAL 1995

ISBN 92-827-6307-2

Redacção concluída em 1 de Abril de 1996

ÍNDICE



Nos países nórdicos,
tal como no conjunto da União,
o BEI apoia a realização
de redes de comunicação eficazes.

	Página
A missão do BEI	
Mensagem do Presidente	5
O BEI, a instituição financeira da União Europeia	7
1995 : Perspectiva geral	7
O BEI ao serviço dos objectivos da União Europeia	10
Financiamentos na União Europeia	19
Apresentação por objectivos de política comunitária	23
Apresentação por países	33
Financiamentos no exterior da União Europeia	45
Estados ACP e PTU	45
Países da Bacia Mediterrânica	49
Países da Europa Central e Oriental	51
Países da América Latina e da Ásia	54
Recursos captados	55
Operações lançadas nos mercados financeiros	55
Gestão das disponibilidades	62
Órgãos de decisão e funcionamento do BEI	63
Órgãos de decisão	63
Funcionamento e estrutura dos serviços	67
Resultados de gestão e contas anuais	73
Balanço e demonstrações financeiras	76
Relatório dos auditores independentes	91
Declaração do Comité de Fiscalização	92
Anexos	
Contexto económico	93
Lista dos projectos financiados	95
Quadros estatísticos	106
Notas ao Leitor	121

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Conquanto o crescimento económico fosse fraco em 1995, o Banco Europeu de Investimento continuou a dar um contributo significativo para a consecução dos objectivos económicos da União Europeia. Os financiamentos rondaram os 21 500 milhões de ecus, e em conformidade com as prioridades da União e dos seus Estados-membros, concentraram-se na realização de infra-estruturas e na promoção de novos investimentos nos sectores da indústria e dos serviços, incentivando o desenvolvimento económico.

Em 1995, O BEI participou no financiamento de cerca de 200 grandes projectos e programas de investimento na União, que contribuíram para cerca de 5% da formação bruta de capital fixo nos "Quinze", sendo essa contribuição bastante superior nas regiões menos prósperas. Com efeito, mais de dois terços das verbas destinaram-se a zonas confrontadas com problemas estruturais de desenvolvimento ou de reconversão industrial, o que ilustra uma vez mais a prioridade que o BEI confere à promoção do crescimento económico e à integração das regiões da União. Esta acção continuou a ser conduzida em estreita colaboração com a Comissão Europeia, a fim de obter a máxima sinergia dos empréstimos do BEI com as subvenções orçamentais comunitárias.

As actividades no exterior da União caracterizam-se pelo mesmo espírito de cooperação; com os seus financiamentos a longo prazo, o BEI participa nas políticas de ajuda e cooperação implementadas num número crescente de países terceiros. Concedendo em 1995 mais de 2 800 milhões de ecus em cerca de 60 países, o Banco voltou a contribuir para promover o desenvolvimento sustentado das respectivas economias. O grosso dos financiamentos destinou-se ao reforço das comunicações com a União, à melhoria das condições de vida das populações interessadas e à promoção da parceria entre operadores locais e promotores da União.

Para atingir estes objectivos, o Banco desenvolve a sua acção segundo quatro linhas:

Em primeiro lugar, tem-se empenhado em identificar projectos válidos, que correspondam a necessidades económicas reais, financiando principalmente os seguintes sectores: as infra-estruturas de comunicação e de energia que integram redes fundamentais para a Europa, a protecção do ambiente, sobretudo em áreas urbanas, onde vivem dois em cada três europeus, e a indústria, cuja competitividade é crucial para o nosso futuro. As operações do Banco nestes sectores têm por fim promover a longo prazo, não só a integração europeia, como também o crescimento e o emprego na União.

Em segundo lugar, o BEI cumpriu diversas tarefas que lhe foram cometidas, no âmbito das grandes prioridades da União. Por exemplo, tem-se empenhado no financiamento de PME e de redes transeuropeias (RTE), dois pilares da criação de empregos e da distribuição equilibrada de investimentos de capital no seio da União. No âmbito da "linha de crédito especial para RTE", o BEI já aprovou o financiamento de dezassete das vinte e quatro RTE consideradas prioritárias pelo Conselho Europeu de Essen, procedendo actualmente à apreciação das restantes. O Banco também contribuiu para o financiamento de projectos e programas que visam novos objectivos da União. Nos Estados-membros, não só apoiou a Iniciativa de Paz e Reconciliação na Irlanda do Norte e nos seis condados limítrofes da República da Irlanda, especialmente por meio de empréstimos globais para PME, como também a reconstrução das regiões da Madeira e do Piemonte destruídas por catástrofes naturais; no exterior da União, o BEI tem apoiado também o processo de paz no Médio Oriente e o programa de reconstrução e desenvolvimento da África do Sul.

Em terceiro lugar, o Banco tem reforçado a sua parceria com a banca europeia, o que se traduz na reunião do respectivo know-how para a realização de financiamentos conjuntos ou através de intermediários, e para a prestação de garantias para o financiamento de grandes projectos, oferecendo assim aos promotores produtos adaptados às suas necessidades. Mas possivelmente, o melhor exemplo da cooperação entre o BEI e o sector bancário é o sistema de empréstimos globais do Banco destinado a projectos de pequena e média dimensão de iniciativa de PME ou de autarquias locais. Só em 1995, este instrumento permitiu que o Banco financiasse, em colaboração com uma vasta gama de bancos na Europa, mais de 12 000 empreendimentos de PME e cerca de 2 000 infra-estruturas de utilidade pública, especialmente de protecção do ambiente.

Sendo o maior emitente não soberano, o BEI continuou a desenvolver as suas técnicas de captação em 1995, com vista a diversificar os seus recursos e a precaver-se contra a flutuação das taxas de juros, reforçando assim as suas possibilidades de adaptação às

oportunidades do mercado, em termos de divisas, de produtos e de sindicatos. Simultaneamente, o Banco prosseguiu a acção em favor da integração dos mercados de capitais europeus, tal como ilustra o precedente que abriu no que respeita à futura moeda única, na linha das conclusões do Conselho Europeu de Madrid de Dezembro de 1995, garantindo aos subscritores das suas novas emissões a paridade de um Ecu para um Euro.



O sucesso do Banco na promoção da integração europeia alicerça-se na sua solidez financeira, no apoio dos seus órgãos de chefia e na experiência e profissionalismo das suas equi-

pas multidisciplinares, formadas por pessoal proveniente de todos os países da União. Gostaria de expressar a todo o pessoal os meus calorosos agradecimentos pela sua motivação e empenhamento, que constituem a melhor garantia de que o Banco continuará a responder positivamente aos reptos que a Europa de amanhã terá de enfrentar.

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'Brian Unwin'.

Sir Brian Unwin

Presidente do BEI e Presidente do Conselho de Administração

O BEI, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO EUROPEIA



O Banco Europeu de Investimento, a instituição financeira da União Europeia, tem como missão contribuir para a integração, o desenvolvimento equilibrado e a coesão económica e social dos Estados-membros. ♦ Nesse sentido, capta fundos vultosos nos mercados, que aplica, oferecendo as melhores condições, no financiamento de projectos conformes com os objectivos da União. ♦ No exterior da União, o BEI implementa as vertentes financeiras dos acordos concluídos no quadro das políticas europeias de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento.

1995 : PERSPECTIVA GERAL

Em 1995, num contexto económico ainda difícil, o BEI assinou contratos de financiamento no valor total de **21 400 milhões de ecus⁽¹⁾**, (19 900 milhões em 1994), confirmando, com este aumento de cerca de 7,5 %, a sua capacidade de financiar projectos que correspondem aos objectivos prioritários da União.

- Os **contratos assinados** orçaram em 18 600 milhões para projectos na União Europeia (+5,2 %) e 2 800 milhões para projectos no exterior da União (+24,9 %).

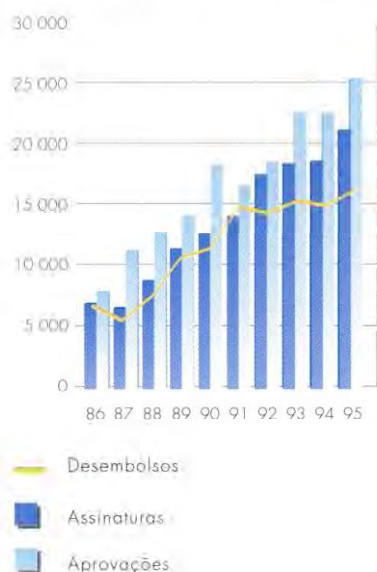
- Durante o exercício, na sequência da apreciação dos projectos apresentados, **foi aprovada a concessão** de 25 700 milhões (22 800 milhões em 1994), dos quais 23 100 milhões se destinaram a projectos nos Estados-membros da União.

- O **desembolso de empréstimos** cifrou-se em 16 900 milhões (15 500 milhões em 1994), dos quais 15 800 milhões nos Estados-membros.

- O **montante das emissões** no mercado de capitais atingiu os 12 400 milhões, em comparação com 14 100 milhões em 1994, devido à existência de grandes disponibilidades de correntes do volume elevado de reembolsos de empréstimos. Mais de 86 % dos recursos foram captados em divisas comunitárias, representando a lira italiana e o marco alemão quase metade do montante total.

- No final do exercício de 1995, os **empréstimos concedidos** a cargo de recursos próprios ainda em curso cifravam-se em 114 700 milhões, que correspondem a 185 % do capital subscrito (106 100 milhões em finais de 1994); o montante total dos **empréstimos contrai-dos** em curso elevava-se a 87 100 milhões (83 700 milhões em finais de 1994). O **balanço** cifrou-se em 108 800 milhões (102 800 milhões em 1994).

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados (1986 - 1995)



(1) Salvo indicação em contrário, todos os valores indicados neste relatório são expressos em ecus e foram arredondados ao milhão.

Quadro 1 : Montante dos contratos assinados em 1995, de 1991 a 1995 e de 1986 a 1995
Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

	1995		1991 - 1995		1986 - 1995	
	montante	%	montante	%	montante	%
União Europeia	18 603	86,9	84 626	90,6	131 550	91,9
dos quais empréstimos	18 603	86,9	84 475	90,5	131 161	91,6
dos quais garantias			151	0,2	389	0,3
Exterior da União Europeia	2 805	13,1	8 751	9,4	11 659	8,1
dos quais recursos próprios	2 557	11,9	7 889	8,4	10 135	7,1
dos quais capitais de risco	248	1,2	862	0,9	1 525	1,1
Total	21 408	100,0	93 377	100,0	143 209	100,0

<p>NA UNIÃO EUROPEIA APOIO CONSTANTE AO INVESTIMENTO</p>	<p>No conjunto dos quinze Estados-membros, os financiamentos cifraram-se em 18 603 milhões (17 682 milhões em 1994). O BEI contribuiu para a realização de uma vasta gama de projectos, cujo custo total orçou em 53 mil milhões e representou mais de 4 % da formação bruta de capital fixo na União. ♦ O volume de financiamentos na Áustria, na Suécia e na Finlândia foi elevado, logo no primeiro ano de adesão, ilustrando o grande esforço de preparação realizado pelo Banco. ♦ De registar também um crescimento sensível das actividades na Alemanha, na Irlanda, em Portugal, na Itália e no Luxemburgo. Nos restantes países, as mesmas mantiveram o nível ou baixaram ligeiramente. ♦ O BEI financiou também diversos projectos de interesse europeu, especialmente na Noruega, na Islândia e em Marrocos.</p>
<p>PRIORIDADE REAFIRMADA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL : 12 100 MILHÕES EM 1995</p>	<p>Os financiamentos para projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional e o reforço da coesão económica e social da União representaram mais de dois terços da verba total. ♦ Foram concedidos empréstimos individuais e empréstimos globais, que se concentraram nas áreas de acção dos Fundos Estruturais Comunitários, principalmente nos países abrangidos pelo objectivo da coesão e nas regiões orientais da Alemanha. ♦ Desde a implementação da reforma dos Fundos Estruturais em 1989, o BEI concedeu, em articulação com as subvenções comunitárias, mais de 71 mil milhões, que contribuíram para a realização de um volume de investimentos de cerca de 212 mil milhões nas zonas de desenvolvimento regional.</p>
<p>EMPENHAMENTO INCESSANTE NA REALIZAÇÃO DE REDES TRANSEUROPEIAS : 7 300 MILHÕES EM 1995</p>	<p>O BEI prosseguiu os financiamentos para a construção de redes de infra-estruturas consistentes e eficazes, essenciais às trocas intra-comunitárias, tendo adaptado as suas condições de financiamento às especificidades deste tipo de projecto. ♦ Em 1995, concedeu 7 300 milhões para redes de transportes (terrestres, marítimos e aéreos - 5 256 milhões) ou de telecomunicações (885 milhões) e para redes de transporte de energia (gasodutos e redes de alta tensão - 1 171 milhões). ♦ Desde 1991, o Banco já canalizou para estes projectos 32 000 milhões, que correspondem a cerca de 40 % do total dos financiamentos, afirmando-se como a principal fonte bancária de financiamento de grandes projectos na maioria dos Estados-membros da União. ♦ O BEI participa directamente na acção empreendida no sentido de dotar a Europa de infra-estruturas para o próximo milénio, em particular, de redes transeuropeias e mais especialmente, das consideradas prioritárias pelo Conselho Europeu de Essen, para as quais, até finais de 1995, aprovou a concessão de 7 600 milhões.</p>
<p>UMA ATENÇÃO PERMANENTE À PROTECÇÃO DO AMBIENTE : 6 000 MILHÕES EM 1995</p>	<p>Estando atento ao impacte ambiental de todos os projectos que financia, o BEI dá um apoio significativo a projectos que contribuam directamente para a redução da poluição ou para a melhoria da qualidade de vida, especialmente em meio urbano. ♦ Nos últimos cinco anos, concedeu cerca de 22 mil milhões para vários milhares de investimentos na gestão da água ou dos resíduos, de dimensão regional ou local, assim como para a redução da poluição, principalmente atmosférica, provocada pelos processos industriais ou pela produção de energia. ♦ No que se refere à melhoria da qualidade de vida em meio urbano, o Banco continuou a financiar o reforço dos transportes públicos colectivos e obras públicas em diversas cidades.</p>

Para promover o relançamento das economias, o BEI tem dado um apoio constante à adaptação das empresas à concorrência internacional e à evolução tecnológica. ♦ Em 1995, concedeu 3 000 milhões a cerca de 12 000 PME e implementou um instrumento comunitário de bonificação de juros que visa promover o emprego, o qual já beneficiou 4 400 PME. ♦ As empresas de maiores dimensões da indústria e dos serviços receberam cerca de 1 600 milhões.

APOIO ÀS EMPRESAS, INCLUINDO AS PME, NAS VERTENTES DA COMPETITIVIDADE E DO EMPREGO : 4 600 MILHÕES EM 1995

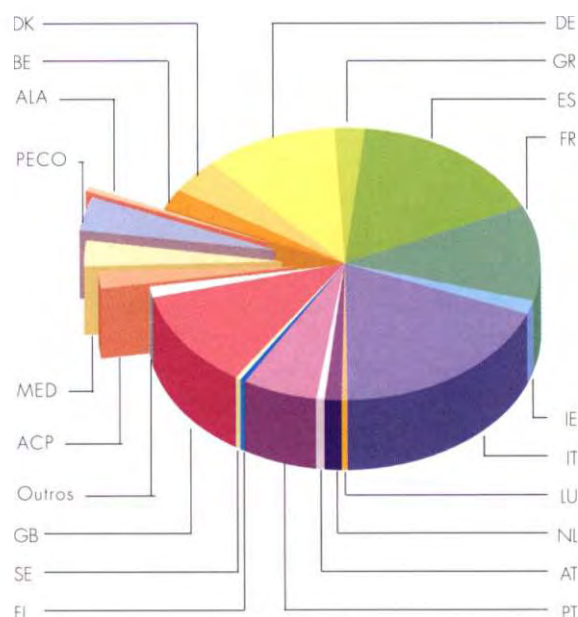
Os financiamentos concedidos no quadro das políticas europeias de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento cifraram-se em 2 800 milhões, abrangendo mais de sessenta países parceiros. ♦ Estes financiamentos promovem o desenvolvimento duradouro dos países beneficiários e reforçam a acção no sentido de atingir a paz e a estabilidade em diversas regiões do globo, especialmente no Médio Oriente e na África do Sul. ♦ Na Europa Central e Oriental, os financiamentos contribuíram para o processo de aproximação progressiva e de preparação para a integração destes países na União. ♦ No Mediterrâneo, integraram-se numa perspectiva de parceria euro-mediterrânica. ♦ Em África, nas Caraíbas e no Pacífico, têm por fim reforçar as infra-estruturas de base e desenvolver o tecido industrial. ♦ Num número crescente de países da América Latina e da Ásia, o BEI tem co-financiado projectos de interesse mútuo, que visam aproximar estes países da União Europeia.

NO EXTERIOR DA UNIÃO
2 800 MILHÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ

Quadro 2 : Montante e distribuição geográfica dos contratos assinados

(montantes em milhões de ecus)

1995 : 21 408		1994 : 19 928	
montante	%	montante	%
665	3,6	Bélgica (BE)	615 3,5
825	4,4	Dinamarca (DK)	850 4,8
2 715	14,6	Alemanha (DE)	2 408 13,6
525	2,8	Grécia (GR)	535 3,0
2 818	15,1	Espanha (ES)	3 012 17,0
2 207	11,9	França (FR)	2 477 14,0
327	1,8	Irlanda (IE)	291 1,6
3 435	18,5	Itália (IT)	3 100 17,5
79	0,4	Luxemburgo (LU)	5 .
319	1,7	Países Baixos (NL)	400 2,3
242	1,3	Áustria (AT)	90 0,5
1 232	6,6	Portugal (PT)	1 110 6,3
179	1,0	Finlândia (FI)	60 0,3
273	1,5	Suécia (SE)	15 0,1
2 244	12,1	Reino Unido (GB)	2 455 13,9
519	2,8	Outros ⁽¹⁾	261 1,5
18 603	100	União Europeia	17 682 100
430	15,3	África, Caraíbas e Pacífico (ACP)	462 20,6
45	1,6	África do Sul (RAS)	
1 038	37,0	Mediterrâneo (MED)	607 27,0
1 005	35,8	Europa Central e Oriental (PECO)	957 42,6
288	10,3	América Latina e Ásia (ALA)	220 9,8
2 805	100	No exterior da União Europeia	2 246 100



(1) Projectos de interesse europeu situados no exterior do território dos Estados-membros [nota 5d] pág. 122]

O BEI ... ao serviço dos objectivos da União Europeia

O ano de 1995 foi marcado pela adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia à União Europeia e consequente integração no Banco Europeu de Investimento. O arranque das operações nestes países foi facilitado pelos contactos anteriormente estabelecidos no quadro do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE). ♦ Durante o exercício, o contexto macroeconómico manteve-se instável e por vezes difícil, sendo marcado no início do ano por um período de turbulências monetárias, seguido de um abrandamento progressivo do crescimento, apesar da tendência geral para a descida das taxas de juro. ♦ A adopção pelo Conselho Europeu de Madrid de 15 e 16 de Dezembro de 1995, do cenário para a introdução da moeda única, o Euro, e para o início em 1 de Janeiro de 1999 da terceira fase da União Económica e Monetária, estabelece os termos de referência para as políticas económicas e financeiras da União e dos seus Estados-membros nos próximos anos. ♦ No final de um ano em que o BEI contribuiu activamente para acções de promoção da paz e do desenvolvimento, está traçado o enquadramento para a renovação dos compromissos da União face à Europa Central e Oriental, ao Mediterrâneo e a África.

EM 1995,
O BEI AUMENTOU
O SEU VOLUME DE FINANCIAMENTOS ...

Por força da missão que lhe foi conferida e do volume dos seus financiamentos, o BEI é um parceiro essencial da construção europeia. Neste sentido, participa cada vez mais na preparação e na execução de diversas decisões relativas às políticas comunitárias.

Este facto é ilustrado pelas relações de trabalho e de cooperação que mantém com outras instituições e instâncias máximas da União. Estas relações têm vindo a aprofundar-se, passando o Presidente a participar nas sessões do Conselho de Ministros, para apresentar e defender as posições do BEI, sobretudo no que se refere ao financiamento das redes transeuropeias e às garantias comunitárias para as operações no exterior da União.

E PARTICIPOU ACTIVAMENTE
NO PROCESSO DE DECISÃO
DA UNIÃO

O Presidente e os seus colegas do Comité Executivo participaram em diversas reuniões de informação, coordenação e programação com representantes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, especialmente no quadro das comissões mais directamente relacionadas com as actividades do BEI. Estes contactos, assim como os estabelecidos bilateralmente com as autoridades dos Estados-membros, ajudam o Banco a cumprir cabalmente a sua missão ao serviço da União.

Intervindo activamente nas relações económicas e financeiras internacionais, o Banco

participou em diversas conferências ministeriais, tais como a Cimeira Económica sobre o Próximo Oriente e a África do Norte (Amã), a Conferência Euro-Mediterrânica (Barcelona), e a Conferência sobre o Ambiente na Europa (Sófia), assim como nas assembleias anuais das principais instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

No ano transacto, o BEI apoiou um volume crescente de investimentos consistentes e duradouros, dando uma atenção particular à qualidade dos projectos financiados, e reagiu rapidamente à conjunção de diversos factores, tais como o alargamento da União, o desenvolvimento das suas competências no exterior desta e a descida das taxas de juro. O Banco soube adaptar-se a este contexto, reorganizando as suas estruturas e adaptando as suas condições de financiamento, de forma a reforçar a sua eficácia operacional.

A evolução observada em 1995 deve prosseguir a médio prazo, prevendo-se, num futuro bastante próximo, mudanças decorrentes da introdução da moeda única e de novos alargamentos. Nesta perspectiva e num contexto que exige que se dê prioridade ao crescimento e ao emprego, o BEI continuará a empenhar-se no desenvolvimento equilibrado da União Europeia.

O Conselho Europeu, reunido em Madrid a 15 e 16 de Dezembro de 1995, adoptou o cenário para a introdução da moeda única, o "Euro", e confirmou que a terceira fase da União Económica e Monetária se iniciaria em 1 de Janeiro de 1999. O Conselho sublinhou a importância de um elevado grau de convergência entre as economias, condição prévia do êxito da União Económica e Monetária, e com base nos estudos empreendidos pela Comissão Europeia, salientou que "todos os progressos no processo de convergência tendo em vista a União Monetária contribuem, desde já, para atenuar as consequências das flutuações cambiais e para criar um quadro macroeconómico saudável, favorável ao crescimento e à criação de empregos".

Na resolução sobre a União Económica e Monetária de 30 de Novembro de 1995, o Parlamento Europeu congratulou-se com as iniciativas no sentido de reforçar a convergência e a estabilidade na União Económica e Monetária, melhorando a compatibilidade entre as políticas orçamental e monetária dos Estados-membros, com vista à adopção da moeda única. Simultaneamente o Parlamento solicitou o reforço das medidas de ajuda estrutural, a fim de evitar agravar as disparidades nacionais, na sequência da introdução da moeda única.

A passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, com as consequências e os ajustamentos inerentes, implicará profundamente o BEI, tal como os restantes agentes económicos.

Na sua acção constante de apoio ao desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões da União, o BEI vai em particular deparar-se com novos e múltiplos desafios, devendo desenvolver a sua acção nos diferentes Estados-membros, sem distinções quanto ao facto de estes se integrarem ou não no espaço "Euro". O Banco deverá também ter em conta as legítimas aspirações dos países com vocação para aderirem à União, facilitando a integração das

respectivas economias, e prosseguindo assim a acção que desenvolve há muitos anos.

Além disso, a União Económica e Monetária abrirá novas vias às actividades bancárias e à emergência de novas práticas. Será fácil para o BEI adaptar-se a esta nova dimensão, em virtude da sua experiência, quer em matéria de financiamentos na Europa, seu espaço geográfico natural, quer em termos de emissões, que realiza a nível mundial.

Ao longo dos anos, o BEI nunca deixou de promover a utilização do ecu, sendo o principal emitente desta moeda nos mercados internacionais e um dos fundadores do sistema de compensação multilateral. A quebra relativa do interesse pelas emissões internacionais em ecus afectou também obviamente o Banco. Mas o reembolso dos empréstimos em ecus nas datas previstas, ou mesmo antecipadamente, em virtude da descida das taxas de juro, e a manutenção dos seus programas de papel comercial e de títulos em ecus, permitiram que o BEI dispusesse de uma grande liquidez e fosse ao encontro dos pedidos sustentados de desembolso nesta moeda, que colocaram o ecu na terceira posição (11,8 % do total) entre as moedas desembolsadas.

Nestas condições, o BEI limitou a sua captação de ecus a 400 milhões, contra 300 milhões em 1994. Em finais de 1995, as emissões em curso em ecus cifravam-se em 9 mil milhões, que representavam mais de 10 % do total da carteira.

O BEI colocará obviamente esta experiência na utilização e na promoção da moeda europeia ao serviço do euro; a ilustrá-lo, o lançamento, no início de Março de 1996, de uma emissão em ecus (500 milhões) que inclui, pela primeira vez, uma cláusula que prevê a paridade "ecu/euro" de um para um, a utilizar no reembolso, tornando, por conseguinte, o processo transparente para os investidores.

INTERVINDO NA PASSAGEM À TERCEIRA FASE DA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA EM 1999 ...

O BEI TIRARÁ PARTIDO DA SUA EXPERIÊNCIA FINANCEIRA À ESCALA EUROPEIA ...

E DA SUA UTILIZAÇÃO CONSTANTE DE UMA UNIDADE DE CONTA

- 1958 A unidade de conta do BEI :
0,88867088 grama
de ouro fino
- 1974 A unidade de conta é definida
por um cabaz de nove
moedas
O eurco, divisa compósita, é
utilizado para emissões
- 1989 A unidade de conta torna-se o
ecu
- 1995 Conselho de Madrid : a
moeda única chamar-se-á
"euro", tendo a paridade
1 ecu = 1 euro

○ BEI E

AS REDES TRANSEUROPEIAS

♦ Dezembro de 1992 :
Instrumento de Edimburgo;
uma verba adicional de 7 milhões
para uma centena de projectos.

♦ Dezembro de 1993 :
Livro branco sobre "O crescimento,
a competitividade e o emprego".

♦ Dezembro de 1994 :
Definição das RTE prioritárias;
a "linha de crédito especial RTE".

♦ Dezembro de 1995 :
Treze financiamentos concedidos;
onze projectos aprovados ou
em estudo.

**Financiamentos para RTE
de transportes
(1991 - 1995 : 17 mil milhões)**



O BEI, que é a principal fonte bancária de financiamento de projectos de infra-estruturas na maioria dos Estados-membros, concedeu entre 1991 e finais de 1995 cerca de 23 mil milhões para infra-estruturas de transportes (ver pág. 27) e de transporte de energia (ver pág. 32) de interesse comunitário, além de 9 mil milhões para redes de telecomunicações, o que representa cerca de 40 % dos financiamentos na União durante o mesmo período.

A vontade de promover a integração da União através da definição e da realização acelerada de redes transeuropeias (RTE), das quais catorze se situam no sector dos transportes e dez no sector da energia, tem-se traduzido num aumento das tarefas cometidas ao BEI.

Em finais de 1995, ou seja, um ano após a definição das 24 RTE prioritárias pelo Conselho Europeu de Essen, todas as redes tinham sido analisadas pelos serviços do BEI e já tinha sido tomada a decisão de financiamento em relação a treze de entre elas.

Tratando-se de **projectos altamente prioritários**, no início de Abril de 1996, o BEI já tinha concedido 4 800 milhões de ecus (dos 5 800 milhões aprovados) para nove dos catorze projectos no sector dos transportes e 520 milhões de ecus (dos 1 800 milhões aprovados) para quatro dos dez projectos no sector da energia.

No sector dos transportes, foram financiados : a ligação fixa no Öresund, entre a Dinamarca e a Suécia; o eixo rodo/ferroviário Turku - Helsínquia - São Petersburgo (na Finlândia) e a secção ferroviária Malmö - Gotemburgo, elementos do "Triângulo Nórdico"; as secções francesa e belga do TGV PBKAL (Paris - Bruxelas - Colónia - Amsterdão - Londres); a secção italiana do eixo ferroviário do Brenner; o eixo ferroviário irlandês Cork - Dublin - Belfast; as ligações marítimas do eixo intermodal Irlanda - Grã-Bretanha - Benelux; as ligações por auto-estrada Portugal - Espanha, e Atenas - Corinto e Katarini - Klidi na Grécia, e o aeroporto internacional de Milão-Malpensa. No sector da energia, foram financiados : as interligações das redes de gás e de electricidade de Portugal e Espanha, e os gasodutos Magrebe - Europa e Rússia - Europa.

Como complemento desta acção em favor de projectos de grande prioridade, o BEI prosseguiu e reforçou o seu apoio à realização de uma vasta gama de projectos de RTE em todos os países da Europa, que também são importantes em termos de integração europeia e de criação de empregos. Entre 1993 e 1995, os financiamentos ascenderam a 11 500 milhões (ver mapa pág. 26).

As condições oferecidas pela "linha de crédito especial para RTE" instaurada em Dezembro de 1994, que incluem a possibilidade de prolongar para além dos períodos habituais os prazos de vencimento dos empréstimos e os períodos de diferimento do reembolso do capital (ver Relatório Anual de 1994, pág. 12), já foram aplicadas nos TGV belga (PBKAL) e Mediterrâneo, na ligação fixa do Öresund e estão a ser aplicadas no financiamento do TAV Roma - Nápoles e na ligação Londres - Túnel da Mancha.

O BEI alargou a sua acção aos países da Europa Central e Oriental com vista a reforçar as ligações entre estes países e a União, numa perspectiva de adesão futura, e dá uma atenção particular ao financiamento das principais infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aéreas, nomeadamente, aos eixos ferroviários Berlim - Varsóvia e Berlim - Praga - Viena ou ainda Trieste - Ljubljana - Budapeste, e aos sistemas de gestão do tráfico aéreo de toda a região. Desde 1993, foram concedidos mais de mil milhões de ecus para grandes redes de comunicação e de energia nesta parte da Europa.

As redes transeuropeias são um factor essencial do reforço da actividade económica, da criação de empregos e de uma melhor integração da União. O Conselho Europeu de Madrid constatou os progressos realizados neste domínio e convidou o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu a ultimar rapidamente o necessário enquadramento legislativo, e bem assim, os Estados-membros a atribuir a maior prioridade possível à realização das RTE prioritárias.

O Conselho pediu ainda ao Conselho de Ministros das Finanças que adoptasse as decisões necessárias no sentido de facilitar o financiamento das redes transeuropeias.

Na linha das decisões do Conselho Europeu de Essen (Dezembro de 1994), o BEI empenhou-se activamente no financiamento das redes europeias de infra-estruturas, em particular, as consideradas prioritárias (ver caixa pág. 12, mapa pág. 26 e lista de projectos pág. 95). Em finais de 1995, o Banco já tinha aprovado o financiamento ou efectuado o estudo do conjunto destas redes, tendo concedido empréstimos para nove das catorze redes prioritárias de transportes e quatro das dez redes de energia.

De um modo geral, o BEI reforçou o apoio que já confere há muito tempo ao financiamento das infra-estruturas europeias de comunicação e de transporte de energia,

tendo concedido cerca de 7 300 milhões durante o ano, que contribuíram para investimentos no valor de cerca de 21 mil milhões.

Aproveitando a sua experiência no financiamento de infra-estruturas, o BEI utilizou plenamente a "linha de crédito especial", já aplicada a diversos projectos; este instrumento pode abranger projectos de RTE realizados em conjunto com países parceiros da Europa Central e Oriental ou da Bacia Mediterrânica, ou projectos no domínio do ambiente que apresentem um carácter trans-europeu (ver Relatório Anual de 1994 pág. 12).

Além disso, foi desenvolvida a cooperação e a sinergia com o FEI (Fundo Europeu de Investimento), o qual iniciou as suas actividades em Junho de 1994. Dotado de um capital de 2 mil milhões de ecus, subscrito pelo BEI (40 %), a União Europeia (30 %) e cerca de 80 bancos dos quinze países da União, o FEI aprovou em dezoito meses de vida a prestação de 27 garantias no valor de cerca de 1 300 milhões de ecus, para projectos de RTE nos domínios dos transportes, do transporte de energia e das telecomunicações, em dez países da União (ver também Relatório Anual do FEI).

Tanto na sua participação no FEI, como na execução de estudos de viabilidade de

O BEI APOIA HÁ VÁRIAS DÉCADAS
A REALIZAÇÃO DE GRANDES
INFRA-ESTRUTURAS EUROPEIAS ...

MARCANDO PRESENÇA EM TODOS
OS ESTALEIROS DE
REDES TRANSEUROPEIAS

O BEI empenhou-se totalmente no financiamento da construção da ligação fixa sob a Mancha, desde a primeira fase do projecto, e é um dos principais mutuantes do mesmo.

- ♦ Paralelamente ao seu compromisso directo, o BEI concluiu um acordo de crédito de 1 100 milhões de ecus por conta de certos bancos e por estes garantido. A suspensão pelo promotor do pagamento dos juros, em Setembro de 1995, teve, entre outras consequências, a de accionar a garantia, e conduziu ao reembolso antecipado deste crédito.
- ♦ Desde então, o BEI tem participado activamente, na qualidade de membro do "Steering Group" formado pelos principais bancos credores, nas negociações em curso, que visam reestruturar e sanear a situação financeira do operador.
- ♦ O objectivo do BEI continua a ser o mesmo, ou seja, permitir que esta infra-estrutura essencial desempenhe plenamente o seu papel ao serviço da integração europeia.

O BEI
E A LIGAÇÃO FIXA SOB A MANCHA

O FINANCIAMENTO DE
INVESTIMENTOS
NAS REGIÕES MENOS
DESENVOLVIDAS MANTÉM-SE O FOCO
DE ACÇÃO DO BEI

grandes projectos, o BEI oferece algo mais que um financiamento sólido ao menor custo. Procedendo a uma avaliação rigorosa dos aspectos técnico, económico e financeiro, o Banco desempenha o papel de catalisador do financiamento, atraindo outros capitais, quer públicos quer privados, e

O Conselho Europeu reiterou a necessidade de manter de forma duradoura o elevado grau de convergência entre as economias dos Estados-membros, o qual deve ser acompanhado de um reforço da coesão económica e social da União. O Conselho também confirmou a luta contra o desemprego e em favor da igualdade de oportunidades como uma tarefa prioritária.

Neste sentido, o desenvolvimento das regiões e a atenuação das disparidades entre as mais ricas e as mais desfavorecidas só poderão concretizar-se, num período de crescimento fraco, com políticas firmes que orientem os investimentos, tanto públicos como privados, para as regiões em atraso. O apoio aos investimentos destas regiões constitui uma preocupação permanente e a principal missão do BEI, que para as mesmas canalizou mais de dois terços dos seus financiamentos. Esta acção é empreendida

subvenções nacionais ou comunitárias. Para dar um contributo para a reflexão sobre estas questões, o BEI organizou em Maio de 1995 um Fórum sobre o papel do sector privado e sobre a necessária parceria com o sector público (ver a seguir).

em estreita colaboração com os Fundos Estruturais, principalmente o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e o Fundo de Coesão na Grécia, na Irlanda, em Espanha e em Portugal.

Os estudos efectuados aquando da programação da segunda fase das acções estruturais comunitárias (1994 - 1999) sublinharam o impacto previsto das intervenções cumuladas do BEI e dos Fundos Estruturais. Este impacto é particularmente acentuado nos países "da coesão", tendo em conta a concentração da duplicação das subvenções para fins estruturais nestes países, entre 1992 e 1999.

Nestes países e noutras zonas abrangidas pelo objectivo 1, as subvenções do FEDER e do Fundo de Coesão podem representar mais de metade das despesas públicas indicadas pelos Estados nos quadros comunitá-

1º Fórum BEI

"A realização de infra-estruturas; papel do sector privado"
Amsterdão, Maio de 1995

Sendo um parceiro privilegiado das instituições financeiras públicas e privadas que participam no financiamento de grandes redes de infra-estruturas, o BEI consagrou o Fórum BEI 95 ao papel do sector privado. As restrições orçamentais e a procura de uma maior eficácia na definição, realização e gestão das infra-estruturas, impõem efectivamente uma redefinição dos papéis respectivos dos sectores público e privado, particularmente no que se refere às redes de transporte.

O Fórum, que reuniu cerca de 200 responsáveis políticos e decisores económicos e financeiros, debruçou-se sobre as condições a reunir para garantir uma parceria frutuosa pública/privada na fase de financiamento, e uma repartição dos riscos e da gestão das contingências eventuais na fase de planeamento e de realização de grandes projectos europeus.

As conclusões deste primeiro Fórum-BEI apontaram no sentido de o sector público dever continuar a desempenhar um papel preponderante, especialmente no domínio dos transportes, na medida em que em muitos destes projectos, a utilidade social não é acompanhada da correspondente rentabilidade financeira. Foi também salientada a necessidade de as autoridades nacionais e europeias estabelecerem um enquadramento normativo claro e estável.

As actas deste Fórum podem ser enviadas pelo BEI, a pedido.

2º Fórum BEI

"O Mediterrâneo :
um espaço para a parceria"
Madrid, Outubro de 1996

rios de apoio; essa percentagem é bastante mais elevada no que se refere às infra-estruturas de transportes ou de ambiente (até 80 a 85 %), sectores em que a acção do BEI é tradicionalmente importante (6 300 milhões em 1994 e 1995). O relativo decréscimo das intervenções dos Fundos Estruturais noutras regiões assistidas conduziu o BEI a reforçar os seus financiamentos nas mesmas; cerca de 43 % dos financiamentos para o desenvolvimento regional passaram a concentrar-se nas zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b (36 % em média, de 1989 a 1993).

O Banco participa ainda no programa especial de apoio à iniciativa de paz e de reconciliação na Irlanda do Norte e nos seis condados fronteiriços da República da Ir-

landa. Esta iniciativa conjunta da União Europeia e dos Governos interessados associa diversos bancos dos dois países, prevendo a concessão aos mesmos de empréstimos globais do BEI destinados a apoiar investimentos, em particular de PME. Para criar condições mais favoráveis, serão concedidas bonificações de juros a cargo de recursos orçamentais da União e dos Estados-membros interessados.

Estando sempre atento aos problemas provocados por catástrofes naturais, o BEI contribuiu para os trabalhos de reconstrução de infra-estruturas na Madeira, destruídas pelo ciclone de Outubro de 1993, e também se associou ao programa de urgência da Comissão para o Piemonte, na sequência das inundações de 1994.

PROMOVER A RECONCILIAÇÃO
NA ILHA DA IRLANDA

O Conselho Europeu de Cannes, de Junho de 1995, sublinhou "o papel determinante das pequenas e médias empresas (PME) na criação de empregos e de uma forma mais geral, como factor de estabilidade social e de dinamismo económico". Com efeito, dois terços dos postos de trabalho na Europa são garantidos por empresas com menos de 250 empregados, que são cada vez mais numerosas, na medida em que as grandes empresas tendem a reduzir os seus efectivos. O reforço da competitividade das PME constitui, portanto, um dos meios mais adequados de luta contra o desemprego.

Neste contexto, o BEI procurou alargar a acção já conduzida há mais de 25 anos (em estreita colaboração com o sector bancário), através dos seus empréstimos globais, adaptando os seus critérios de admissibili-

dade e alargando as possibilidades de intervenção às PME activas no comércio a retalho e nos serviços a particulares.

Durante o ano, o BEI esgotou as verbas previstas para o instrumento de concessão de empréstimos bonificados a PME criadoras de empregos. Os mil milhões de ecus concedidos apoiaram o desenvolvimento de 4 400 empresas e a criação de cerca de 45 000 empregos nos quinze Estados-membros da União (ver pág. 31). Esta acção inscreveu-se numa tendência mais vasta, caracterizada por uma grande retoma dos pedidos de financiamento, a qual se traduziu na concessão, durante o exercício, de créditos a cerca de 12 000 PME e à conclusão de um número elevado de empréstimos globais no montante total de 3 400 milhões, que serão desembolsados ao longo do exercício de 1996.

UM APOIO ACTIVO ÀS PME
EM TODO OS PAÍSES DA UNIÃO

Um dos objectivos reiterados pela União Europeia é a consecução de um crescimento económico duradouro que respeite o ambiente. A integração da vertente ambiental nas diferentes políticas comunitárias passou a constituir um factor de competitividade e de criação de empregos.

A importância que os agentes económicos dão ao ambiente tem-se traduzido no aumento dos investimentos para fins ambientais nos sectores da indústria e da energia, e em obras de utilidade pública. O Banco tem participado neste esforço, tal como ilustra o aumento dos financiamentos neste domínio, concedendo empréstimos individuais e empréstimos globais.

CRESCIMENTO DURADOURO
E RESPEITO PELO AMBIENTE :
UM OBJECTIVO ÚNICO

INICIATIVAS QUE PASSAM AS FRONTEIRAS DA UNIÃO

Esta preocupação constante de ter em conta o impacto no ambiente e na qualidade de vida também se evidencia na acção do BEI fora da União, em prol de um desenvolvimento duradouro. Para além da concessão de financiamentos, o BEI toma uma parte activa em diversos programas e iniciativas a nível regional e internacional. Na Bacia Mediterrânica, participa desde 1988 com o Banco Mundial, a Comissão Europeia e organismos especializados das Nações Unidas, no "Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo" (ME-TAP), cuja terceira fase deverá iniciar-se em 1996.

O BEI também participa em iniciativas na Europa, tal como o "Baltic Sea Joint Comprehensive Action Programme", sob os auspícios da Comissão de Helsínquia, ou em estudos com vista ao saneamento das bacias do Elba, do Oder e do Danúbio, ou ainda no programa "Ambiente para a Europa" decidido pela Conferência Pan-europeia dos Ministros do Ambiente realizada em Sófia, em Outubro de 1995 (ver pág. 44).

1995 : APROFUNDAMENTO DAS POLÍTICAS DE AJUDA E DE COOPERAÇÃO ...

Em 1995, as relações entre a União Europeia e o conjunto dos países parceiros desenvolveram-se significativamente, devido a uma vontade recíproca de aprofundamento, e à proximidade de negociações para a renovação de diversos acordos em 1996.

O interesse manifestado por um número crescente de países, em estabelecer relações de associação com a União, ou até, em muitos casos, em aderir à União, ilustra que esta é considerada em todo o mundo como um pólo de estabilidade política, ou de poder económico.

O aumento das actividades do BEI nos países da Europa Central e Oriental nos últimos dois anos também constitui um reflexo significativo deste facto. Este aumento poderá acelerar-se, o que, se por um lado prova a confiança depositada na capacidade do Banco de intervir eficazmente nestes países, também comporta riscos, tendo em conta a fragilidade política e económica de muitos deles. O problema da assunção dos riscos inerentes aos empréstimos no exterior da União não pode ser esquecido, se a acção do BEI se alargar a um maior número de países (ver demonstrações financeiras, pág. 83).



NOS PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL, COM VISTA À ADESÃO

As relações com os **Países da Europa Central e Oriental** constituíram um dos temas centrais do Conselho Europeu de Essen de finais de 1994. Este declarou que após a adesão dos três novos Estados-membros, a União Europeia devia iniciar um programa para preparar "a adesão de todos os países europeus com os quais concluiu Acordos Europeus".

Os primeiros Acordos Europeus foram concluídos em 1994 com a Polónia e a Hungria; em 1995, entraram em vigor os acordos com a Bulgária, a República Checa, a Roménia e a Eslováquia, e no mesmo ano foram assinados acordos com a Estónia, a Letónia e a Lituânia; entretanto, foi rubri-

cada uma minuta de acordo com a Eslovénia. Estes acordos visam estabelecer relações estreitas nos planos político e económico e pretendem ajudar estes países a preparar a adesão. No início de 1996, nove Países da Europa Central e Oriental já tinha apresentado formalmente a sua candidatura à integração na União Europeia.

Os Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Madrid, sublinharam que o alargamento, considerado uma necessidade política e uma oportunidade histórica, "oferecerá não só aos Estados candidatos, mas igualmente aos actuais membros da União, novas perspectivas de crescimento económico e de bem-estar geral".

Os Chefes de Estado convidaram ainda a Comissão Europeia a preparar activamente os seus pareceres sobre as candidaturas apresentadas, a fim de permitir que o Conselho, depois da conclusão da Conferência intergo-vernamental, tome as decisões necessárias para o início das negociações de adesão.

A curto prazo, o apoio a estes países, que visa em particular preparar as respectivas economias para o mercado único, constitui um dos pilares da estratégia de pré-adesão instaurada conjuntamente pelo BEI, os diferentes programas comunitários, (sobretudo o PHARE), o Banco Mundial e o BERD, do qual o BEI é accionista. Em 1996, o BERD iniciou os procedimentos no sentido de aumentar o capital.

O Conselho Europeu de Madrid sublinhou a eficácia e a necessidade desta acção concertada, declarando que o programa PHARE, assim como "a prossecução das actividades do BEI, permitirão um aumento global do esforço para a preparação da adesão".

Em 1995, o BEI prosseguiu a aprovação do pacote previsto para os PECO, dois terços do qual já foram comprometidos e que deverá ser renovado em 1996. Foram apoiados, entre outros, os projectos que se inscrevem no prolongamento das redes transeuropeias, especialmente os integrados nos eixos rodoviários e ferroviários definidos na Conferência Pan-europeia dos Transportes, realizada em Creta em Março de 1994.



No que se refere aos **Países da Bacia Mediterrânica**, 1995 caracterizou-se por um verdadeiro empenhamento na parceria euro-mediterrânica e pela concretização das acções de apoio ao processo de paz no Médio Oriente. A declaração de Barcelona, aprovada quando da primeira Conferência Euro-Mediterrânica organizada pela União Europeia em Novembro de 1995, inclui, além de aspectos políticos relativos ao diálogo entre sociedades, um importante programa de parceria económica e financeira que deverá servir de base à instauração progressiva de uma vasta zona de comércio livre até ao ano 2010.

No que se refere à vertente de cooperação financeira, a declaração lembra "que a criação de uma zona de comércio livre e o êxito da parceria euro-mediterrânica requerem um acréscimo substancial da assistência financeira, que deve favorecer sobretudo um desenvolvimento local sustentável e a mobilização dos agentes económicos locais". Afirma-se também "que o Conselho Europeu de Cannes decidiu prever para essa assistência financeira dotações no montante de 4 685 milhões de ecus para o período 1995 - 1999, sob a forma de fundos orçamentais comunitários disponíveis, a que virá somar-se (após decisão das suas instâncias) a intervenção do BEI, sob a forma de empréstimos de um montante mais elevado,

bem como as contribuições financeiras bilaterais dos Estados-membros".

É, portanto, num enquadramento renovado e alargado que deverá integrar-se a cooperação financeira, devendo os actuais protocolos financeiros bilaterais dar lugar a uma abordagem globalizada que se inspire na vertente de "cooperação horizontal" já aplicada pelo BEI.

"O Acordo-Quadro de Apoio" assinado em 27 de Outubro de 1995 entre o Banco e a Autoridade Palestiniana, ilustra a vontade do BEI de participar plenamente nos esforços da União Europeia e da comunidade internacional, no sentido de garantir o reforço do processo de paz e o desenvolvimento económico da região.

O mandato do BEI prevê a concessão de uma verba de 250 milhões até 1998. Os primeiros contratos de financiamento foram assinados em 30 de Outubro de 1995.

O apoio ao processo de paz inscreve-se num quadro regional; em 1995, foram concedidos financiamentos para projectos na Jordânia, para a reconstrução do Líbano e para projectos de cooperação regional, especialmente no sector industrial, que associaram operadores israelitas e egípcios.

NOS PAÍSES MEDITERRÂNICOS,
REALIZAR UMA VERDADEIRA
PARCERIA EURO-MEDITERRÂNICA ...

E REFORÇAR O PROCESSO DE PAZ
NO MÉDIO ORIENTE

Na Turquia, o BEI relançou os financiamentos para projectos de âmbito regional, no quadro da vertente de "cooperação horizontal" da Política Mediterrânica Renovada. A aprovação pelo Parlamento Europeu, em Dezembro de 1995, do Acordo de União Aduaneira, abre novas perspectivas para as relações entre este país e a União.

Nas repúblicas da ex-Jugoslávia, logo após a assinatura dos Acordos de Dayton e de Paris, a União expressou a sua vontade de contribuir para os esforços de reconstrução da região. Oportunamente, o BEI participará nos financiamentos, principalmente de infra-estruturas de base.



CONSOLIDAÇÃO DA ACTIVIDADE NOS PAÍSES ACP

Em África, nas Caraíbas e no Pacífico, a acção do BEI será definida nos próximos anos pelo Protocolo Financeiro da Quarta Convenção de Lomé, cujo acordo de revisão foi assinado na Maurícia em 4 de Novembro de 1995, cobrindo o período 1996 - 2000.

Em 31 de Outubro de 1995, o Conselho de Governadores autorizou o Banco a conceder empréstimos a cargo de recursos pró-

prios, até uma verba limite de 1 693 milhões de ecus, para o financiamento de projectos e programas em favor de 70 países signatários da Convenção. Além disso, o Banco administrará capitais de risco a cargo de recursos orçamentais do FED, no valor total de cerca de mil milhões, e uma verba de 370 milhões destinada a subvencionar certos empréstimos concedidos a cargo de recursos próprios.



INÍCIO DAS OPERAÇÕES NA ÁFRICA DO SUL

No continente africano, a implementação da acção de apoio à **África do Sul** na via para a democracia abre novas perspectivas de estabilidade e desenvolvimento. Esse apoio foi concretizado pela assinatura de um Acordo-Quadro, em Setembro de 1995. Este prevê, em conformidade com a autori-

zação do Conselho de Governadores do BEI de 19 Junho de 1995, um pacote financeiro de 300 milhões para os dois primeiros anos de financiamentos, para projectos que se inscrevam no Programa Sul-Africano de reconstrução e desenvolvimento.



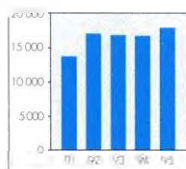
AUMENTO DOS EMPRÉSTIMOS NA AMÉRICA LATINA E NA ÁSIA

Na **América Latina e na Ásia**, foram esgotados os 750 milhões previstos no âmbito do mandato conferido ao Banco em 1993, que expirou em fim de Fevereiro de 1996, o que demonstra a dinâmica e a qualidade das relações multilaterais. Foram financiados projectos de interesse mútuo, intervindo em

diversos casos operadores dos Estados-membros da União.

Os numerosos acordos assinados em 1995 ilustram o empenhamento do Banco no aproveitamento dos recursos e das potencialidades dos países interessados.

FINANCIAMENTOS NA UNIÃO EUROPEIA



Financiamentos concedidos : O volume de financiamentos nos países da União Europeia elevou-se a 17 782 milhões (16 624 milhões em 1994). Este montante inclui os **empréstimos individuais assinados** durante o ano (13 428 milhões para 190 projectos) e os 13 801 **créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais** (4 354 milhões), assinados em 1995 ou nos anos anteriores. ♦ Esta apresentação mais operacional das actividades do exercício distingue-se da apresentação dos **contratos de financiamento assinados**

(18 603 milhões em 1995, contra 17 682 milhões em 1994), que inclui os empréstimos individuais (13 428 milhões) e os empréstimos globais celebrados durante o ano (5 175 milhões), para afectação ao longo de vários anos.

O ano de 1995 caracterizou-se por um novo aumento dos financiamentos para infra-estruturas de transportes, uma franca retoma dos financiamentos para a gestão de efluentes líquidos e sólidos, uma estabilização das verbas para o sector energético e um decréscimo das verbas para as telecomunicações.

Os sectores da indústria e dos serviços registaram uma subida sensível, devido à retoma dos financiamentos em favor de PME, a qual se deveu, por seu turno, à instauração do instrumento de bonificação de juros em favor de PME criadoras de empregos.

Globalmente, as infra-estruturas absorveram 75% dos financiamentos globais do ano, uma percentagem que se tem mantido quase inalterada desde 1992.

Desde esse ano, os financiamentos do BEI em favor de **infra-estruturas de transporte** têm vindo continuamente a crescer, passando de 4 553 milhões em 1992 para 6 442 milhões em 1995. As verbas destinaram-se essencialmente a redes trans-europeias prioritárias (RTE), nove das quais obtiveram 1 604 milhões, e também a redes de estradas e auto-estradas, caminhos-de-ferro, transportes urbanos e infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.

Os financiamentos para as **telecomunicações**, que têm rondado os 2 mil milhões desde 1992, decresceram para metade em 1995, cifrando-se em cerca de mil milhões.

Os financiamentos para projectos de **gestão da água e dos resíduos** totalizaram 2 236 milhões, dos quais 953 milhões foram concedidos no âmbito de empréstimos globais, para financiar 1 557 iniciativas de pequena e média dimensão, a maior parte das quais realizadas por autarquias locais, tal como diversas infra-estruturas, que absorveram 518 milhões.

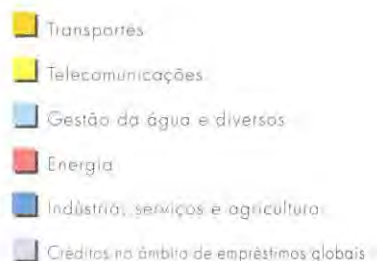
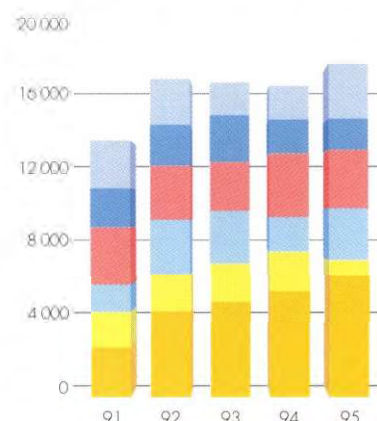
No sector da **energia**, foram concedidos 3 083 milhões (3 384 milhões em 1994 e 2 576 milhões em 1993), que se destinaram à produção de hidrocarbonetos (583 milhões) e de electricidade (1 274 milhões) - especialmente por meio de centrais hidro-eléctricas ou de ciclo combinado a gás natural - e também ao transporte/distribuição de electricidade (223 milhões) e de gás natural (1 003 milhões). A interligação das redes eléctricas e de gás da Espanha e de Portugal (RTE prioritárias) beneficiou de 522 milhões.

Para a **indústria e os serviços**, foram canalizados 4 617 milhões, dois terços dos quais (2 955 milhões) sob a forma de créditos no âmbito de empréstimos globais. Foram concedidos 11 766 créditos, essencialmente para PME do sector da indústria (6 619 créditos no valor de 2 237 milhões), dos serviços (5 054 créditos no valor de 709 milhões) e menos significativamente, da agricultura (93 créditos no valor de 10 milhões). Por sua vez, os empréstimos individuais elevaram-se a 1 662 milhões, destinando-se sobretudo às indústrias automóvel, química e petroquímica e a serviços.

FINANCIAMENTOS NA UE
EM 1995 :

EMPRÉSTIMOS INDIVIDUAIS :	13 428 MILHÕES
CRÉDITOS NO ÂMBITO DE EMPRÉSTIMOS GLOBAIS :	4 354 MILHÕES
TOTAL :	17 782 MILHÕES

Distribuição dos financiamentos por sectores :
81 179 milhões de 1991 a 1995

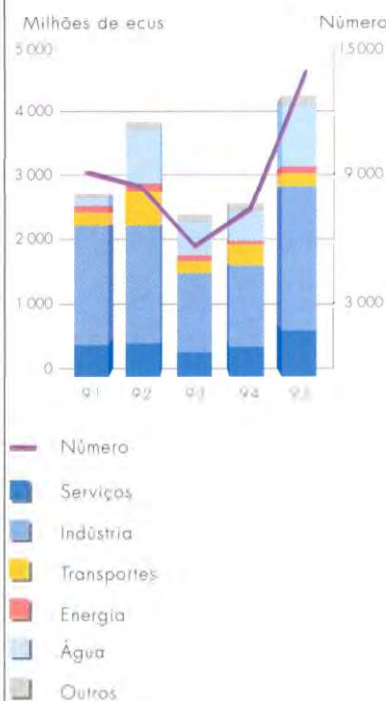


EMPRÉSTIMOS GLOBAIS NOS ESTADOS-MEMBROS

Em 1995, o BEI concluiu empréstimos globais de um montante muito mais elevado que o do ano anterior : 5 200 milhões, contra 3 600 milhões em 1994.

O Banco criou os empréstimos globais em 1968. Trata-se de um instrumento de financiamento indirecto descentralizado, destinado a apoiar projectos de pequena e média dimensão que, por razões de ordem prática, não poderiam ser financiados por meio de empréstimos individuais. Os empréstimos globais assemelham-se a linhas de crédito concedidas a intermediários financeiros parceiros do BEI, de âmbito nacional ou regional, ou até mesmo local, que por conseguinte, estão próximos das realidades económicas. Este instrumento é aplicado durante um ou mais exercícios, por intermediários a quem compete seleccionar os projectos, em colaboração com o BEI e segundo os seus critérios, e que asseguram a gestão do empréstimo e do risco inerente ao mesmo. O montante mínimo dos créditos é de 20 000 ecus, para um investimento de 40 000 ecus; os montantes máximos correspondentes são de 12,5 milhões e 25 milhões de ecus.

Evolução do número e do montante dos créditos no âmbito de empréstimos globais em curso (1991 - 1995)



De 1991 a 1995, mais de 130 instituições financeiras e bancos comerciais dos quinze Estados-membros da União receberam empréstimos globais do BEI, cujo montante se elevou a 19 600 milhões, cifrando-se os créditos afectados em 16 200 milhões. No decurso de 1995, foram concedidos 4 354 milhões para 13 801 projectos de pequena e média dimensão, o que representa um aumento de 58% em relação a 1994.

O campo de aplicação dos empréstimos globais tem vindo a alargar-se, para acompanhar a evolução das necessidades das empresas e a diversificação das políticas comunitárias ou nacionais. Os empréstimos globais destinam-se :

- a PME da indústria, da agricultura e dos serviços, incluindo as do comércio a retalho e dos serviços a particulares; nos últimos cinco anos, 40 000 PME beneficiaram de 11 mil milhões de ecus no âmbito de empréstimos globais, e cerca de 4 400 também foram abrangidas pelo instrumento de bonificações de juros para PME criadoras de emprego (ver pag. 31);
- a pequenas infra-estruturas que contribuem para os objectivos comunitários.

A partir de 1979, o instrumento das PME foi alargado a projectos realizados por autarquias locais, para o desenvolvimento de infra-estruturas de utilidade pública situadas nas zonas de desenvolvimento regional. Em 1980, passaram a ser incluídos projectos que permitissem reduzir o consumo de petróleo através de uma utilização mais racional da energia e em 1986, projectos que contribuíssem para a protecção do ambiente.

Entre 1991 e 1995, foram concedidos mais de 5 mil milhões de ecus para 3 400 instalações de adução de água potável ou de descarga de águas residuais, para centros locais ou regionais de tratamento de resíduos domésticos, para cerca de 1 800 obras de estrada de interesse local ou regional, algumas das quais facilitam a ligação às redes comunitárias, e para pequenas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, e obras nas vias urbanas. Foram também financiadas 320 pequenas unidades de produção de electricidade e diversas redes de distribuição de gás natural.

Tendo como missão o financiamento a longo prazo de projectos, o BEI contribui para o impacto estrutural e conjuntural destes.

É muito difícil quantificar, em todos os países da União e no conjunto dos sectores de actividade, o impacto dos investimentos financiados sobre a actividade económica e o emprego.

É difícil avaliar com precisão o efeito dos financiamentos na criação de postos de trabalho, mas, por exemplo, está prevista a criação de 45 000 empregos em PME que beneficiaram da verba de mil milhões do instrumento de apoio a PME criadoras de emprego (ver pág. 31). De mencionar também os empregos resultantes do financiamento de projectos infra-estruturais, para os quais o BEI canalizou cerca de três quartos do total das verbas, assim como os empregos directa ou indirectamente mantidos ou criados através da realização de projectos nos sectores da indústria e dos serviços.

Os financiamentos para projectos na União Europeia contribuíram para apoiar (com cerca de 35% do custo total) projectos cujo custo global pode ser calculado em cerca de 53 mil milhões de ecus, com base nos dados fornecidos pelos beneficiários. Estes investimentos correspondem a cerca de 4% do investimento global nos quinze Estados-membros da União, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), distribuindo-se como se segue: 21 mil milhões para infra-estruturas de comunicação, 10 mil milhões para infra-estruturas de protecção do ambiente, 10 mil milhões para o sector da energia e 12 mil milhões para o sector produtivo.

De 1991 a 1995, o BEI contribuiu para a realização de investimentos no valor de 262 mil milhões, que representaram cerca de 5% da FBCF comunitária. Estes investimentos representam uma parcela significativa da FBCF nacional, especialmente nos países total ou parcialmente abrangidos pelo Objectivo 1 dos Fundos Estruturais: 20% em Portugal e cerca de 11% na Grécia, em Espanha e na Irlanda.

IMPACTE NA ACTIVIDADE ECONÓMICA

**Quadro 3 : Financiamentos em 1995 : distribuição por sectores
e por empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso**

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	Infra-estruturas				Indústria, serviços e agricultura
				Transportes	Telecomu- nicações	Gestão da água e diversos	Energia	
Bélgica	765	506	259	414	—	95	34	222
Dinamarca	847	782	64	473	46	—	84	244
Alemanha	2 571	1 268	1 303	231	—	939	626	776
Grécia	336	269	66	181	53	40	36	26
Espanha	2 893	2 652	241	1 221	539	519	315	299
França	2 098	1 178	921	832	—	335	4	926
Irlanda	165	133	32	83	—	31	—	52
Itália	3 249	2 271	978	940	247	74	625	1 362
Luxemburgo	81	79	2	—	—	—	—	81
Países Baixos	456	319	137	312	—	7	—	137
Áustria	215	199	16	107	—	39	—	69
Portugal	1 253	1 193	60	994	—	72	134	53
Finlândia	174	163	11	149	—	—	—	25
Suécia	240	225	15	76	—	39	111	15
Reino Unido	1 919	1 670	249	389	—	563	636	330
Outros ⁽¹⁾	519	519	—	40	—	—	479	—
Total	17 782	13 428	4 354	6 442	885	2 754	3 083	4 617
%	100,0	75,5	24,5	36,2	5,0	15,5	17,3	26,0

(1) Ver nota 1, Quadro 2, pág. 9.

Desde há cerca de vinte anos que o ambiente é uma das constantes da actividade do BEI. Os financiamentos para este objectivo têm vindo a crescer regularmente e representam hoje em dia mais de um terço do total de financiamentos na União Europeia. A acção do BEI (ver págs. 28 e 29) tem duas vertentes : o financiamento de projectos que visam directamente a protecção do ambiente (22 mil milhões de 1991 a 1995) e o controlo sistemático do impacte ambiental dos projectos apreciados.

Com base na experiência adquirida, o BEI procedeu a uma reflexão, a fim de melhor responder às múltiplas exigências decorrentes das expectativas dos cidadãos, da crescente inclusão da protecção do ambiente nas políticas europeias e das orientações do "Quinto Programa de Acção" elaborado pela Comissão Europeia. Os resultados, resumidos no documento "O BEI e o Ambiente" aprovado pelas instâncias de chefia, serão amplamente difundidos.

O objectivo do BEI consiste em apoiar prioritariamente projectos que visem :

- ♦ a protecção dos recursos hídricos e o tratamento de águas residuais,
- ♦ a introdução de processos que respeitem o ambiente no tratamento de resíduos sólidos ou tóxicos,
- ♦ a redução da poluição atmosférica, especialmente a provocada por centrais térmicas e complexos industriais,
- ♦ a melhoria da qualidade de vida, em particular, promovendo os transportes públicos urbanos e suburbanos, e
- ♦ a introdução de novos processos no domínio industrial.

A fim de tornar a sua acção no domínio do ambiente mais eficaz, o BEI criou uma função central na sua nova Direcção de Projectos, encarregando Peter Carter da coordenação e consultoria sobre questões de política geral.

Além disso, o BEI tem mantido e reforçado a estreita colaboração com a Comissão, especialmente com as direcções encarregadas do ambiente e dos transportes, com a Agência Europeia do Ambiente e com as outras instituições financeiras internacionais. Tem desenvolvido também contactos regulares com as ONG (organizações não governamentais) que desenvolvem actividades neste domínio.

A concessão de um empréstimo pelo BEI tem sido sempre condicionada pelos resultados da avaliação ambiental conduzida pela equipa de apreciação, cujos membros estão particularmente sensibilizados no que toca a estas questões.

Qualquer que seja o sector, esta avaliação tem em conta :

- ♦ a identificação dos riscos potenciais para o ambiente,
- ♦ a análise dos custos e das vantagens económicas e financeiras dos investimentos relativos ao ambiente,
- ♦ o exame dos projectos à luz da legislação actual e prevista,
- ♦ a avaliação da concepção do projecto e das tecnologias utilizadas, com vista a assegurar a respectiva coadunação com as normas legais.

Paralelamente à sua actividade nos países da União, o BEI contribui para solucionar graves problemas ambientais que se colocam na sua periferia, sobretudo na Europa Central e Oriental, em que foi empreendido um esforço especial no quadro do programa de acção instituído em 1993 e definido quando da Conferência de Ministros do Ambiente de Sófia (ver pág. 16). O Banco participa também activamente nas acções internacionais no Mediterrâneo, especialmente através do METAP (ver pág. 16), assim como no Báltico (ver caixa pág. 44).



Apresentação por objectivos de política comunitária

Sendo a instituição financeira da União Europeia, o BEI está vocacionado para financiar projectos que contribuam para um ou mais dos objectivos visados pelas políticas e decisões comunitárias específicas que têm vindo a ser adoptadas. Alguns dos projectos financiados visam mais do que um objectivo, pelo que os valores apresentados, especialmente nos quadros deste capítulo, não podem ser cumulados.

O BEI tem como missão contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União, financiando projectos de qualidade segundo as regras de uma gestão bancária rigorosa; para tal, adapta constantemente a sua acção à evolução das políticas comunitárias. Nesta perspectiva, e facto que constitui uma especificidade em relação às restantes instituições financeiras, só podem ser considerados "admissíveis" e beneficiar de financiamentos do BEI os projectos que contribuam para um objectivo comunitário. Por conseguinte, os projectos devem contribuir para o **desenvolvimento regional**, ou apresentar um **interesse comum** (Artigo 198º-E do Tratado CE).

Desenvolvimento regional

Para promover a coesão económica e social, o BEI dá prioridade ao financiamento de projectos situados nas regiões menos desenvolvidas - zonas abrangidas pelo Objectivo 1 da acção dos Fundos Estruturais

comunitários -, nas regiões de reconversão industrial ou agrícola - zonas abrangidas pelos Objectivos 2 e 5b -, e nas regiões árticas - zonas abrangidas pelo Objectivo 6 -, para as quais canaliza cerca de dois terços dos empréstimos, em articulação com as iniciativas dos Fundos comunitários.

Interesse comum

A noção de interesse comum é concretizada pela prossecução de objectivos definidos pelas políticas comunitárias, através do financiamento de projectos :

- ♦ que contribuam para o desenvolvimento rápido das trocas entre os Estados-membros e com o exterior, como é o caso das redes transeuropeias de comunicações;
- ♦ que contribuam para reduzir a dependência energética;
- ♦ que promovam a protecção do ambiente;
- ♦ que reforcem a competitividade da indústria europeia, nomeadamente, das PME.

OS OBJECTIVOS COMUNITÁRIOS : UMA ESPECIFICIDADE DO BEI

Quadro 4 : Distribuição dos financiamentos por objectivos de política comunitária (1995) ⁽¹⁾
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas europeias de comunicação	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	249	395	95	34	—	222
Dinamarca	304	519	315	264	—	64
Alemanha	1 786	402	1 378	630	4	467
Grécia	336	140	115	36	—	24
Espanha	2 697	1 630	982	529	—	181
França	1 440	649	568	42	231	576
Irlanda	165	60	31	—	—	32
Itália	2 459	1 197	813	814	264	842
Luxemburgo	79	—	79	79	—	2
Países Baixos	24	312	33	7	—	136
Áustria	64	107	39	—	53	16
Portugal	1 253	576	394	133	7	43
Finlândia	24	149	133	—	—	10
Suécia	5	76	39	111	—	15
Reino Unido	1 259	341	1 031	277	9	249
Outros ⁽²⁾	—	40	—	479	—	—
Total	12 144	6 592	6 044	3 433	570	2 881

(1) Certos financiamentos correspondem a vários objectivos, pelo que os totais das diferentes rubricas não são cumuláveis.

(2) Ver nota 1, Quadro 2, pág. 9.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Os empréstimos individuais e os créditos no âmbito de empréstimos globais concedidos para projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional da União Europeia

ascenderam a 12 144 milhões (contra 12 035 milhões em 1994); representaram 68% da actividade total, o que corresponde ao valor médio desde o início da reforma dos Fundos Estruturais em 1989.

Os financiamentos contribuíram para a realização de projectos nos quinze países da União, cujo custo total orçou em cerca de 35 mil milhões.

Em 1995, o BEI reforçou a prioridade dada ao financiamento de projectos situados nas zonas abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais. Mais de 90% das verbas concedidas para o desenvolvimento regional (11 330 milhões) destinou-se a projectos situados nestas zonas. Foram também concedidos 814 milhões para projectos de redes, sobretudo de redes nacionais de telecomunicações.

A sinergia com a acção dos Fundos Estruturais continuou a desenvolver-se. Efectivamente, os co-financiamentos representaram 39% da actividade global nas regiões em causa, contra 31% em 1994 e uma média de 25% no período de 1989-1993.

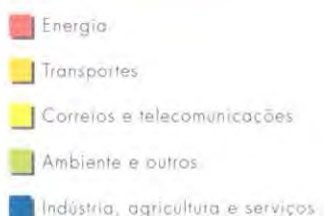
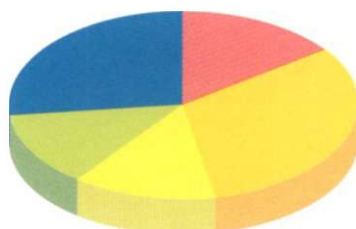
Nas **regiões desfavorecidas** (Objectivo 1), os financiamentos cifraram-se em 5 881 milhões (5 748 milhões em 1994), que representam 33% do montante total concedido na União e 48% da verba canalizada para o desenvolvimento regional (valores idênticos aos de 1994). Metade das verbas destinou-se a infra-estruturas de comunicação e 20% aos sectores produtivos.

Os financiamentos nos **"países da coesão"** (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) ascenderam a 4 648 milhões (4 746 milhões em 1994), que representaram 26% da actividade global e 38% dos montantes canalizados para o desenvolvimento regional.

A acção comunitária concentrou-se de uma forma particular nestes países, cujo PNB *per capita* é inferior a 90% da média da União e que desenvolvem um programa de convergência económica. A duplicação, de 1992 a 1999, das subvenções dos Fundos Estruturais nestes países, associada a um elevado endividamento público, tem-se traduzido num adiamento do recurso aos empréstimos do BEI, aumentando os pedidos de financiamento à medida que as possibilidades de obtenção de subvenções se vão reduzindo ou cessam totalmente.

Há que ter em conta o efeito automático da depreciação das moedas de alguns destes países em relação ao ecu, ao analisar a

**Desenvolvimento regional
1991 - 1995 :
56 607 milhões**



Quadro 5 : Desenvolvimento regional : distribuição por sectores (1995)

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	montante	%	montante	montante	número
Energia	2 009	16,5	1 949	60	44
Transportes	4 385	36,1	4 305	80	198
Correios e telecomunicações	885	7,3	885	—	—
Água e saneamento	1 229	10,1	698	531	1 026
Outras infra-estruturas	385	3,2	268	117	82
Indústria e agricultura	2 534	20,9	1 034	1 499	3 929
Serviços	718	5,9	288	430	3 165
Total	12 144	100,0	9 427	2 717	8 444

evolução das actividades. Com efeito, nos últimos três anos, os financiamentos em moedas nacionais tenderam a aumentar ou a estabilizar-se, enquanto os financiamentos em ecus mantiveram o mesmo nível ou registaram uma descida.

O BEI também analisou, por conta do Fundo de Coesão - ao abrigo do Acordo-Quadro concluído com a Comissão Europeia em 1995 -, o interesse económico e a viabilidade técnica de 25 projectos, situados principalmente na Grécia e em Espanha.

Além disso, o BEI administra por conta dos países da EFTA e da Comunidade (e sem participar na tomada de decisões) um instrumento de assistência financeira instituído para apoiar o desenvolvimento estrutural na Grécia, na ilha da Irlanda, em Portugal e nas regiões desfavorecidas de Espanha. Este instrumento, criado no quadro do acordo relativo ao Espaço Económico Europeu (EEE), permitiu conceder bonificações de juros para oito empréstimos do BEI destinados a projectos na Grécia e em Espanha, no valor de 302 milhões. Foi concedida também uma verba de 68 milhões para seis projectos nestes países, sob a forma de subvenções a cargo de recursos deste instrumento.

Nas zonas afectadas pelo **declínio industrial** (Objectivo 2) e nas zonas de **reconversão rural** (Objectivo 5b), os financiamentos registaram um aumento de 12% em relação a 1994, atingindo os 5 449 milhões.

A análise da distribuição sectorial nestas zonas evidencia a preponderância dos fi-

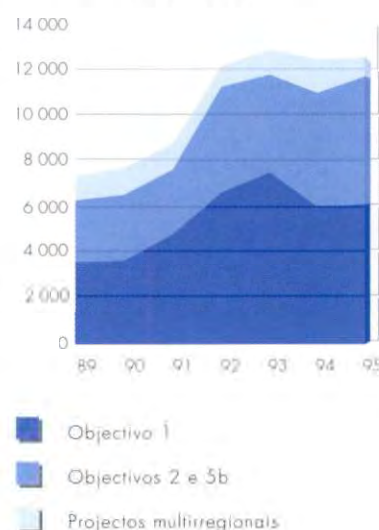
nanciamentos nos sectores produtivos (2 006 milhões, ou seja, 37%), em grande parte atribuível às pequenas e médias empresas (1 406 milhões), seguindo-se, com uma parcela elevada (28%), o sector dos transportes; o restante foi canalizado para projectos energéticos e de gestão da água.

Desde a implementação da reforma dos Fundos Estruturais em 1989, os financiamentos para o desenvolvimento regional atingiram os 71 mil milhões, contribuindo para a realização de projectos cujo custo total orçava em 212 mil milhões. Neste período, 42% das verbas destinaram-se a projectos no domínio dos transportes e das telecomunicações, 15% a projectos energéticos e 13% a projectos no domínio do ambiente. A elevada percentagem de financiamentos para infra-estruturas de base é explicada pela necessidade de suprir as carências das regiões desfavorecidas. Os projectos industriais absorveram 30% do total, destinando-se cerca de metade das verbas a PME.

Inúmeros financiamentos de interesse regional apoiaram também a realização de infra-estruturas de comunicação de interesse europeu ou satisfizeram objectivos de política energética ou de protecção do ambiente.

O relevo dado ao desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões, uma preocupação permanente e a principal missão do BEI, articulou-se, pois, com a acção em favor de outras políticas comunitárias, com vista a reforçar a coesão económica e social da União Europeia.

Distribuição dos financiamentos segundo as zonas de acção dos fundos estruturais 1989 - 1995



Quadro 6 : Financiamentos nas zonas de acção dos Fundos Estruturais

(montantes em milhões de ecus)

	1989 - 1993	1994	1995
Financiamentos em favor do desenvolvimento regional	70 008	12 035	12 143
em percentagem :			
zonas Objectivo 1	53%	48%	48%
zonas Objectivos 2 e 5b	36%	40%	45%
projectos relativos a várias regiões	8%	12%	7%

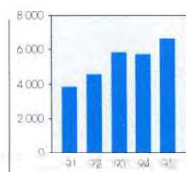
REDES EUROPEIAS NOS DOMÍNIOS DOS TRANSPORTES E DA ENERGIA 1993 - FIM DE MARÇO DE 1996

O mapa a seguir apresenta os financiamentos do BEI para as redes transeuropeias consideradas pelo Conselho Europeu de Essen, pela sua importância para a estruturação do espaço europeu, para o acesso às diferentes regiões e para o estabelecimento de ligações com os países limítrofes.

As cores utilizadas indicam :

preto	traçado das redes transeuropeias prioritárias (RTE)
vermelho	secções destas RTE cujo financiamento já foi aprovado
verde	restantes infra-estruturas e redes de interesse europeu financiadas





O mercado interno europeu, que actualmente abrange quinze países, só poderá funcionar bem se tiver a apoiá-lo redes consistentes de transportes e de telecomunicações que se estendam por toda a Europa. Facilitando a livre circulação de pessoas, bens e informações, as grandes infra-estruturas de comunicação e de transporte de energia, factores determinantes do desenvolvimento regional e do ordenamento do território, contribuem directamente para a integração europeia e para a conclusão do mercado único.

O Conselho Europeu de Essen de Dezembro de 1994 aprovou catorze projectos de grande prioridade no domínio dos transportes, propostos pelo grupo "Christopher", em que o BEI tomou parte activa. Em finais de 1995, o BEI já tinha concedido 4 563 milhões para nove destas RTE. Os restantes projectos, ou já foram aprovados, ou foram examinados pelo Banco, ou estão a ser analisados (ver caixa pág. 12 e mapa pág. 26).

Em 1995, os financiamentos para infra-estruturas europeias de comunicação aumentaram significativamente, cifrando-se em 6 592 milhões, contra 5 698 milhões em 1994. As verbas para os **transportes** ascenderam a 5 494 milhões, destinando-se prioritariamente a eixos rodoviários e ferroviários (4 658 milhões), a maioria dos quais se inscrevia em planos directores europeus: ligações fixas do Grande Belt e do Öresund, comboios de alta-velocidade e linhas clássicas, e diversas ligações por auto-estrada.

No domínio dos transportes aéreos, foram concedidas verbas para a realização de infra-estruturas aeroportuárias (ampliação dos aeroportos de Bordéus, Dublin e Francoforte), para equipamento que melhora a gestão do tráfego aéreo e a respectiva segurança, e para a renovação parcial das frotas de aviões em França e no Reino Unido.

Os financiamentos para projectos de transportes marítimos também registaram um aumento, destinando-se, nomeadamente, à ampliação do porto comercial de Atenas-Pireu e à construção de terminais para navios porta-contentores em Roterdão e em Bremerhaven. O Banco financiou ainda a compra de dois cargueiros *ferries* para melhorar a ligação marítima Irlanda - Reino Unido - Benelux.

No domínio dos **correios e telecomunicações**, após diversos anos de grande actividade, os financiamentos registaram uma descida (1 098 milhões, contra 2 155 milhões em 1994), destinando-se ao prosseguimento dos programas de modernização das redes telefónicas nacionais e internacionais, introduzindo tecnologias de ponta, e a um projecto de modernização das infra-estruturas de distribuição de correio, que se inscreve no contexto mais vasto de reestruturação dos serviços postais no conjunto da União, e que representará uma melhoria substancial em termos económicos.

Quadro 7 : Infra-estruturas europeias de comunicação (1995)

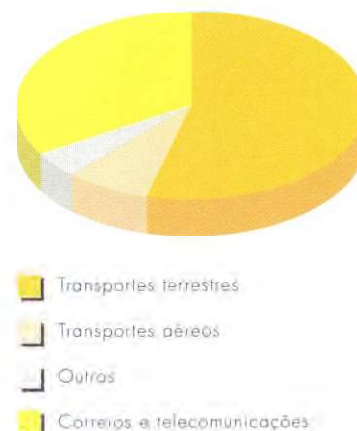
(milhões de ecus)

Transportes	5 494
Grandes obras	400
Caminhos-de-ferro	2 045
Estradas e auto-estradas	2 213
Transportes aéreos	467
Transportes marítimos	368
Telecomunicações	1 098
Redes e centrais	832
Telefones celulares	53
Correios	213
Total (*)	6 592

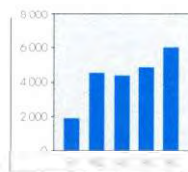
(*) dos quais 56 milhões na forma de créditos no âmbito de empréstimos globais

Nos últimos cinco anos, os financiamentos no domínio das infra-estruturas europeias de comunicação cifraram-se em 27 mil milhões (crescimento anual de 15%), destinando-se aos transportes: redes de estradas e de auto-estradas (7 mil milhões), redes de caminhos-de-ferro de grande velocidade e clássicas (5 mil milhões), grandes projectos como o Túnel da Mancha, ligações fixas no Grande Belt e no Öresund (2 mil milhões), infra-estruturas aeroportuárias e renovação das frotas (2 mil milhões), e transportes marítimos (mil milhões). No domínio dos correios e telecomunicações, os financiamentos destinaram-se à ampliação de redes clássicas, à introdução de processos digitais e de fibras ópticas, à telefonia móvel e a ligações por satélite. Estes financiamentos contribuíram para investimentos no valor global de cerca de 88 mil milhões.

Infra-estruturas europeias de comunicação 1991 - 1995 : 26 886 milhões



PROTECÇÃO DO AMBIENTE



O aumento e a diversificação contínua dos projectos de protecção do ambiente resultam da implementação de

normas comunitárias e nacionais e do desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade do ar e da água, de redução das descargas de efluentes na atmosfera e de melhoria da gestão dos resíduos domésticos e industriais.

Estas iniciativas são complementadas pela prática sistemática do Banco, que consiste em verificar que todos os projectos que lhe são submetidos respeitam a regulamentação nacional e europeia em matéria de ambiente.

Em 1995, o BEI iniciou uma nova fase, concedendo 6 044 milhões para a protecção do ambiente, que representaram mais de um terço da actividade total. Verificou-se um aumento significativo em relação aos três anos anteriores, em que foram concedidos, em média, cerca de 4 500 milhões.

Foram concedidos empréstimos individuais (4 900 milhões) e créditos no âmbito de empréstimos globais (1 144 milhões), para projectos situados nos quinze países da União, que representavam investimentos da ordem dos 18 mil milhões.

Uma parcela importante dos financiamentos (71%) destinou-se a projectos situados nas zonas menos favorecidas.

Cerca de 20% das verbas destinaram-se à instalação de equipamento em centrais térmicas e em refinarias, o qual contribuiu também, pelo facto de economizar energia, para a redução da dependência energética da União Europeia.

Foi abrangida uma vasta gama de actividades, destacando-se a gestão da água e a melhoria dos transportes urbanos e suburbanos.

Os projectos de melhoria do **abastecimento de água potável** e da **recolha e tratamento de águas residuais** absorveram 2 022 milhões.

Muitos destes projectos integravam-se em importantes programas plurianuais, nomeadamente, no Reino Unido, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica e sobretudo, nos novos Estados-membros (projectos situados em Estocolmo, Gotemburgo e Viena, que se inscrevem no contexto mais geral de saneamento do Mar Báltico e do Danúbio).

Foram também financiadas diversas obras de menores dimensões, realizadas por autarquias locais. Em 1995, foram concedidas verbas para cerca de 1 500 pequenas redes de recolha e tratamento de águas residuais (sobretudo na Alemanha, em França e na Bélgica), e para a instalação de equipamento destinado ao tratamento das descargas de efluentes líquidos industriais, em fábricas de papel reciclado na Itália e em diversas fábricas de produtos químicos em França.

Foram igualmente financiados projectos de **incineração de resíduos** domésticos e industriais, que em geral incluíam a produção de calor para as redes de aquecimento urbano, em França (Nantes e Cergy-Pontoise), em Espanha (Madrid e Maiorca), nos Países Baixos (próximo de Nimègue), na Dinamarca (Århus) e na

Quadro 8 : Ambiente e qualidade de vida (1995)

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Ambiente	3 972	2 991	981
Protecção e gestão da água	2 022	1 161	861
Gestão de resíduos	257	217	41
Luta contra a poluição atmosférica	1 441	1 412	29
Outras iniciativas	251	201	50
Ordenamento urbano	2 072	1 909	163
Transportes urbanos e suburbanos	1 769	1 769	—
Outras iniciativas	303	140	163
Total	6 044	4 900	1 144

Alemanha (*Länder* da Renânia do Norte - Vestefália).

Nos últimos cinco anos, os financiamentos destinados a projectos de **redução da poluição atmosférica** têm aumentado constantemente, passando de 383 milhões em 1991, para 1 092 milhões em 1994 e 1 441 milhões em 1995.

633 milhões destinaram-se ao sector industrial, designadamente, à redução das emissões poluentes em refinarias em Cádiz, Tenerife e Huelva, em Espanha; em Kalundborg, na Dinamarca; e em Milazzo e Falconara, na Itália. Estas verbas destinam-se também a melhorar a qualidade dos produtos colocados no mercado, como é o caso de um novo motor de automóvel menos poluente, que está a ser construído no norte da França.

No sector energético propriamente dito, foram concedidos 808 milhões para equipamento de dessulfuração em centrais térmicas (a carvão em Drax, no Reino Unido, e a lignite num *Länder* oriental da Alemanha) e para a reconversão para o gás natural de centrais obsoletas (em Dresden, Potsdam e Dessau).

Os financiamentos para projectos de melhoria da **qualidade de vida urbana** cresceram muito em 1995, pelo segundo ano consecutivo, representando um terço das verbas concedidas para a protecção ambiente (2 072 milhões).

Foram essencialmente financiados projectos de melhoria dos transportes públicos, que

contribuem para um descongestionamento dos centros das cidades, designadamente : prolongamento de linhas de metropolitano em Valência, Bilbao, Atenas e Lisboa, e de carros eléctricos em Rostock; construção de linhas de caminho-de-ferro suburbanas nas principais cidades espanholas, nas áreas metropolitanas de Copenhaga e do Porto e em redor de Helsínquia, no Yorkshire e nos Midlands, e próximo de Nápoles; obras em vias urbanas e construção de parques de estacionamento na aglomeração lionesa.

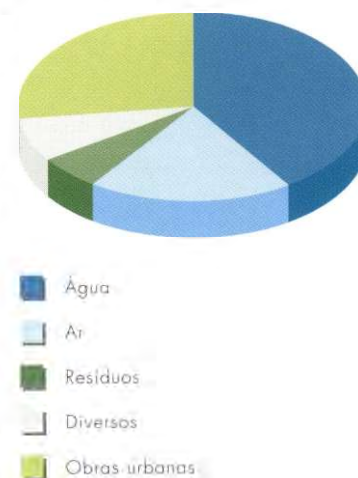
O BEI financiou também obras de reflorestação na Irlanda e em Espanha, que incluíam a construção de caminhos florestais e o desenvolvimento de medidas de combate a incêndios florestais.

Desde 1991, os projectos de protecção do ambiente absorveram cerca de 22 mil milhões, tendo em vista dois objectivos principais : a gestão dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida urbana.

8 851 milhões foram canalizados para grandes programas de tratamento de águas residuais e de protecção dos solos contra a erosão e as inundações, como por exemplo : na Itália, na bacia do Pó, do Tibre e do Arno, na lagoa de Veneza e em vários pontos da costa adriática; no Reino Unido, no conjunto dos condados; e na Alemanha, especialmente nos *Länder* orientais.

No que respeita às obras urbanas, foram concedidos 5 849 milhões para a melhoria dos transportes públicos numa quinzena de grandes cidades.

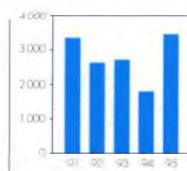
Protecção do ambiente
1991 - 1995 :
21 683 milhões



A Unidade de Avaliação das Operações, recentemente criada no seio do Banco (ver pág. 70), participa activamente na acção empreendida em matéria de protecção do ambiente. Esta Unidade procede a análises *ex-post* dos resultados obtidos na fase de exploração de certos tipos de projectos. Em 1995, foi efectuado o primeiro estudo, sobre estações de tratamento de águas residuais em diversos países da União Europeia.

AVALIAÇÕES EX-POST

OBJECTIVOS INDUSTRIAIS



O exercício de 1995 caracterizou-se por uma retoma da concessão de empréstimos individuais para projectos tendentes a reforçar

a competitividade internacional da indústria comunitária, assim como de créditos em favor de PME, no âmbito de empréstimos globais (assinados em 1995 ou em anos anteriores).

Para melhor responder às necessidades, em Julho de 1995, o BEI decidiu alargar os seus critérios de admissibilidade de forma a incluir o financiamento de projectos nos serviços e na distribuição, por meio de empréstimos globais, assim como o financiamento *ex-ante* da investigação-desenvolvimento.

Em 1995, os financiamentos para a indústria elevaram-se globalmente a 3 450 milhões, sendo duplicados os valores de 1994, ano em que a actividade foi particularmente reduzida (1 791 milhões).

Os **empréstimos individuais** (540 milhões) destinaram-se em grande parte à indústria automóvel (370 milhões): nova fábrica de montagem de veículos automóveis em Melfi (Basilicata) e prosseguimento da construção de fábricas para o respectivo sistema de abastecimento integrado; unidades de fabrico de motores de automóvel comuns a duas empresas e de um novo modelo de caixa de velocidades automática, no norte da França, e construção de um novo tipo de motor numa fábrica em Steyr, na Áustria.

Os restantes empréstimos destinaram-se aos sectores da indústria química e das matérias plásticas, da madeira, da cerâmica, dos têxteis e dos componentes eléctricos. Foram ainda concedidos 29 milhões a pequenas empresas na Itália, para projectos que desenvolviam tecnologias de ponta.

No âmbito de **empréstimos globais**, foram concedidos 11 736 créditos no valor de 2 881 milhões para projectos produtivos de **pequenas e médias empresas**, o que representa um acréscimo de 70% em relação a

1994 (6 776 créditos no valor de 1 693 milhões). As pequenas e médias empresas implantadas em zonas de desenvolvimento regional receberam 7 086 créditos no valor de 1 912 milhões, e as localizadas fora destas zonas, 4 650 créditos no valor de 969 milhões.

Este aumento dos financiamentos decorre, em parte, do interesse suscitado pelo instrumento de bonificação de juros para PME criadoras de empregos.

Foram ainda concedidos créditos para investimentos de PME de uma dimensão um pouco maior, que melhoravam o ambiente ou favoreciam uma utilização racional da energia (52 milhões).

Uma rápida análise das 11 736 PME financiadas em 1995, das quais cerca de 10 000 tinham menos de 250 empregados, destaca a importância das empresas mais pequenas: 85% das verbas (2 457 milhões) destinaram-se a empresas com menos de 50 empregados.

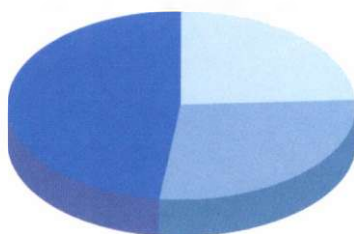
De 1991 a 1995, foi concedido um montante de 10 067 milhões para 39 022 PME; 82% destas tinham menos de 50 empregados e apenas 3% tinham mais de 250, integrando-se frequentemente em sectores trabalho-intensivos.

Quadro 9 : Objectivos industriais (1995)

(milhões de ecus)

Grandes empresas	569
Competitividade internacional e integração europeia	569
Pequenas e médias empresas	2 881
zonas assistidas	1 912
fora das zonas assistidas	969
Total	3 450

Objectivos industriais 1991 - 1995 :
13 459 milhões



- Competitividade das grandes empresas
- PME fora das zonas assistidas
- PME zonas assistidas

As PME com menos de 50 empregados obtiveram 56% das verbas concedidas, o que ilustra bem que as empresas de pequenas

dimensões constituem o principal objectivo dos empréstimos globais.



O Conselho Europeu de Copenhaga de Junho de 1993 decidiu alargar o Instrumento Financeiro de Edimburgo às pequenas e médias empresas criadoras de empregos. Na sequência do parecer favorável do Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros encarregou o BEI da respectiva administração, em Abril de 1994. Em Junho do mesmo ano, o Banco implementou este instrumento de apoio às PME criadoras de emprego, em colaboração com a Comissão Europeia.

Esta iniciativa específica, complementar das medidas tomadas a nível nacional, visava contribuir para o relançamento dos investimentos de pequenas e médias empresas, que constituem um elemento vital do aparelho produtivo em todos os países da União Europeia, e que contribuem de uma forma decisiva para a criação de empregos.

Este instrumento previa a concessão de empréstimos globais pelo BEI, num valor global

de mil milhões, com bonificação de juros a cargo de recursos orçamentais da União Europeia. As PME criadoras de empregos podiam assim beneficiar de créditos no montante máximo de 30 000 ecus por cada posto de trabalho criado, com uma bonificação de juros de dois pontos percentuais durante 5 anos.

O período inicialmente previsto, que terminava em 31 de Julho de 1995, foi prorrogado até Dezembro do mesmo ano, para permitir que os novos Estados-membros (a Áustria, a Suécia e a Finlândia) pudessem beneficiar deste instrumento.

Em finais de 1995, já tinha sido esgotada a verba total prevista de mil milhões, que beneficiou cerca de 4 400 empresas situadas nos quinze Estados-membros e apoiou a criação de cerca de 45 000 empregos.

ESGOTAMENTO DAS VERBAS DO INSTRUMENTO DE EMPRÉSTIMOS BONIFICADOS PARA PME

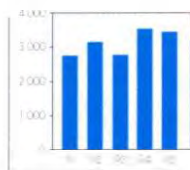


Quadro 10 : Investimentos de pequenas e médias empresas
Créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais em curso

(montantes em milhões de ecus)

	1995				1991 - 1995					
	Total		PME com juros bonificados		Total		Efectivos das empresas			
							empregados<50		50<empregados<250	
	número	montante	número	montante	número	montante	número	montante	número	montante
Bélgica	430	222	140	33	1 285	818	1 009	499	243	250
Dinamarca	249	64	39	13	1 171	264	881	123	265	96
Alemanha	1 119	467	1 094	254	2 213	1 408	1 425	609	569	450
Grécia	19	24	13	17	140	152	73	69	34	31
Espanha	1 136	181	1 035	128	2 741	651	2 382	440	317	180
França	6 180	576	826	126	21 720	1 987	18 725	1 448	2 644	424
Irlanda	141	32	13	8	388	98	365	71	20	21
Itália	1 147	842	321	144	6 909	3 654	5 256	1 828	1 325	1 236
Luxemburgo	3	2	3	1	3	2	1	1	2	2
Países Baixos	33	16	19	10	33	16	9	1	16	11
Áustria	273	136	65	29	737	376	472	143	228	182
Portugal	122	43	8	5	637	251	359	112	193	75
Finlândia	45	10	31	8	45	10	31	4	14	7
Suécia	47	15	48	10	47	15	37	9	9	5
Reino Unido	792	249	695	198	953	364	914	309	26	10
Total	11 736	2 881	4 350	983	39 022	10 067	31 939	5 664	5 905	2 978
%	—	—	—	—	100,0	100,0	81,8	56,3	15,1	29,6

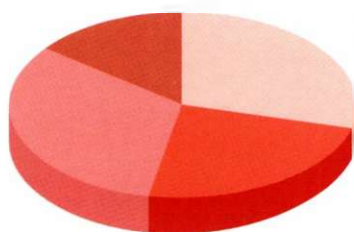
OBJECTIVOS ENERGÉTICOS



Os financiamentos para projectos conformes com os objectivos comunitários no domínio da energia estabeleceram a um nível ligeiramente inferior ao de 1994: 3 433 milhões, contra 3 526 milhões.

Os financiamentos para uma **utilização e uma gestão mais racional** da energia cifraram-se em 1 502 milhões, representando 44% do total.

**Objectivos energéticos
1991 - 1995 :
15 621 milhões**



- Recursos endógenos
- Diversificação das importações
- Gestão e utilização racional
- energia
- indústria

No sector da energia propriamente dito, foram concedidos 990 milhões para a construção de centrais a gás de ciclo combinado, de centrais de co-geração de calor e electricidade, e de incineradoras de resíduos domésticos, e também para a ampliação de redes de transporte e de distribuição de electricidade em Espanha, na Grécia e no Reino Unido, e de redes de aquecimento urbano na Itália, para a interligação das redes sueca e alemã através do Báltico, e para o prosseguimento da reconversão das redes de gás da Saxónia-Anhalt e da zona de Leipzig.

No sector industrial, os financiamentos destinaram-se a obras de racionalização em refinarias na Dinamarca, em Espanha e na Itália, numa siderurgia do Luxemburgo, em fábricas de papel e em diversas pequenas empresas industriais.

O BEI prosseguiu o apoio ao **desenvolvimento de recursos endógenos** (1 037 milhões), nomeadamente, através da valorização do potencial hidroeléctrico, financiando: na Grécia, a construção de uma central no norte do Epiro; na Itália, obras de reabilitação e a construção de uma nova central no Piemonte; na Suécia, a modernização de cinco centrais e a construção de uma nova unidade no norte do país; e na Noruega, a substituição de condutas forçadas, para melhorar o funcionamento e o nível de segurança de unidades existentes.

Foram também concedidos novos empréstimos para a exploração de jazigos de hidrocarbonetos na Itália (em terra e no Mar Adriático) e nos sectores britânico e norueguês do Mar do Norte, participando neste caso o Banco na reabilitação e ampliação do campo de Ekofisk.

Foi também concedido um empréstimo para a construção de uma central térmica a lignite, que substituirá unidades obsoletas poluentes e contribuirá para aproveitar as reservas de lignite disponíveis na região de Lausitz, principal jazigo na parte oriental da Alemanha.

894 milhões foram canalizados para a melhoria e a **diversificação do abastecimento** energético da União Europeia.

Foram financiadas redes de gasodutos, algumas das quais constituem RTE prioritárias (ver mapa pág. 26): em Espanha, a construção do gasoduto Magrebe-Europa (cuja parte marroquina também beneficiou de financiamento) e ligação à rede portuguesa; na Itália, duplicação do gasoduto de transporte de gás argelino através da Tunísia e do Estreito de Messina; na Alemanha, reforço do abastecimento de Berlim com gás proveniente da Rússia.

Entre 1991 e 1995, foram concedidos 5 800 milhões para redes de transporte e de distribuição de gás natural e para redes eléctricas de alta e média tensão.

Quadro 11 : Objectivos energéticos (1995)

(milhões de ecus)

Recursos endógenos	1 037
Hidrocarbonetos	583
Combustíveis sólidos	213
Hidroelectricidade	241
Diversificação das importações	894
Gás natural	894
Gestão e utilização racional ^(*)	1 502
Co-geração de electricidade/calor e redes de aquecimento	426
Centrais a gás de ciclo combinado	34
Transporte e distribuição de electricidade	223
Reconversão de redes de gás	132
Fontes de energia renováveis	175
Economias de energia na indústria	513
Total	3 433

(*) dos quais 113 milhões de ecus na forma de créditos no âmbito de empréstimos globais.

Apresentação por países

Os financiamentos a seguir apresentados incluem os empréstimos individuais (lista pág. 95) e os créditos no âmbito de empréstimos globais em curso (quadros H, I e J pág. 110 e seguintes) concedidos durante o exercício. A respectiva distribuição por países, sectores e objectivos figura nos quadros 3 e 4 (pág. 21 e 23).

* Os projectos integrados nas RTE prioritárias identificadas no Conselho de Essen de Dezembro de 1994 estão assinalados com um asterisco.

Cerca de 80% do montante dos empréstimos individuais concedidos na Bélgica (395 milhões) destinaram-se a projectos no sector dos **transportes**, que melhoram as ligações com os países da União.

Foram concedidos 230 milhões para a primeira fase da realização da rede norte-europeia de comboios de alta velocidade, constituída pela secção entre Bruxelas e a rede francesa* e a respectiva ligação ao Túnel da Mancha. Foi também apoiado o financiamento de um lanço da auto-estrada A8, que liga Bruxelas a Lille e a Liège, da ligação entre as auto-estradas E25 e E40, e da ampliação das instalações do centro de controlo aéreo europeu da Eurocontrol. Foram ainda concedidos 20 milhões no âmbito de empréstimos globais, para obras nas redes rodoviárias regionais.

No sector da **energia**, foram canalizados 34 milhões para a construção de duas centrais a gás natural de ciclo combinado em Drogenbos, próximo de Bruxelas, e em Seraing, próximo de Liège.

O prosseguimento do programa regional de **gestão da água** na Flandres que, melhorando a recolha e o tratamento de águas residuais, contribui para reduzir o teor de poluentes descarregados no Mar do Norte, absorveu 78 milhões; foram ainda concedidos 17 milhões no âmbito de empréstimos globais, para o financiamento de redes locais de adução de água e de tratamento de efluentes.

Na **indústria**, foram concedidos 222 milhões na forma de créditos no âmbito de empréstimos globais, para 430 investimentos de pequena e média dimensão.

BÉLGICA

Contratos assinados : 665,3 milhões

1994 : 615,3 milhões

Empréstimos individuais : 506,2 milhões

Empréstimos globais : 159,1 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 259,3 milhões



Na Dinamarca, cerca de dois terços das verbas concedidas destinaram-se a **infra-estruturas de comunicação** (519 milhões).

No domínio dos transportes, o BEI canalizou 473 milhões para o financiamento de duas obras de grande envergadura : a construção de uma ligação fixa no Øresund, entre Copenhaga e Malmö, na Suécia*, e de outra sobre o Grande Belt. O Banco prosseguiu ainda o financiamento de programas de electrificação dos caminhos-de-ferro e de modernização das telecomunicações, na Zelândia e em Bornholm.

No sector da **energia**, foram concedidos 84 milhões para a construção de centrais a gás natural de co-geração de calor e electricidade, em Silkeborg e Viborg, e para uma incineradora de resíduos sólidos em Århus.

Estes projectos contribuem para a protecção do ambiente, tal como a modernização da refinaria de Kalundborg, que recebeu um empréstimo de 180 milhões.

Foram ainda concedidos créditos no âmbito de empréstimos globais (64 milhões) para 250 pequenas e médias empresas industriais.

DINAMARCA

Contratos assinados : 824,9 milhões

1994 : 849,7 milhões

Empréstimos individuais : 782,4 milhões

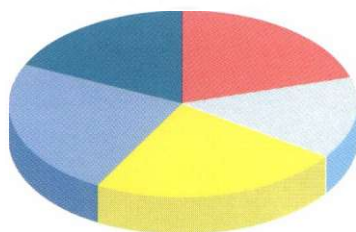
Empréstimos globais : 42,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 64,2 milhões

ALEMANHA

Contratos assinados : 2 715,0 milhões
 1994 : 2 407,9 milhões
 Empréstimos individuais : 1 268,3 milhões
 Empréstimos globais : 1 446,7 milhões
 Créditos no âmbito de empréstimos
 globais : 1 303,1 milhões

Financiamentos nos Länder
 orientais 1990 - 1995 :
 5 262 milhões



Grande parte dos financiamentos na Alemanha destinou-se a projectos nos *Länder* orientais. Mas, considerando o conjunto do país, centrou-se sobretudo em infra-estruturas de gestão da água e de resíduos (939 milhões), na produção e no transporte de energia (626 milhões) e na indústria e nos serviços (776 milhões).

Na *parte ocidental* do território, o BEI contribuiu para o financiamento da ampliação do terminal porta-contentores do porto de Bremerhaven e da do aeroporto de Francoforte (170 milhões).

Foram também financiados projectos de gestão de resíduos líquidos e sólidos no norte da Renânia e na cidade de Constança, e no âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 468 milhões para 220 pequenas estações de tratamento de águas residuais.

Nos sectores produtivos (310 milhões), foi concedido um empréstimo individual para uma fábrica de pneus em Breuberg (Hessen) e foram afectados 305 milhões a 931 pequenas e médias empresas.

Nos *Länder orientais*, foram concedidos 771 milhões na forma de empréstimos individuais e 488 milhões no âmbito de empréstimos globais, principalmente para **infra-estruturas de base**, a maioria das quais contribuía para melhorar o ambiente.

No sector da **energia**, os 579 milhões concedidos destinaram-se sobretudo ao reforço do abastecimento de gás natural : reconversão da rede de transporte e de distribuição em Berlim, em Leipzig e na Saxónia-Anhalt e construção e modernização de centrais de co-geração de calor/electricidade em Berlim, Potsdam, Dresden e Dessau.

Também foram concedidas verbas para o reforço da distribuição de electricidade na região de Leipzig e para a construção de

uma central termoeléctrica a lignite, que substitui unidades obsoletas e poluentes em "Schwarze Pumpe" (Brandeburgo), no coração do principal jazigo de lignite do país.

No domínio da **recolha e tratamento de águas residuais**, o BEI financiou instalações em Eisenach, Saalfeld (Turíngia) e Wittenberg (Saxónia-Anhalt) e no âmbito de empréstimos globais, projectos situados em cerca de 80 localidades (352 milhões).

A melhoria dos transportes públicos de Rostock (Mecklemburgo) e pequenas obras urbanas receberam 77 milhões.

Nos **sectores produtivos**, o BEI concedeu 465 milhões, dos quais 161 milhões se destinaram a 190 pequenas e médias empresas. Os empréstimos individuais centraram-se na modernização de uma fábrica de cabos e em centros logísticos de venda por correspondência e de distribuição de correio, um projecto que abrangia várias regiões do país.

Desde 1990, os *Länder orientais* receberam 5 262 milhões, dos quais 3 713 milhões na forma de empréstimos individuais e 1 549 milhões na de créditos no âmbito de empréstimos globais. Mais de metade das verbas contribuíram para a realização de infra-estruturas de base indispensáveis ao desenvolvimento das actividades económicas e à melhoria do ambiente e das condições de vida das populações : modernização das redes de telecomunicações (1 012 milhões), ampliação das redes de transporte/distribuição de gás natural e construção ou modernização de centrais (1 066 milhões), e instalações de recolha e tratamento de águas residuais (715 milhões, dos quais dois terços se destinaram a 170 pequenas infra-estruturas locais). 75% destes financiamentos concentraram-se na Saxónia, na Saxónia-Anhalt e na Turíngia.

Na Grécia, cujo território é totalmente abrangido pela acção dos Fundos Estruturais (no âmbito do Objectivo 1) e do Fundo de Coesão, a maioria dos projectos financiados beneficiou de subvenções comunitárias, que se inscreviam nos objectivos do segundo Quadro Comunitário de Apoio (1994 - 1999). Neste contexto, o BEI concedeu um grande empréstimo-quadro (210 milhões) para o financiamento de projectos de infra-estruturas de pequena dimensão nos domínios dos transportes, do abastecimento de água e do saneamento, assim como do desenvolvimento urbano e do turismo. Este empréstimo prossegue a acção já iniciada com a concessão de dois empréstimos globais e completa um financiamento a cargo dos Fundos Estruturais.

Em 1995, os empréstimos individuais concedidos no domínio dos **transportes** (181 milhões) destinaram-se ao prolongamento da rede de metropolitano de Atenas, à reconversão em auto-estrada dos lanços Atenas-Corinto e Katerini-Klidi * do eixo Patras-Atenas-Salónica, e à ampliação de um terminal para navios porta-contentores no porto de Atenas-Pireu. No domínio das

telecomunicações (53 milhões), o BEI prosseguiu o financiamento da implantação de redes de telefone celular.

No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 40 milhões para cerca de 1 300 pequenas obras em vias públicas e de saneamento e para outras obras infra-estruturais.

No domínio da **energia**, foram concedidos 36 milhões para a construção de uma pequena central hidroeléctrica no Epiro e para o reforço da rede de transporte/distribuição de electricidade, incluindo a colocação de cabos que asseguram as ligações com as ilhas do Mar Egeu.

Foram ainda concedidos créditos no âmbito de empréstimos globais no valor de 26 milhões, para 20 pequenas e médias empresas da **indústria e dos serviços**.

No âmbito do instrumento financeiro do EEE, foram concedidas subvenções para diversos projectos : obras no porto do Pireu, também financiadas pelo BEI, a restauração de quatro mosteiros no Monte Ato e a central hidroeléctrica de Tsivlos.

GRÉCIA

Contratos assinados : 525,2 milhões

1994 : 535 milhões

Empréstimos individuais : 269,4 milhões

Empréstimos globais : 255,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 66,4 milhões



Tal como nos anos anteriores, os financiamentos em Espanha concentraram-se nas zonas abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais, sobretudo pelo Objectivo 1 (que recebem subvenções comunitárias, particularmente do Fundo de Coesão), para as quais foram canalizados 1 377 milhões; as zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b receberam 759 milhões.

86% das verbas destinaram-se a infra-estruturas : 1 221 milhões no sector dos transportes, 539 milhões no das telecomunicações, 390 milhões no da água e 314 milhões no da energia; 166 milhões destinaram-se a obras florestais e a infra-estruturas diversas.

Nos **transportes**, foram financiadas sobretudo redes de auto-estradas (821 milhões) em todo o território e especialmente no eixo

Lisboa-Valladolid *, assim como no País Basco, na Galiza e na Catalunha. A modernização das redes de caminho-de-ferro suburbanas das nove maiores cidades do país e o prolongamento dos metropolitano de Valência e de Bilbao absorveram 372 milhões. Foram ainda concedidos 28 milhões para o prosseguimento da modernização dos aeroportos de Palma de Maiorca, Barcelona e Málaga.

O BEI prosseguiu o co-financiamento da melhoria da **rede telefónica** (539 milhões).

Foi dada uma atenção particular aos projectos de **tratamento de resíduos urbanos** sólidos e líquidos, com a construção de incineradoras em Maiorca e Madrid e a ampliação das redes de recolha e de **tratamento de águas residuais** na Catalunha, na Anda-

ESPAÑA

Contratos assinados : 2 818 milhões

1994 : 3 011 milhões

Empréstimos individuais : 2 652 milhões

Empréstimos globais : 166 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 241 milhões

ESPAÑA (continuação)

luzia e na província de Valência (294 Milhões).

Foram ainda financiados outros projectos : ordenamento de áreas industriais, obras em vias urbanas, saneamento básico em Aragão, reflorestação e compra de equipamento de combate aos incêndios florestais na Andaluzia, e 68 projectos de pequena e média dimensão (59 milhões no âmbito de empréstimos globais).

Os projectos de infra-estruturas na Galiza e na Estremadura, a reflorestação da Andaluzia, os empréstimos globais para a protecção do ambiente e as obras ferroviárias beneficiaram de bonificações de juros, enquanto as obras de renovação urbana de Gândia e de Vigo e uma rede de vigilância e protecção ambiental das costas obtiveram subvenções.

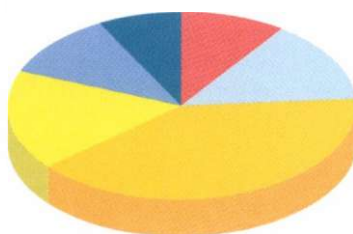


No sector da **energia**, foi concedido um empréstimo de 224 milhões para o financiamento da secção espanhola Tarifa-Córdoba-fronteira portuguesa do gasoduto Magrebe-Europa *, destinado a abastecer a Espanha e Portugal com gás natural argelino. Este empréstimo complementa o empréstimo assinado para o gasoduto de Marrocos (ver pág. 49). Além disso, o BEI apoiou o prosseguimento da distribuição de electricidade na Catalunha e em Navarra e a interligação da rede de transporte de electricidade com a de Portugal *.

Na **indústria**, o BEI financiou equipamento de hidrodessulfuração em refinarias em Tenerife, Cádiz e Huelva, e concedeu 1 136 créditos (181 milhões) para pequenas e médias empresas.

ESPAÑA : 10 ANOS DE ACTIVIDADES

Distribuição sectorial :
1986 - 1995



- Energia
- Água e diversos
- Transportes
- Telecomunicações
- Indústria
- PME

Desde a adesão da Espanha em 1986, foram concedidos 3 biliões de pesetas, ou seja, cerca de 20 mil milhões de ecus, para financiar investimentos no valor de cerca de 8,5 biliões de pesetas (60 mil milhões de ecus). 80% das verbas destinaram-se a projectos situados em áreas abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais comunitários, do Fundo de Coesão e do Instrumento Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEE).

Nos sectores da indústria e dos serviços, os financiamentos destinaram-se a grandes projectos das indústrias aeronáutica e automóvel, a maioria dos quais realizada em colaboração com empresas de outros países europeus. Foram também financiadas a modernização e a reconversão de diversas refinarias para a produção de produtos leves e a sua adaptação às normas ambientais; foram também concedidas verbas para projectos de empresas de dimensão mais pequena, quer directamente (fábricas de material de telecomunicações, de aparelhos electrodomésticos, de produtos farmacêuticos e de papel), quer por meio de empréstimos globais. Estes últimos permitiram financiar 5 000 pequenas e médias empresas, sobretudo nos sectores de produtos alimentares, da metalomecânica, do turismo e dos serviços às empresas.

Estes grandes investimentos nos sectores produtivos foram acompanhados da modernização das infra-estruturas de base, sendo financiados diversos projectos no domínio dos transportes : a linha de alta velocidade Madrid - Sevilha, os transportes públicos de Madrid, Barcelona, Valência e Bilbao, instalações portuárias e a renovação das frotas aéreas. O BEI financiou também a modernização e a ampliação das redes de telecomunicações, incluindo via satélite, e o desenvolvimento das redes de abastecimento de gás e de transporte/distribuição de electricidade. Em todo o país e nas ilhas, foram concedidos empréstimos para o abastecimento de água potável e para a recolha e o tratamento de águas residuais.

Mais de dois terços dos financiamentos concedidos em França destinaram-se a zonas de desenvolvimento regional (1 440 milhões), sobretudo as abrangidas pelos objectivos 2 e 5b dos Fundos Estruturais. O principal sector financiado foi o dos **transportes**, nomeadamente, os acessos regionais e os grandes eixos de interesse comunitário, sendo concedidos 833 milhões, dos quais 160 milhões no âmbito de empréstimos globais.

No domínio ferroviário, o BEI co-financiou o prolongamento da linha de alta-velocidade Paris - Lião - Valência na direcção de Marselha, e também na de Nîmes, que a mais longo prazo deverá chegar a Espanha (149 milhões).

O BEI contribuiu também para o prosseguimento de diversos lanços de itinerários europeus de auto-estrada, alguns dos quais situados na região alpina: duplicação do túnel de Chamoise (A40), auto-estrada "de la Maurienne" (A43), que liga o túnel de Fréjus à rede nacional de auto-estradas, e novo lanço da A51, entre Grenoble e Aix-en-Provence. Foi também prosseguido o financiamento da auto-estrada A39 entre Dôle e Bourg-en-Bresse e na parte norte do país, dos lanços Isle Adam - Amiens - Bolonha da A16, e Le Havre - Yvetot - Saint-Saens da A29.

O BEI concedeu também empréstimos para obras de melhoria da rede rodoviária da Guadalupe e para a ligação entre os Altos-Pirinéus e a Espanha, e através de empréstimos globais, financiou 150 pequenas obras de estrada. Também foram concedidas verbas para a ampliação do aeroporto de Bordéus e para a renovação da frota aérea das linhas regionais.

O BEI prosseguiu o seu apoio à melhoria do ambiente e da qualidade de vida urbana

(335 milhões), financiando obras que melhoram o trânsito e o estacionamento automóvel na aglomeração lionesa, o tratamento de águas residuais em Belfort e de resíduos sólidos urbanos em Nantes e em Cergy-Pontoise, e mais de 1 000 pequenos projectos de abastecimento de água potável e de recolha e tratamento de águas residuais.

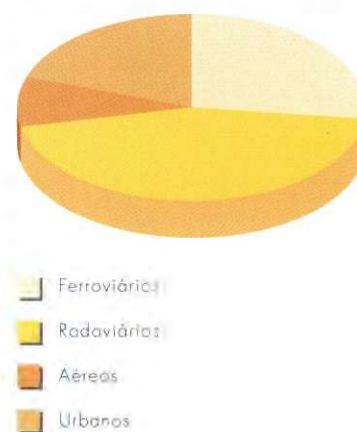
Na **indústria e nos serviços**, foram concedidos empréstimos individuais no valor de 346 milhões para projectos no sector automóvel (fabrico conjunto de motores por duas firmas e aperfeiçoamento de uma nova caixa automática em fábricas do Pas-de-Calais), e no sector da aeronáutica (modernização dos processos de fabrico de motores) e também para a renovação de locais de fabrico de especialidades farmacêuticas. Uma parte importante das verbas destinou-se a equipamento que contribuía para a protecção do ambiente. Foram ainda concedidos 581 milhões no âmbito de empréstimos globais, para 6 183 projectos de pequena e média dimensão, metade dos quais no sector dos serviços.

Nos últimos cinco anos, as infra-estruturas de transportes receberam mais de 5 milhões de ecus. Certos projectos têm uma dimensão europeia, tais como o Túnel da Mancha e a respectiva rede de auto-estradas, as auto-estradas Alpinas ou as linhas de TGV Norte e Mediterrâneo. Outros têm uma importância regional ou até local, como a construção das linhas de carros eléctricos nas cidades de Nantes, Saint-Etienne e Estrasburgo e diversas outras obras. Foram financiados mais de 1 100 projectos de pequena dimensão realizados por autarquias locais, sobretudo obras de estrada, vias urbanas e pequenas instalações portuárias e aeroportuárias.

FRANÇA

Contratos assinados : 2 206,7 milhões
1994 : 2 477,4 milhões
Empréstimos individuais : 1 177,8 milhões
Empréstimos globais : 1 028,9 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais : 920,6 milhões

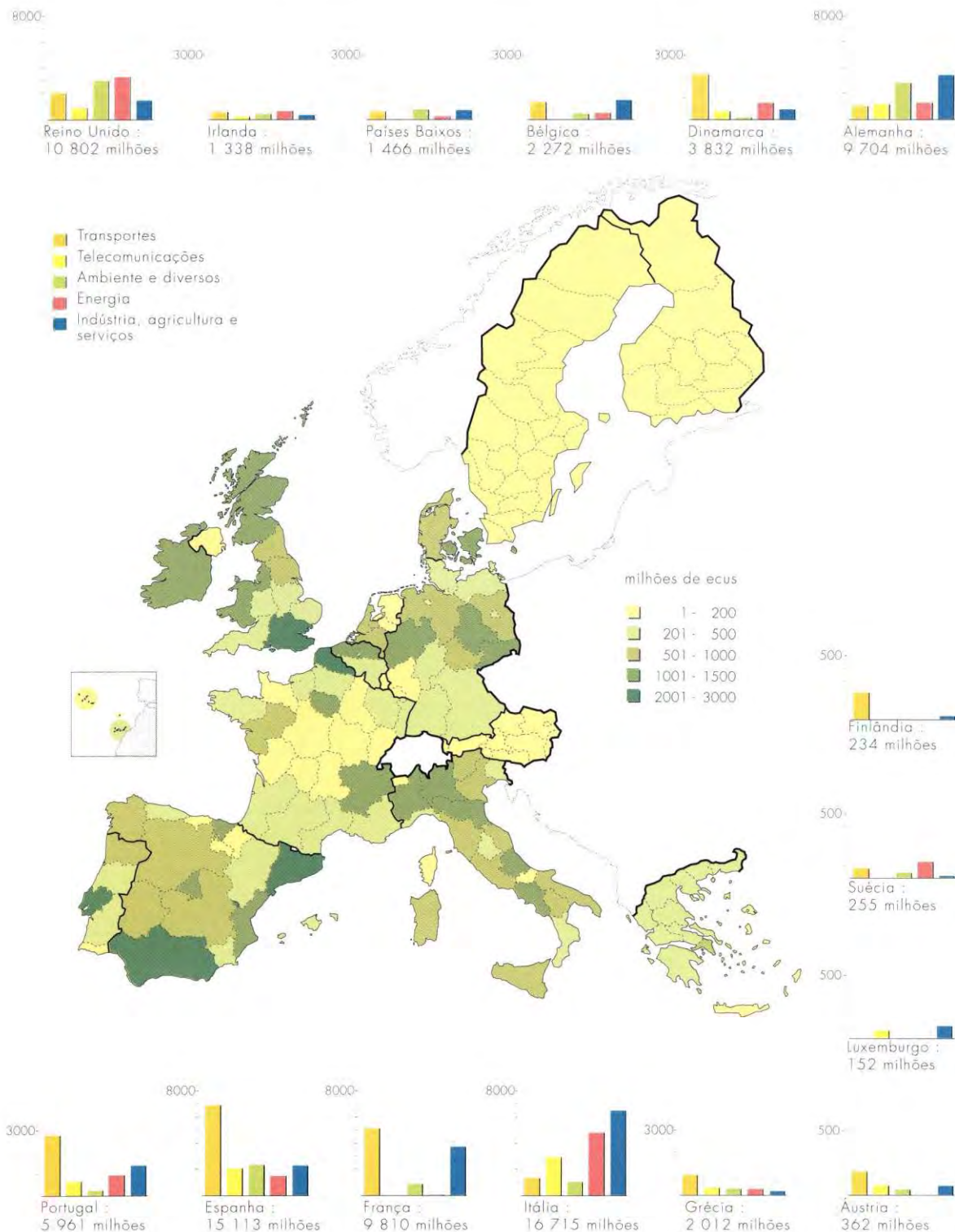
França : sector dos transportes
1991 - 1995 : 5 138 milhões



FINANCIAMENTOS NA UNIÃO EUROPEIA

1991 - 1995

Distribuição regional dos financiamentos e representação gráfica da distribuição sectorial por países (Quadro H, pág. 110)



Na Irlanda, cujo território é totalmente abrangido pela acção dos Fundos Estruturais no âmbito do objectivo 1, os financiamentos destinaram-se sobretudo à melhoria das **infra-estruturas de transportes** (83 milhões).

O BEI prosseguiu o apoio à melhoria da rede rodoviária nacional, à modernização do material rolante na linha de caminhos-de-ferro Dublin-Belfast *, que liga as duas principais cidades da ilha e contribui para a sua aproximação, e à modernização do aeroporto de Dublin. Entre os restantes finan-

ciamentos, destacam-se a nova fase do programa de reflorestação (31 milhões) e a modernização e ampliação de diversos institutos superiores de formação técnica (20 milhões). 141 pequenas e médias empresas absorveram 32 milhões no âmbito de empréstimos globais.

Esta acção em favor das PME poderá ser prosseguida nos próximos anos, graças à assinatura em 1995 de empréstimos globais de um montante muito significativo : 194 milhões, que se destinaram sobretudo a pequenas empresas da indústria e do turismo.

Na Itália, os financiamentos para o **desenvolvimento regional** ascenderam a 2 459 milhões, que representaram 76% do total. As regiões abrangidas pelo objectivo 1 dos Fundos Estruturais absorveram 1 060 milhões, dos quais 959 milhões sob a forma de empréstimos individuais, e as zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, 1 127 milhões. Foram ainda financiados projectos de redes (sobretudo de telecomunicações) em todo o país.

Os empréstimos para infra-estruturas cifram-se em 1 887 milhões e representaram 80% do total dos empréstimos individuais.

O principal sector financiado foi o das **comunicações**, com 1 187 milhões : 940 milhões para os transportes e 247 milhões para o desenvolvimento de redes interurbanas de telecomunicações e para o reforço da capacidade de comutação.

No domínio dos transportes, os financiamentos registaram um grande aumento, destinando-se essencialmente a redes prioritárias ou a projectos directamente relacionados com estas, à modernização do eixo ferroviário do Brenner * e à auto-estrada dos lagos, que melhora o acesso ao aeroporto internacional de Malpensa *. A modernização dos caminhos-de-ferro na Câmpania e nos Abruzzos e a ampliação do terminal de carga intermodal de Bolonha também receberam verbas.

No sector da **energia**, foram concedidos 568 milhões para uma vasta gama de investimentos : exploração de jazigos de hidrocarbonetos, redes de transporte/distribuição de gás natural e em particular, duplicação do gasoduto de transporte do gás argelino, desenvolvimento do potencial hidroeléctrico do Piemonte e da Lombardia, e redes de aquecimento urbano. Foram ainda concedidos 56 milhões no âmbito de empréstimos globais, para 40 pequenas obras, essencialmente de distribuição de gás natural.

Foram também financiadas **obras urbanas** em Ferrara e instalações de **recolha e tratamento de águas residuais** na Campânia e na Lombardia, assim como obras de salvaguarda do património artístico e cultural. A melhoria da rede de caminhos-de-ferro da Campânia contribuirá de uma forma significativa para facilitar o acesso à aglomeração napolitana.

Nos sectores **da indústria e dos serviços**, foram concedidos empréstimos individuais (457 milhões) para projectos nos domínios da química e da petroquímica, das fibras ópticas, dos electrodomésticos, do papel, da indústria da madeira e do vidro, dos têxteis e dos produtos alimentares, incluindo a reconstrução de uma confeitaria em Alba (Piemonte), danificada pelas inundações de 1994.

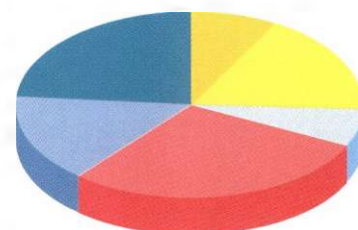
IRLANDA

Contratos assinados : 327,3 milhões
1994 : 291,1 milhões
Empréstimos individuais : 133,4 milhões
Empréstimos globais : 193,9 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais : 32,1 milhões

ITÁLIA

Contratos assinados : 3 434,9 milhões
1994 : 3 099,5 milhões
Empréstimos individuais : 2 271,0 milhões
Empréstimos globais : 1 163,9 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais : 978,1 milhões

Itália : 1991 - 1995
16 714 milhões



- Transportes
- Telecomunicações
- Água e diversos
- Energia
- Indústria e serviços
- PME

ITÁLIA (continuação)

Foram ainda concedidos créditos no valor de 906 milhões no âmbito de empréstimos globais, para 1 169 PME.

Entre 1991 e 1995, o BEI concedeu cerca de 17 mil milhões na Itália : 40% das verbas

destinaram-se ao apoio de investimentos em diferentes sectores da indústria e dos serviços, 32% a projectos de transportes e de telecomunicações e 28% a projectos no sector da energia.

LUXEMBURGO

Contrato assinado : 78,8 milhões

1994 : 5 milhões

Empréstimo individual : 78,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 2,1 milhões

No Luxemburgo, foi assinado um empréstimo de 79 milhões para a construção na siderurgia de Esch-Belval, de um forno de arco voltaico para o fabrico de produtos longos a partir de ferro-velho, que poupará

energia e reduzirá as emissões poluentes. Foram ainda afectados 2 milhões a pequenas e médias empresas criadoras de empregos dos sectores da mecânica e dos componentes de automóvel.

PAÍSES BAIXOS

Contratos assinados : 318,9 milhões

1994 : 399,5 milhões

Empréstimos individuais : 318,9 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 136,8 milhões

Os empréstimos individuais assinados destinaram-se essencialmente ao financiamento de infra-estruturas de **transportes** de interesse europeu (312 milhões).

A construção de um novo terminal para contentores no porto de Roterdão e a compra de supercargueiros para a ligação Hull-Roterdão *, elemento do eixo Irlanda - Reino Unido - Benelux, absorveu 192 milhões.

congestionado, e a construção de um novo túnel de auto-estrada sob o Noordzeekanaal. Este projecto contribuirá para reduzir o congestionamento do trânsito em Amsterdão e reforçará as ligações entre as estradas do norte do país e a rede europeia de auto-estradas.

O BEI financiou também a construção de uma incineradora de **resíduos domésticos** próximo de Nimègue, no Gelderland.

Outros projectos financiados foram a ampliação das instalações de controlo de tráfego do aeroporto de Schiphol-Amsterdão, que facilitará a gestão e aumentará a segurança de um espaço aéreo particularmente

No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 137 milhões para 276 pequenas e médias empresas da **indústria** e dos serviços.



ÁUSTRIA

Contratos assinados : 241,9 milhões

1994 : 89,5 milhões

Empréstimos individuais : 199,2 milhões

Empréstimos globais : 42,7 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 16,2 milhões

1995 marcou os primeiros financiamentos do BEI na Áustria como Estado-membro da União Europeia. Foram concedidas verbas para a modernização da **linha ferroviária** principal de Viena a Tarvisio, na fronteira italiana (107 milhões) e para estações de **tratamento de águas residuais** na área metropolitana de Viena (39 milhões), para reduzir a descarga de efluentes no Danúbio.

No sector da **indústria**, foi concedido um empréstimo de 53 milhões para a construção de um novo motor de automóvel numa fábrica em Steyr, zona assistida no contexto do desenvolvimento regional.

No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 16 milhões para 33 projectos de pequena e média dimensão na indústria e nos serviços.

Em Portugal, país que é totalmente abrangido pela acção dos Fundos Estruturais comunitários no âmbito do Objectivo 1 e pela acção do Fundo de Coesão, os financiamentos do Banco destinaram-se quase exclusivamente ao reforço das infra-estruturas, sobretudo no sector dos **transportes**. Neste domínio, as verbas cifraram-se em 993 milhões, que representam 81% do total, e não só contribuem para o desenvolvimento regional, mas também promovem as trocas com outros países da União Europeia; foi financiada a melhoria de diversas secções de estradas nacionais e regionais, incluindo o eixo Valladolid - Lisboa *.

Diversos empréstimos destinaram-se à área metropolitana de Lisboa : construção da linha férrea entre Chelas e Coina, que passará na Ponte sobre o Tejo, e da nova ponte a oriente da cidade, reabilitação urbana com vista à Exposição Mundial de 1998 e construção da linha D do metropolitano. Esta nova linha, que dará acesso à Expo'98, inclui a construção no Cais do Sodré de um *interface*, que facilita a transferência entre diferentes meios de transporte (comboio, metropolitano e autocarro). Na região do Porto, foram financiadas a modernização da linha ferroviária do Douro e a melhoria das vias de cintura do Porto.

PORTUGAL

Contratos assinados : 1 231,6 milhões

1994 : 1 109,7 milhões

Empréstimos individuais : 1 193,3 milhões

Empréstimos globais : 38,3 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 59,6 milhões

Desde a adesão, Portugal recebeu 1,6 biliões de escudos (9 mil milhões de ecus). Estas verbas apoiaram investimentos no valor global de cerca 4 biliões de escudos (22 mil milhões de ecus), que representam uma parcela elevada do investimento total realizado no país nos últimos cinco anos (na ordem de 20% da FBCF). Sensivelmente 50% dos projectos financiados desde 1989 beneficiaram de subvenções dos Fundos Estruturais comunitários, assim como, nos últimos anos, do Fundo de Coesão e do Instrumento Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Cerca de 75% das verbas destinaram-se ao reforço das infra-estruturas de base essenciais ao desenvolvimento do país, principalmente das redes rodoviárias nos eixos prioritários de acesso a Lisboa e ao Porto e nas ligações com Espanha e França, e da rede nacional e secundária. As principais linhas férreas também receberam vários financiamentos.

A área metropolitana de Lisboa concentrou cerca de um terço das verbas, devido ao seu rápido desenvolvimento económico e urbano. O BEI financiou o prolongamento do metropolitano, a construção da segunda ponte sobre o Tejo, vias circulares e um grande programa de ordenamento da área a leste de Lisboa, onde se realizará a Expo'98.

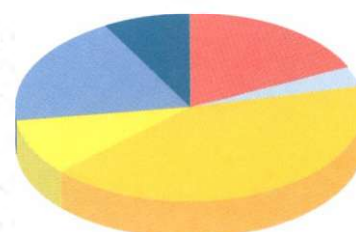
Foi também financiada a melhoria de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias que asseguram as ligações com os Açores e a Madeira, assim como das redes de telecomunicações.

No domínio da energia, foram concedidos empréstimos para a produção, transporte e distribuição de electricidade e para a introdução do gás natural em diversas regiões.

Na indústria e nos serviços, o BEI co-financiou importantes projectos no sector automóvel e o aproveitamento de uma mina de cobre, assim como investimentos nos domínios dos recursos florestais (produção de madeira, de cortiça e de papel), de produtos de grande consumo e do turismo (hotéis situados na capital, na costa algarvia e ao longo das auto-estradas), essencialmente da iniciativa de PME. Das 2 260 empresas financiadas a grande maioria era PME.

PORTUGAL : 10 ANOS DE ACTIVIDADE

Distribuição sectorial :
1986 - 1995



- Energia
- Água e diversos
- Transportes
- Telecomunicações
- Indústria
- PME

PORTUGAL (continuação)

O BEI participou nas obras de reconstrução das infra-estruturas e habitações danificadas pelo ciclone de Outubro de 1993, na Ilha da Madeira, concedendo um empréstimo de 21 milhões, que beneficiou de bonificação de juros a cargo de recursos do orçamento comunitário.

No sector da **energia**, foram concedidos 121 milhões para a instalação de redes de transporte e distribuição de gás natural no

litoral *, no centro e no sul do país, que serão ligadas ao Gasoduto Magrebe-Europa. Foram ainda concedidos 13 milhões no âmbito de empréstimos globais para pequenos projectos.

Na **indústria e nos serviços**, foi concedido um empréstimo individual de 7 milhões para a construção de hotéis ao longo da rede de auto-estradas, e 123 PME receberam créditos no valor de 46 milhões.

FINLÂNDIA

Contratos assinados : 179,1 milhões
1994 : 60,2 milhões
Empréstimos individuais : 163,5 milhões
Empréstimos globais : 15,7 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais : 10,5 milhões

No primeiro ano depois da adesão à União Europeia, a Finlândia recebeu 149 milhões, que se destinaram a **infra-estruturas** e designadamente, a dois projectos integrados no Triângulo Nórdico : melhoria de lançamentos da auto-estrada E18 que liga Stavanger, na Noruega, a São Petersburgo na Rússia, via Oslo, Estocolmo e Helsínquia *, e modernização de secções do eixo ferroviário sul, Turku - Helsínquia - fronteira russa *.

Na **indústria**, foram concedidos 25 milhões para o financiamento de investimentos na protecção do ambiente e em economias de energia numa siderurgia em Imatra, no sudeste do país, e para 46 projectos de pequena dimensão financiados no âmbito de empréstimos globais.

SUÉCIA

Contratos assinados : 273,1 milhões
1994 : 15,3 milhões
Empréstimos individuais : 225,4 milhões
Empréstimos globais : 47,7 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais : 14,8 milhões

Todos os financiamentos na Suécia, novo Estado-membro, destinaram-se a **infra-estruturas**.

No sector da **energia**, o BEI concedeu 111 milhões para o prosseguimento da colocação no Báltico de um cabo que permite as trocas de electricidade com a Alemanha, e para a valorização do potencial hidroeléctrico, mediante construção de uma nova central e modernização de cinco centrais no norte do país.

Os 76 milhões concedidos no domínio dos **transportes** destinaram-se à parte sueca do

projecto de construção de uma ligação permanente entre a Dinamarca e a Suécia, através do Öresund * (69 milhões), e à modernização de uma parte da linha de caminhos-de-ferro de acesso à costa leste.

Foram ainda concedidos 39 milhões para estações de **tratamento de águas residuais** em Estocolmo e Gotemburgo.

No âmbito dos empréstimos globais assinados em 1995, foram concedidos os 48 primeiros créditos (15 milhões) para iniciativas de pequena e média dimensão.

Os empréstimos individuais no Reino Unido destinaram-se essencialmente a infra-estruturas nos domínios da energia, da gestão da água e dos transportes (1 589 milhões).

No sector da **energia**, foram concedidos 636 milhões para o aproveitamento de jazigos de hidrocarbonetos no sector britânico do Mar do Norte, assim como para a produção, transporte e distribuição de electricidade. No quadro das medidas destinadas a reduzir as emissões poluentes, o BEI também financiou a instalação de equipamento de dessulfuração na central eléctrica a carvão de Drax, a maior da Europa.

Foram ainda concedidos 564 milhões para obras de **abastecimento de água e de tratamento de águas residuais** em North-East, North-West, East Anglia, Essex e País de Gales.

Nos últimos cinco anos, cerca de 2 400 milhões de ecus foram canalizados para diversos investimentos neste domínio: redes de adução de água potável, obras de recolha e

tratamento de águas residuais, obras de protecção do litoral e melhoria da qualidade das águas costeiras.

No sector dos **transportes**, foram concedidos 389 milhões para a construção de uma linha de metropolitano ligeiro entre Wolverhampton e Birmingham, o prosseguimento da construção da segunda ponte de auto-estrada no estuário do Severn, a melhoria da rede de transporte rodoviário e ferroviário no North-West e a modernização de secções da rede ferroviária no West-Yorkshire. Também foi financiado o prosseguimento da modernização da frota aérea, assim como a compra de cargueiros *roll-on roll-off* para a ligação Hull - Roterdão *.

No domínio da **indústria**, os financiamentos orçaram em 330 milhões, sendo concedidos empréstimos individuais para oficinas de manutenção de aviões no aeroporto de Cardiff, fábricas de sistemas ópticos avançados e fábricas de sistemas electrónicos na Escócia, e também créditos no âmbito de empréstimos globais, para 794 projectos de empresas de pequena e média dimensão.

♦ ♦ ♦

Fora do território dos Estados-membros, o BEI concedeu, ao abrigo do artigo 18º dos Estatutos, empréstimos em dois países da EFTA.

Na **Noruega**, foram concedidos 289 milhões para a reabilitação e ampliação do complexo Ekofisk de produção de petróleo e de gás (financiado pelo Banco desde 1974 devido ao seu interesse para o abastecimento energético da União Europeia) e para a substituição de condutas forçadas em centrais hidroeléctricas.

Na **Islândia**, um projecto de melhoria de infra-estruturas rodoviárias, sobretudo na área de Reykjavik e do respectivo aeroporto (ponto de contacto do país com a União Europeia), recebeu um empréstimo de 40 milhões.

O BEI prosseguiu ainda o financiamento (190 milhões) do **gasoduto Magrebe - Europa ***, que transporta o gás natural argelino para a Espanha, através de Marrocos e do Estreito de Gibraltar (a parte espanhola deste projecto também foi financiada).

REINO UNIDO

Contratos assinados : 2 243,9 milhões

1994 : 2 454,7 milhões

Empréstimos individuais : 1 670,4 milhões

Empréstimos globais : 573,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais : 248,8 milhões



BÁLTICO :
UMA ACÇÃO CONJUNTA
EM PROL DO AMBIENTE ...



... E DAS INFRA-ESTRUTURAS
DE COMUNICAÇÃO

A região do Báltico reveste-se de uma importância crescente para a União Europeia e os países seus parceiros. Exceptuando a Rússia, todos os países ribeirinhos são membros da União (Alemanha, Dinamarca, Suécia e Finlândia), ou são signatários de Acordos Europeus (Polónia, Lituânia, Letónia e Estónia). Os investimentos financiados pelo Banco nesta região visam essencialmente os seguintes objectivos prioritários :

- sustentar ou até reduzir a degradação do ambiente no Mar Báltico e nas regiões industrializadas limítrofes,
- reforçar nestes países, assim como no conjunto dos países da Europa Central e Oriental, o respeito pelas normas ambientais comunitárias, sobretudo na perspectiva da adesão destes países,
- reforçar as comunicações internas e com o resto da União.

Por força da sua amplitude, os problemas ambientais devem ser considerados a nível regional. Por esta razão, o BEI tem participado activamente, desde 1992, no "Baltic Sea Joint Comprehensive Action Programme". Neste contexto, aprovou o financiamento de estações de tratamento de águas residuais em Varsóvia e em Estocolmo, assim como em diversas cidades e regiões do norte da Alemanha, especialmente em Greifswald, Schwerin, Kiel e Lübeck. O BEI já controlou, em colaboração com a Comissão Europeia, a execução de estudos que definiam programas de investimento para a Bacia do Elba e a do Oder (a qual cobre cerca de um terço da Polónia) e para certas regiões da Alemanha e da República Checa.

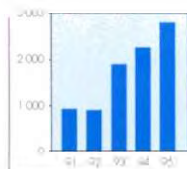
Para além disso, foram concluídos empréstimos globais destinados especificamente a financiar medidas de protecção do ambiente na Suécia, na Finlândia, na Polónia e na Letónia. De referir ainda a reabilitação da rede de aquecimento urbano de Pärnu na Estónia, e medidas de protecção do ambiente empreendidas no complexo siderúrgico de Imatra, situado na costa Báltica, no sudeste da Finlândia.

Uma parte importante das actividades realizadas no âmbito da cooperação transfronteiriça nos Estados Bálticos e na região costeira da Polónia, que foram iniciadas em 1994, será consagrada a iniciativas de protecção do ambiente, em sinergia com o programa LIFE II (1996-1999), que visa reforçar as estruturas de controlo da aplicação da política de ambiente e reduzir as diversas formas de poluição. Além disso, estão previstos financiamentos na ordem dos 5 300 milhões durante o período 1994-1999, nas regiões ribeirinhas do Mar Báltico abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais.

Entre os grandes projectos actualmente desenvolvidos pelas autoridades da região, de referir o desenvolvimento portuário, as telecomunicações, a rede eléctrica do Báltico, os grandes eixos rodoviários, tais como a Via Báltica e a Via Hanseática, e secções de caminho-de-ferro e de auto-estrada.

O Banco já financiou projectos que visam estes objectivos, especialmente na Lituânia (ampliação e modernização do aeroporto de Vilnius e do porto de Kleipeda) e na Estónia (terminal portuário de Muga), aos quais se adicionam diversos projectos que visam facilitar as trocas de energia eléctrica por cabo submarino através do Báltico e melhorar a segurança do tráfego aéreo na região, e investimentos em diversas secções das redes rodoviárias e ferroviárias do litoral da Polónia e da Finlândia, que prolongam o "Triângulo Nórdico".

FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPEIA



Os financiamentos no exterior da União Europeia ascenderam a 2 805 milhões, sendo 2 557 milhões concedidos sob a forma de empréstimos a cargo de recursos próprios do BEI e 248 milhões sob a forma de operações de capitais de risco a cargo de recursos orçamentais comunitários ou dos Estados-membros. ♦ Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), os financiamentos cifraram-se em 430 milhões (462 milhões em 1994), sendo 225 milhões concedidos na forma de capitais de risco por conta do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). ♦ Deu-se início às actividades na África do Sul, sendo concedidos os primeiros empréstimos (45 milhões). ♦ Nos países da Bacia Mediterrânica, os financiamentos orçaram em 1 038 milhões (607 milhões em 1994), dos quais 23 milhões a cargo de capitais de risco. ♦ Nos países da Europa Central e Oriental, foram concedidos 1 005 milhões. ♦ Na América Latina e na Ásia, foram concedidos 288 milhões. ♦ A maioria dos projectos de investimento foi financiada conjuntamente com instituições financeiras bilaterais dos Estados-membros, a Comissão Europeia, o Banco Mundial e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento; a cooperação já existente com o BERD foi reforçada, com vista a coordenar os financiamentos nos países da Europa Central e Oriental.

Em 1995, foram efectuados os primeiros financiamentos na **África do Sul**, para apoiar a transição para a democracia e contribuir para o Programa de Reconstrução e de Desenvolvimento. Foram concedidos empréstimos globais a cargo de recur-

sos próprios no valor de 45 milhões, para projectos de infra-estruturas de pequena dimensão, principalmente de gestão da água (30 milhões), e para investimentos de pequena e média dimensão nos sectores produtivos (15 milhões).

Nos **Estados ACP e PTU**, o exercício de 1995 foi marcado por uma consolidação das actividades. Foram assinados contratos de financiamento em 29 Estados ACP (pela primeira vez no Haiti) e num PTU, no âmbito da Quarta Convenção de Lomé (205 milhões na forma de empréstimos a cargo de recursos próprios, com bonificação de juros, e 194 milhões em capitais de risco) e ainda no âmbito da Terceira Convenção (31 milhões em capitais de risco).

Na maioria dos países, os projectos foram financiados com capitais de risco; exclusivamente em 19 países (178 milhões) e combinados com empréstimos a cargo de recursos próprios em cinco países (138 milhões). Em seis países, foram unicamente concedidos empréstimos a cargo de recursos próprios (114 milhões).

Do ponto de vista sectorial, mais de um terço dos financiamentos destinou-se a infra-estruturas de base (291 milhões). O sector da energia, nomeadamente, a produção e o transporte de electricidade e a exploração de hidrocarbonetos, absorveu 108 milhões. Os projectos de adução de água potável e de tratamento de águas residuais receberam 105 milhões e os de infra-estruturas de comunicação, 78 milhões.

Nos domínios da indústria, da agricultura, das pescas e dos serviços, foram concedidos 68 milhões na forma de empréstimos individuais e 71 milhões na forma de empréstimos globais, implementados em colaboração com bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, e destinados ao financiamento de pequenas e médias empresas. Estas receberam 38 créditos (23 milhões).

ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO



Quadro 12 : Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 27 de Março de 1996

(milhões de ecus)

		Recursos orçamentais				
		Período de vigência	Empréstimos com recursos próprios BEI ⁽¹⁾	Operações com capitais de risco ⁽²⁾	Ajudas não reembolsáveis ⁽³⁾	Total
Tipos de acordo						
Estados ACP - PTU						
ACP	-1º protocolo financeiro	1996	1 200	825	9 975 ⁽⁴⁾	12 000
PTU	Convenção de Lomé IV	1996	25	25	115 ⁽⁴⁾	165
	Decisão do Conselho					
-2º protocolo financeiro						
ACP	Convenção de Lomé IV	2000	1 658	1 000	11 967 ⁽⁴⁾	14 625
PTU	Decisão do Conselho	2000	35	30	135 ⁽⁴⁾	200
África do Sul						
	Decisão do Conselho	1997	300	—	—	300
Bacia Mediterrânica ⁽⁵⁾						
Turquia	Acção especial de cooperação financeira ainda não executada	2000	750	—	—	—
Argélia	4º protocolo financeiro	1996	280	18	52	350
Marrocos	"	"	220	25	193	438
Tunísia	"	"	168	15	101	284
Egipto	"	"	310	16	242	568
Jordânia	"	"	80	2	44	126
Libano	4º protocolo financeiro	1996	45	2	22	69
Síria	3º protocolo financeiro	1996	110	2	34	146
"	4º protocolo financeiro	1996	115	2	41	158
Israel	4º protocolo financeiro	1996	82	—	—	82
Gaza et Cisjordânia ⁽⁶⁾	Decisão do Conselho	1998	250	—	250	500
Malta	4º protocolo financeiro	1998	30	2	13	45
Chipre	4º protocolo financeiro	1998	50	2	22	74
Vertente "horizontal" extraprotocolo		1996	1 800	25	205 ⁽⁷⁾	2 030
Países da Europa Central e Oriental						
Hungria, Polónia, República Eslovaca, República Checa, Bulgária, Roménia, Estónia, Letónia, Lituânia e Albânia		1996	3 000	—	—	3 000
Eslovénia	Protocolo financeiro	1997	150	—	20 ⁽⁸⁾	170
Países da América Latina e da Ásia						
Decisão do Conselho ⁽⁹⁾		1996	750	—	—	750

(1) Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do FED, quando se trate de projectos nos Estados ACP e PTU, e por conta de recursos do orçamento comunitário, quando se trate de projectos em certos países da Bacia Mediterrânica. Os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

(2) Concedidas e geridas pelo BEI.

(3) Concedidas e geridas pela Comissão Europeia.

(4) Inclui as verbas destinadas a bonificações de juros dos empréstimos do BEI.

(5) As verbas disponíveis no âmbito dos protocolos financeiros anteriores poderão

ser utilizadas simultaneamente, quer se trate da totalidade das dotações previstas ou de saldos por afectar.

(6) O montante dos financiamentos a cargo de recursos próprios será imputado na da vertente extraprotocolo.

(7) Dos quais 100 milhões na forma de bonificações de juros para os empréstimos do BEI no sector do ambiente.

(8) Unicamente para bonificações de juros dos empréstimos do BEI para projectos de transportes de interesse comum.

(9) Renovação em fase de negociação.

De 1991 a 1995, grande parte dos montantes previstos no Primeiro Protocolo da Quarta Convenção de Lomé foi comprometida : 878 milhões dos 1 225 milhões previstos a cargo de recursos próprios e 686 milhões dos 850 milhões previstos a cargo de capitais de risco.

As verbas foram canalizadas para infra-estruturas de base necessárias ao desenvolvimento económico : sistemas de adução de água potável e de recolha e tratamento de águas residuais (184 milhões), equipamento de produção e de transporte/distribuição de electricidade, desenvolvimento de

recursos petrolíferos (505 milhões) e infra-estruturas de comunicação, especialmente linhas de caminho-de-ferro e aeroportos (178 milhões).

O sector industrial absorveu verbas significativas : 306 milhões na forma de empréstimos individuais para projectos de valorização de recursos mineiros, de transformação de produtos alimentares e de curtumes, e para a construção de hotéis, e 14 milhões na forma de créditos no âmbito de empréstimos globais concluídos com instituições financeiras locais, em favor de cerca de 430 pequenas empresas.

Em **ÁFRICA**, os financiamentos destinaram-se a dezoito países e cifraram-se em 312 milhões (138 milhões a cargo de recursos próprios e 174 milhões a cargo de capitais de risco).

No que se refere aos Estados ACP signatários da **Convenção de Lomé**, as actividades prosseguiram com dinamismo na África austral, desenvolveram-se na África ocidental e retomaram na África central, onde o BEI não intervinha há muitos anos.

Os financiamentos na **África Austral** ascenderam a 125 milhões (dos quais 31 milhões em capitais de risco), destinando-se a projectos de gestão da água potável no **Botsuana** e de tratamento de águas residuais na **Maurícia**, à reabilitação de uma central hidroeléctrica no **Zimbabwe**, à modernização da rede telefónica na **Namíbia**, e a obras portuárias em Port Louis, na Maurícia. Foram também financiados diversos projectos nos sectores produtivos, nomeadamente : processamento de castanhas de caju em **Moçambique** e viveiros de camarões em **Madagáscar**, curtumes na Namíbia e fiação de algodão na **Zâmbia**, país onde foram também concluídos empréstimos globais, tal como na **Suazilândia**.

Na **África Ocidental**, os financiamentos cifraram-se em 114 milhões, dos quais 78 milhões a cargo de capitais de risco. Foram assinados contratos relativos a dois projec-

tos regionais que associavam dois países vizinhos : a reabilitação da linha de caminho-de-ferro entre Abiján, na **Costa do Marfim**, e Kaya, no **Burkina Faso**, e a interligação das redes eléctricas destes dois países (26 milhões no total). Ainda na Costa do Marfim, foram concedidas verbas para o desenvolvimento de jazigos de hidrocarbonetos e para a modernização de unidades de processamento de cacau e de fabrico de matérias plásticas. Foram ainda concedidas verbas para um empreendimento hidroeléctrico na **Guiné**, a modernização da rede de abastecimento de água de Dacar e a renovação de diversos aeroportos no **Senegal**, e também para o reforço das telecomunicações no Burkina Faso. Foi ainda concedido um empréstimo global no **Gana**.

Na **África Oriental**, foram concedidos 46 milhões a cargo de capitais de risco, para a modernização das infra-estruturas aeroportuárias da **Etiópia** (21 milhões) e para a reabilitação de hotéis situados nas reservas de animais da **Tanzânia**. Foram concedidos dois empréstimos globais no **Uganda** e na Tanzânia.

Na **África Central**, foram concedidos 27 milhões a cargo de recursos próprios e de capitais de risco, para a ampliação da rede eléctrica de Douala, e para uma fábrica de colas nos **Camarões**, assim como para a reabilitação de instalações de produção e distribuição de electricidade em **São Tomé e Príncipe**.

ACP : 1991 - 1995
1 763 milhões



Nas **CARAÍBAS** (61 milhões, dos quais 28 milhões em capitais de risco), os financiamentos centraram-se na gestão de recursos hídricos e de resíduos nas **Baamas**, na **Antígua**, em **Granada** e na **Guiana**, assim como nos transportes, incluindo a ampliação do aeroporto de **São Cristóvão e Nevis** e a extensão da zona portuária de Montego Bay na **Jamaica**. Foram assinados empréstimos globais na Guiana, na **República Dominicana** e em **Haiti**. Foi ainda financiada uma exploração aquícola no **Suriname**.

No **PACÍFICO**, foram concedidos 54 milhões (dos quais 21 milhões em capitais de risco); um projecto de exploração de uma mina de ouro na ilha de Lihir, na **Papuaásia-Nova Guiné**, recebeu 46 milhões, dos quais 25 milhões a cargo de recursos próprios. Em **Fiji**, o Banco financiou a modernização da rede telefónica e um estudo de viabilidade relativo a obras portuárias.

Nos **PTU**, foram concedidos dois empréstimos globais de 2,5 milhões para o financiamento de pequenas e médias empresas nas **Antilhas Neerlandesas**.

Quadro 13 : Financiamentos no exterior da União Europeia (1995)

(milhões de ecus)

	Total	Recursos próprios	Capitais de risco	Empréstimos individuais				Empréstimos globais
				Energia	Transportes e telecomunicações	Gestão da água	Indústria, agricultura e serviços	
África, Caraíbas e Pacífico	430	205	225	108	78	105	68	71
África	312	138	174	108	68	71	21	44
Caraíbas	61	33	28	—	2	34	1	25
Pacífico	54	33	21	—	8	—	46	—
PTU	3	1	2	—	—	—	—	3
África do Sul	45	45	—	—	—	—	—	45
Mediterrâneo	1 038	1 015	23	149	210	258	296	125
dos quais extraprotocolo : 718								
Egipto	220	296	6	—	—	—	296	—
Marrocos	165	245	—	—	165	40	—	40
Argélia	100	100	—	100	—	—	—	—
Turquia	94	94	—	14	—	80	—	—
Tunísia	55	73	8	15	35	—	—	23
Libano	10	73	3	—	10	60	—	3
Israel	10	68	—	—	—	35	—	33
Jordânia	13	38	—	20	—	18	—	—
Gaza	26	26	6	—	—	—	—	26
Malta	15	15	—	—	—	15	—	—
Chipre	10	10	—	—	—	10	—	—
Europa Central e Oriental	1 005	1 005	—	290	400	—	—	315
República Checa	260	260	—	200	60	—	—	—
Hungria	200	200	—	—	50	—	—	150
Roménia	175	175	—	60	115	—	—	—
Polónia	140	140	—	—	40	—	—	100
República Eslovaca	80	80	—	30	—	—	—	50
Bulgária	60	60	—	—	60	—	—	—
Albânia	34	34	—	—	29	—	—	5
Eslovénia	32	32	—	—	32	—	—	—
Lituânia	19	19	—	—	14	—	—	5
Estónia	5	5	—	—	—	—	—	5
América Latina e Ásia	288	288	—	143	52	93	—	—
Argentina	76	76	—	—	—	76	—	—
China	55	55	—	55	—	—	—	—
Indonésia	46	46	—	46	—	—	—	—
Peru	27	27	—	—	27	—	—	—
Filipinas	25	25	—	—	25	—	—	—
Paquistão	24	24	—	24	—	—	—	—
Tailândia	18	18	—	18	—	—	—	—
Paraguai	17	17	—	—	—	17	—	—
Total	2 805	2 557	248	689	740	456	364	556

Os financiamentos nos **países da orla mediterrânica** cifraram-se em 1 038 milhões, dos quais 23 milhões a cargo de recursos orçamentais. Mais de dois terços da verba total (718 milhões) foram concedidos no âmbito da vertente horizontal "extraprotocolo", destinando-se a projectos de cooperação regional e de protecção do ambiente, e 320 milhões foram concedidos no âmbito dos protocolos em curso. Os financiamentos abrangeram onze países e destinaram-se : 617 milhões ao reforço das infra-estruturas, nos seguintes domínios : transportes (210 milhões), gestão de recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento e irrigação (258 milhões) e produção, transporte e distribuição de energia (149 milhões). Foram também concedidos 296 milhões para três projectos em sectores produtivos e 125 milhões no âmbito de empréstimos globais, para projectos de pequena dimensão realizados por autarquias locais e por empresas do sector privado.

Tendo em conta os compromissos já assumidos nos anos anteriores, foram utilizados três quartos dos montantes da quarta geração de protocolos financeiros (1 380 milhões) concluídos com os países do Magrebe, do Machereque e com Israel (ver quadro 12, pág. 46) para o período 1992 - 1996;

Marrocos

Os financiamentos em Marrocos cifraram-se em 245 milhões e destinaram-se principalmente à construção de lanços de auto-estradas, de ligação de Rabat a Fêz e a Tânger, obras que facilitarão as trocas entre Marrocos e a União Europeia. Foi também financiada a instalação de uma nova rede de irrigação na planície de Marrakech, e foram concedidos dois empréstimos globais para o financiamento de obras de estrada de pequena dimensão realizadas por autarquias locais e para iniciativas de pequenas e médias empresas dos sectores produtivos; em 1995, cerca de 40 empresas beneficiaram de créditos no âmbito de empréstimos globais no valor de 8 milhões.

os pacotes previstos no âmbito dos protocolos financeiros celebrados com Marrocos, a Tunísia, o Líbano, a Jordânia e Israel, foram quase esgotados. No que respeita aos meios disponibilizados no âmbito da cooperação financeira dita "horizontal" (1 825 milhões), em finais de 1995, tinham sido utilizadas cerca 79% das verbas.

Concedendo nos últimos cinco anos 570 milhões para o sector industrial, o BEI contribuiu activamente para o surto económico dos países da Bacia Mediterrânica. Uma das prioridades da sua acção foi o desenvolvimento do sector privado, especialmente através da parceria entre agentes locais e europeus, que permitiu a entrada de capitais e sobretudo a transferência de *know-how* e de tecnologias. Foram realizados investimentos de grande envergadura em fábricas de compressores para frigoríficos, numa tipografia, em siderurgias e numa refinaria, e também no ordenamento de zonas industriais modernas. Além disso, foram concedidos em quase todos os países da Bacia Mediterrânica empréstimos globais a bancos comerciais ou de desenvolvimento locais, que apoiaram o financiamento de centenas de pequenos investimentos produtivos de PME da indústria e do turismo.

Argélia

Na Argélia, foi concedido um empréstimo de 100 milhões no quadro da vertente "extraprotocolo", para a ampliação do complexo de gás de Rhourde Nouss, a sul de Hassi Messaoud, com vista a melhorar o rendimento das instalações existentes. O gás produzido abastece o gasoduto Magrebe - Espanha, rede prioritária de energia, que beneficiou de um financiamento de 414 milhões em 1995.

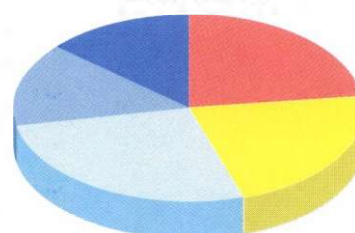
Tunísia

Os financiamentos na Tunísia (73 milhões) destinaram-se essencialmente ao desenvolvimento da Grande Tunes : melhoria das vias públicas da capital, reabilitação dos portos comerciais de la Goulette-Radès e de

PAÍSES MEDITERRÂNICOS

OUTUBRO 1996
2º FORUM BEI :
O MEDITERRÂNEO,
UM ESPAÇO PARA A
PARCERIA

Mediterrâneo : 1991 -1995
2 887 milhões



- Energia
- Comunicações
- Gestão da água
- Indústria
- Empréstimos globais

Bizerta, e abastecimento da cidade e da central de Radès com gás natural, a partir do gasoduto transmediterrânico Magrebe - Itália. Foi ainda concedido um empréstimo global para investimentos que contribuíam para a protecção do ambiente em empresas dos sectores produtivos.

Egipto

Em 1995, os financiamentos no Egipto (296 milhões, dos quais 6 milhões com capitais de risco) destinaram-se a projectos industriais, sendo o principal (220 milhões no âmbito da vertente "extraprotocolo"), a construção de uma refinaria implantada na zona do porto de Alexandria, que a partir de recursos petrolíferos egípcios, produzirá destilados de alta qualidade para os mercados egípcio, israelita e de outros países do Médio Oriente. O apoio dado a este projecto, realizado por uma *joint venture* israelo-egípcia, ilustra a vontade de consolidar o processo de paz em curso no Médio Oriente. Foram ainda concedidos dois empréstimos para a modernização de uma fábrica de alumínio no Alto-Egipto e para a conclusão das instalações de uma fábrica de compressores para frigoríficos, próximo do Cairo.

Líbano

O BEI prosseguiu a ajuda à reconstrução do Líbano, concedendo empréstimos para a reabilitação das redes de adução de água potável e de recolha e tratamento de águas residuais no norte do país (60 milhões), e para a reconstrução e modernização das instalações de controlo aéreo (10 milhões). Concedeu ainda um empréstimo global de 3 milhões a cargo de capitais de risco, para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria e dos serviços.

Israel

Em Israel, foram concedidos 68 milhões, destinando-se 35 milhões à construção, na zona ocidental de Jerusalém, de uma estação de tratamento biológico de águas residuais e da respectiva ligação à rede de

esgotos, e um empréstimo global de 33 milhões, ao financiamento de projectos de pequena dimensão na indústria, no turismo e nos serviços.

Jordânia

Os financiamentos na Jordânia cifraram-se em 38 milhões e foram canalizados para a modernização dos sistemas de adução de água e de recolha e tratamento de águas residuais no norte do país, e também para o reforço e extensão da rede de distribuição de electricidade na Grande Amã. No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 10 milhões para 36 iniciativas de pequenas empresas.

Gaza-Cisjordânia

No quadro da iniciativa empreendida pela União Europeia, de apoio ao processo de paz e de desenvolvimento económico no Médio Oriente, o BEI assinou em Outubro de 1995 um "Acordo-Quadro de Apoio" com a Autoridade Palestiniana. Em finais de 1995, foram concluídos dois empréstimos globais no valor total de 26 milhões (dos quais 6 milhões com capitais de risco) para o financiamento de novos projectos nos sectores da indústria, da agro-indústria, do turismo e dos serviços. Estes financiamentos estão incluídos na verba de 250 milhões de ecus aprovada pelo Conselho de Governadores em Novembro de 1994.

Malta

Um empréstimo de 15 milhões concedido extraprotocolo, destinou-se à construção de duas estações de tratamento nas ilhas de Malta e de Gozo e permitirá coadunar o arquipélago maltês com as directivas comunitárias relativas às águas residuais e à respectiva descarga no Mediterrâneo.

Chipre

Em Chipre, foi concedido um empréstimo de 10 milhões para a ampliação da rede de esgotos da cidade de Limassol, e 16 créditos no âmbito de empréstimos globais, no valor de 4 milhões.



Turquia

Na Turquia, foram concedidos 94 milhões no quadro da vertente de cooperação horizontal da Política Mediterrânica Renovada, que se destinaram a projectos de interesse regional ou ambiental. Dois destes projectos contribuem para a gestão da água (80 milhões), melhorando a recolha e tratamento de águas residuais das cidades de Ancara e de Antalia; um terceiro projecto consiste na

interligação das redes de electricidade da Turquia e da Síria, através da construção de uma linha de transporte entre a barragem de Ataturk, no sul da Turquia, e Alep, no norte da Síria (14 milhões). Este projecto integra-se num programa mais vasto, cujo objectivo é instalar uma rede interligada em toda a orla mediterrânica.

Os empréstimos na **Europa Central e Oriental** orçaram em 1 005 milhões e destinaram-se a dez países, incluindo pela primeira vez a Albânia.

973 milhões foram concedidos no âmbito da decisão do Conselho de Governadores de Maio de 1994, que autorizou o BEI a disponibilizar um montante de 3 mil milhões, com garantia comunitária, e os restantes 32 milhões foram comprometidos na Eslovénia, no âmbito do protocolo financeiro implementado em 1993.

Um pouco mais de dois terços das verbas (690 milhões) destinaram-se ao reforço das infra-estruturas de base necessárias à aceleração do desenvolvimento económico destes países : transportes (270 milhões), tele-

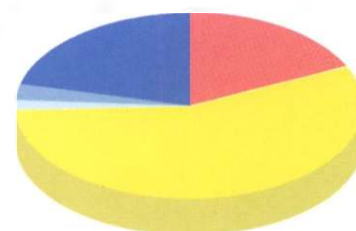
comunicações (130 milhões) e energia (290 milhões).

Muitos destes projectos constituem um prolongamento directo das redes transeuropeias. Tal é o caso da linha de caminho-de-ferro no eixo Berlim - Varsóvia - Minsk - Moscovo na Polónia, de lanços de estradas na Albânia, e do gasoduto de abastecimento de gás russo à rede europeia, na República Eslovaca.

Foram concedidos empréstimos globais em seis países (315 milhões), para o financiamento de empresas do sector público e privado e para projectos que promoviam a protecção do ambiente e economias de energia.

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

PECO : 1991 - 1995
3 449 milhões



República Checa

Na República Checa, foram concedidos 260 milhões nos sectores da energia (200 milhões) e dos transportes (60 milhões). O BEI contribui para um importante programa que visa dotar seis das maiores centrais a lignite do país, localizadas próximo dos jazigos da Boémia do norte, de equipamento de redução da poluição atmosférica. No sector dos transportes, foi financiada a melhoria da rede rodoviária nacional, que constitui uma prioridade para o desenvolvimento da economia.

Hungria

Na Hungria, foram concedidos 200 milhões para o prosseguimento da modernização e da extensão da rede telefónica e um vultoso empréstimo global (150 milhões). Este foi concluído com um grupo de intermediários financeiros, e destina-se a financiar empresas dos sectores produtivos, equipamento de protecção do ambiente e de economias de energia e infra-estruturas realizadas pelos sectores público e privado, contribuindo para melhorar a competitividade das empresas húngaras e a qualidade das infra-estruturas. Foram ainda concedidos onze créditos no valor de 24 milhões, sobretudo no sector do turismo e dos produtos alimentares.

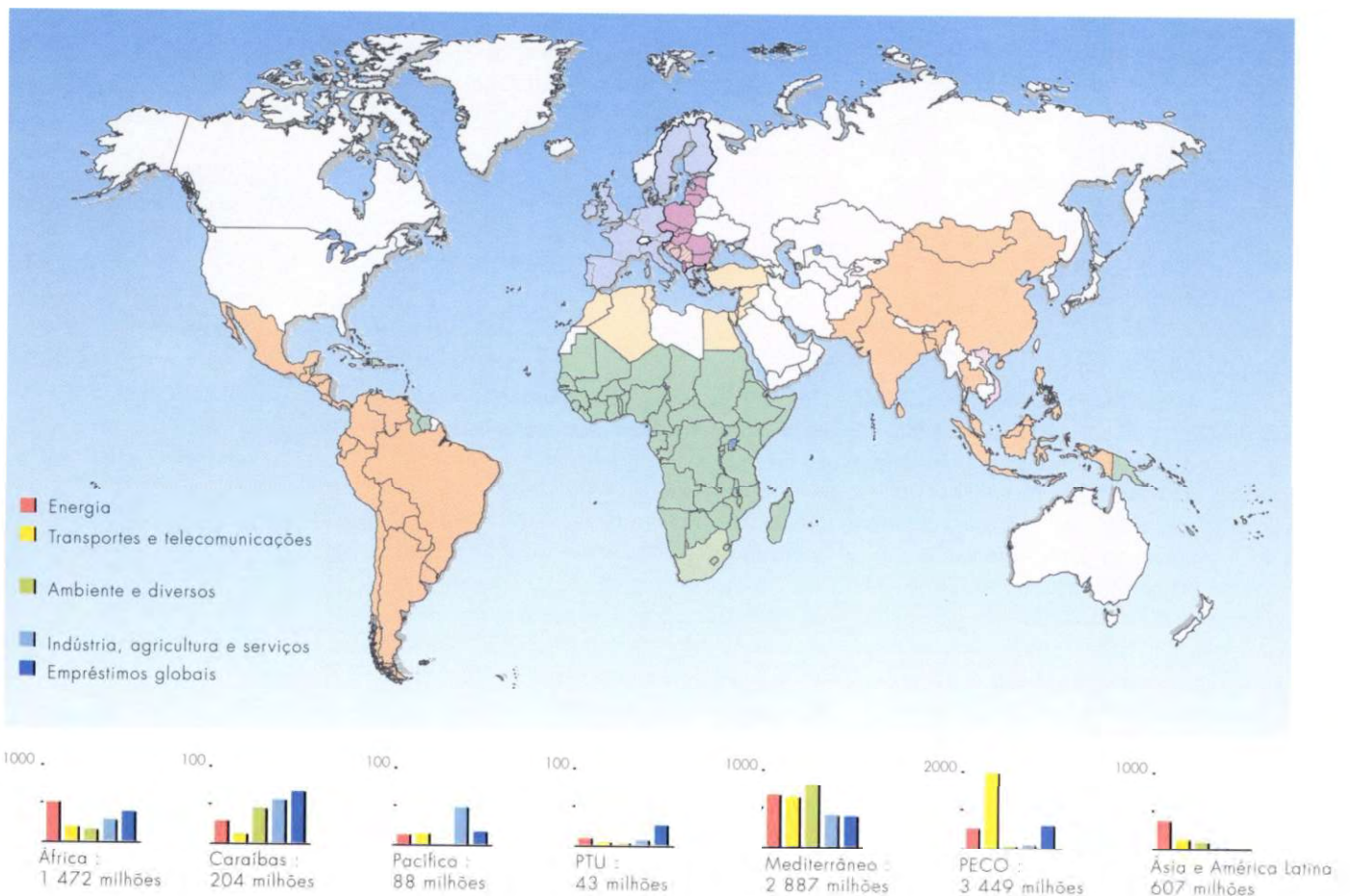
Roménia

Na Roménia, uma verba de 175 milhões contribuiu para a modernização das redes de telecomunicações (80 milhões) e de transporte e distribuição de electricidade, e para obras de reabilitação da central de co-geração de calor e electricidade em Bucarest-Sul. Foi também financiada a reabilitação e ampliação do porto de Constança, parcialmente destruído por uma tempestade.

Polónia

Na Polónia, o BEI concedeu 140 milhões, que se destinaram à modernização da linha de caminho-de-ferro Varsóvia - Terespol (40 milhões), integrada no eixo transeuropeu Berlim - Varsóvia - Minsk - Moscovo, e também a um empréstimo global concluído com um grupo de intermediários financeiros seleccionados, destinado ao financiamento de empresas dos sectores produtivos, de projectos de protecção do ambiente e de economias de energia, e de projectos de infra-estruturas realizadas por empresas dos sectores público e privado. No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 15 milhões.

FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPEIA DE 1991 A 1995
Indicação das zonas de intervenção e representação gráfica da distribuição dos financiamentos por sectores



República Eslovaca

Além de um empréstimo para a modernização e extensão da rede de gasodutos de transporte de gás russo para a Europa Ocidental (30 milhões), o BEI concedeu um empréstimo global (50 milhões) para o financiamento de empresas da indústria e dos serviços e de equipamento destinado à protecção do ambiente e à realização de economias de energia. No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 8 milhões.

Bulgária

Na Bulgária, o BEI continuou a apoiar a melhoria das redes de transportes indispensáveis ao desenvolvimento da economia, concedendo 60 milhões para um projecto de reabilitação e de reconstrução de cerca de 900 km de estradas nacionais.

Albânia

Em 1995, o BEI interveio pela primeira vez na Albânia, tendo financiado o sector dos transportes (29 milhões), nomeadamente, obras em lanços de estradas integradas no eixo rodoviário de interesse europeu que liga o porto de Durrës, no Adriático, ao porto de Varna, no Mar Negro, e a construção de um terminal de *ferries* no porto de Durrës. Foi ainda concedido um empréstimo global de 5 milhões para o financiamento de projectos na indústria e nos serviços e para equipamento destinado à protecção do ambiente e à realização de economias de energia.

Eslovénia

Na Eslovénia, em que o reforço das infra-estruturas de transportes é a prioridade estabelecida no protocolo financeiro em vigor, foi concedido um empréstimo de 32 milhões para o prosseguimento da construção da auto-estrada entre Lubljana e Celje, que melhora as comunicações entre as regiões oriental e ocidental do país.

Lituânia

Neste país, foram concedidos 14 milhões para a construção de um terminal para contentores no porto de Klaipeda, no Mar Báltico, e um empréstimo global de 5 milhões para empresas de pequena e média dimensão e para equipamento destinado a economias de energia e à protecção do ambiente.

Estónia

Na Estónia, foi concedido um empréstimo global de 5 milhões para o financiamento de empresas da indústria e dos serviços e para investimentos que visam a protecção do ambiente e a realização de economias de energia. No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 2 milhões a duas empresas.



PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DA ÁSIA

Na América Latina e na Ásia, foram concedidos 288 milhões em oito países signatários de acordos de cooperação com a União Europeia, que se destinaram ao financiamento de projectos que apresentavam um interesse mútuo para o país em causa e a União, ou que associavam parceiros euro-

peus. Estes financiamentos inscreveram-se no quadro da autorização do Conselho de Governadores de Fevereiro de 1993, que previa a concessão de uma verba limite de 750 milhões, durante um período de três anos. Em finais de 1995, já tinham sido globalmente concedidos 607 milhões.



AMÉRICA LATINA

Três países da América Latina beneficiaram de empréstimos do BEI (120 milhões), que se destinaram ao saneamento e à gestão de resíduos (93 milhões), assim como a infra-estruturas rodoviárias (27 milhões).

Argentina

Na Argentina, o BEI concedeu 76 milhões para a melhoria do ambiente na área metropolitana de Buenos Aires : novas instalações de recolha e de tratamento de águas residuais e de resíduos perigosos.

Peru

No Peru, foram concedidos 27 milhões para obras de reabilitação da parte setentrional da Via Pan-Americana, eixo essencial para a economia do país.

Paraguai

No Paraguai, a ampliação da rede de esgotos de Assunção, capital do país, absorveu um empréstimo de 17 milhões.

ÁSIA

Na Ásia, o BEI concedeu 168 milhões, que se destinaram a cinco países e abrangeram os sectores da energia (143 milhões) e dos transportes (25 milhões).

China

O acordo-quadro assinado com a China, em 6 de Dezembro de 1995, sublinha a importância específica da cooperação nos domínios da energia e da protecção do ambiente. Este acordo foi seguido da assinatura pelo BEI de um empréstimo de 55 milhões, para o financiamento da exploração do jazigo submarino de petróleo e de gás de Ping-Hu, o transporte de hidrocarbonetos até à costa e a distribuição de gás natural a Pudong, cidade satélite de Xangai.

Indonésia

Na Indonésia, foi concedido um empréstimo de 46 milhões para a construção de um gasoduto entre as ilhas de Sumatra e de Batan, assim como entre o centro e o sul da ilha de Sumatra.

Filipinas

Nas Filipinas, o BEI concedeu um empréstimo de 25 milhões para a modernização e ampliação do aeroporto de Davau, na ilha de Mindanau.

Paquistão

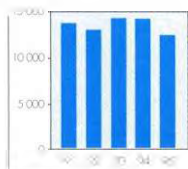
Neste país, foi concedido um empréstimo de 24 milhões para o estudo, a construção e a colocação em serviço de um complexo hidroeléctrico no Rio Indo, no nordeste do país. Este projecto inscreve-se no quadro do programa de reforço da produção de electricidade.

Tailândia

Na Tailândia, o BEI voltou a intervir, concedendo 18 milhões para a construção do gasoduto que liga um jazigo no Golfo da Tailândia à rede já existente.



RECURSOS CAPTADOS



Em 1995, o BEI captou a médio e a longo prazo nos diversos mercados 12 429 milhões, contra 14 156 milhões em 1994. ♦ O Banco fez face aos pedidos de desembolso de empréstimos através de uma presença dinâmica nos diferentes mercados e de um recurso mais frequente às emissões a taxa variável e a operações de swap. ♦ O total de recursos captados elevou-se assim, após swaps, a 12 395 milhões, dos quais 7 058 milhões a taxa fixa e 5 337 milhões a taxa variável. ♦ As divisas comunitárias representaram mais de 80% do total angariado.

Em 1995, as condições do mercado de capitais foram relativamente favoráveis ao BEI. Com efeito, o abrandamento do crescimento económico, a moderação das tensões inflacionistas e o reforço do valor do USD no mercado cambial no segundo semestre, tornaram os mercados financeiros mais receptivos. Além disso, o excesso de procura por parte dos investidores, sobretudo de títulos de emitentes com *rating* AAA, acentuou-se a partir do terceiro trimestre, tornando as emissões do BEI particularmente atraentes. O montante total das emissões do Banco aumentou substancialmente no mercado internacional, onde capta a maior parte dos seus fundos.

O montante total angariado pelo BEI atingiu os 12 429 milhões, e continua a assegurar-lhe a primeira posição entre os maiores emitentes internacionais, embora se verificasse um decréscimo de 12,2% em relação a 1994 (14 156 milhões). Esta retracção advém dos excedentes financeiros positivos e dos reembolsos antecipados de empréstimos, que não foram compensados por reembolsos antecipados de emissões.

A fim de dispor de recursos suficientes para as suas necessidades, o BEI procedeu a operações de swap (ver quadro 15 pág. 59) e o **montante dos recursos captados ascendeu a 12 395 milhões**, contra 14 148 milhões em 1994. O BEI continua a angariar o grosso dos fundos a taxa fixa (7 058 milhões, contra 10 636 milhões em 1994). A quota-parte da taxa variável, que aumentou muito em relação ao ano anterior, foi superior a 40% do total captado (5 337 milhões, contra 3 512 milhões em 1994); grande parte da angariação de fundos a taxa va-

riável foi efectuada em quatro moedas (ITL, ESP, PTE, GRD).

A quase totalidade dos fundos captados foi canalizada para o desembolso de empréstimos. O montante das emissões destinadas ao financiamento de reembolsos antecipados de empréstimos obrigacionistas regrediu muito em relação ao ano anterior: 478 milhões, contra 1 997 milhões; a ocorrência de grandes fluxos financeiros em certas divisas permitiu que o BEI recorresse à tesouraria (615 milhões).

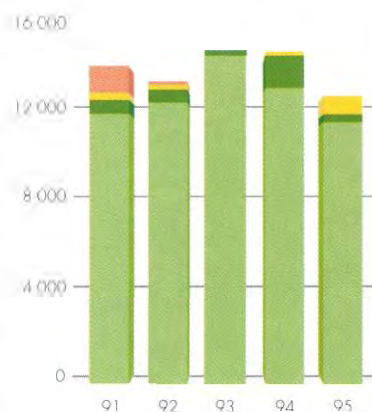
Tal como nos anos anteriores, verificou-se uma predominância das divisas comunitárias (9 712 milhões, contra 10 107 milhões no ano anterior) que representaram, após swaps, mais de 86% do total captado. Esta percentagem inclui as emissões denominadas em divisas exteriores à União Europeia, objecto de operações de swap para divisas comunitárias. As emissões do BEI foram expressas em ecus e em onze divisas da União, destacando-se a ITL e o DEM, com respectivamente 27% e 19,3%. A captação de FRF foi reduzida. Entre as divisas não comunitárias, a quota-parte do JPY aumentou, enquanto a do USD decresceu.

O Banco realizou 68 operações em 1995, sendo 60 emissões públicas e 8 colocações privadas (73 transacções em 1994, constituídas por 59 emissões públicas e 14 operações privadas).

O prazo médio das operações foi de sete anos, variando bastante segundo as divisas: quatro anos para o USD e dezoito anos para a GBP.

OPERAÇÕES LANÇADAS NOS MERCADOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos captados de 1991 a 1995



Operações de médio e longo prazo

■ Emissões públicas

■ Emissões privadas

■ Títulos a média prazo

Operações de curto prazo

■ Papel comercial

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

**Taxa de juro oficial
das principais divisas**



1995 foi globalmente um ano muito favorável aos mercados obrigacionistas dos principais países da OCDE, apesar das turbulências verificadas nos mercados durante o primeiro semestre. O rendimento das obrigações baixou sensivelmente, enquanto o volume de emissões no mercado primário continuou a aumentar.

Esta tendência favorável dos mercados obrigacionistas resulta essencialmente do abrandamento da actividade económica, da redução das tensões inflacionistas e da vontade de numerosos países de sanear a sua situação orçamental. Os bancos centrais puderam assim liberalizar a política monetária, o que conduziu a uma descida sensível das taxas de juro de curto prazo e à acentuação da inclinação das curvas das taxas de juros nos principais mercados. Em 1995, o rendimento das obrigações registou uma queda de mais de 150 pontos percentuais e os mercados accionistas adoptaram uma tendência altista.

Durante o segundo semestre, a descida das taxas de juro e a atenuação das tensões nos mercados cambiais, após as turbulências do início do ano, levaram diversos investidores a reforçar as suas posições nos mercados ditos periféricos (ou de *high-yield*), o que provocou uma redução sensível dos *spreads* do rendimento das obrigações entre os mercados centrais e os mercados periféricos.

Apesar do contexto favorável, o volume de obrigações emitidas nos mercados internacionais apenas registou um aumento de 5% em relação a 1994, atingindo o contravalor de 470 mil milhões de USD. Este fraco aumento deveu-se em parte à redução dos *spreads* nas operações de *swap*, que restringiu consideravelmente as possibilidades de arbitragem. O mercado obrigacionista sofreu além disso uma forte concorrência por parte do mercado do crédito bancário. Consequentemente, as margens no mercado internacional do crédito bancário caíram em 1995 para níveis sem precedentes, devido à grande liquidez do sistema bancário, e o volume dos recursos captados no âmbito de emissões bancárias internacionais registou um surto de mais de 30% durante o ano.

O USD (com 35%), o JPY e o DEM representaram 75% do volume total dos mercados, sendo preponderantes nas emissões obrigacionistas internacionais. O volume de novas emissões em DEM e em CHF aumentou, enquanto o das emissões em GBP diminuiu.

O perfil dos emitentes nos mercados obrigacionistas internacionais manteve-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior. Os bancos e instituições financeiras continuaram a ocupar a primeira posição, com um terço do montante emitido, seguidos de perto pelas sociedades industriais e comerciais. As instituições supranacionais representaram 8% do montante total das emissões, cabendo o resto às entidades soberanas e locais. A queda dos rendimentos das obrigações suscitou um maior interesse pelos produtos ditos "de alto rendimento" (*high-yield*), tais como as euro-obrigações de emitentes menos cotados ou euro-obrigações emitidas em segmentos emergentes de divisas de *high-yield* (SAR, CZK e dólar de Taiwan).

O número de emissões obrigacionistas "mundiais" passou de 80 em 1994, para 124 em 1995, sendo a grande maioria denominada em dólares. O montante total destas emissões representou mais de 10% do montante total captado no mercado obrigacionista internacional. No entanto, algumas não são verdadeiramente "mundiais", isto é, facilmente negociáveis 24 horas por dia em todo o planeta. A dimensão média destas emissões tem baixado continuamente desde que foram criadas. O montante das emissões a taxa variável diminuiu em relação a 1994, observando-se uma retoma dos títulos apoiados por activos (*asset-backed*) e das emissões baseadas em duas divisas (*dual-currency issues*).

Para poder dispor de fundos suficientes, o BEI prosseguiu uma política que lhe garantiu uma grande liquidez da tesouraria e minimizasse o custo de captação.

Em primeiro lugar, garantiu a liquidez nas principais divisas utilizadas nos desembolsos dos seus empréstimos, lançando emissões de grande dimensão e mantendo uma presença constante no mercado de capitais. Esta política permitiu-lhe efectuar ao longo da curva de taxas de juros emissões de montantes elevados, que constituíam emissões de referência e que ofereciam aos investidores um instrumento complementar aos títulos de dívida pública. O DEM exemplifica bem esta política, pois as suas emissões de referência a cinco, sete e dez anos, permitiram que o BEI se afirmasse como um dos maiores emissores. O mesmo aconteceu com a GBP, em que, aos prazos médios e curtos da curva, se adicionou um prazo longo de 22 anos, particularmente procurado pelos investidores britânicos. No que se refere ao PTE, a adição de *tranches* fungíveis a um empréstimo existente permitiu constituir uma emissão de grande montante, que oferecia uma liquidez comparável à do Estado Português.

Para melhorar o custo dos seus recursos, o BEI procurou diversificar a captação. Adoptando diversas técnicas, conseguiu limitar o risco de variação de taxas de juro e obter uma maior correspondência entre as oportunidades dos mercados financeiros e os pedidos de desembolso de empréstimos.

Esta diversificação da angariação teve lugar a nível das divisas e das zonas de colocação. O BEI procurou entrar nos mercados dos novos Estados-membros da União Europeia e no caso do FIM, efectuou uma primeira colocação privada junto de investidores finlandeses. Às divisas não comunitárias habitualmente angariadas (USD, JPY e CHF), o BEI juntou o AUD, que não captava há muito tempo. A autorização dada pelo seu Conselho de Administração em Novembro de 1995, de emitir em divisas de países fora da OCDE, permitirá que o BEI lance emissões em divisas como o dólar de Hong Kong e o rand da África do Sul.

Também se verificou uma diversificação a nível dos produtos. Foram lançadas emissões estruturadas quando as condições do mercado o permitiam, tais como emissões com cupões escalonados (*step-up coupons*) emitidos em FRF e em ESP, a emissão com cupão zero em PTE ou emissões baseadas em duas moedas (*dual-currency issues*) em JPY, reembolsáveis em USD, em AUD ou em DEM. O BEI concluiu também programas de títulos a médio prazo que lhe permitiram, através de uma documentação pré-estabelecida, emitir montantes mais reduzidos em condições mais favoráveis que em emissões clássicas; em 1995, estes programas foram concluídos ou estavam a ser preparados em ITL, BEF e ESP.

Procurou-se também diversificar os métodos de sindicância, especialmente através da técnica de pesquisa de preços (*price discovery system*), que implicou a consulta prévia dos investidores para realizar emissões de grande dimensão, que exigem uma maior participação da comunidade financeira. Este sistema permite obter condições interessantes, mesmo quando os mercados estão à beira da saturação.

Este método foi utilizado duas vezes no lançamento de emissões em DEM, e voltará a ser aplicado a outras divisas, em função das condições do mercado.

A necessidade permanente de aumentar a captação, particularmente nas divisas em que o BEI ocupa uma parcela substancial do mercado, implicou o recurso a operações de *swap* de taxas ou de divisas. O montante total das operações atingiu os 3 500 milhões, contra 4 300 milhões em 1994. Uma parte importante dos *swaps*, efectuados na sequência de uma emissão do BEI no mercado, teve por fim obter fundos a taxa variável (3 156 milhões, contra 3 498 milhões em 1994).

Taxa de rendimento bruto das obrigações do Tesouro a 10 anos

Para facilitar a comparação, todos os rendimentos são expressos numa base anual





No entanto o BEI continuou a seguir uma política prudente, reforçando o controlo dos riscos em relação aos produtos derivados. Entretanto, liberalizou também a sua política em matéria de contratos de swap, que passaram a abranger operações entre divisas da União. As linhas de crédito foram aumentadas e serão aceites como contrapartida veículos financeiros com finalidade específica (*special purpose vehicles*).

O BEI prosseguiu uma política de cobertura com vista a precaver-se contra o risco de variação das taxas de juro. Em 1995, o total das operações de cobertura ascendeu a 3 121 milhões, cobrindo 47% do montante nominal captado a taxa fixa. Esta cobertura continuou a efectuar-se, quer pela conclusão com o banco líder, no momento da emissão, de um contrato de fixação diferida das taxas de juro (*deferred rate setting*), quer utilizando um instrumento interno de cobertura através da aquisição de uma carteira de obrigações, revendida em função

das necessidades de desembolso; a conclusão de operações de swap de taxa apenas representou uma fracção mínima da cobertura. Para reforçar a eficácia, é efectuada uma gestão activo/passivo, a fim de globalizar a prazo a cobertura.

O BEI prosseguiu a política instaurada em 1994, que consistia em desfazar temporariamente a captação do respectivo desembolso. Em conformidade com os objectivos expressos em termos de custos sub-LIBOR, muito inferiores aos que o Banco pode obter através de emissões clássicas, e diferentes segundo o prazo e as divisas, o BEI efectuou empréstimos obrigacionistas sempre que os custos correspondiam aos seus objectivos, mesmo que tivesse de proceder a operações de swap para transformar o produto líquido em taxa variável. O conjunto destas operações, que em 1995 orçou em 1 500 milhões, com um custo abaixo do objectivo proposto, foi realizado principalmente por meio das operações estruturadas já referidas.

DIVISAS COMUNITÁRIAS

Apresentação das moedas captadas após swap :

Lira italiana : 3 343 milhões de ecus
7,2 biliões de ITL

A ITL, primeira moeda comunitária angariada, registou um aumento de 47% em relação a 1994. O BEI continua a ser o principal emitente no mercado da eurolira, embora uma fracção importante das suas

emissões tenha sido colocada junto de investidores italianos particulares ou institucionais, para os quais as mesmas constituem um complemento e uma diversificação das emissões do Tesouro italiano. Foram efectuadas catorze emissões públicas, individuais ou no âmbito de um programa de emissão de títulos de dívida (*debt issuance programme*) no montante de 3 biliões de ITL, lançado com sucesso durante o ano.

Quadro 14 : Evolução dos recursos captados

(milhões de ecus)

	1991	1992	1993	1994	1995	TOTAL
Operações a médio e longo prazo (após swap)	12 540	12 862	14 224	14 148	12 395	66 169
Emissões públicas	11 615	12 103	14 080	12 728	11 251	61 778
Emissões privadas	576	536	144	1 369	315	2 940
Títulos a médio prazo	349	222	—	50	829	1 451
Operações a curto prazo	1 133	112	—	—	—	1 245
- Papel comercial	1 133	112	—	—	—	1 245
Total	13 672	12 974	14 224	14 148	12 395	67 413

Marco alemão : 2 397 milhões de ecus
4 500 milhões de DEM

Tal como no ano anterior, o DEM foi a segunda moeda mais utilizada para o desembolso de empréstimos, essencialmente a taxa fixa. O grosso da captação foi consti-

tuído por três emissões de referência, com um prazo de cinco, sete e dez anos. O instrumento de pesquisa de preços (*price discovery system*), utilizado duas vezes, permitiu obter condições melhores que os restantes grandes emitentes internacionais.

Quadro 15 : Recursos captados em 1995

(montantes em milhões de ecus)

	Antes de swaps		Swaps	Depois de swaps	
	Montante	%	Montante	Montante	%
OPERAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Emissões a taxa fixa	9 102,6	73,2	- 2 873,7	6 228,9	50,3
União Europeia	6 425,5	51,7	- 1 534,7	4 890,8	39,5
DEM	2 396,6	19,3	—	2 396,6	19,3
GBP	876,3	7,1	- 120,5	755,8	6,1
ESP	820,2	6,6	- 450,6	369,6	3,0
PTE	152,4	1,2	153,0	305,4	2,5
ITL	951,7	7,7	- 654,5	297,2	2,4
FRF	342,2	2,8	- 114,1	228,1	1,8
ECU	400,0	3,2	- 200,0	200,0	1,6
LUF	323,6	2,6	- 130,2	193,3	1,6
NLG	144,8	1,2	—	144,8	1,2
FIM	17,8	0,1	- 17,8	—	—
Países terceiros	2 677,1	21,5	- 1 339,0	1 338,1	10,8
JPY	1 534,0	12,3	- 763,1	770,9	6,2
CHF	598,2	4,8	- 274,8	323,3	2,6
USD	406,5	3,3	- 162,6	243,9	2,0
CAD	81,1	0,7	- 81,1	—	—
AUD	57,3	0,5	- 57,3	—	—
Emissões a taxa variável	2 497,0	20,1	2 840,5	5 337,5	43,1
União Europeia	2 457,6	19,8	2 596,2	5 053,8	40,8
ITL	1 697,1	13,7	654,5	2 351,7	19,0
ESP	—	—	1 204,5	1 204,5	9,7
PTE	611,0	4,9	87,9	698,9	5,6
GBP	—	—	240,4	240,4	1,9
ECU	—	—	200,0	200,0	1,6
GRD	149,4	1,2	—	149,4	1,2
FRF	—	—	114,1	114,1	0,9
SEK	—	—	77,1	77,1	0,6
FIM	—	—	17,8	17,8	0,1
Países terceiros	39,4	0,3	244,3	283,7	2,3
USD	39,4	0,3	244,3	283,7	2,3
Títulos a médio prazo	829,0	6,7	—	829,0	6,7
ITL	694,4	5,6	—	694,4	5,6
IEP	134,7	1,1	—	134,7	1,1
TOTAL	12 428,6	100,0	- 33,2 ⁽¹⁾	12 395,4	100,0

(1) Ajustamentos de swaps

**Evolução em relação ao ecu
de um dólar e de 100 ienes**



Peseta espanhola : 1 574 milhões de ecus
258 mil milhões de ESP, dos quais 123 mil
milhões obtidos por swap (754 milhões de
ecus)

O elevado número de pedidos de desembolso em ESP obrigou a uma captação muito activa, que foi realizada no mercado "Matador" das emissões reservadas a emittentes estrangeiros, ou através de swap de divisas e eventualmente, de taxas. Além desta presença importante no mercado "Matador", em que efectuou mais de metade do total das emissões, o BEI diversificou a captação prolongando o prazo dos empréstimos obrigacionistas e concluindo operações estruturadas. Embora tivesse de angariar montantes significativos num mercado pouco profundo, o BEI reduziu o spread dos seus empréstimos obrigacionistas aquando da emissão, em relação à dívida pública espanhola.

Escudo português : 1 004 milhões de ecus
197 mil milhões de PTE, dos quais 47 mil
milhões obtidos por swap (241 milhões de
ecus)

A captação de PTE continuou a aumentar, sendo essencialmente feita a taxa variável, para satisfazer a procura por parte dos investidores e dos clientes do BEI. Dado que o montante de cada operação tinha de ser relativamente limitado, o BEI criou emissões de referência adicionando *tranches* fungíveis a um empréstimo inicial, e constituiu uma emissão de 60 mil milhões de PTE, uma das maiores, depois da dívida pública portuguesa. No mercado "Caravela", o BEI lançou a maior emissão até à data, que foi objecto de uma apresentação prévia junto de investidores em Lisboa.

Libra esterlina : 996 milhões de ecus
800 milhões de GBP, dos quais 100 milhões
obtidos por swap (120 milhões de ecus)

A estratégia do BEI em GBP consistiu em oferecer ao mercado um complemento para os investimentos em "Gilts", emitindo empréstimos obrigacionistas com o mesmo prazo; isto permitiu obter nos mercados primário e secundário, *spreads* em relação às obrigações do Estado muito mais favoráveis que os restantes emittentes com o mesmo *rating*. O BEI lançou também uma emissão com uma vida bastante longa, de 22 anos, opção que ainda não tinha sido considerada por outros potenciais emittentes e foi bem acolhida pelos investidores britânicos.

Ecu : 400 milhões

A captação aumentou ligeiramente em relação ao ano anterior (300 milhões), concentrando-se numa única operação. Dado que existiam fluxos financeiros positivos significativos nesta moeda, o BEI não teve de recorrer ao mercado.

Franco francês : 342 milhões de ecus
2 250 milhões de FRF

A redução dos pedidos de desembolso em relação ao ano anterior e o elevado volume de reembolsos antecipados de empréstimos conduziram à diminuição da captação em FRF, que se concentrou em duas emissões públicas no mercado do eurofranco, uma das quais sob a forma de operação estruturada.

Florim : 145 milhões de ecus
300 milhões de NLG

No mercado holandês, só foi lançada uma emissão.

Quadro 16 : Distribuição por divisas dos recursos captados

(montantes em milhões de ecus)

	ITL	DEM	ESP	PTE	GBP	ECU	FRF	LUF	GRD	NLG	IEP	SEK	FIM	BEF	DKK	ATS	JPY	USD	CHF	Total
1995																				
montante	3 343	2 397	1 574	1 004	996	400	342	193	149	145	135	77	18	—	—	—	771	528	323	12 395
%	27,0	19,3	12,7	8,1	8,0	3,2	2,8	1,6	1,2	1,2	1,1	0,6	0,1	—	—	—	6,2	4,3	2,6	100,0
1994																				
montante	2 560	2 051	948	584	1 518	300	1 153	201	36	661	177	—	—	752	53	59	580	1 659	856	14 148
%	18,1	14,5	6,7	4,1	10,7	2,1	8,1	1,4	0,3	4,7	1,2	—	—	5,3	0,4	0,4	4,1	11,7	6,0	100,0

Franco luxemburguês : 193 milhões de ecus
7 500 milhões de LUF

No mercado luxemburguês, foram captados 7 500 milhões de LUF, afectados a desembolsos, e 5 000 milhões de LUF, objecto de operações de swap para obtenção de SEK e ESP.

Dracma : 149 milhões de ecus
45 mil milhões de GRD

No primeiro trimestre, foi lançada a primeira emissão a taxa variável, com uma taxa de juro máxima (*cap*) no mercado "Maratona", de um montante de 20 mil milhões de GRD, que foi aumentada para 45 mil milhões de GRD.

Iene : 771 milhões de ecus
93 mil milhões de JPY

O BEI recorreu ao mercado de capitais em JPY quando as condições eram particularmente vantajosas. A primeira emissão, destinada a investidores institucionais japoneses, financiou o reembolso antecipado de empréstimos obrigacionistas. Quatro colocações privadas foram utilizadas para swaps de divisas ou mantidas em ienes para as necessidades de gestão activo/passivo. Além disso, pela primeira vez em nove anos, o Banco marcou presença em Outubro no mercado "Samurai", com uma emissão baseada em duas divisas (*dual-currency issue*) (100 mil milhões JPY) em duas *tranches*, destinadas a investidores privados japoneses, cujo produto foi integralmente objecto de uma operação de swap.

Dólar dos EUA : 528 milhões de ecus
660 milhões de USD, dos quais 108 milhões obtidos por swap (82 milhões de ecus)

Dado que os pedidos de desembolso em USD foram limitados e as possibilidades de

Libra irlandesa : 135 milhões de ecus
110 milhões de IEP

Foram realizadas cinco operações no âmbito de um programa de emissões de títulos de dívida (*debt issuance programme*), que permitiu que o BEI emitisse montantes reduzidos que lhe conferiram uma maior flexibilidade em relação ao desembolso de empréstimos.

Markka finlandesa : 18 milhões de ecus
100 milhões de FIM

Na sequência de uma apresentação do BEI à comunidade financeira finlandesa no final do primeiro semestre, o Banco lançou no final do ano uma emissão privada, colocada junto de investidores institucionais.

arbitragem eram escassas, a actividade de emissão em USD foi muito mais fraca que nos anos anteriores. Foram efectuadas duas emissões públicas e colocações privadas, e o complemento foi obtido através de operações de swap.

Franco suíço : 323 milhões de ecus
500 milhões de CHF, dos quais 425 milhões obtidos por swap (265 milhões de ecus)

Foram lançadas quatro operações, utilizadas para o desembolso de empréstimos, o financiamento do reembolso antecipado de empréstimos obrigacionistas e a realização de operações de swap.

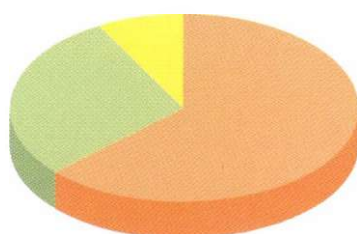
Dólar canadiano, Dólar australiano :

A captação em CAD (150 milhões, ou seja, 81 milhões de ecus) e em AUD (100 milhões, ou seja, 57 milhões de ecus) foi utilizada para operações de swap.



DIVISAS NÃO COMUNITÁRIAS

GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES



■ Tesouraria operacional
■ Carteira de investimento
■ Carteira de cobertura

Em 31 de Dezembro de 1995, as disponibilidades elevavam-se a cerca de 8 292 milhões de ecus, distribuídos por vinte divisas, incluindo o ecu, e podiam ser analisadas da seguinte forma :

- A **Tesouraria operacional** representa o grosso das disponibilidades (5 252 milhões) e compõe-se principalmente de uma tesouraria monetária de curto prazo e de uma carteira obrigacionista operacional.

A tesouraria operacional de curto prazo é essencialmente constituída pelo produto de emissões e por excedentes de fluxos financeiros. Dado que deve ser suficiente para cobrir os desembolsos futuros, representava 3,7 vezes o montante mensal médio dos desembolsos em finais de 1995.

A tesouraria operacional de curto prazo compõe-se de instrumentos líquidos com

vencimentos curtos. Em finais de 1995, o grosso desta tesouraria estava colocada em produtos de primeira qualidade e o restante estava investido em instrumentos monetários transaccionáveis.

- A **carteira de investimento** representa a segunda linha de disponibilidades (2 374 milhões) e é constituída por obrigações emitidas por Estados da OCDE e por instituições públicas de primeira ordem.

- A **carteira de cobertura** (665 milhões) destina-se a cobrir, através da compra de obrigações, o total ou parte de certas novas emissões obrigacionistas lançadas pelo Banco. Este instrumento permite manter em tesouraria o produto de emissões, para aproveitar condições conjunturais do mercado particularmente favoráveis, independentemente das necessidades de desembolso.

RESULTADO DA GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Após a extrema volatilidade que caracterizou 1994, os mercados obrigacionistas e monetários registaram em 1995 uma descaída sensível dos rendimentos oferecidos.

Neste contexto, a gestão das disponibilidades permitiu obter um resultado de 593 milhões, que representa um rendimento contabilístico global de 7,8% contra, respectivamente, 200 milhões e 2,8% em 1994.

As colocações realizadas na **tesouraria operacional de curto prazo** obtiveram 318 milhões em juros para capitais médios no valor de 5 243 milhões.

A conversão, em 1 de Janeiro de 1995, da carteira de obrigações em **carteira de investimento**, foi seguida de uma reestruturação, que permitiu encurtar os vencimentos finais dos títulos e melhorar ainda mais a qualidade dos respectivos emitentes. Neste contexto, mais de 98% do total da carteira de investimento são constituídos por títulos garantidos por Estados-membros da União Europeia ou emitidos por entidades com um *rating* AAA.

Em 1995, o rendimento da carteira de investimento elevou-se a cerca de 11,5%, tendo em conta a mais-valia de 90 milhões realizada aquando da reestruturação. O vencimento médio foi reduzido de 5,4 anos, em finais de 1994, para 3,8 anos, em 31 de Dezembro de 1995. O valor de mercado da carteira em 31 de Dezembro de 1995 ascendia a 2 495 milhões, contra um valor contabilístico de 2 374 milhões.

		(em milhões de ecus)	
		1995	1994
Total da gestão das disponibilidades	Rendimento total	593	200
	Capitais médios	7 593	7 078
	Rendimento médio	7,8%	2,8%
do qual tesouraria operacional de curto prazo	Rendimento total	318	259
	Capitais médios	5 243	4 586
	Rendimento médio	6,1%	5,6%
	Vencimento	29 dias	
do qual carteira de investimento (a)	Rendimento total	268	- 81
	Capitais médios	2 324	2 485
	Rendimento médio	11,5%	- 3,3%
	Vencimento	3,8 anos	5,4 anos

(a) Os valores de 1994 correspondem à antiga carteira de obrigações, que foi transformada em 1 de Janeiro de 1995 em carteira de investimento.

ÓRGÃOS DE DECISÃO E FUNCIONAMENTO DO BEI

O Conselho de Governadores é composto por um ministro de cada Estado-membro, em geral, o Ministro das Finanças, que representa o respectivo Estado-membro na sua qualidade de accionista do Banco. Desde Janeiro de 1995, com a entrada em vigor do Tratado de Adesão à União Europeia das Repúblicas da Áustria e da Finlândia e do Reino da Suécia, o Conselho de Governadores passou a ter 15 membros.

O Conselho de Governadores adopta as directivas gerais relativas à política de crédito do Banco, aprova o balanço e a demonstração de resultados, assim como o Relatório Anual, decide dos aumentos de capital e

nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

Gerrit ZALM presidiu ao Conselho de Governadores até à Sessão Anual de Junho de 1995, data em que segundo o sistema de rotação anual, Andreas STARIBACHER, Governador pela Áustria, assumiu a presidência.

Andreas STARIBACHER foi substituído por Viktor KUMA na qualidade de Governador pela Áustria, pelo que este assumiu as funções de Presidente do Conselho de Governadores a partir de 3 de Janeiro de 1996.

CONSELHO DE GOVERNADORES

O Conselho de Administração garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos, e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores, tendo competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da contracção de empréstimos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de cinco anos (renovável), após designação pelos Estados-membros, e são exclusivamente responsáveis perante o Banco. A partir de 1 de Janeiro de 1995, na sequência da adesão à União Europeia das Repúblicas da Áustria e da Finlândia e do Reino da Suécia, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 11º nº2, tal como alterado, dos Estatutos, passou a compor-se de 25 administradores titulares e 13 suplentes, designados pelos Estados-membros, exceptuando um administrador titular e um suplente, que são designados pela Comissão Europeia.

O Conselho de Governadores completou a composição do Conselho de Administração, nomeando administradores titulares Veikko KANTOLA, Leif PAGROTSKY e Thomas WIESER, e administrador suplente Herbert LUST.

Desde a publicação do último Relatório Anual, Luigi ARCUTI, Richard BRANTNER, Mario DRAGHI, Winfried HECK, Philippe JURGENSEN e Yves MERSCH, administradores titulares, foram substituídos, respectivamente, por Rainer MASERA, Gerd VOGT, Vittorio GRILLI, Gerd SAUPE, Antoine POUILLEUTE e Gaston REINESCH; Gerhardt RAMBOW sucedeu a Rudolf MORAWITZ, falecido em 22 de Maio de 1995, ao qual foi prestada homenagem no Relatório Anual de 1994. Francesco GIAVAZZI, administrador suplente, foi substituído por Vittorio GRILLI; este último, passando a titular, foi substituído por Giuseppe MARESCA.

Leif PAGROTSKY, administrador titular, e Giancarlo DEL BUFALO, suplente, chamados a outras funções, estão demissionários; a 1 de Abril de 1996, não tinham ainda sido designados os seus substitutos.

O Conselho de Administração agradece aos colegas que cessaram funções pelo valioso contributo dado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE GOVERNADORES

Composição em 1 de Abril de 1996

Presidente

Viktor KLIMA (Áustria)

Andreas STARIBACHER (Áustria)
até Janeiro de 1996

Gerrit ZALM (Países Baixos)
até Junho de 1995

BÉLGICA

Philippe MAYSTADT, Ministre des Finances

DINAMARCA

Mogens LYKKETOFT, Finansminister

ALEMANHA

Theo WAIGEL, Bundesminister der Finanzen

GRÉCIA

Yannos PAPANTONIOU, Ministro da Economia Nacional

ESPANHA

Pedro SOLBES MIRA, Ministro de Economía y Hacienda

FRANÇA

Jean ARTHUIS, Ministre de l'Économie et des Finances

Alain MADELIN, Ministre de l'Économie et des Finances, *até Agosto de 1995*

Edmond ALPHANDÉRY, Ministre de l'Économie, *até Maio de 1995*

IRLANDA

Ruairi QUINN, Minister for Finance

ITÁLIA

Lamberto DINI, Primo Ministro, Ministro del Tesoro

LUXEMBURGO

Jean-Claude JUNCKER, Premier Ministre, Ministre d'Etat, Ministre des Finances

Jacques SANTER, Premier Ministre, Ministre d'État, Ministre du Trésor, *até Janeiro de 1995*

PAÍSES BAIXOS

Gerrit ZALM, Minister van Financiën

ÁUSTRIA

Viktor KLIMA, Bundesminister für Finanzen

Andreas STARIBACHER, Bundesminister für Finanzen, *até Janeiro de 1996*

Ferdinand LACINA, Bundesminister für Finanzen, *até Março de 1995*

PORTUGAL

António SOUSA FRANCO, Ministro das Finanças

Eduardo CATROGA, Ministro das Finanças, *até Outubro de 1995*

FINLÂNDIA

Arja ALHO, Ministeri, Valtiovarainministeri

Iiro VIINANEN, Valtiovarainministeri, *até Maio de 1995*

SUÉCIA

Erik ÅSBRINK, Finansminister

Göran PERSSON, Finansminister, *até Março de 1996*

REINO UNIDO

Kenneth CLARKE, Chancellor of the Exchequer

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

Composição em 1 de Abril de 1996

Presidente

Juan Carlos PÉREZ LOZANO, Interventor delegado, Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), Ministerio de Asuntos exteriores, Madrid

Albert HANSEN, Secrétaire général du Conseil du gouvernement, Luxemburgo, *até Junho de 1995*

Membros

Ciriaco de VICENTE MARTÍN, Presidente de la Sección de Fiscalización del Tribunal de Cuentas, Madrid, *até Junho de 1995*

Michael J. SOMERS, Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin

Albert HANSEN, Secrétaire général du Conseil du gouvernement, Luxemburgo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição em 1 de Abril de 1996

Presidente :

Sir Brian UNWIN

Vice-Presidentes :

Wolfgang ROTH

Panagiotis-Loukas GENNIMATAS

Massimo PONZELLINI

Luis MARTÍ

Ariane OBOLENSKY

Rudolf de KORTE

Claes de NEERGAARD

Corneille BRÜCK exerceu as funções de Vice-Presidente até 1 de Julho de 1995, tendo sido subsequentemente nomeado Vice-Presidente honorário.

Administradores :

Isabel CORREIA BARATA

Sinbad COLERIDGE

Geoffrey DART

Jos DE VRIES

Federico FERRER DELSO

Vittorio GRILLI

Veikko KANTOLA

Rainer MASERA

Francis MAYER

Paul MCINTYRE

Miguel MUÑIZ DE LAS CUEVAS

Noel Thomas O'GORMAN

Petros P. PAPAGEORGIOU

Vincenzo PONTOLILLO

Antoine POULLIEUTE

Gerhardt RAMBOW

Giovanni RAVASIO

Gaston REINESCH

Emmanuel RODOCANACHI

Gerd SAUPE

Lars TYBJERG

Jan M.G. VANORMELINGEN

Gert VOGT

Thomas WIESER

Subdirectora-Geral do Tesouro, Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa

Chief Executive, Structured Finance Division, Barclays de Zoete Wedd Ltd., Londres

Head of Regional Development Division, Department of Trade and Industry, Londres

Plaatsvervangend Directeur, Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministerie van Financiën, Haia

Subdirector General de Financiación Exterior, Dirección General del Tesoro y Política Financiera, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid

Dirigente Generale, Direzione Generale del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma

Conselheiro de Gabinete, Ministério das Finanças, Helsínquia

Direttore generale dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma

Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministère de l'Économie, Paris

Under Secretary, Head of European Union Group (Overseas Finance), HM Treasury, Londres

Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid

Second Secretary, Finance Division, Department of Finance, Dublin

Professor Associado, Departamento de Economia, Universidade do Pireu, Pireu

Direttore Centrale, Banca d'Italia, Roma

Directeur Général de la Caisse Française de Développement, Paris.

Ministerialdirektor, Bundesministerium für Wirtschaft, Bona

Director-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão Europeia, Bruxelas

Administrateur général, Ministère des Finances, Luxembourg

Président Directeur-Général, Crédit National, Paris

Ministerialdirigent, Bundesministerium der Finanzen, Bona

Director, The Mortgage Bank of Denmark, Copenhaga

Ere-Directeur-generaal van de Administratie der Thesaurie, Ministère des Finances, Bruxelas

Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte

Gruppenleiter für Wirtschaftspolitik, EU-Angelegenheiten und Internationale Finanzinstitutionen, Bundesministerium für Finanzen, Viena

Suplentes :

Jean-Pierre ARNOLDI

Susan Jane CAMPER

Pierre DUQUESNE

Eberhard KURTH

Eneko LANDABURU ILARRAMENDI

Giuseppe MARESCA

Herbert LUST

Pedro Antonio MERINO GARCÍA

Per Bremer RASMUSSEN

Pierre RICHARD

Konrad SOMMER

Philip WYNN OWEN

Auditeur Général, Administration de la Trésorerie, Ministère des Finances, Bruxelas

Chief Manager, Reserves Management, Foreign Exchange Division, Bank of England, Londres

Sous-Directeur des Affaires Multilatérales, Direction du Trésor, Ministère de l'Économie, Paris

Ministerialdirektor, Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, Bona

Director-Geral da Política Regional e da Coesão, Comissão Europeia, Bruxelas

Dirigente superiore, Direzione generale del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma

Direktor, Abteilung für Internationale Finanzinstitutionen, Bundesministerium für Finanzen, Viena

Subdirector General del Tesoro y Política Financiera, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid

Kontorchef, Ministério das Finanças, Copenhaga

Président-Directeur Général du Crédit Local de France, Paris

Ministerialrat, Bundesministerium der Finanzen, Bona

Head of the Treasury's Transport Policy Division, Londres

COMITÉ EXECUTIVO

O Comité Executivo é o órgão executivo colegial do Banco, que assegura a gestão dos assuntos correntes, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração. O Comité Executivo prepara e garante a execução das decisões do Conselho de Administração, cujas sessões são presididas pelo Presidente do Banco, ou no seu impedimento, por um dos sete Vice-Presidentes. Os membros do Comité Executivo são responsáveis exclusivamente perante o Banco; são nomeados pelo Conselho de Governadores, por proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos, e podem ser reconduzidos nas suas funções. Na sequência da adesão dos novos Estados-membros, o Conselho de Governadores decidiu aumentar de sete para oito o número de membros do Comité Executivo.

O Conselho de Governadores nomeou Vice-Presidentes, a partir de 1 de Julho de 1995, Rudolf de KORTE, anteriormente membro do Parlamento holandês e, a partir de 1 de Setembro de 1995, Claes de NEERGAARD, antigo administrador do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Rudolf de KORTE substituiu Corneille BRÜCK, Vice-Presidente do BEI, ao qual o Conselho de Governadores conferiu o título de Vice-Presidente honorário, pela obra realizada ao serviço do Banco. Claes de NEERGAARD ocupa o posto de Vice-Presidente criado na sequência da adesão dos novos Estados-membros.

O Comité Executivo

Sir Brian UNWIN
Presidente do Banco e da
Conselho de Administração



- Organização e gestão
- Acompanhamento e avaliação das operações
- Governador do BERD
- Presidente do Conselho de Fiscalização da FEI
- Financiamentos no Reino Unido

Claes de NEERGAARD
Vice-Presidente

- Redes transeuropeias
- Controlo financeiro e contabilidade
- Ligação com o NIB e o BAD
- Financiamentos na Áustria, Suécia e Finlândia, Islândia e Noruega, e Países ACP



Panagiotis-Loukas GENNIMATAS Vice-Presidente



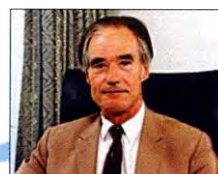
- Desenvolvimento regional
- Avaliação dos projectos
- Financiamentos na Dinamarca, Grécia, Irlanda, Albânia, Chipre, Malta, Turquia e países da ex-Jugoslávia

- Orçamento, controlo externo e interno
- Tecnologias de informação
- Ligação com o BIAD
- Financiamentos em Espanha, Portugal e América Latina



Luis MARTÍ Vice-Presidente

Rudolf de KORTE Vice-Presidente



- Protecção do ambiente
- Assuntos jurídicos
- Ligação com o BASD
- Financiamentos na Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Ásia e África do Sul

Wolfgang ROTH Vice-Presidente



- Informação e Comunicação
- Vice-Governador do BERD
- Financiamentos na Alemanha e na Europa Central e Oriental

Massimo PONZELINI Vice-Presidente



- Estudos económicos e financeiros
- Crédito e administração dos financiamentos
- Fundo Europeu de Investimento
- Financiamentos às PME
- Financiamentos na Itália

Ariane OBOLENSKY Vice-Presidente



- Políticas de captação de recursos e de tesouraria
- Mercado de capitais
- Financiamentos em França, Magrebe, Moçambique, Israel, Gaza e Cisjordânia

O Comité de Fiscalização, que se compõe de três membros nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos (renovável), é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores. A sua missão consiste em verificar a regularidade das operações e dos livros do Banco. O Conselho de Governadores toma nota do relatório do Comité e das suas conclusões, antes de aprovar o Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.

Em 19 de Junho de 1995, o Conselho de Governadores reconduziu nas suas funções Albert HANSEN, por um novo período de três anos, e nomeou Juan Carlos PEREZ LOZANO, Inspector-Geral da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), para concluir o mandato de Ciriaco de VICENTE MARTÍN, que estava demissionário. Segundo o sistema de rotação anual, Carlos PEREZ LOZANO assumiu igualmente a Presidência do Comité de Fiscalização, exercida até Junho de 1995 por Albert HANSEN.

Quando da sessão anual de Junho de 1995, o Conselho de Governadores decidiu por unanimidade reforçar as funções de auditoria e de controlo do Comité, de forma a que este pudesse acompanhar a evolução das práticas do sector. Neste sentido, competirá ao Comité de Fiscalização designar os revisores independentes (após consulta

do Comité Executivo), os quais lhe prestarão contas directamente, cabendo-lhe também definir o programa anual de trabalho dos revisores. O Comité de Fiscalização decidiu proceder a uma nova adjudicação do contrato de revisão de contas do Banco.

Em 1995, o Comité prosseguiu a sua tarefa habitual de fiscalização dos livros e das contas do Banco, apoiando-se no trabalho que tinha cometido aos revisores independentes, Price Waterhouse. No âmbito dos seus trabalhos, examinou vários relatórios elaborados pela Auditoria Interna do Banco, efectuando também um certo número de visitas a diferentes projectos financiados pelo Banco, tanto na União Europeia (Dinamarca, Grécia e Irlanda), como no exterior desta (Egipto e Hungria). Dado que alguns dos projectos não eram financiados somente com recursos próprios do Banco, mas também com recursos do orçamento comunitário, as visitas foram efectuadas conjuntamente com representantes do Tribunal de Contas Europeu e da Comissão, segundo as regras estabelecidas no Acordo tripartido celebrado em 1992 pelas três instituições, que foi tacitamente renovado em Novembro de 1995, por um período de três anos. Em conformidade com o reforço das suas funções, o Comité de Fiscalização apresentou ao Conselho de Governadores um relatório sobre a orientação e as conclusões do trabalho efectuado durante o exercício.

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO



Desde a publicação do último Relatório Anual, foram efectuadas importantes reestruturações, algumas das quais já iniciadas em 1994, e que deverão permitir que o Banco cumpra eficazmente as importantes tarefas suplementares que lhe foram cometidas, e possa assumir as novas responsabilidades exigidas pela crescente complexidade do contexto económico em que trabalha. Estas adaptações estruturais foram efectuadas de uma forma flexível, procurando-se, na nova distribuição de tarefas, aproveitar plenamente as competências e o *know how* individual. As alterações nas chefias são referidas a seguir.

No "Secretariado Geral", Thomas OURSIN, Secretário-Geral, aposentar-se-á em 31 de Julho de 1996, encerrando uma brilhante carreira no Banco, e será substituído por Francis CARPENTER, director do Departamento "Crédito e Administração dos Financiamentos", da Direcção "Financiamentos na União Europeia". Joachim MÜLLER-BORLE, director do Gabinete de Representação em Bruxelas, também se aposentará em 30 de Junho de 1996. Gerlando GENUARDI assumiu a direcção do Departamento Autónomo "Recursos Humanos", substituindo Ronald STURGES, que se reformou.

FUNCIONAMENTO DO BEI

ORGANIGRAMA

(Composição em 1 de Abril de 1996)

Secretário-Geral
Thomas OURSIN



Directores

Assuntos Gerais Martin CURWEN	Coordenação Secretariado Planeamento, orçamento e "Management information system" Gabinete de Representação em Bruxelas	Ferdinand SASSEN Jenny QUILLIEN Hugo WOESTMANN Theoharry GRAMMATIKOS
Joachim MÜLLER-BORLE		
Departamentos autónomos		
Recursos Humanos Gerlando GENUARDI	Administração do Pessoal Política do Pessoal Recrutamento	Zacharias ZACHARIADIS ... Jörg-Alexander UEBBING
Tecnologias de Informação Rémy JACOB	Estudos e desenvolvimento Sistemas de exploração	Albert BRANDT Ernest FOUSSE
Serviços Administrativos Alessandro MORBILLI	Serviços Internos Tradução	Adriaan ZILVOLD ...
	* * *	
	Auditoria Interna	Jean-Claude CARREAU

Direcções de Financiamentos na União Europeia

Direcção 1
Director-Geral
Pitt TREUMANN



Coordenação André DUNAND		Ralph BAST
Itália (Roma) Caroline REID	Infra-estruturas Energia e Ambiente Indústria Instituições de Crédito	Angelo MICHETTI Michael O'HALLORAN Laurent DE MAUTORT Bruno LAGO
Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos Alain BELLAVOINE	França - Infra-estruturas França - Empresas Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos	Jacques DIOT Isabel LOPES DIAS ...
Alemanha e Áustria Emmanuel MARAVIC	Alemanha (Länder do norte) Alemanha (Länder do sul) e Áustria	Henk DELSING Joachim LINK
Espanha e Portugal Armin ROSE	Espanha - Sector público Espanha - Sector privado Gabinete de Madrid Portugal Gabinete de Lisboa	Francisco DOMINGUEZ Jos VAN KAAM Fernando DE LA FUENTE Filipe CARTAXO Ian PACE
Irlanda, Reino Unido e Mar do Norte Thomas HACKETT	RU, Mar do Norte : Infra-estruturas, Indústria e Bancos Gabinete de Londres RU, Mar do Norte : Transportes e Energia Irlanda	Andreas VERYKIOS Guy BAIRD Thomas BARRETT Richard POWER
Grécia, Finlândia, Dinamarca e Suécia Ernest LAMERS	Grécia e Finlândia Gabinete de Atenas Dinamarca e Suécia	Antonio PUGLIESE Arghyro YARMENITOU Paul DONNERUP
	* * *	
Crédito e Administração dos Financiamentos Francis CARPENTER	Sector público (DK, DE, ES, IT, AT e SE) Sector público (BE, GR, FR, IE, LU, NL, PT, FI e GB) Sector privado (DK, DE, ES, IT, AT e SE) Sector privado (BE, GR, FR, IE, LU, NL, PT, FI e GB) Instituições financeiras	Agostino FONTANA Brian FEWKES José Manuel MORI John Anthony HOLLOWAY Dominique de CRAYENCOUR

Direcção dos Financiamentos no exterior da União Europeia

Director-Geral
Fridolin WEBER-KREBS



	Ásia e América Latina	Patrick THOMAS
África Caraíbas e Pacífico Jean-Louis BIANCARELLI	África Ocidental e Sahel África Central e Oriental África Austral e Oceano Índico Caraíbas e Pacífico	Stephen MCCARTHY Tassilo HENDUS Jacqueline NOËL Justin LOASBY Claudio CORTESE
Mediterrâneo/METAP Rex SPELLER	Magrebe e Turquia Machereque, Médio Oriente, Malta e Chipre	Daniel OTTOLENGHI Christan CAREAGA Alain SEVE Patrick WALSH
Europa Central e Oriental Terence BROWN	Polónia, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Ex-Jugoslávia e Eslovénia Rep. Checa, Eslováquia, Bulgária, Roménia e Albânia	Walter CERNOIA Guido BRUCH Christopher KNOWLES
Coordenação e Controlo Manfred KNETSCH	Coordenação Controlo : países da Baía Mediterrânica, da Europa Central e Oriental, da Ásia e da América Latina Controlo : países ACP e instituições financeiras	Marc BECKER Michel HATTERER Guy BERMAN

Direcção de Finanças

Director-Geral
René KARSENTI



Directores

Mercado de Capitais
Ulrich DAMM
Director-Geral adjunto
Jean-Claude BRESSON,
Director adjunto

Tesouraria
Luc WINAND

Previsão e serviço de apoio
Eberhard UHLMANN

Controlo financeiro / Contabilidade
François ROUSSEL

Coordenação
Controlo dos riscos

Grécia, França, Itália e Portugal
ECU, Espanha, Irlanda, Reino Unido, Austrália, Canadá,
Estados Unidos e Sudeste Asiático
Alemanha, Áustria, Suíça, Europa Central e Oriental
Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos,
Finlândia, Suécia, Noruega e Japão

Gestão da carteira
Gestão da liquidez
Gestão operacional do activo/passivo

Previsão/fluxos financeiros decorrentes de operações activas
Acompanhamento de contas bancárias, transferências e comunicações

Contabilidade geral
Controlo do processamento financeiro e contabilístico
das operações

Henri-Pierre SAUNIER
Georg HUBER

Carlo SARTORELLI
Jean-Claude BRESSON
Carlos GUILLE
Barbara STEUER
Joseph VOGTEN

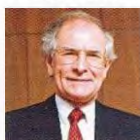
...
Francis ZEGHERS
...

...
Erling CRONQVIST

Luis BOTELLA MORALES
Charles ANIZET

Direcção de Projectos

Director-Geral
Herbert CHRISTIE



Infra-estruturas I
Peter BOND

Infra-estruturas II
Luigi GENAZZINI

Energia / Minas
Günter WESTERMANN

Indústria I
Hemming JØRGENSEN

Indústria II
Horst FEUERSTEIN

Coordenação

Transportes (salvo transportes aéreos) e infra-estruturas diversas

Adução de água, saneamento e tratamento de águas res-
iduais, resíduos sólidos, agricultura, silvicultura e pescas

Electricidade, minas e metalurgia

Petróleo e gás, indústria química e indústria pesada

Transportes aéreos, telecomunicações, indústria ligeira
e alimentar

Patrice GERAUD

Andrew ALLEN
Jean-Pierre DAUBET
Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ
Philippe OSTENC
Mateu TURRO

Henri BETTELHEIM
José GRADE
Peder PEDERSEN
Barend STOKOPER

Juan ALARIO GASULLA
Angelo BOIOLI
Heiko GEBHARDT
Jean-Jacques MERTENS
René VAN ZONNEVELD

Constantin CHRISTOFIDIS
Carillo ROVERE
Stephen WRIGHT

Richard DEELEY
Jacques GIRARD
Patrick MULHERN
Pedro OCHOA

Direcção de Estudos Económicos e de Informação

Economista-Chefe
Alfred STEINHERR



Informação e Comunicação
Henry MARTY-GAUQUIÉ

Coordenação

Estudos económicos e financeiros

Documentação e Biblioteca

Relações com os meios de comunicação
Política de comunicação

Pier Luigi GILIBERT

Daphné VENTURAS

...

Marie-Odile KLEIBER

Adam McDONAUGH
...

Direcção de Assuntos Jurídicos

Director-Geral
Bruno EYNARD



Operações
Konstantin ANDREOPOULOS

Política geral
Giannangelo MARCHEGANI

Itália
Irlanda e Reino Unido
França
Bélgica, Dinamarca, Grécia, Finlândia, Luxemburgo,
Países Baixos e Suécia
Alemanha e Áustria
Espanha e Portugal

Questões bancárias, financeiras e internas
Questões institucionais e de direito comunitário

Marco PADOVAN
Patrick Hugh CHAMBERLAIN f.f.
Marc DUFRESNE
Robert WAGENER

Hans-Jürgen SEELIGER
Alfonso QUEREJETA

Roderick DUNNETT
Pauline KOSKELO

Unidade de Avaliação das Operações

Jean-Jacques SCHUL, Conselheiro especial do Presidente



Bernard BELIER
Peter HELGER



As direcções **"Financiamentos na União Europeia"** procederam a uma nova distribuição das responsabilidades geográficas, a fim de responder a novas necessidades operacionais decorrentes, sobretudo, da adesão de novos Estados-membros. O director-geral Pitt TREUMANN passou a ter a seu cargo a "Direcção 1" e Michel DELEAU, anteriormente director-geral da Direcção "Financiamentos no exterior da União", assumiu o cargo de director-geral da "Direcção 2". Emmanuel MARAVIC foi nomeado director do Departamento "Alemanha e Áustria".

Fridolin WEBER-KREBS é o novo director-geral da Direcção **"Financiamentos no exterior da União Europeia"**, tendo deixado o Departamento "Dinamarca, Alemanha, Áustria e Suécia", da Direcção "Financiamentos na União Europeia".

A Direcção **"Finanças"** foi objecto de uma importante reestruturação, para harmonizar a repartição de responsabilidades e reforçar o controlo e a gestão do risco, assim como as relações com as outras direcções. A direcção inclui agora quatro departamentos: "Mercado de Capitais", dirigido por Ulrich DAMM, que foi nomeado director-geral adjunto, "Previsões e apoio operacional", dirigido por Eberhard UHLMANN, "Tesouraria", dirigida por Luc WINAND e "Controlo financeiro/Contabilidade", dirigido por François ROUSSEL, departamento que foi reestruturado no quadro do reforço do controlo no interior da direcção financeira.

Uma outra adaptação importante foi o reagrupamento, no seio de uma nova Direcção **"Projectos"**, dos serviços económicos e técnicos oriundos das antigas direcções "Estudos Económicos e Financeiros" e "Consultores Técnicos", que passaram a trabalhar em estreita colaboração nas suas disciplinas respectivas, aproveitando as competências

multidisciplinares. A nova direcção contribui para a análise dos projectos e o respectivo acompanhamento no plano técnico, ambiental e económico, e é dirigida pelo director-geral Herbert CHRISTIE, que exercia as mesmas funções na Direcção "Estudos Económicos e Financeiros". Os cinco departamentos sectoriais em que se divide esta direcção são dirigidos por Peter BOND, Luigi GENAZZINI, Günter WESTERMANN, Hemming JØRGENSEN e Horst FEUERSTEIN. J.-Garry HAYTER, director do Departamento "Indústria transformadora, Electrónica e Telecomunicações" na Direcção dos "Consultores Técnicos", reformou-se.

Foi criada uma Direcção **"Estudos económicos e Informação"**, com a qual se pretende associar estreitamente a reflexão estratégica e a comunicação. Esta direcção está a cargo de Alfred STEINHERR, economista-chefe, anteriormente director de departamento na Direcção de Estudos Económicos e Financeiros. Henry MARTY-GAUQUIE foi nomeado director do Departamento "Informação e Comunicação", substituindo Karl Georg SCHMIDT, que se aposentou.

Foi igualmente criada uma Unidade de **"Avaliação das Operações"**, directamente dependente do Presidente, que tem como missão analisar, para fins operacionais, o impacto dos investimentos financiados e avaliar o contributo do Banco para a realização das políticas da União Europeia. Esta Unidade é dirigida por Jean-Jacques SCHUL, conselheiro especial do Presidente, que anteriormente chefiava a Direcção "Consultores Técnicos".

O Banco presta uma homenagem sentida à memória de Roger ADAMS, director desta Unidade, que faleceu prematuramente no início de 1996.



Efectivos

Em finais de 1995, o Banco contava com 897 efectivos. Neste ano, foram prioritariamente recrutados nacionais dos três novos membros da União Europeia. O aumento dos efectivos permitiu prosseguir a adaptação dos recursos humanos à intensificação das actividades e ao crescimento das responsabilidades do Banco. Um terço dos novos quadros recrutados são mulheres.

Gestão

Em 1995, o Banco procedeu à avaliação dos cargos do seu pessoal, à semelhança da avaliação das chefias realizada no ano anterior. Este exercício teve como objectivo analisar o nível dos cargos, avaliando o respectivo grau de autonomia e de responsabilidade, num contexto em rápida evolução, marcado por um alargamento das tarefas e por um aumento da respectiva complexidade. A avaliação foi realizada com a ajuda de um consultor externo e associou, logo desde o início dos trabalhos, os Representantes do Pessoal.

O Banco procedeu a ajustamentos do sistema de apreciação e de remuneração do mérito, os quais já tinha analisado em 1994 com os Representantes do Pessoal. Simultaneamente, no quadro do programa de acção em favor da igualdade de oportunidades para homens e mulheres (ver a seguir), adaptou certos aspectos da regulamentação interna, com vista a aumentar a flexibilidade do horário de trabalho, e incrementou significativamente as possibilidades de licença parental.

Representação do Pessoal

Em 1995, foi assinada uma nova Convenção entre os Representantes do Pessoal e o Banco. A mesma estabelece o quadro global das relações entre a administração e o pessoal, e coloca o sistema do Banco entre os mais avançados dos Estados-membros, em matéria de relações sociais.

As negociações desenrolaram-se com um espírito de abertura e um grande empenhamento, conduzindo a uma maior flexibilidade e a uma maior transparência em termos de informação, facilitada pela criação sistemática de comités paritários para as actividades financiadas conjuntamente pelo Banco e o seu pessoal, e pelo desenvolvimento de grupos de trabalho para a análise de outros *dossiers*.

Igualdade de oportunidades

O Comité paritário para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (COPEC), composto por representantes da administração e do pessoal, tem por objectivo velar pela implementação da política de igualdade de oportunidades a nível de carreiras, de formação e de infra-estruturas sociais. Este ano, publicou o seu primeiro relatório anual, que descreve essencialmente os resultados obtidos e fornece estatísticas nos domínios tratados.

O COPEC trabalha no quadro de um programa de acção multianual definido em 1994. O seu primeiro relatório de actividades evidencia que as suas recomendações foram seguidas em diferentes domínios, permitindo adoptar um conjunto de disposições que visa adaptar o ambiente e as condições de trabalho à evolução verificada a nível social nos Estados-membros. O COPEC contribuiu para uma maior sensibilização das direcções aos problemas de igualdade de oportunidades. Neste sentido, o Comité Executivo sublinhou a ajuda preciosa deste órgão no processo de tomada de decisões, no âmbito das suas competências. No entanto, a percentagem de mulheres em cargos de chefia ainda é baixa, e há que prosseguir os esforços no sentido de atingir um maior equilíbrio.

Para facilitar concretamente as condições de trabalho do seu pessoal, o Banco abriu em Janeiro de 1995 o seu próprio infantário, a que também têm acesso crianças cujos pais trabalhem noutras instituições co-

RECURSOS HUMANOS

Evolução dos efectivos e da actividade do Banco (1960 - 1995)



	Effectivos	Quadros	Pessoal administrativo
1992	785	424	361
1993	810	445	365
1994	859	473	386
1995	897	498	399

munitárias. Esta nova iniciativa da política social do Banco veio ao encontro de necessidades reais, e a 1 de Janeiro de 1996, o infantário já contava com 50 crianças.

Formação

O Banco prosseguiu a política de formação, com vista a reforçar as qualificações do seu pessoal. Foi dada uma atenção especial à formação profissional contínua, tendo em conta as novas técnicas de análise financeira, as novas tecnologias, etc., a fim de manter um nível elevado de competência. O Banco também reforçou as iniciativas em matéria de formação linguística, informática e profissional. Em média, cada membro do pessoal dedicou cerca de 6,5 dias à respectiva formação.

Por outro lado, o Banco alargou as possibilidades de formação pós-universitária a tempo inteiro, oferecendo aos membros do pessoal já diplomados a oportunidade de adquirir novas qualificações.

Informação e transparência

Na linha dos objectivos de transparência traçados pelo Tratado de Maastricht, no que toca às actividades das instituições da União, o BEI alargou o âmbito da sua política de comunicação, nomeadamente, desenvolvendo os meios de comunicação electrónicos e intensificando a sua colaboração com outras instituições da União, em particular, a Comissão, na preparação de brochuras destinadas ao público em geral.

O Banco também contribuiu para a reflexão e o debate sobre questões europeias, organizando o seu primeiro "Forum BEI" (ver pág. 14), e participou na informação pública, marcando presença em diversas feiras e exposições internacionais.

Em 1995, o BEI conferiu o "Prémio BEI" a Andreas LÖFFLER e a Peter NIPPEL, pelas suas teses de doutoramento sobre os temas "Das CAPM als Gleichgewichtsmodell" e "Die Struktur von Kreditverträgen aus theoretischer Sicht". Tal como nos anos anteriores, o Banco concedeu bolsas de estudo a estudantes licenciados do Instituto Europeu de Florença e dos Institutos de Economia e de Estatística da Universidade de Copenhaga.

O Banco participou também activamente nas manifestações do evento "Luxemburgo, Capital Europeia da Cultura", realizado na cidade onde tem a sua sede. Organizou uma exposição consagrada à obra de Sir Denys Lasdun, arquitecto britânico do edifício da sua sede e da nova extensão, inaugurada em 10 de Maio de 1995, e deu o seu apoio à orquestra "Les Solistes européens". Além disso, apresentou nas suas salas exposições de diversos artistas luxemburgueses de renome internacional e emprestou a sua colecção de tapeçarias flamengas dos séculos XVI e XVII ao Castelo de Vianden, marco importante da História luxemburguesa.

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao pessoal do Banco, pelo rigor e dedicação com que realizou o seu trabalho durante o ano, exortando-o a prosseguir na mesma via.

Luxemburgo, 26 de Março de 1996

*O Presidente
do Conselho de Administração*

Sir Brian Unwin



RESULTADOS DE GESTÃO

O resultado do exercício de 1995 ascendeu a 1 216,5 milhões, contra 969,7 milhões em 1994, o que representa um acréscimo de 25%. Este valor tem em conta uma dotação de 125 milhões correspondente à criação de provisões específicas, e uma dotação de 50 milhões, afectada ao fundo para riscos bancários gerais. Estas provisões reflectem a atitude prudente adoptada pelo Banco na sua política financeira.

O montante dos juros e comissões recebidos no exercício, relativos a empréstimos concedidos, cifrou-se em 7 795 milhões (contra 7 334 milhões em 1994), enquanto os juros e custos relativos a empréstimos obtidos ascenderam a 6 715 milhões (6 293 milhões em 1994).

Os proveitos decorrentes de juros e comissões sobre colocações passaram de 421 milhões em 1994, para 480 milhões em 1995, o que representa um acréscimo de 14%.

Durante o exercício, a reavaliação da carteira de investimento, correspondente a 2 400 milhões, em 31 de Dezembro de 1995, gerou uma mais-valia imediata de mais de 90 milhões. A menos-valia de

240 milhões registada em 31 de Dezembro de 1994 na carteira de títulos, correspondeu essencialmente ao resultado negativo inscrito na demonstração de resultados, na rubrica "Resultado proveniente de operações financeiras". Tal como referido no ano transacto, este montante foi progressivamente reconhecido nos resultados; o mesmo eleva-se a cerca de 17 milhões, para além dos 90 milhões acima referidos, correspondendo à amortização, em 1995, da diferença entre o valor no ingresso e o valor de reembolso de cada um dos títulos que compõem a nova carteira de investimento.

Por último, as diferenças cambiais, a imputação da amortização das despesas de emissão e dos prémios de reembolso, as despesas e gastos administrativos e as amortizações de edifícios, instalações e material, representaram um montante de 248 milhões em 1995.

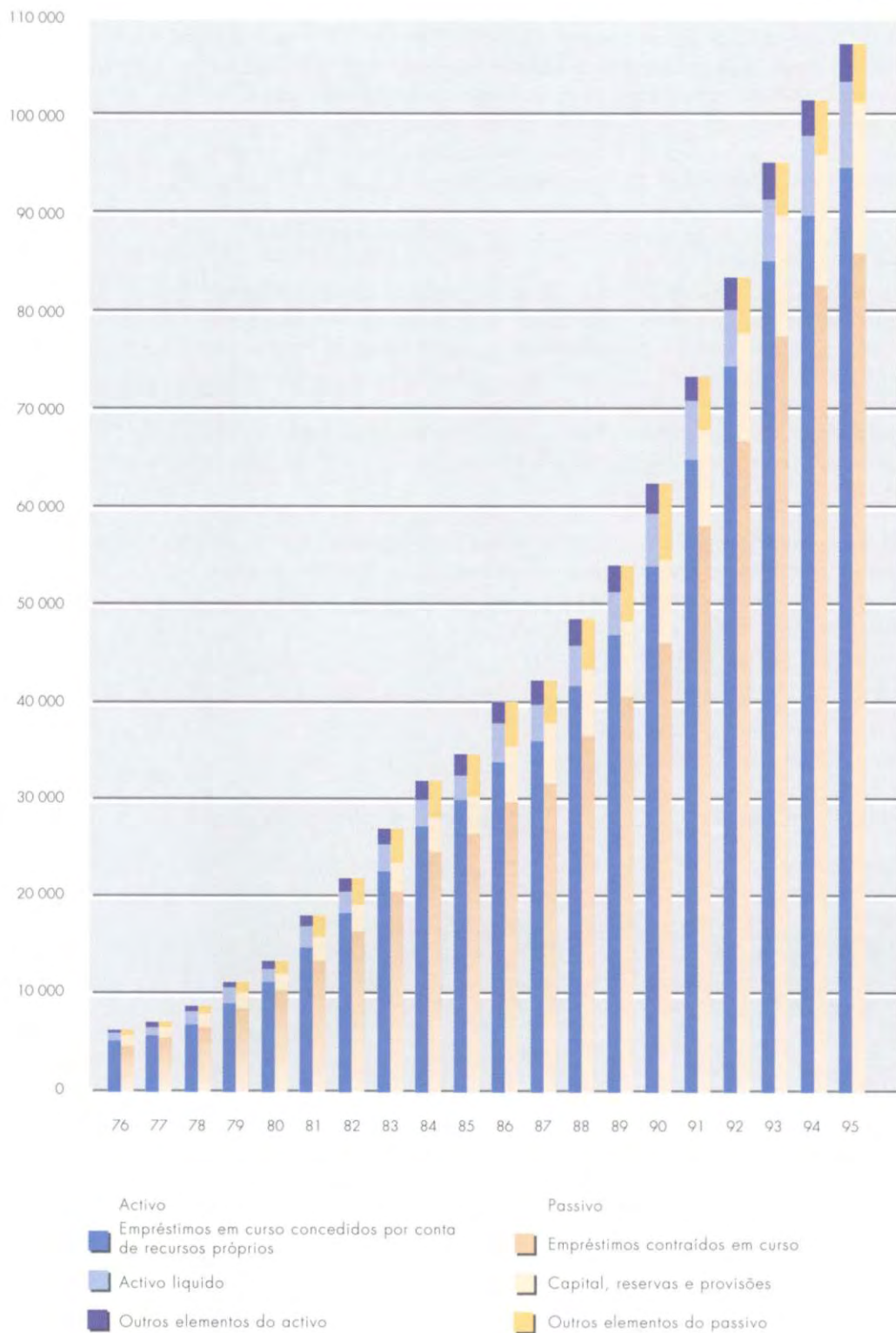
O Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que procedesse à transferência do resultado do exercício (1 216,5 milhões) para as reservas suplementares.



O Conselho de Administração do BEI (ver composição pág. 65), cujas reuniões são presididas pelo Presidente (ao centro) ou, no seu impedimento, por um dos vice-presidentes do Comité Executivo. À esquerda do Presidente, Thomas Oursin, Secretário-Geral.

EVOLUÇÃO DO BALANÇO DO BANCO

milhões de ecus



- Contas anuais	
- Balanço em 31.12.1995	76
- Demonstração da Secção Especial	78
- Demonstração de resultados	80
- Demonstração dos fluxos de caixa	81
- Mapa resumo dos empréstimos e garantias	82
- Mapa resumo das dívidas representadas por títulos	86
- Mapa resumo das subscrições do capital do Banco	86
- Notas explicativas às demonstrações financeiras	87
- Relatório dos auditores independentes	91
- Declaração do Comité de Fiscalização	92
 - Contexto económico	 93
 - Lista dos projectos financiados na União Europeia	 95
 - Lista dos financiamentos no exterior da União Europeia	 102
 - Anexo estatístico	
- Actividades gerais	106
- Actividades na União Europeia	107
- Actividades no exterior da União Europeia	117
- Recursos captados	119
 - Notas ao leitor	 121

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO	31.12.1995	31.12.1994
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	26 807 130	37 497 709
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (Nota B)	2 257 430 092	1 038 722 088
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	218 145 514	72 846 206
b) outros créditos (Nota C)	3 792 859 024	4 668 108 879
c) empréstimos : valor concedido	42 190 441 135	38 491 533 270
menos parcela não desembolsada	6 112 849 242	5 433 688 101
	36 077 591 893	33 057 845 169
	40 088 596 431	37 798 800 254
4. Créditos sobre clientes		
empréstimos : valor concedido	72 446 367 515	67 523 772 600
menos parcela não desembolsada	12 432 195 744	9 577 948 246
	60 014 171 771	57 945 824 354
provisões específicas (Nota A.3)	- 125 000 000	
	59 889 171 771	
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (Nota B)		
a) de emitentes públicos	1 587 923 120	1 577 826 247
b) de outros emitentes	409 072 971	429 564 006
	1 996 996 091	2 007 390 253
6. Acções e outros títulos de rendimento variável (Nota D) .	90 000 000	72 000 000
7. Participações (Nota D)	80 000 000	40 000 000
8. Activos incorpóreos		
despesas de emissão e prémios de reembolso por amortizar	353 697 601	392 966 694
9. Activos corpóreos (Nota E)	87 127 162	87 297 087
10. Outros activos		
a) valores a receber dos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota F)	2 888 806	—
b) a receber na conta de reservas e de provisões (Nota I)	465 889 494	—
c) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota G)	49 721 890	66 669 022
d) devedores diversos (Nota H)	120 441 626	322 353 544
	638 941 816	389 022 566
11. Capital subscrito, exigido, mas não realizado	503 225 006	400 000 000
12. Contas de regularização	2 687 596 164	2 543 662 198
	108 699 589 264	102 753 183 203

PASSIVO

	31.12.1995	31.12.1994
1. Débitos para com instituições de crédito		
a) à vista	—	44 056 561
b) a prazo ou com pré-aviso (Nota I)	36 609 404	23 639 951
	36 609 404	67 696 512
2. Débitos representados por títulos		
a) certificados e obrigações em circulação	83 626 500 656	79 770 795 645
b) outros	3 452 264 448	3 902 329 561
	87 078 765 104	83 673 125 206
3. Outros passivos		
a) valores a pagar aos Estados-membros para ajusta- mento do capital (Nota F)	—	1 777 408
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente (Nota G)	261 558 884	292 088 377
c) credores diversos (Nota H)	638 697 558	581 191 614
d) diversos (Nota H)	106 429 092	28 884 555
	1 006 685 534	903 941 954
4. Contas de regularização	3 478 198 527	3 414 234 869
5. Provisões para riscos e encargos fundo de pensões (Nota J)	269 405 172	238 328 790
6. Fundo para riscos bancários gerais (Nota K)	450 000 000	350 000 000
7. Capital		
subscrito	62 013 000 000	57 600 000 000
não exigido	— 57 361 014 839	— 53 279 061 724
	4 651 985 161	4 320 938 276
8. Reservas (Nota L)		
a) fundo de reserva	6 201 300 000	5 760 000 000
b) reservas suplementares	4 310 100 085	3 055 226 679
	10 511 400 085	8 815 226 679
9. Resultado do exercício	1 216 540 277	969 690 917
	108 699 589 264	102 753 183 203

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	31.12.1995	31.12.1994
Garantias		
- no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	331 144 074	360 738 017
- no âmbito da participação de terceiros nos financiamentos do Banco	59 295 788	71 386 579
	390 439 862	432 124 596
Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos (Nota R)	5 131 929 918	5 605 496 680
Contratos de swap (Nota S)		
- de divisas	573 781 000	400 300 000
- de juros	119 999 000	102 500 000
	693 780 000	502 800 000
Carteira de títulos		
- vendas a prazo (Nota T)	—	370 835 341

DEMONSTRAÇÃO DA SECÇÃO ESPECIAL ⁽¹⁾ EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO	31.12.1995	31.12.1994
Países da União		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores desembolsados ⁽²⁾	729 480 896	785 767 732
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia</i>		
<i>(Novo Instrumento Comunitário - NIC)</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores desembolsados ⁽³⁾	846 099 719	1 213 651 936
Turquia		
<i>Por conta de recursos dos Estados-membros</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores a desembolsar	1 804 484	15 366 790
- valores desembolsados	148 865 138	157 557 566
Total ⁽⁴⁾	150 669 622	172 924 356
Países da Bacia Mediterrânica		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores a desembolsar	159 286	1 292 489
- valores desembolsados	263 512 810	269 998 689
	263 672 096	271 291 178
Operações com capitais de risco		
- valores a desembolsar	54 946 917	35 918 034
- valores desembolsados	48 007 159	45 287 350
	102 954 076	81 205 384
Total ⁽⁵⁾	366 626 172	352 496 562
Países de África, das Caraíbas e do Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos		
<i>A cargo de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Convenções de Yaoundé		
Financiamentos (valores desembolsados)	61 962 093	66 810 937
Contribuições para a formação de capitais de risco		
Valores desembolsados	659 959	646 310
Total ⁽⁶⁾	62 622 052	67 457 247
Convenções de Lomé		
Operações com capitais de risco		
- valores a desembolsar	531 984 626	435 953 804
- valores desembolsados	804 606 812	754 327 041
Total ⁽⁷⁾	1 336 591 438	1 190 280 845
Total geral	3 492 089 899	3 782 578 678

Nota :

Total dos valores desembolsados por reembolsar, referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CE :

a) no âmbito das Convenções de Lomé I, II e III : em 31.12.1995 : 1 492 793 886; em 31.12.1994 : 1 447 891 167;

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da Bacia Mediterrânica : em 31.12.1995 : 172 394 118; em 31.12.1994 : 160 182 792.

(1) A Secção Especial foi instituída pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela Decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste no registo das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 77/271/EURATOM de 29 de Março de 1977, n.º 82/170/EURATOM de 15 de Março de 1982 e n.º 85/537/EURATOM de 5 Dezembro de 1985, até à

concorrência de um montante total de três mil milhões, para o financiamento de centrais nucleares nos países da União, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica :

A adicionar : ajustamentos cambiais + 179 657 351
A deduzir : reembolsos - 2 223 343 594

729 480 896

PASSIVO

31.12.1995

31.12.1994

Fundos em gestão fiduciária

Sob mandato das Comunidades Europeias

Comunidade Europeia da Energia Atómica	729 480 896	785 767 732
Comunidade Europeia :		
- Novo Instrumento Comunitário	846 099 719	1 213 651 936
- Protocolos financeiros com os países da Bacia Mediterrânica	311 519 969	315 286 039
- Convenções de Yaoundé	62 622 052	67 457 247
- Convenções de Lomé	804 606 812	754 327 041
	2 754 329 448	3 136 489 995
Sob mandato dos Estados-membros	148 865 138	157 557 566
Total	2 903 194 586	3 294 047 561

Fundos a desembolsar

Créditos à Turquia, protocolo complementar

Financiamentos e operações com capitais de risco nos países da Bacia Mediterrânica	1 804 484	15 366 790
Operações com capitais de risco no âmbito das Convenções de Lomé	55 106 203	37 210 523
	531 984 626	435 953 804
Total	588 895 313	488 531 117
Total geral	3 492 089 899	3 782 578 678

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870/CEE de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169/CEE de 15 de Março de 1982, nº 83/200/CEE de 19 de Abril de 1983 e nº 87/182/CEE de 9 de Março de 1987, visando a promoção de investimentos na Comunidade e bem assim nº 81/19/CEE de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões afectadas pelo terramoto de 23 Novembro de 1980 na Campânia e na Basilicata (Itália) e nº 81/1013/CEE de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia afectadas pelos terremotos de Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia : 6 399 144 856

A adicionar : ajustamentos cambiais		+	97 442 200
A deduzir : anulações	201 990 536		
reembolsos	5 448 496 801	-	5 650 487 337
			846 099 719

(4) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros : 417 215 000

A adicionar : ajustamentos cambiais		+	8 383 251
A deduzir : anulações	215 000		
reembolsos	274 713 629	-	274 928 629
			150 669 622

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machereque, assim como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia : 416 689 000

A deduzir : anulações	7 739 147		
reembolsos	41 684 879		
ajustamentos cambiais	638 802	-	50 062 828
			366 626 172

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia :

- empréstimos com condições especiais	139 483 056		
- contribuições para a formação de capitais de risco	2 502 615		141 985 671
A adicionar :			
- juros capitalizados	1 178 272		
- ajustamentos cambiais	10 741 881	+	11 920 153
A deduzir :			
- anulações	1 573 610		
- reembolsos	89 710 162	-	91 283 772
			62 622 052

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia :

- empréstimos condicionais e subordinados	1 706 037 641		
- tomadas de participação	34 215 720		1 740 253 361
A adicionar :			
- juros capitalizados		+	1 655 147
A deduzir :			
- anulações	202 689 613		
- reembolsos	191 620 990		
- ajustamentos cambiais	11 006 467	-	405 317 070
			1 336 591 438

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

	31.12.1995	31.12.1994
1. Juros e proveitos equiparados (Nota N)	8 316 827 738	7 766 558 981
2. Juros e custos equiparados	– 6 754 202 799	– 6 321 762 996
3. Comissões recebidas (Nota O)	18 048 975	18 364 756
4. Comissões pagas	– 1 501 412	– 11 936 227
5. Resultados de operações financeiras	9 010 507	– 207 754 949
6. Outros proveitos de exploração	672 003	2 766 068
7. Gastos gerais administrativos (Nota P) :	– 142 229 173	– 131 907 923
a) custos com o pessoal	113 983 316	108 154 206
b) outros gastos administrativos	<u>28 245 857</u>	<u>23 753 717</u>
8. Correções de valor relativas a :	– 105 200 120	– 128 336 166
a) despesas de emissão e prémios de reembolso	96 551 267	119 020 349
b) edifícios e aquisições de instalações, equipamento básico e outro material (Nota E)	<u>8 648 853</u>	<u>9 315 817</u>
9. Correções de valor relativas a créditos (Nota A.3)	– 125 000 000	—
10. Correções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas (Nota Q)	90 399 744	—
11. Dotações para o fundo para riscos bancários gerais	– 50 000 000	—
12. Resultado da actividade corrente	1 256 825 463	985 991 544
13. Menos-valia líquida resultante da reavaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos (Nota A.1)	<u>– 40 285 186</u>	<u>– 16 300 627</u>
14. Resultado do exercício (Nota L)	1 216 540 277	969 690 917

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

31.12.1995

31.12.1994

A. Fluxos de caixa originados pelas actividades de exploração :

Resultado do exercício	1 216 540 277	969 690 917
Ajustamentos :		
Dotações para o fundo para riscos bancários gerais	50 000 000	—
Correcções de valor	230 200 120	128 336 166
Ganhos e perdas não realizados com títulos	—	239 658 629 *
Ajustamento cambial não sujeito ao artigo 7º	40 285 186	16 300 627
Variação dos juros e comissões a pagar e juros recebidos antecipadamente	63 963 658	- 1 652 663
Variação dos juros e comissões a receber	- 143 933 966	- 32 591 512
Proveitos de cessões da carteira de investimento	- 90 399 744	— *
Resultados originados pelas actividades de exploração	1 366 655 531	1 319 742 164
Desembolsos líquidos de empréstimos concedidos	- 16 909 887 002	- 15 600 486 687 *
Reembolsos de empréstimos concedidos	10 505 127 397	9 453 949 749 *
Venda carteira de negociação	567 174 314	—
Aquisição carteira de negociação	- 567 174 314	—
Venda carteira de cobertura	851 288 767	—
Aquisição carteira de cobertura	- 1 447 573 111	—
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades de exploração	- 5 634 388 418	- 4 826 794 774

B. Fluxos de caixa originados pelas actividades de investimento :

Venda de títulos	1 844 204 413	9 346 676 430
Aquisição de títulos	- 2 022 377 630	- 10 188 534 949
Proveitos de cessões da carteira de investimento	90 399 744	— *
Variação das imobilizações corpóreas	- 8 478 928	- 46 840 339
Variação de outras rubricas do activo	- 37 741 270	29 036 388
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades de investimento	- 133 993 671	- 859 662 470

C. Fluxos de caixa originados pelas actividades de financiamento :

Emissões de empréstimos obrigacionistas	12 717 129 211	14 018 786 784
Reembolsos de empréstimos obrigacionistas	- 6 186 060 817	- 7 379 884 841
Aumento líquido das despesas de emissão e dos prémios de reembolso	- 57 282 174	- 111 714 044
Variação dos swaps de divisas a receber	- 2 953 390 042	- 386 217 070 *
Variação dos swaps de divisas a pagar	3 243 600 958	698 049 811 *
Variação líquida das emissões obrigacionistas a curto prazo	- 1 348 607 739	- 259 271 396
Capital, reservas e provisões realizados pelos Estados-membros	538 414 874	100 000 000
Variação líquida das dívidas para com instituições de crédito	- 31 087 108	- 2 668 414
Variação de outras rubricas do passivo	57 320 560	238 726 723
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades de financiamento	5 980 037 723	6 915 807 553

Mapa resumo da variação de fundos

Disponibilidades e equiparados no início do exercício	5 247 784 128	4 146 922 313
Fluxos de caixa líquidos originados por :		
(1) actividades de exploração	- 5 634 388 418	- 4 826 794 774
(2) operações de investimento	- 133 993 671	- 859 662 470
(3) operações de financiamento	5 980 037 723	6 915 807 553
Efeito da variação da taxa de câmbio nas disponibilidades e equiparados	- 206 917 390	- 128 488 494 *
Disponibilidades e equiparados no final do exercício	5 252 522 372	5 247 784 128

Análise das disponibilidades

Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	26 807 130	37 497 709
Títulos com vencimento até três meses	1 214 710 704	757 847 183
Créditos sobre instituições de crédito :		
- contas à vista	218 145 514	72 846 206
- contas de depósito a prazo	3 792 859 024	4 379 593 030
	5 252 522 372	5 247 784 128

* Certos dados foram reprocessados a fim de se coadunarem com a apresentação adoptada em 1995.

MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Total dos empréstimos concedidos (*)

Montante total histórico dos empréstimos concedidos, calculado com base nas paridades em vigor na data de assinatura dos contratos 180 309 581 951

A deduzir :

ajustamentos cambiais 93 346 166

rescisões e anulações	2 826 681 051
reembolsos de capital	62 693 450 296
participação de terceiros	59 295 788
	<u>- 65 672 773 301</u>
Total dos empréstimos concedidos	114 636 808 650

Empréstimos concedidos

	a instituições de crédito intermediárias	directamente ao beneficiário final	Total
Desdobramento do total dos empréstimos concedidos			
Valores desembolsados	36 077 591 893	60 014 171 771	96 091 763 664
Parcela não desembolsada	6 112 849 242	12 432 195 744	18 545 044 986
Total dos empréstimos concedidos	42 190 441 135	72 446 367 515	114 636 808 650

(*) Os empréstimos concedidos incluem, além dos valores desembolsados, os valores a desembolsar.

2. Limite estatutário para a concessão de empréstimos e garantias

Nos termos do n.º 5 do artigo 18.º dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250% do capital subscrito.

Tendo em conta o capital actual, este limite é de 155 032 500 000, ascendendo o total dos empréstimos e garantias a 115 027 248 512, decomposto como segue :

Total dos empréstimos concedidos	114 636 808 650
Total das garantias concedidas (rubricas extrapatrimoniais)	
- no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	331 144 074
- no âmbito de participações de terceiros nos financiamentos do Banco	59 295 788
	<u>390 439 862</u>
Total dos empréstimos e garantias concedidos	115 027 248 512

3. Decomposição dos valores não desembolsados por tipo de taxa de juro

A uma taxa de juro e num conjunto de divisas fixos, determinados no contrato de financiamento
A uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco seleccionar as divisas a desembolsar
A uma taxa de juro aberta, podendo o Banco seleccionar as taxas de juro e o conjunto de divisas a desembolsar
A uma taxa de juro variável
A uma taxa de juro revisível
Parcela não desembolsada

Empréstimos concedidos

	a instituições de crédito intermediárias	directamente ao beneficiário final	Total
	224 660 090	345 780 519	570 440 609
	680 558 142	1 239 690 495	1 920 248 637
	5 123 409 868	9 852 017 163	14 975 427 031
	15 217 921	603 519 454	618 737 375
	69 003 221	391 188 113	460 191 334
	6 112 849 242	12 432 195 744	18 545 044 986

4. Escalonamento do reembolso dos empréstimos já desembolsados

Período a decorrer até à data de vencimento final :

até três meses
mais de três meses a um ano
mais de um ano a cinco anos
mais de cinco anos

	914 552 395	700 303 374	1 614 855 769
	3 104 160 368	4 240 953 387	7 345 113 755
	19 046 499 180	29 319 030 711	48 365 529 891
	13 012 379 950	25 753 884 299	38 766 264 249
Empréstimos já desembolsados :	36 077 591 893	60 014 171 771	96 091 763 664

5. Decomposição dos empréstimos já desembolsados em função da divisa de reembolso

Divisas dos Estados-membros e ecu
Outras divisas
Total dos empréstimos já desembolsados :

	31 014 011 220	45 740 967 395	76 754 978 615
	5 063 580 673	14 273 204 376	19 336 785 049
Total dos empréstimos já desembolsados :	36 077 591 893	60 014 171 771	96 091 763 664

6. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
6.1. Empréstimos para investimentos na União e outros equiparados (a)					
Alemanha	402	11 216 326 499	438 966 650	10 777 359 849	9,78
França	436	13 726 803 943	1 855 595 589	11 871 208 354	11,97
Itália	2 186	25 382 584 570	2 220 482 928	23 162 101 642	22,14
Reino Unido	372	12 645 429 494	2 319 410 824	10 326 018 670	11,03
Espanha	336	17 899 661 684	1 788 012 097	16 111 649 587	15,61
Bélgica	72	2 224 926 073	356 956 173	1 867 969 900	1,94
Países Baixos	50	1 945 194 853	309 499 547	1 635 695 306	1,70
Suécia	11	289 648 905	128 199 753	161 449 152	0,25
Dinamarca	166	3 741 276 336	272 008 098	3 469 268 238	3,26
Áustria	13	481 262 142	97 617 575	383 644 567	0,42
Finlândia	5	242 440 599	15 742 660	226 697 939	0,21
Grécia	211	3 522 498 429	426 842 633	3 095 655 796	3,07
Portugal	245	7 456 154 326	1 333 970 151	6 122 184 175	6,50
Irlanda	210	2 949 126 682	371 504 681	2 577 622 001	2,57
Luxemburgo	7	138 077 726	80 986 307	57 091 419	0,12
Outros equiparados (a)	20	1 037 232 514	496 351 024	540 881 490	0,94
Total	4 742	104 898 644 775	12 512 146 690	92 386 498 085	91,51
6.2. Empréstimos para investimentos no exterior da União					
6.2.1. Países ACP/PTU					
Nigéria	7	210 344 684	75 000 000	135 344 684	
Zimbábue	15	182 768 248	74 476 455	108 291 793	
Costa do Marfim	13	116 591 727	10 491 869	106 099 858	
Quênia	9	105 949 734	13 000 000	92 949 734	
Botsuana	12	79 309 997	48 264 100	31 045 897	
Gana	4	76 854 731	50 000 000	26 854 731	
Jamaica	10	72 811 976	26 878 819	45 933 157	
Ilha Maurícia	9	70 202 386	52 000 000	18 202 386	
Conjunto dos países ACP	2	70 102 147	60 000 000	10 102 147	
Papuaásia-Nova Guiné	7	69 698 190	41 000 000	28 698 190	
Trinidad e Tobago	5	64 896 406	26 055 593	38 840 813	
Camarões	9	52 379 561	8 000 000	44 379 561	
Mali	1	35 153 898	11 752 274	23 401 624	
Ilhas Fiji	7	30 493 171	8 000 000	22 493 171	
Baamas	3	26 861 730	14 000 000	12 861 730	
Namíbia	3	23 746 645	18 592 464	5 154 181	
Moçambique	1	20 000 000	20 000 000	—	
Guiné	3	17 492 118	7 500 000	9 992 118	
Barbados	4	16 946 383	10 000 000	6 946 383	
Antilhas Neerlandesas	6	14 804 827	5 000 000	9 804 827	
Mauritânia	1	14 076 763	—	14 076 763	
Regional - África	1	13 862 537	3 015 668	10 846 869	
Polinésia Francesa	4	12 653 353	3 023 500	9 629 853	
Senegal	2	12 333 499	—	12 333 499	
Malawi	5	9 279 531	—	9 279 531	
Zaire	1	7 756 649	—	7 756 649	
Santa Lúcia	3	6 920 042	1 060 000	5 860 042	
Nova Caledónia	2	6 354 190	1 325 000	5 029 190	
Gabão	3	6 036 778	—	6 036 778	
Suazilândia	3	4 477 296	—	4 477 296	
Ilhas Caimão	3	4 447 063	—	4 447 063	
Lesoto	1	4 261 018	—	4 261 018	
Congo	2	3 725 949	—	3 725 949	
Ilhas Virgens Britânicas	2	3 480 651	1 300 000	2 180 651	
Aruba	2	3 085 494	1 600 000	1 485 494	
São Vicente	1	2 705 764	—	2 705 764	
África Ocidental	1	2 648 381	—	2 648 381	
Zâmbia	1	2 601 843	—	2 601 843	
África Oriental	1	2 433 108	—	2 433 108	
Malvinas	1	2 337 945	—	2 337 945	
Tonga	2	2 285 216	620 000	1 665 216	
Togo	1	2 167 183	—	2 167 183	
África Central	1	1 598 418	—	1 598 418	
Seychelles	1	1 378 438	—	1 378 438	
Belize	2	1 047 141	—	1 047 141	
Niger	1	998 987	—	998 987	
Montserrat	1	302 730	—	302 730	
Libéria	1	141 829	—	141 829	
Sub-total	180	1 492 806 355	591 955 742	900 850 613	1,30
6.2.2. África do Sul	2	45 000 000	45 000 000		0,04

(a) Os empréstimos efectuados nos termos do nº 1, parágrafo 2, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que embora se situem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a União, são equiparados a empréstimos na União.

6. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos (continuação)

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
6.2.3. Países da Bacia Mediterrânica					
Egipto	25	774 359 483	475 016 182	299 343 301	
Marrocos	22	766 756 894	500 063 446	266 693 448	
Argélia	17	717 639 916	492 518 694	225 121 222	
Tunísia	31	450 032 887	236 858 290	213 174 597	
Ex-R. F. da Jugoslávia (b)	18	420 311 940	—	420 311 940	
Libano	8	254 878 987	200 047 000	54 831 987	
Jordânia	26	198 109 515	111 217 184	86 892 331	
Israel	4	97 000 214	68 000 000	29 000 214	
Turquia	4	94 694 344	93 500 000	1 194 344	
Chipre	8	74 490 986	34 249 500	40 241 486	
Síria	5	54 783 349	11 855 200	42 928 149	
Malta	5	46 349 671	26 720 500	19 629 171	
Gaza/Cisjordânia	2	20 000 000	20 000 000	—	
Sub-total	175	3 969 408 186	2 270 045 996	1 699 362 190	3,46
6.2.4. Países da Europa Central e Oriental					
Polónia	15	1 005 655 609	707 530 284	298 125 325	
República Checa	9	737 871 285	658 482 313	79 388 972	
Hungria	13	729 174 515	425 235 470	303 939 045	
Roménia	9	381 549 241	309 010 137	72 539 104	
Bulgária	7	285 451 998	231 048 434	54 403 564	
República Eslovaca	8	252 378 561	145 128 013	107 250 548	
Eslovénia	5	120 075 156	96 791 910	23 283 246	
Estónia	5	51 823 399	40 500 000	11 323 399	
Albânia	3	34 000 000	34 000 000	—	
Lituânia	3	28 952 585	23 003 261	5 949 324	
Letónia	1	5 000 000	5 000 000	—	
Sub-total	78	3 631 932 349	2 675 729 822	956 202 527	3,17
6.2.5. Países da América Latina e da Ásia					
Argentina	3	118 599 982	76 000 000	42 599 982	
Chile	1	71 019 591	4 631 261	66 388 330	
Paquistão	2	60 000 000	60 000 000	—	
Tailândia	2	57 959 191	51 719 844	6 239 347	
Índia	1	55 000 000	55 000 000	—	
China	1	55 000 000	55 000 000	—	
Filipinas	2	47 811 382	39 173 581	8 637 801	
Indonésia	1	46 000 000	46 000 000	—	
Costa Rica	1	44 000 000	44 000 000	—	
Peru	1	26 626 839	1 642 050	24 984 789	
Paraguai	1	17 000 000	17 000 000	—	
Sub-total	16	599 016 985	450 166 736	148 850 249	0,52
Total	451	9 738 163 875	6 032 898 296	3 705 265 579	8,49
Total Geral	5 193	114 636 808 650	18 545 044 986	96 091 763 664	100 %

(b) Os empréstimos concedidos a entidades de direito público integradas na ex-República Federal da Jugoslávia continuam a ser equiparados a empréstimos nos países da Bacia Mediterrânica.

7. Decomposição dos empréstimos por principais tipos de garantia obtida (a)

7.1. Empréstimos para investimentos na União e outros equiparados (b)

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou por estes garantidos	44 880 078 422	(c-d)
Empréstimos concedidos a instituições públicas de Estados-membros ou por estas garantidos	5 181 519 725	
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito de longo prazo e companhias de seguros) ou por estas garantidos	36 741 473 824	(c)
Empréstimos garantidos por empresas (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na União	3 246 712 067	(c)
Empréstimos garantidos por caução real sobre edifícios	577 832 730	
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado	11 971 855 272	
Empréstimos garantidos por caução real sobre outros bens activos; outras cauções	2 299 172 735	
Total dos empréstimos na União	104 898 644 775	

7.2. Créditos para investimentos no exterior da União

7.2.1. África, Caraíbas e Pacífico - Países e Territórios Ultramarinos

Empréstimos concedidos aos Estados signatários dos acordos de cooperação, ou por estes garantidos :		
Primeira Convenção de Lomé	9 218 497	
Segunda Convenção de Lomé	123 661 267	
Terceira Convenção de Lomé	426 041 310	
Quarta Convenção de Lomé	683 228 620	
	1 242 149 694	(e)
Empréstimos garantidos por outras entidades :		
Primeira Convenção de Lomé	2 354 440	
Segunda Convenção de Lomé	9 537 318	
Terceira Convenção de Lomé	24 783 089	
Quarta Convenção de Lomé	213 981 814	
	250 656 661	(e)
Total ACP/PTU	1 492 806 355	

7.2.2. África do Sul

Empréstimos concedidos na República da África do Sul ou por esta garantidos	45 000 000	(f)
---	------------	-----

7.2.3. Países terceiros da Bacia Mediterrânica beneficiários da cooperação financeira com a CE

Protocolos financeiros

Empréstimos concedidos aos países signatários destes protocolos, ou por estes garantidos ou contragarantidos	2 727 308 940	
Empréstimos garantidos por outras entidades	6 000 000	
Cooperação "horizontal"		
Empréstimos concedidos aos países beneficiários desta cooperação ou por estes garantidos	996 099 246	
Empréstimos garantidos por outras entidades	240 000 000	
Total Mediterrâneo	3 969 408 186	(c)

7.2.4. Países terceiros da Europa Central e Oriental (PECO)

Empréstimos concedidos aos países signatários dos acordos de cooperação financeira ou por estes garantidos	3 225 932 349	(f-c)
Empréstimos garantidos por outras entidades	406 000 000	(f)
Total Europa Central e Oriental	3 631 932 349	

7.2.5 Países terceiros da América Latina e da Ásia (ALA)

Empréstimos concedidos aos países signatários dos acordos de cooperação financeira ou por estes garantidos	386 586 030	
Empréstimos garantidos por outras entidades	212 430 955	
Total América Latina e Ásia	599 016 985	(f)
Total dos empréstimos no exterior da União	9 738 163 875	
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	114 636 808 650	

- (a) Certos empréstimos estão cobertos por vários tipos de garantia ou de caução.
- (b) Os empréstimos efectuados nos termos do n.º 1, parágrafo 2, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a União, são equiparados a empréstimos na União.
- (c) O montante-limite da caução global concedida pela CE ascendia a 4 658 457 187 ecus em 31 de Dezembro de 1995, em comparação com 4 038 085 710 ecus em 31 de Dezembro de 1994. Esta caução destina-se a cobrir todos os riscos decorrentes dos compromissos financeiros assumidos nos países da Bacia Mediterrânica, incluindo os empréstimos concedidos a entidades de direito público integradas na ex-República Federal da Jugoslávia e os empréstimos concedidos no âmbito do primeiro protocolo financeiro celebrado com a Eslovénia, e ainda, compromissos financeiros assumidos na Grécia, em Espanha e em Portugal, relativos a empréstimos outorgados antes da adesão destes países à CE, cujo valor concedida atingia 383 191 414 ecus em 31 de Dezembro de 1995.
- (d) O total dos empréstimos garantidos pela CE elevava-se a 1 442 827 ecus em 31 de Dezembro de 1995.
- (e) Os montantes-limite da caução concedida pelos Estados-membros para cobertura de todos os riscos emergentes dos compromissos financeiros assumidos no contexto das convenções de Lomé elevam-se, respectivamente a :
- Primeira Convenção : 11 572 937 ecus
 - Segunda Convenção : 133 198 585 ecus
 - Terceira Convenção : 417 102 898 ecus
 - Quarta Convenção : 689 162 900 ecus
- (f) Os empréstimos concedidos nos países terceiros da Europa Central e Oriental (PECO), na América Latina e na Ásia (ALA) e na África do Sul beneficiam de garantia total da CE.

MAPA RESUMO DAS DÍVIDAS REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Pagáveis em	Empréstimos obtidos				Swap de divisas			Valor líquido	
	Valor em dívida em 31.12.94	Valor em dívida em 31.12.95	Taxa média	Vencimento	Valores a pagar (+) Valores a receber (-)		Taxa média	Valor em dívida em 31.12.94	Valor em dívida em 31.12.95
					31.12.1994	31.12.1995			
ECU	9 908 447 981	8 923 516 164	8,28	1996/2004	341 290 002 +	341 290 002 +	6,44	10 249 737 983	9 264 806 166
DEM	12 338 552 377	14 069 944 851	6,54	1996/2016	48 521 778 +	54 645 244 +	5,31	12 387 074 155	14 124 590 095
FRF	9 312 063 798	9 296 013 845	8,37	1996/2005	506 033 731 +	516 720 506 +	7,50	9 818 097 529	9 812 734 351
GBP	8 555 710 908	8 409 809 813	8,62	1996/2017	1 215 934 943 +	1 247 613 762 +	8,16	9 771 645 851	9 657 423 575
ITL	7 426 864 252	10 095 980 717	10,32	1996/2005	327 928 108 +	314 503 700 +	10,17	7 754 792 360	10 410 484 417
BEF	1 684 377 984	1 315 844 012	8,09	1996/2004	122 933 552 +	124 405 976 +	8,25	1 807 311 536	1 440 249 988
NLG	4 044 997 730	3 596 717 385	7,07	1996/2009	12 463 453 +	12 615 185 +	3,71	4 057 461 183	3 609 332 570
DKK	90 613 485	58 667 427	7,98	1996/1999	—	—	—	90 613 485	58 667 427
IEP	267 778 196	375 269 050	8,14	1996/2015	125 776 513 +	121 880 172 +	6,89	393 554 709	497 149 222
LUF	498 605 770	717 708 196	7,31	1996/2005	—	129 205 978 -	6,73	498 605 770	588 502 218
GRD	33 843 238	176 527 039	15,99	1996/2000	—	—	—	33 843 238	176 527 039
ESP	3 558 728 944	4 229 708 741	10,59	1996/2009	777 427 709 +	1 606 190 822 +	9,03	4 336 156 653	5 835 899 563
PTE	1 059 300 402	1 693 381 339	10,30	1996/2005	331 829 042 +	572 324 877 +	8,82	1 391 129 444	2 265 706 216
ATS	82 044 244	60 352 762	6,25	1996/1996	—	—	—	82 044 244	60 352 762
SEK	108 957 031	114 978 740	10,00	1999/1999	108 957 031 -	28 291 094 -	8,51	—	86 687 646
FIM	—	17 491 844	6,91	2002/2002	—	—	—	—	17 491 844
USD	10 484 641 689	9 577 477 285	7,50	1996/2010	751 166 781 -	728 290 771 -	5,21	9 733 474 908	8 849 186 514
CHF	4 415 924 870	4 841 950 794	5,73	1996/2007	640 156 211 +	401 700 136 +	6,05	5 056 081 081	5 243 650 930
JPY	6 927 742 767	6 668 677 631	4,78	1996/2008	1 184 584 906 -	1 749 804 558 -	0,57	5 743 157 861	4 918 873 073
CAD	2 393 208 915	2 349 984 642	8,20	1996/2008	2 147 113 152 -	2 112 640 661 -	8,35	246 095 763	237 343 981
AUD	472 974 251	481 512 743	8,84	1998/2001	472 974 251 -	481 512 743 -	8,84	—	—
Total	83 665 378 832	87 071 515 020							
Prémio de reembolso	7 746 374	7 250 084							
Total	83 673 125 206	87 078 765 104							

Indicam-se no quadro a seguir os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos obtidos

Vencimentos :	Certificados e obrigações		Total
		Outros	
até três meses	3 398 245 573	68 963 744	3 467 209 317
mais de três meses a um ano	4 827 663 840	280 571 706	5 108 235 546
mais de um ano a cinco anos	47 216 106 957	1 805 281 021	49 021 387 978
mais de cinco anos	28 184 484 286	1 297 447 977	29 481 932 263
Total	83 626 500 656	3 452 264 448	87 078 765 104

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Estados-membros	Capital subscrito (')	Capital não exigido (')	Capital realizado e a realizar		Total
			realizado em 31.12.1995	a realizar (')	
Alemanha	11 017 450 000	10 189 970 950	770 096 498	57 382 552	827 479 050
França	11 017 450 000	10 189 970 950	770 096 498	57 382 552	827 479 050
Itália	11 017 450 000	10 189 970 950	770 096 498	57 382 552	827 479 050
Reino Unido	11 017 450 000	10 189 970 950	770 096 498	57 382 552	827 479 050
Espanha	4 049 856 000	3 747 237 310	281 525 690	21 093 000	302 618 690
Bélgica	3 053 960 000	2 825 758 011	212 295 948	15 906 041	228 201 989
Países Baixos	3 053 960 000	2 825 758 011	212 295 948	15 906 041	228 201 989
Suécia	2 026 000 000	1 874 016 998	58 682 784	93 300 218	151 983 002
Dinamarca	1 546 308 000	1 430 762 746	107 491 566	8 053 688	115 545 254
Austria	1 516 000 000	1 402 275 305	43 910 711	69 813 984	113 724 695
Finlândia	871 000 000	805 660 812	25 228 383	40 110 805	65 339 188
Grécia	828 380 000	766 479 995	57 585 525	4 314 480	61 900 005
Portugal	533 844 000	493 953 399	37 110 164	2 780 437	39 890 601
Irlanda	386 576 000	357 689 755	26 872 829	2 013 416	28 886 245
Luxemburgo	77 316 000	71 538 697	5 374 615	402 688	5 777 303
Total	62 013 000 000	57 361 014 839	4 148 760 155	503 225 006	4 651 985 161

(1) A partir de 1 de Janeiro de 1995, o capital subscrito do Banco foi elevado de 57 600 000 000 para 62 013 000 000 ecus, por força da contribuição dos três novos Estados-membros - o Reino da Suécia, a República da Áustria e a República da Finlândia. O montante a pagar de 503 225 006 representa :

- as seis semestralidades iguais de 53 830 729,13 a pagar pelos quinze Estados-membros, a primeira em 30 de Abril de 1996 e a última em 31 de Outubro de 1998, a título da respectiva contribuição para o aumento de capital decidido em 11 de Junho de 1990;
- as três semestralidades iguais de 60 080 210,40 a pagar pelo Reino da Suécia, a República da Áustria e a República da Finlândia, a primeira em 30 de Abril de 1996 e a última em 30 de Abril de 1997, correspondentes à respectiva contribuição para o capital realizado pelos Estados-membros em 1 de Janeiro de 1995.

(2) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante que eventualmente venha a ser necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 1995 — em ecus

Nota A — Principais princípios contabilísticos

1. Bases de conversão

Nos termos do nº 1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco adopta o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a apresentação das suas demonstrações financeiras.

O valor do ecu é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DEM	0,6242	NLG	0,2198	IEP	0,008552
GBP	0,08784	BEF	3,301	GRD	1,440
FRF	1,332	LUF	0,13	ESP	6,885
ITL	151,8	DKK	0,1976	PTE	1,393

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ecu, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco emprega também estas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes divisas utilizadas nas suas operações.

As operações do Banco são efectuadas nas divisas dos Estados-membros, em ecus e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nos diferentes divisas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas divisas.

Na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1995 e de 31 de Dezembro de 1994, foram utilizadas as seguintes taxas de conversão:

1 ECU =	31.12.1995	31.12.1994
Marco alemão	1,88397	1,90533
Franco francês	6,43979	6,57579
Lira italiana	2082,71	1997,45
Libra esterlina	0,847242	0,787074
Peseta espanhola	159,549	162,070
Franco belga	38,6979	39,1614
Florim holandês	2,10857	2,13424
Coroa sueca	8,69726	9,17793
Coroa dinamarquesa	7,29536	7,48233
Xelim austríaco	13,2554	13,4074
Markka finlandesa	5,71695	5,82915
Dracma grega	311,567	295,480
Escudo português	196,505	195,884
Libra irlandesa	0,820478	0,795061
Franco luxemburguês	38,6979	39,1614
Dólar americano	1,31424	1,23004
Franco suíço	1,51282	1,61320
Libra libanesa	2097,53	2025,88
Iene japonês	135,590	122,659
Dólar canadiano	1,79065	1,72697
Dólar australiano	1,76527	1,58571
Franco CFA	643,979	657,579

Os activos e passivos do Banco são convertidos em ecus. Os ganhos ou perdas resultantes dessa conversão afectam directamente o apuramento dos resultados do exercício.

Os montantes correspondentes à quota-parte de capital paga pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, os quais são objecto de reajustamento periódico nos termos do artigo 7º dos Estatutos, estão excluídos desta conversão.

2. Obrigações do Tesouro e outros títulos da dívida pública qualificados para obtenção de financiamento junto dos bancos centrais e obrigações e outros títulos de rendimento fixo

Com vista a tornar mais clara a gestão das disponibilidades e a reforçar a sua solvabilidade, o Banco decidiu constituir três tipos de carteira: a carteira de investimento, a carteira de cobertura e a carteira de negociação.

2.1. Carteira de investimento

A carteira de investimento foi criada em 1 de Janeiro de 1995, por transferência dos títulos de rendimento fixo detidos em 31 de Dezembro de 1994, pelo respectivo valor escritural.

Compõe-se de títulos adquiridos com a intenção de os manter até à data do respectivo vencimento, com vista a assegurar a solvabilidade do Banco. São emitidos ou garantidos por:

- governos da União Europeia, países do G10 ou organismos públicos desses países;
- instituições públicas supranacionais, incluindo bancos de desenvolvimento internacionais.

O valor dos títulos no momento de ingresso nesta carteira é o custo de aquisição ou, mais raramente, o custo de transferência (sobretudo no caso da transferência de títulos da carteira de negociação). A diferença entre o valor no ingresso e o valor de reembolso é escalonada *prorata temporis* durante a vida residual dos títulos detidos.

2.2. Carteira de cobertura

A carteira de cobertura compõe-se de títulos com data de vencimento fixa e integra a gestão activa pelo Banco do risco de variação de taxa de juro decorrente das suas actividades enquanto mutuário e mutuante. Estes títulos são apresentados no balanço

ao preço de aquisição, ajustado pela amortização dos prémios ou descontos correspondentes à diferença entre o custo de aquisição do título e o respectivo valor de reembolso. Esta amortização é apurada pelo método das quotas constantes ao longo da vida residual do título. As mais ou menos-valias realizadas quando da venda destes títulos são amortizadas ao longo da vida residual das operações de captação de recursos.

2.3. Carteira de negociação

Esta carteira tem como objectivo assegurar a liquidez do Banco a curto prazo.

A carteira de negociação engloba, além dos títulos já integrados na carteira de investimento supra, os títulos cotados em bolsa, emitidos e garantidos por instituições financeiras. Estes títulos são apresentados no balanço ao respectivo valor de mercado.

3. Créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes

Os empréstimos estão apresentados no activo do Banco pelo respectivo valor líquido de desembolso.

Para cobrir empréstimos ou adiantamentos ainda em curso no final do exercício, que comportem riscos de cobrança (total ou parcial), são constituídas provisões específicas. Estas provisões são inscritas na demonstração de resultados, na rubrica "Correcções de valor relativas a créditos".

4. Activos corpóreos

Os terrenos e edifícios estão apresentados pelo respectivo valor de aquisição, líquido da amortização inicial do edifício de Luxemburgo/Kirchberg e das amortizações acumuladas. A amortização dos edifícios de Luxemburgo/Kirchberg e de Lisboa é apurada pelo método das quotas constantes ao longo de um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações, o equipamento básico e outro material são integralmente amortizados no ano de aquisição.

5. Activos incorpóreos

As despesas de emissão e os prémios de reembolso são amortizados durante o período de obtenção dos recursos, por referência aos montantes de capital em dívida.

6. Fundo de pensões

O fundo de pensões do Banco é um fundo caracterizado por prestações definidas, provenientes de contribuições, que se aplica a todo o pessoal do Banco. As contribuições do BEI e do pessoal estão totalmente investidas nos activos do Banco. As contribuições anuais são acumuladas e expressas numa conta de provisão específica, inscrita no passivo do balanço. O fundo é avaliado de três em três anos, pelo menos, e os desvios actuariais resultantes são então distribuídos com base no tempo residual de serviço activo calculado para o pessoal.

7. Fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica abrange os montantes que o Banco decide afectar à cobertura dos riscos inerentes aos seus financiamentos, tendo em conta que estes últimos, que constituem a sua principal actividade, implicam riscos particulares.

A dotação para esta provisão está inscrita individualmente na demonstração de resultados, na rubrica "Dotações para o fundo para riscos bancários gerais".

8. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu o Conselho Único e a Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

9. Operações de swap de taxas de juro e de divisas

O BEI realizou operações de swap de divisas, destinadas a converter em moeda diferente da original o produto de empréstimos obtidos, e a fim de obter as verbas necessárias ao serviço do empréstimo na moeda de origem, efectuou simultaneamente operações de conversão a prazo. Os montantes líquidos destas operações estão inscritos no balanço, na rubrica "Outros activos - devedores diversos", quando o montante a receber for superior ao montante a pagar, ou na rubrica "Outros passivos - diversos", no caso contrário. O BEI efectuou também operações de swap de taxas de juro, destinadas a substituir obrigações a taxa fixa por obrigações a taxa variável denominadas na mesma moeda, ou vice-versa.

10. Operações sobre instrumentos financeiros a prazo

Sendo utilizadas pelo Banco para efeitos de cobertura do risco, em caso de flutuação do valor das obrigações detidas na carteira de negociação, as operações realizadas nos mercados regulamentados que se encontrem pendentes à data do fecho de contas são reavaliadas nessa data. Os resultados afectam directamente o apuramento de resultados, de maneira simétrica aos ganhos e perdas resultantes da parte coberta da carteira.

11. Contas de regularização

no activo: as despesas contabilizadas durante o exercício, mas imputáveis a um exercício posterior, assim como os proveitos relativos ao exercício imputáveis a períodos posteriores ao encerramento deste (sobretudo juros relativos a empréstimos concedidos);

no passivo: os proveitos recebidos antes do encerramento do balanço, mas imputáveis a um exercício posterior, assim como as despesas que, embora digam respeito ao exercício, só serão pagas num exercício posterior (sobretudo juros relativos a empréstimos obtidos).

Nota B —

Efeitos públicos admissíveis para
refinanciamento junto dos
bancos centrais

Obrigações e outros títulos
de rendimento fixo

	31.12.1995	31.12.1994	31.12.1995	31.12.1994
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte :				
- até três meses	598 966 297	266 620 482	615 744 407	502 714 736
- mais de três meses a um ano	—	250 758	—	—
- mais de um ano a cinco anos	1 167 590 214	284 634 278	448 737 998	196 288 461
- mais de cinco anos	490 873 581	487 216 570	932 513 686	1 308 387 056
	2 257 430 092	1 038 722 088	1 996 996 091	2 007 390 253

	Valor de aquisição	Escalonamento dos descontos ou prémios contabilizados	Valor contabilístico	Descontos ou prémios a contabilizar	Valor na data de vencimento	Valor de mercado
Carteira de investimento	2 357 367 147	16 865 738	2 374 232 885	140 959 177	2 515 192 062	2 494 924 175
Carteira de negociação	—	—	—	—	—	—
Carteira de cobertura	670 262 614	- 4 780 020	665 482 594	- 18 881 440	646 601 154	690 305 865
Outros títulos de curto prazo avaliados pelo respectivo valor nominal	1 214 710 704	—	1 214 710 704	—	1 214 710 704	1 214 710 704
	4 242 340 465	12 085 718	4 254 426 183			

Nota C — Créditos sobre instituições de crédito (outros créditos)

	31.12.1995	31.12.1994
Produto de empréstimos obtidos por receber		
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte :		
- até três meses	—	195 391 364
- mais de três meses a um ano	—	93 124 485
	—	288 515 849
Depósitos a prazo		
- até três meses	3 423 026 433	4 379 593 030
Reverse repos		
- até três meses	369 832 591	—
	3 792 859 024	4 668 108 879

Nota D — Acções e outros títulos de rendimento variável e participações

Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica, no montante de 90 000 000 ecus, representa o capital pago pelo Banco a título de subscrição (300 000 000) para o capital do BERD.

Participações

Esta rubrica, no valor de 80 000 000 ecus, representa duas das quatro anualidades iguais (160 000 000 no total) a pagar pelo Banco a título de subscrição (800 000 000) para o capital do Fundo Europeu de Investimento, que tem a sua sede social no Luxemburgo.

O Banco decidiu não consolidar as contas do FEI para o exercício de 1995. Consequentemente, não será prestada qualquer informação suplementar neste relatório, tendo em conta o interesse irrelevante dessa consolidação em relação ao objectivo de "imagem fiel" visado pela Directiva do Conselho de 8 de Dezembro de 1986, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras.

Nota E — Activos corpóreos

	Terreno	Edifício Kirchberg	Edifício Lisboa	Instalações equipamento básico e outro material	Total
Valor líquido contabilístico no início do ano	3 358 412	83 716 169	222 506	—	87 297 087
Aquisições do exercício	—	3 665 075	—	4 813 853	8 478 928
Amortizações do exercício	—	3 821 000	14 000	4 813 853	8 648 853
Valor líquido contabilístico em 31.12.1995	3 358 412	83 560 244	208 506	—	87 127 162

Nota F — Valores a receber ou a pagar a Estados-membros para ajustamento do capital

A aplicação das taxas de conversão indicadas na Nota A conduz ao ajustamento dos montantes pagos na respectiva moeda nacional pelos Estados-membros, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes a receber ou a pagar pelo Banco são os seguintes :

	31.12.1995	31.12.1994
A receber :		
Alemanha	1 956 748	—
Países Baixos	478 388	—
Áustria	453 670	—
	2 888 806	—
A pagar :		
Alemanha	—	1 112 583
Países Baixos	—	664 825
	—	1 777 408

Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, a quantia a pagar ou a receber pelo Banco será liquidada no dia 31 de Outubro de cada ano, se a diferença entre a taxa de conversão histórica e a taxa de conversão aplicada na determinação do ajustamento for superior a 1,5%. Caso essa diferença seja inferior a 1,5%, os montantes a ajustar serão transferidos para as contas de ajustamento, as quais não são remuneradas.

Nota G — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) Uma parcela dos montantes recebidos no âmbito do SME foi disponibilizada como adiantamento concedido a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica 10 c) «A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME».

b) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente» (rubrica 3 b) no passivo) abrangem :

- os montantes das bonificações de juro relativas aos empréstimos concedidos para o financiamento de projectos no exterior da União, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos concluídos com os países da Bacia Mediterrânica.

- as bonificações de juro relativas a empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco concedidos na União, no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME), em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, e no âmbito do instrumento financeiro criado pelos Estados da EFTA, ao abrigo do Acordo EFTA assinado em 2 de Maio de 1992.

- os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativas a empréstimos concedidos a partir de recursos da CE, no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870 de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169 de 15 de Março de 1982 e nº 83/200 de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) nº 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) nº 2790/82 do mesmo Conselho, de 18 de Outubro de 1982.

Nota H — Contas diversas

	31.12.1995	31.12.1994
Devedores diversos :		
- empréstimos para habitação e adiantamentos ao pessoal	67 661 671	55 119 854
- operações de swap de divisas	—	213 711 514
- outros	52 779 955	53 522 176
	120 441 626	322 353 544
Credores diversos :		
- contas da Comunidade Europeia :		
- operações no âmbito da Secção Especial e outros saldos relacionados, por regularizar	237 171 573	255 653 075
- contas de depósito	92 735 066	79 832 719
- contas de depósito detidas no quadro do instrumento financeiro da EFTA	212 923 519	113 665 937
- outros	95 867 400	132 039 883
	638 697 558	581 191 614
Diversos no passivo :		
- operações de swap de divisas	76 499 402	—
- outros	29 929 690	28 884 555
	106 429 092	28 884 555

Nota I — Débitos para com instituições de crédito (a prazo ou com pré-aviso)

O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte :

	31.12.1995	31.12.1994
- até três meses	36 609 404	23 639 951

Nota J — Provisões para riscos e encargos (Fundo de Pensões)

O mais recente cálculo do encargo relativo às prestações para o fundo de pensões foi realizado em 30 de Junho de 1994 por um actuário qualificado, segundo o método dos "benefícios projectados", tendo em conta os seguintes pressupostos :

- taxa de actualização de 7,5% para a determinação do valor actual das prestações futuras,
- idade média de reforma de 62 anos,
- evolução média de 4,5% das prestações do Fundo de Pensões, decorrente do efeito combinado do aumento do custo de vida e do desenvolvimento das carreiras.

Este estudo actuarial determinou que a provisão inscrita no passivo em 31 de Dezembro de 1994 representava 103% das prestações futuras, afigurando-se suficiente na eventualidade de o plano ser descontinuado.

O custo total do fundo de pensões, incluindo os juros creditados pelo Banco para o exercício em apreço, elevava-se a 36 679 977 ecus em 31 de Dezembro de 1995 (1994 : 32 770 600). O valor das pensões de reforma pagas pelo Banco, inscrito nas demonstrações de resultados em 31 de Dezembro de 1995, ascendeu a 9 443 809 (1994 : 8 351 822). O aumento da provisão inscrita no passivo cifrou-se em 31 076 382 (1994 : 31 885 952).

Nota K — Fundo para riscos bancários gerais

Em 1994, não foi contabilizado qualquer movimento neste fundo. Em 31 de Dezembro de 1995, o saldo de 450 000 000 correspondia a :

	31.12.1995	31.12.1994
Provisão no início do ano . . .	350 000 000	350 000 000
Contribuição dos três novos Estados-membros em 1.1.1995	26 815 105	—
Transferência parcial da rubrica "Contribuição para o resultado por aplicar" ⁽¹⁾	23 184 895	—
Dotação do ano	50 000 000	—
	450 000 000	350 000 000

(1) O Conselho de Governadores decidiu em 19 de Junho de 1995 transferir o montante de 23 184 895 da rubrica "Contribuição para o resultado por aplicar" (três novos Estados-membros), a qual ascendia em 1.1.1995 a 74 292 465 (ver também Nota L).

Nota L — Reservas e aplicação do resultado líquido do exercício

Em 19 de Junho de 1995, o Conselho de Governadores decidiu transferir o total da rubrica "Contribuição para o resultado por aplicar" (três novos Estados-membros), ou seja, 74 292 465, da seguinte forma : 23 184 895 para o fundo para riscos bancários gerais e 51 107 570, acrescido do resultado líquido do exercício, no montante de 969 690 917, ou seja, um total de 1 020 798 487, para reservas suplementares.

Demonstração do movimento das contas de reservas em 31 de Dezembro de 1995 :

	Situação em 31.12.1994	Participação da Suécia, da Áustria e da Finlândia nas reservas em 31.12.1994	Aplicação dos resultados do exercício de 1994 e contribuição correspondente dos 3 novos Estados-membros	Situação em 31.12.1995
Fundo de reserva . . .	5 760 000 000	441 300 000	—	6 201 300 000
Reservas suplementares . . .	3 055 226 679	234 074 919	1 020 798 487	4 310 100 085
	8 815 226 679	+ 675 374 919	+ 1 020 798 487	10 511 400 085

Por força da sua adesão, o Reino da Suécia, a República da Áustria e a República da Finlândia pagarão a quantia de 776 482 489 ecus, correspondente à respectiva comparticipação nas reservas e provisões (26 815 105 ecus - ver nota K) em 31.12.1994, e à sua contribuição para o saldo da demonstração de resultados do exercício de 1994, em cinco semestralidades iguais de 155 296 498 ecus, entre 30 de Abril de 1995 e 30 de Abril de 1997. O saldo a pagar em 31 de Dezembro de 1995 elevava-se a 465 889 494 ecus.

Na sequência da proposta do Comité Executivo, o Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que transferisse para reservas suplementares o resultado líquido do exercício, ou seja, 1 216 540 277 ecus, obtido após constituição de provisões específicas no valor de 125 000 000 ecus e da dotação de 50 000 000 ecus para o Fundo para Riscos Bancários Gerais.

Nota M — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira, convertidos em ecus

	31.12.1995	31.12.1994
Activos	92 435 821 079	87 182 204 572
Passivos	81 922 731 929	77 900 566 210

Nota N — Distribuição geográfica dos juros e proveitos equiparados : (rubrica 1 da demonstração de resultados)

	31.12.1995	31.12.1994
Alemanha	720 977 323	605 105 860
França	1 051 188 278	999 240 900
Itália	2 075 870 564	2 062 142 207
Reino Unido	875 578 964	869 520 118
Espanha	1 232 782 617	1 084 475 203
Bélgica	119 535 073	97 180 376
Países Baixos	120 012 464	118 453 542
Suécia	7 257 919	—
Dinamarca	290 549 279	335 176 336
Áustria	17 711 803	—
Finlândia	6 314 334	—
Grécia	243 520 587	209 455 283
Portugal	483 648 779	439 514 696
Irlanda	220 671 815	224 494 616
Luxemburgo	7 445 353	9 186 897
	7 473 065 152	7 053 946 034
Outros países	321 690 143	280 542 739
	7 794 755 295	7 334 488 773
Outros proveitos ⁽¹⁾	522 072 443	432 070 208
	8 316 827 738	7 766 558 981

(1) Incluem :

Juros e comissões sobre aplicações	500 309 161	432 070 208
Outros proveitos da carteira de títulos	21 763 282	—
	522 072 443	432 070 208

Nota O — Distribuição geográfica das comissões recebidas : (rubrica 3 da demonstração de resultados)

	31.12.1995	31.12.1994
Alemanha	—	—
França	398 161	562 175
Itália	459 247	653 860
Reino Unido	200 229	238 299
Espanha	16 049	40 610
Bélgica	9 780	17 206
Países Baixos	2 702	2 846
Dinamarca	170 181	247 351
Grécia	125 297	168 077
Portugal	12 439	17 634
Irlanda	169 467	225 698
	1 563 552	2 173 756
Instituições comunitárias	16 485 423	16 191 000
	18 048 975	18 364 756

Nota P – Gastos gerais administrativos

	31.12.1995	31.12.1994
Custos com o pessoal		
Remunerações e subsídios	85 333 995	78 934 295
Encargos sociais	18 453 379	19 656 466
Outros custos	10 195 942	9 563 445
	113 983 316	108 154 206
Outros gastos administrativos *	28 245 857	23 753 717
	142 229 173	131 907 923

* Estes montantes incluem despesas incorridas por conta do FEI, recuperáveis nos termos do acordo de cooperação.

Em 31 de Dezembro de 1995, ascendia a 897 o número de funcionários ao serviço do Banco (859 em 31 de Dezembro de 1994).

Nota Q – Correções de valor relativas a valores mobiliários

A fim de que a carteira de investimentos obedea a critérios de gestão pautados por linhas de orientação bem definidas, o Banco decidiu proceder a uma reestruturação, mediante substituição de rubricas; a mesma gerou uma mais-valia de 90,4 milhões de ecus.

Nota R – Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos

Esta rubrica é constituída pelos títulos e obrigações vencidos, mas ainda pendentes de cobrança.

Nota S – O cálculo do risco associado às transacções no âmbito de contratos de swap a prazo é efectuado nos termos da Directiva do Conselho 89/647/CEE de 18 de Dezembro de 1989, relativa ao coeficiente de solvabilidade das instituições de crédito, segundo o método da "perspectiva do risco inicial".

Nota T – Extracto das operações a prazo ainda não liquidadas em 31 de Dezembro de 1995

Não existiam operações pendentes em 31.12.1995.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Presidente do Comité de Fiscalização

Banco Europeu de Investimento
Luxemburgo

Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Europeu de Investimento, abaixo identificadas, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1995. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no exame de auditoria que realizámos.

O exame de auditoria a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. As referidas Normas exigem que se planeie e execute o exame de forma a obter-se uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Um exame inclui (a) a verificação, com base numa amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras, (b) a apreciação da razoabilidade das estimativas significativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e (c) a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião.

Luxemburgo 7 de Fevereiro 1996

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados da sua actividade e os fluxos de caixa referentes ao exercício então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e com os princípios constantes da Directiva do Conselho das Comunidades Europeias sobre as contas anuais e consolidadas de bancos e outras instituições financeiras.

As demonstrações financeiras abrangidas pela nossa opinião são as seguintes :

Balanço

Demonstração de resultados

Demonstração da Secção Especial

Mapa dos fluxos de caixa

Mapa resumo de empréstimos e garantias

Mapa resumo de dívidas representadas por títulos

Mapa resumo das subscrições de capital do Banco

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Price Waterhouse

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O Comité de Fiscalização do Banco compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos. Todos os anos, um dos membros é reconduzido nas suas funções ou é substituído. A presidência é exercida por um ano, pelo membro cujo mandato cessa durante o exercício. O Comité verifica que as operações do Banco foram realizadas em conformidade com os procedimentos prescritos pelos Estatutos, controla a regularidade das operações e dos livros e certifica-se de que as demonstrações financeiras reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Para realizar esta tarefa, o Comité de Fiscalização baseia-se no trabalho contínuo da Divisão de Auditoria Interna do Banco e de uma empresa internacional de auditoria, bem como nas actividades de controlo dos serviços do Banco.

O Comité de Fiscalização dá o seu parecer ao Conselho de Governadores que, antes de aprovar o Relatório Anual e as contas do final do exercício, ouve a seguinte declaração :

DECLARAÇÃO DO COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para verificar a regularidade das suas operações e dos seus livros,

— após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

— após leitura do relatório elaborado pela Price Waterhouse em 7 de Fevereiro de 1996,

considerando o Relatório Anual de 1995, o balanço do Banco e a situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1995, assim como a demonstração de resultados relativa ao exercício findo nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 26 de Março de 1996,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

certifica pela presente :

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1995 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o balanço, a demonstração de resultados e a situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 28 de Março de 1996

O Comité de Fiscalização

J. C. PÉREZ LOZANO

M. J. SOMERS

A. HANSEN

Contexto económico das actividades do BEI

Em 1995, o crescimento da actividade económica mundial registou uma ligeira aceleração, atingindo os 3,2%, na linha dos anos anteriores. A retoma nos quinze países da União abrandou ligeiramente (2,5%), mas manteve um nível semelhante ao de 1994, sendo mais sustentada que no conjunto dos países da OCDE (2,3%)⁽¹⁾.

O Japão registou uma ligeira retoma (0,7% contra 0,5% em 1994), enquanto nos Estados Unidos se observou um abrandamento sensível da actividade (que passou de 3,5% em 1994 para 2,1% em 1995).

Nos países da União Europeia, o relançamento económico verificado em 1994, após seis anos de recessão, consolidou-se em 1995 (2,5%, contra 2,8% em 1994). Esta estabilização é explicada por uma pausa conjuntural, essencialmente relacionada com os ajustamentos dos stocks na indústria e com a atonia do consumo privado. A turbulência monetária verificada no início do ano conduziu a um abrandamento mais marcado da actividade nos países cuja moeda se apreciou e a um crescimento das pressões inflacionistas nos países cuja moeda se depreciou.

A atitude de expectativa adoptada por certos agentes económicos durante o primeiro semestre deveu-se sobretudo aos efeitos diferidos da subida das taxas de longo prazo. A estabilidade dos preços e os esforços no sentido de um saneamento orçamental facilitaram a liberalização das condições mo-

As economias asiáticas continuam a crescer de uma forma dinâmica. Nos países do leste europeu, a recuperação económica começa a estender-se à Rússia. Na América Latina, surgem perspectivas de um crescimento duradouro. Por último, em África, registou-se um aumento da produção superior ao da população.

As trocas comerciais a nível mundial, que têm crescido rapidamente nos últimos anos, aumentaram mais de 8% em 1995.

netárias, que levou a uma suspensão da subida persistente das taxas de longo prazo. Durante o segundo semestre de 1995, as taxas foram descendo progressivamente, para apoiar o relançamento da actividade económica.

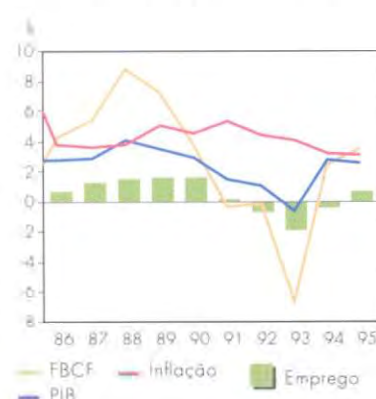
Globalmente, as perspectivas económicas mantiveram-se bastante favoráveis, e a retoma abriu a via para um crescimento não inflacionista a médio prazo. Mas este não foi suficientemente sustentado para ter efeitos notáveis no desemprego, que apenas regrediu um pouco, para 10,9% (11,3% em 1994).

De um modo geral, a evolução macroeconómica e a coordenação das políticas económicas favoreceram o processo de passagem à última fase da União Económica e Monetária.

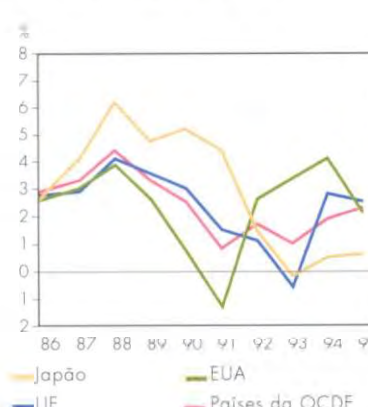
A inflação regrediu, tendo-se observado na maioria dos Estados-membros uma subida dos preços inferior à de 1994 (3,0% contra 3,2% a nível da União). Este abrandamento, apesar da utilização crescente das capacidades de produção, reflecte o prosseguimento da política de moderação salarial e os esforços de saneamento orçamental empreendidos pelos Estados-membros.

1995 : CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO

PIB, inflação, FBCF e emprego (variação anual)

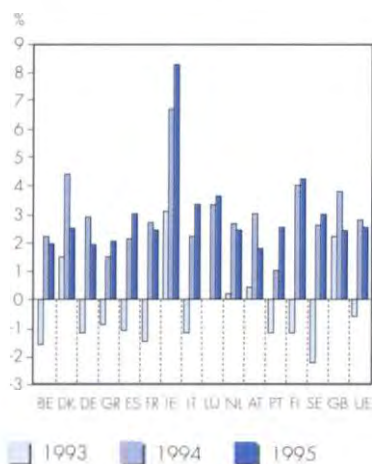


PIB/PNB (variação anual)



(1) As estatísticas macroeconómicas deste capítulo são extraídas dos Orçamentos Económicos 1995 - 1997 publicados pela Comissão Europeia no início de 1996, tendo ainda um carácter provisório. As taxas de crescimento relativas aos agregados físicos são expressas em volume. A inflação é medida pelo índice de preços ao consumidor privado. Os dados referem-se aos 15 Estados-membros. No que toca à Alemanha, os novos Länder estão incluídos nos gráficos relativos às balanças comerciais desde 1991, e nos restantes gráficos, desde 1992.

PIB : 1993 - 1995
(taxa de crescimento)



Globalmente, a situação orçamental dos Estados-membros melhorou, e as respectivas necessidades de financiamento apenas representaram 4,7% do PIB, contra 5,5% em 1994.

A evolução foi menos favorável no que se refere à dívida pública. Embora a maioria dos Estados-membros conseguisse um melhor equilíbrio orçamental, a redução do volume captado não permitiu reduzir o rácio global de endividamento, que atingiu cerca de 71% do PIB, contra 68% em 1994.

Durante o exercício em apreço, observou-se um abrandamento do movimento de convergência das taxas de juro de longo prazo.

gindo, respectivamente 28,5%, 21,4% e 11,8%. O mesmo aconteceu em quatro países confrontados com problemas de desenvolvimento (Irlanda, Espanha, Grécia e Itália), em que o crescimento se situou entre 10% e 13%.

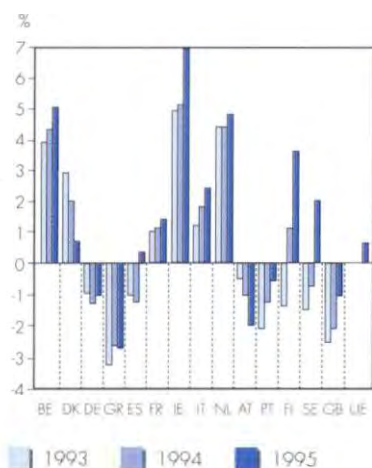
Globalmente, a retoma do sector da construção abrandou ligeiramente (1,4% em relação a 2,8%), sendo o abrandamento mais acentuado na Alemanha, no Reino Unido e na Áustria.

Os países em desenvolvimento continuam a evoluir de um forma muito diferenciada.

Nas economias asiáticas dinâmicas, o crescimento manteve-se tão elevado como em 1994 (próximo dos 8%). A recuperação iniciada em África em 1994, com um crescimento superior a 3%, prolongou-se em 1995, atingindo os 3,5%. Nos países do sul da Bacia Mediterrânica, o abrandamento relativo do crescimento, já constatado em 1994, confirmou-se no ano em apreço. Na América Latina, após uma paragem em meados de 1995, devida à queda do peso mexicano e ao endurecimento das políticas económicas, o crescimento voltou a recuperar.

Depois da quebra da produção dos primeiros anos de transição, os países da Europa Central e Oriental registam um progresso encorajante. No conjunto destes países, o crescimento do PIB foi superior a 4,2%, sendo a situação de um modo geral pouco diferenciada entre os diferentes países.

Balanças de transacções correntes :
1993 - 1995
(em % do PIB)



Após cinco anos de queda contínua (1989 - 1993), a retoma do investimento global, medido pela FBCF, manteve-se, aumentando 3,5% em relação a 1994.

O investimento, que de uma forma geral foi dinâmico, foi o principal motor do crescimento. O consumo privado manteve-se hesitante, e o peso relativo das exportações como factor de crescimento foi-se reduzindo progressivamente.

O investimento em bens de equipamento continuou a recuperar, tornando-se positivo em todos os Estados-membros e aumentando 6,5% a nível da União (2,7% em 1994 e -10,2% em 1993). Os resultados divergiram, contudo, segundo os países. Na Suécia, na Finlândia e na Dinamarca, os investimentos em bens de equipamento cresceram a um ritmo mais sustentado, atin-

Lista dos projectos financiados na União Europeia em 1995⁽¹⁾

O montante total dos empréstimos para projectos na União Europeia ascendeu a 18 603 milhões. Estas operações são financiadas a cargo de recursos próprios, cabendo ao Banco a respectiva responsabilidade financeira, e são registadas no balanço.

O BEI trabalha em estreita colaboração com um número crescente de instituições financeiras e de bancos comerciais, com os quais conclui empréstimos globais destinados ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão na indústria, nos serviços e nas infra-estruturas. Em certos casos, também concede empréstimos individuais por intermédio de instituições ou de bancos.

Indicam-se à direita os símbolos correspondentes aos objectivos de política comunitária visados pelos empréstimos individuais. Salvo indicação específica em contrário, os empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo (caixa pág. 20).

Os referidos símbolos são os seguintes :

- desenvolvimento regional
- competitividade das empresas e integração europeia
- infra-estruturas comunitárias
- ◆ objectivos energéticos
- ◄ protecção do ambiente e ordenamento urbano

RTE : projectos integrados nas redes transeuropeias prioritárias consideradas pelo Conselho de Essen de Dezembro de 1994

	milhões de ecus		milhões de ecus
BÉLGICA		DINAMARCA	
25 669,2 milhões de francos belgas	665,3	6 027,7 milhões de coroas dinamarquesas	824,9
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(506,2)</u>	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(782,2)</u>
Construção de duas centrais eléctricas de ciclo combinado a gás natural, com turbinas a gás e vapor, em Drogenbos (na região de Bruxelas) e Seraing (próximo de Liège) <i>Tractebel</i>	33,8 ■ ◆	Construção de uma central de co-geração de calor e electricidade em Viborg <i>Viborg Kommune</i>	32,9 ◆
Ampliação das instalações de recolha e tratamento de águas residuais na Flandres <i>Aquafin</i>	77,7 ◄	Renovação e reconversão de uma incineradora de resíduos, com vista à produção de electricidade e calor, e das redes de aquecimento urbano e de esgotos <i>Århus Kommune</i>	6,9 ◆ ◄
Construção da primeira fase (fronteira francesa - Bruxelas) da nova linha de comboio de alta velocidade <i>SNCB - Société Nationale des Chemins de fer Belges</i>	RTE 230,4 ●	Construção de uma central de co-geração de calor e electricidade em Silkeborg (Jutlândia) <i>Silkeborg Kraftvamerværk I/S</i>	43,9 ◆
Lanço Ghislenghien - Hacquenies da auto-estrada A8 Bruxelas - Lille <i>SOFICO - Société régionale wallonne de financement complémentaire des infrastructures</i>	52,5 ■ ●	Electrificação e modernização de várias secções da linha de caminho-de-ferro Odense - Padborg e compra de carruagens eléctricas para as linhas regionais e suburbanas <i>Danske Statsbaner, DSB</i>	128,1 ● ◄
Construção em Liège de uma ligação entre a auto-estrada E25 (Maastricht - Liège - Luxemburgo) e a E40 (Aachen - Liège - Bruxelas) <i>SOFICO</i>	51,8 ■ ●	Ponte rodoviária suspensa na parte leste da ligação fixa do Grande Belt <i>A/S Storebæltsforbindelsen</i>	248,2 ■ ●
Aperfeiçoamento e harmonização dos sistemas europeus de controlo do tráfego aéreo <i>Eurocontrol</i>	49,0 ●	Construção de uma ligação fixa roda/ferroviária no Øresund, entre Copenhaga (Dinamarca) e Malmö (Suécia) <i>A/S Øresundforbindelsen</i>	RTE 64,6 ● RTE 31,9 ●
Ampliação das instalações e reagrupamento das actividades da Eurocontrol em Haren (região de Bruxelas) <i>Eurocontrol</i>	11,0 ●	Reforço do sistema de comutação digital e de transmissão por fibras ópticas na Zelândia e em Bornholm <i>Kjøbenhavns Telefon A/S, KTAS</i>	46,1 ■ ●
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(159,1)</u>	Modernização e reforço da capacidade de uma refinaria em Kalundborg <i>Statoil Denmark A/S</i>	179,9 ◆ ◄
Financiamento de infra-estruturas públicas de pequena e média dimensão : <i>Crédit Communal de Belgique</i>	16,2	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(42,5)</u>
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão : - <i>Kredietbank NV</i>	51,8	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão : <i>Finance for Danish Industry International S.A., FIH</i>	42,5
- <i>Société Nationale de Crédit à l'Industrie</i>	26,7		
- <i>CERA Hoofdkantoor C.V.</i>	25,9		
- <i>Générale de Banque S.A.</i>	25,5		
- <i>Caisse Nationale de Crédit Professionnel S.A.</i>	13,0		

(1) As aberturas de crédito são de um modo geral expressas no contravalor da moeda nacional.

ALEMANHA

5 079,8 milhões de marcos alemães

2 715,0

Empréstimos individuais

(1 268,3)

Construção de uma central eléctrica a lignite, para substituir unidades obsoletas em Schwarze Pumpe (Brandeburgo)
SVK Schwarze Pumpe-VEAG Kraftwerksgesellschaft mbH

213,1 ■ ◆ ◀

Central de co-geração de electricidade/calor a gás natural :

- em Dessau (Saxónia-Anhalt)
Heizkraftwerk Dessau GmbH & Co. KG

21,3 ■ ◆ ◀

- em Potsdam (Brandeburgo)
Energieversorgung Potsdam GmbH

29,7 ■ ◆ ◀

- na parte oriental de Berlim
BEWAG AG

53,3 ■ ◆

- em Dresda (Saxónia)
Dresdner Elektrizität & Fernwärme GmbH

RTE 134,6 ■ ◆ ◀

Cabo de interligação das redes eléctricas sueca e alemã
Baltic Cable AB

40,0 ■ ◆

Modernização e ampliação das redes de transporte e de distribuição de gás natural :

- na zona de Leipzig
Erdgas West-Sachsen GmbH (EWS)

26,6 ■ ◆

- na Saxónia-Anhalt
Gasversorgung Sachsen-Anhalt GmbH (GSA)

42,6 ■ ◆

- em Berlim
GASAG Berliner Gaswerke AG

39,7 ■ ◆

Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais :

- em Wittenberg (Saxónia-Anhalt)
Lutherstadt Wittenberg

10,7 ■ ◆ ◀

- em Rudolstadt e Saalfeld (Turingia)
Zweckverband Wasserversorgung und Abwasserbeseitigung Gemeinden Rudolstadt & Saalfeld

10,8 ■ ◆ ◀

- em Constança (Bade-Vurtemberg)
Stadt Konstanz

10,7 ◀

- numa parte da Renânia do Norte - Vestefália
Erftverband

48,1 ◀

- na região de Eisenach (Turingia)
Abwasserverband Eisenach-Erbstromtal

44,4 ■ ◆ ◀

Construção de um complexo regional de eliminação de resíduos em Bonacker (Renânia do Norte - Vestefália)
Hochsauerlandkreis

8,1 ◀

Modernização da rede ferroviária suburbana na região de Estugarda
Zweckverband Nahverkehr Region Stuttgart

3,7 ◀

Ampliação do terminal "Wilhelm Kaisen" para navios porta-contentores no porto de Bremerhaven
Bremen Lagerhaus - Gesellschaft AG

89,4 ■ ●

Substituição de eléctricos e autocarros para melhorar os transportes públicos de Rostock
Rostocker Strassenbahn AG

52,5 ■ ◆ ◀

Novo terminal "leste" no aeroporto de Francoforte
Flughafen Frankfurt Main AG

80,5 ●

Transferência de unidades de fabrico de cabos em fábricas de Berlim (leste) e Schönnow (Brandeburgo)
KWO Kabel GmbH

47,7 ■

Oficina flexível modular de produção de pneus de automóvel numa fábrica em Breuberg (Hessen)
Pirelli Reifenwerke GmbH

4,4 ▶

Construção de armazéns em Haldensleben (Saxónia-Anhalt) e em Ohrdruf (Turingia) para uma empresa de vendas por correspondência
Otto Versand GmbH & Co.

43,2 ■

Centros logísticos de distribuição de correio

213,1 ■ ●

Empréstimos globais

(1 446,7)

Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :

- Kreditanstalt für Wiederaufbau

374,8

- Westdeutsche Landesbank Girozentrale

318,8

- Landesbank Hessen-Thüringen Girozentrale

193,1

- Bremer Landesbank Kreditanstalt Oldenburg Girozentrale

138,1

- Deutsche Bank AG

79,9

- Deutsche Ausgleichsbank

79,9

- Commerzbank AG

79,8

- Südwestdeutsche Landesbank Girozentrale

64,3

- Investitionsbank des Landes Brandenburg

54,0

- Landsbank Schleswig Holstein Girozentrale

31,9

- Hamburgische Landesbank Girozentrale

16,2

- Norddeutsche Landesbank Girozentrale

15,7

GRÉCIA

160 042 milhões de dracmas

525,2

Empréstimos individuais

(269,4)

Construção de uma pequena central hidroeléctrica em Pournari, no rio Arakthos, próximo de Arta (Ipeiros)
DEI - Dimosia Epihirisi Ilektrismou (Public Power Corporation)

9,5 ■ ◆

Ampliação e reforço da rede de transporte e de distribuição de electricidade
DEI

26,2 ■ ◆

Reconversão em auto-estrada de diversas secções do eixo Patras - Atenas - Salónica - fronteira búlgara
República Helénica

- Elefsina - Corinto

17,0 ■ ●

- Katerini - Klidi

RTE 16,5 ■ ●

Ampliação do terminal para navios porta-contentores no porto do Pireu
Piraeus Port Authority

42,5 ■ ●

Prolongamento do metropolitano de Atenas
Attiko Metro A.E.

105,0 ■ ◆ ◀

Colocação em serviço de redes de telefonia móvel :

- STET (Hellas) S.A.

33,1 ■ ●

- PANAFON (Hellas) S.A.

19,6 ■ ●

Empréstimos globais

(255,9)

Financiamento de pequenos projectos de infra-estruturas incluídos na vertente regional do Quadro Comunitário de Apoio
República Helénica

210,0

Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :

- ETEBA - National Investment Bank for Industrial Development SA

39,2

- Ergobank SA

6,6

ESPAÑHA

464 724,3 milhões de pesetas

Empréstimos individuais

Obras florestais, especialmente de prevenção da erosão e dos incêndios
Junta de Andalucía

89,4 ■ ◀

Construção de sete pequenas centrais hidroeléctricas na bacia do Ebro e de 34 centrais eólicas próximo de Pamplona
Energía Hidroeléctrica de Navarra SA

26,7 ■ ♦

Interligação da rede de transporte de electricidade com a de Portugal : secções Meson - fronteira portuguesa e Cartelle - Trives (Galiza)
Red Eléctrica de España S.A.

RTE 6,2 ■ ♦

Reforço e modernização da rede de electricidade
Fuerzas Eléctricas de Cataluña

57,0 ■ ♦

Construção das secções Tarifa - Córdoba - fronteira portuguesa (próximo de Badajoz) e da parte situada nas águas territoriais espanholas do gasoduto Magrebe - Europa, que abastecerá a Espanha e Portugal com gás natural argelino
Gasoducto al Andaluz SA

RTE 224,4 ■ ♦

Melhoria da recolha e tratamento de águas residuais e do abastecimento de água :

- Valência
Entidad Pública de Saneamiento de Aguas Residuales de Valencia

61,6 ■ ◀

- Catalunha
Junta de Saneamiento de Cataluña

61,4 ■ ◀

- Andalucía
Junta de Andalucía

46,1 ■ ◀

Construção de incineradoras de resíduos urbanos :

- em Son Reus
Tirme, Palma de Mallorca

69,9 ■ ◀

- em Madrid
Tirmadrid SA

55,2 ■ ◀

Modernização do material rolante e das infra-estruturas das redes ferroviárias suburbanas das nove maiores cidades
Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles

273,9 ■ ● ◀

Melhoria da rede rodoviária regional e nacional :

- Ministério das Obras Públicas, dos Transportes e do Ambiente

RTE 469,7 ■ ●
110,7 ■ ●

- Comunidad Autónoma de Galicia

60,6 ■ ●

- Territorio Histórico de Guipúzcoa

58,7 ■ ●

- Territorio Histórico de Bizkaia

33,8 ■ ●

- Gestión de Infraestructuras SA

30,7 ■ ●

- Territorio Histórico de Álava

24,6 ■ ●

Ampliação da rede ferroviária urbana de Valência e compra de material rolante
Ferrocarriles de la Generalidad Valenciana

36,8 ■ ◀

Construção da primeira fase do metropolitano de Bilbao e compra de material rolante
Consorcio de Transportes de Vizcaya

61,5 ■ ◀

milhões
de ecus

2 817,6

(2 651,5)

Construção de uma nova aerogare de passageiros em Palma de Maiorca e ampliação das actuais aerogares de passageiros dos aeroportos de Barcelona e Málaga
Ente Público de Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea

27,7 ■ ●

Modernização e ampliação da rede de telecomunicações
Telefónica de España SA

539,0 ■ ●

Melhoria das infra-estruturas rodoviárias e do abastecimento de água
Comunidad Autónoma de Extremadura

32,2 ■ ◀

Melhoria das redes de estradas e de saneamento, implantação de zonas industriais, obras florestais e restauração do património histórico-cultural
Comunidad Autónoma de Aragón

76,3 ■ ◀

Colocação em serviço de uma unidade de hidrodessulfuração numa refinaria em Huelva
Ertail SA

29,4 ■ ◀

Instalação de uma unidade de hidrodessulfuração numa refinaria em Cádiz e de uma unidade de co-geração de vapor/electricidade numa refinaria em Tenerife
Compañía Española de Petróleos SA

88,1 ■ ♦ ◀

Empréstimos globais

(166,1)

Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :

- Instituto de Crédito Oficial 61,5
- Banco de Crédito Local de España 61,5
- Banco Central Hispanoamericano S.A. 30,9
- Instituto de Fomento de Andalucía 12,3

FRANÇA

14 350,6 milhões de francos franceses

2 206,8

Empréstimos individuais

(1 177,8)

Modernização da estação de tratamento de águas residuais de Belfort (Franche-Comté)
District de l'agglomération belfortaine

6,2 ■ ◀

Tratamento e reciclagem de resíduos urbanos :

- da aglomeração de Nantes (região do Loire)
Arc-en-Ciel SA 30,7 ■ ◀
- da aglomeração de Cergy-Pontoise (Ile-de-France)
Compagnie Générale d'Environnement de Cergy-Pontoise 38,6 ■ ♦ ◀

Prolongamento para o sul da linha ferroviária de grande velocidade Paris - Lião - Valença (TGV-Mediterrâneo) : troço comum Valença - Avinhão e ramais Avinhão - Marselha e Avinhão - Nîmes
Société Nationale des Chemins de fer Français

149,3 ■ ●

Novos lanços da rede de auto-estradas : por intermédio da Caisse nationale des Autoroutes (CNA)

- A43, ligação do túnel de Fréjus à rede de auto-estradas em Pont d'Aiton (Ródano - Alpes)
Société française du Tunnel Routier de Fréjus

145,6 ■ ●

- A39, lanços Lons-le-Saunier - Bourg-en-Bresse e Dôle - Lons-le-Saunier (Franche-Comté)
SAPRR-Société des Autoroutes Paris Rhin-Rhône SA

95,5 ■ ●

- A16, lanços Isle-Adam - Amiens e Amiens - Bolonha (Ile de France/Picardia)
SANEF - Société des Autoroutes du Nord et de l'Est de la France SA

92,4 ■ ●

	milhões de ecus		milhões de ecus
- A29, lanços Havre - Yvetot e Yvetot - Saint-Saens (Alta-Normandia) SAPN - Société de l'Autoroute Paris-Normandie	46,3 ■ ●	Modernização da rede rodoviária nacional e urbana Irlanda, Ministério das Finanças	23,3 ■
- A51, lanço Sisteron - La Saulce ESCOTA - Société de l'autoroute Esterel - Côte d'Azur	15,4 ■ ●	Ampliação do aeroporto de Dublin Aer Rianta - Irish Airports	15,9 ■ ●
- A40, duplicação do túnel de Chamoise e dos viadutos de Nantua e de Neyrolles (Ródano - Alpes) SAPRR - Société des Autoroutes Paris Rhin-Rhône SA	4,6 ●	Modernização e ampliação de institutos de ensino técnico superior Irlanda, Ministério das Finanças	19,6 ■
Obras na estrada departamental 929, entre Lannemezan e Bielsa (fronteira espanhola) Département des Hautes-Pyrénées	23,1 ■ ●	Empréstimos globais	(193,9)
Obras em secções de estradas : porto de Jarry - - aeroporto do Raizet e desvio de Petit-Bourg Région Guadeloupe	38,5 ■	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão : - Bank of Ireland - Ulster Bank - ACC Bank - National Irish Bank	61,1 59,4 48,9 24,5
Renovação parcial da frota de aviões e instalação de equipamento aeroportuário Air Inter SA	46,0 ■ ●		
Nova aerogare no aeroporto de Bordéus-Mérignac Chambre de Commerce et d'Industrie de Bordeaux	15,3 ■ ●		
Obras urbanas e parques de estacionamento na aglomeração lionesa (Ródano - Alpes) Communauté Urbaine de Lyon	84,7 ◀		
Melhoria da protecção do ambiente em quatro fábricas próximo de Lille (Norte) e a sul de Lião (Ródano - Alpes) Rhône-Poulenc Chimie SA	37,0 ■ ◀		
Estudo, desenvolvimento e industrialização de uma nova caixa de velocidades automática em Valenciennes (Norte) e em Barlin, próximo de Béthunes (Pas-de-Calais) Automobiles Peugeot SA	185,2 ■ ▶		
Construção de uma fábrica de motores de automóveis em Douvrain (Pas-de-Calais) Automobiles Peugeot SA	77,0 ■ ◀		
Modernização dos processos de desenvolvimento e de fabrico de motores de aviões na região parisiense SNECMA - Société Nationale d'Etude et de Construction de Moteurs d'Aviation	46,3 ▶		
Empréstimos globais	(1 028,9)		
Financiamento de infra-estruturas públicas de pequena e média dimensão nos domínios dos transportes e da protecção do ambiente : - Crédit Local de France	567,2		
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão : - Groupe Paribas - Banque Nationale de Paris - BNP - Crédit Commercial de France - CCF - Locafrance SA - BNP Bail SA	231,5 77,2 76,0 46,3 30,8		
IRLANDA			
266,6 milhões de libras irlandesas	327,3		
Empréstimos individuais	(133,4)		
Valorização das florestas irlandesas Irlanda, Ministério das Finanças	30,6 ■ ◀		
Modernização do material rolante e da sinalização, sobretudo na linha Dublin - Belfast Iarnrod Eireann - Irish Rail	RTE 44,0 ■ ●		
		ITÁLIA	
		7 417 600 milhões de liras	3 434,9
		Empréstimos individuais	(2 271,0)
		Reabilitação e modernização de centrais hidroeléctricas (Piemonte e Lombardia) ENEL SpA	9,4 ◆
		Construção de uma central hidroeléctrica na bacia do Doria Riparia (Piemonte) Azienda Energetica Municipale di Torino	112,9 ■ ◆
		Construção de uma central de ciclo combinado e ampliação da rede municipal de aquecimento urbano de Reggio Emilia Azienda Gas Acqua Consorziale di Reggio Emilia	32,9 ◆
		Aproveitamento de jazigos de hidrocarbonetos : - gás natural em Daria (Marcas) e em Roseto-Montesillo (Apúlia); e petróleo no sul de Potenza (Basilicata) - petróleo em Villafortuna-Trecate (Piemonte) AGIP SpA	21,8 ■ ◆ 72,0 ◆
		Construção do segundo gasoduto transmediterrânico SNAM SpA	130,9 ■ ◆
		Ampliação da rede de transporte de gás natural em Emilia-Romanha, Lombardia, Piemonte, Toscana e Apúlia SNAM SpA	164,7 ■ ◆
		Ampliação e modernização da rede de distribuição de gás natural em Roma ITALGAS - Società Italiana per il Gas SpA	23,5 ◆
		Ampliação e modernização das redes de adução de água potável e de distribuição de gás natural ASM - Azienda Servizi Municipalizzati, Brescia	23,5 ◆ ◀
		Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais : - nas províncias de Salerno e Benevento Regione Campania - nas bacias do Alto Seveso, Alto Lura e Livescia (Lombardia) Lariana Depur SpA	7,0 ■ ◀ 23,5 ◀
		Modernização da linha de caminhos-de-ferro Verona - Túnel do Brenner Ferrovie dello Stato SpA	RTE 350,4 ●
		Modernização de cinco secções da rede ferroviária na Campânia e nos Abruzos Ferrovie dello Stato SpA	564,7 ■ ● ◀

	milhões de ecus		milhões de ecus
Alargamento da auto-estrada entre Milão e Gallarate (Lombardia) para melhorar o acesso ao aeroporto internacional de Milão-Malpensa <i>Autostrade - Concessioni e Costruzioni Autostrade SpA</i>	RTE 20,0 ●	Reconstrução de uma confeitaria danificada pelas inundações em Alba (Piemonte) <i>Ferrero SpA</i>	28,2 ■
Ampliação do terminal de carga intermodal de Bolonha (Emilia-Romanha) <i>Società Interporto di Bologna SpA</i>	5,2 ●	Construção de uma nova unidade de produção de fibras em poliéster destinadas à indústria do vestuário em Vercelli (Piemonte) <i>TMI Europe SpA</i>	16,5 ►
Modernização e extensão da rede de telecomunicações <i>Telecom Italia SpA</i>	246,9 ■ ●	Fabrico de artigos de confecção; centro de serviço e de formação profissional avançada em Villorba (Veneto) <i>BENETTON SpA</i>	13,1 ►
Renovação do centro histórico e obras urbanas em Bolonha e Ferrara (Emilia-Romanha) <i>Regione Emilia-Romagna</i>	4,8 ◀	Ampliação de uma fábrica de papel reciclado em Borgo a Mozzano (Toscana) <i>Cartiera Lucchese SpA</i>	18,1 ■ ◆ ◀
Restauração e reabilitação de edifícios históricos em Monreale e Milazzo (Sicília), assim como nas ruínas de Pompeia <i>Ministério da Cultura e do Ambiente</i>	4,5 ■ ◀	<u>Empréstimos globais</u>	(1 163,9)
Nova linha de produção de painéis de fibras de madeira em Rivoli di Osoppo, próximo de Udine (Friul - Veneza-Juliana) <i>Fantoni SpA</i>	14,1 ►	Financiamento da reconstrução de infra-estruturas, de edifícios e de empresas do sector produtivo danificados pelas inundações de Novembro de 1994	
Modernização de fábricas de produção de ladrilhos próximo de Bolonha e Modena (Emilia-Romanha) <i>Florim Ceramiche SpA</i> <i>Atlas Concorde SpA</i>	5,0 ■ 4,7 ►	- IMI	65,5
Modernização de uma refinaria em Falconara, na costa Adriática (Marcas) <i>API - Raffineria di Ancona SpA</i>	23,5 ◆ ◀	- Banca Mediocredito	65,5
Modernização de uma refinaria em Milazzo (Sicília) <i>AGIP Petroli SpA</i>	113,5 ■ ◆ ◀	- CREDIOP	65,5
Modernização e ampliação de uma fábrica de química fina em Campoverde (Lácio) <i>Recordati SpA</i>	9,7 ■	- BNL	65,5
Modernização e ampliação de uma fábrica de fios de nylon em Pisticci (Basilicata) <i>NYLSTAR SpA</i>	39,3 ■ ►	Financiamento de projectos de investigação aplicada de pequena e média dimensão :	
Construção de uma fábrica de montagem de veículos automóveis em Melfi (Basilicata) <i>SATA srl & FIAT Auto SpA</i>	83,6 ■ ►	- IMI	23,5
Construção de 19 fábricas de peças para automóveis em Melfi (Basilicata), com vista à instalação de um sistema de abastecimento integrado <i>ACM Consorzio Auto Componentistica Mezzogiorno, S.C.p.A.</i>	2,2 ■ ►	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :	
Desenvolvimento de sistemas ópticos avançados em Milão (Lombardia) <i>Pirelli Cavi SpA</i>	18,8 ►	- IMI	159,7
Modernização de duas fábricas de material de telecomunicações para as transmissões radiodigitais e para a telefonia móvel próximo de Milão (Lombardia) e de Caserta (Campânia) <i>Siemens Telecomunicazioni SpA</i>	37,3 ■ ►	- Efibanca	92,9
Modernização de uma fábrica de electrodomésticos em Nápoles (Campânia) <i>Whirlpool Italia SRL</i>	4,9 ■	- BNL	70,6
Ampliação e modernização de quatro fábricas de electrodomésticos no Centro-Norte <i>Merloni Elettrodomestici SpA</i>	7,6 ■	- Monte dei Paschi di Siena	53,7
Modernização de duas fábricas de electrodomésticos em Carinara e Teverola (Campânia) <i>Merloni Elettrodomestici SpA</i>	11,8 ■	- Banca Commerciale Italiana	43,6
		- Banca S. Geminiano	37,3
		- Istituto Bancario San Paolo di Torino	28,2
		- Banca Mediocredito	28,2
		- Centrobanca	25,2
		- Carimonte Banca	23,5
		- CREDIOP	22,7
		- Mediocredito Centrale	22,3
		- Banca Popolare dell'Emilia Romagna	21,8
		- Mediocredito Lombardo	21,8
		- Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza	15,0
		- Interbanca	14,1
		- Credito Romagnolo	11,8
		- Credito Fondiario e Industriale	8,7
		LUXEMBURGO	
		3 000 milhões de francos luxemburgueses	<u>78,8</u>
		Construção de um forno de arco voltaico para o fabrico de produtos longos em Esch-Belval <i>Socabel</i>	78,8 ■ ◆ ◀
		ÁUSTRIA	
		3 183 milhões de xelins austríacos	<u>241,9</u>
		<u>Empréstimos individuais</u>	(199,2)
		Modernização e ampliação da rede de tratamento de águas residuais de Viena <i>Entsorgungsbetrieb Simmering GmbH</i>	39,4 ◀
		Melhoria da linha férrea principal Viena-Tarvisio (fronteira italiana) <i>OBB-Österreichische Bundesbahn</i>	106,5 ●
		Construção de um novo motor numa fábrica de automóveis em Steyr <i>BMW Motoren GmbH</i>	53,3 ■ ►

	milhões de ecus			milhões de ecus
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(42,7)</u>			
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :				
- Österreichische Investitionskredit AG	37,4		Modernização de uma linha ferroviária nos subúrbios do Porto <i>Gabinete do Nó Ferroviário do Porto</i>	70,6 ■ ◀
- Österreichische Hotel und Fremdenverkehr Treuhand GmbH (turismo)	5,3		Construção da linha D do metropolitano de Lisboa <i>Metropolitano de Lisboa EP</i>	101,4 ■ ◀
			Construção no Cais do Sodré de um interface para vários tipos de transporte público e prolongamento da linha A do metropolitano <i>Metropolitano de Lisboa EP</i>	55,9 ■ ◀
PAÍSES BAIXOS				
668 milhões de florins	318,9		Reabilitação urbana, com vista à realização da Expo'98 de Lisboa <i>Parque Expo' 98 SA</i>	50,7 ■ ◀
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(318,9)</u>		Reconstrução na ilha da Madeira de infra-estruturas públicas e de habitações danificadas pelo ciclone de Outubro de 1993 <i>Região Autónoma da Madeira</i>	21,4 ■
Ampliação de uma incineradora de resíduos domésticos e afins em Beuningen, próximo de Nimègue (Gelderland) <i>Afvalverwerking Regio Nijmegen NV</i>	7,2 ◆ ◀		Construção de hotéis ao longo dos eixos rodoviários <i>Portis - Hotéis Portugueses SA</i>	7,2 ■ ▶
Túnel rodoviário sob o Noordzeekanaal <i>Exploitatiemaatschappij Wijkertunnel</i>	48,0 ●		<u>Empréstimos globais</u>	<u>(38,3)</u>
Construção de um novo terminal para navios porta-contentores no porto de Roterdão <i>Gemeentelijk Havenbedrijf Rotterdam</i>	166,5 ●		Financiamento de pequenos projectos de infra-estruturas municipais <i>- Caixa Geral de Depósitos</i>	28,1
Aquisição de dois supercargueiros roll on-roll off para a ligação Hull - Roterdão <i>Royal Nedlloyd Group NV</i>	RTE 25,2 ● ◀		Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão : <i>- IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas & Investimento</i>	10,1
Instalações de controlo do tráfego aéreo no aeroporto de Schiphol, em Amesterdão <i>Luchtverkeersbeveiligings-Organisatie</i>	72,0 ●			
PORTUGAL			FINLÂNDIA	
241 822 milhões de escudos	1 231,5		1 030 milhões de markkas finlandesas	179,1
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(1 193,3)</u>		<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(163,5)</u>
Primeira fase da instalação de uma rede de transporte de gás natural na parte ocidental do país <i>Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural SA</i>	RTE 102,3 ■ ◆		Modernização das secções Turku - Helsínquia, Riihimäki - Lahti e Helsínquia - Tikkurila do eixo ferroviário sul Turku - Helsínquia - fronteira russa <i>República da Finlândia</i>	RTE 118,3 ● ◀
Construção de redes de distribuição de gás natural :			Melhoria de duas secções do eixo rodoviário leste-oeste E18, no sul do país <i>República da Finlândia</i>	RTE 31,0 ●
- em nove cidades do litoral - centro <i>Lusitaniagás, Companhia de Gás do Centro SA</i>	12,8 ■ ◆		Investimentos tendo em vista a protecção do ambiente e economias de energia numa siderurgia em Imatra <i>Imatra Steel OY AB</i>	14,2 ■ ◀
- na região de Setúbal <i>Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás Natural SA</i>	6,1 ■ ◆		<u>Empréstimos globais</u>	<u>(15,7)</u>
Construção de uma linha ferroviária electrificada entre Chelas, na margem norte, e Coina, na margem sul do Tejo <i>Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa</i>	101,4 ■ ◀		Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão : <i>- KERA LTD</i>	15,7
Prolongamento da auto-estrada A3 de Braga até à fronteira espanhola <i>BRISA - Auto-estradas de Portugal SA</i>	76,1 ■ ●			
Melhoria da rede rodoviária nacional <i>- Junta Autónoma de Estradas</i>	229,5 ■ ●		SUÉCIA	
- República Portuguesa - Ministério das Finanças	76,1 ■		2 533,7 milhões de coroas suecas	273,1
Construção de dois túneis e de uma avenida no Porto <i>Câmara Municipal do Porto</i>	11,4 ■ ◀		<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(225,4)</u>
Construção da segunda ponte sobre o Tejo, na parte oriental da cidade de Lisboa <i>Lusoponte - Concessionária para a Travessia sobre o Tejo SA</i>	270,4 ■ ●		Construção de uma central hidroeléctrica e modernização de cinco outras no norte do país <i>Vattenfall AB</i>	85,5 ◆
			Cabo de ligação das redes eléctricas sueca e alemã <i>Baltic Cable AB</i>	25,1 ◆

	milhões de ecus		milhões de ecus
Modernização e ampliação de estações de tratamento de águas residuais :		Ponte rodoviária sobre o estuário do Severn <i>Severn River Crossing plc</i>	23,7 ■ ●
- em Estocolmo <i>Stockholm Vatten AB</i>	25,3 ◀	Construção de um novo centro de manutenção de aviões no aeroporto de Cardiff (País de Gales) <i>British Airways Maintenance Cardiff Ltd</i>	36,0 ■
- em Gotemburgo <i>Göteborgs Ryaverks Aktiebolag, Gryaab</i>	13,9 ◀	Aumento da capacidade de produção de fibras ópticas em Bishopstoke e Harlow (South-East) <i>Pirelli General plc</i>	9,4 ▶
Modernização da secção Ulriksdal - Uppsala, da linha de caminho-de-ferro da costa leste <i>Banverket</i>	43,7 ●	Construção de uma fábrica para a produção e montagem de dispositivos com memória electrónica em Livingston (Escócia) <i>Nec Semiconductors (UK) Ltd</i>	36,0 ■
Construção de uma ligação fixa rodo/ferroviária no Öresund, entre Copenhaga (Dinamarca) e Malmö (Suécia) <i>Öresundskonsortiet</i>	RTE 31,9 ●	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(573,5)</u>
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(47,7)</u>	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :	
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão :		- <i>Barclays Bank plc</i>	420,2
- <i>Kommuninvest</i>	32,7	- <i>Northern Bank Ltd</i>	70,1
- <i>AB Svensk Exportkredit, SEK</i>	15,0	- <i>Bank of Scotland</i>	31,8
		- <i>TSB Bank plc</i>	30,0
		- <i>Clydesdale Bank plc</i>	21,6
		OUTROS ⁽¹⁾	<u>518,6</u>
REINO UNIDO			
1 870,1 milhões de libras esterlinas	2 243,9	NORUEGA	
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(1 670,4)</u>	Substituição de condutas forçadas em três centrais hidroeléctricas no sul da Noruega <i>Statkraft SF</i>	23,5 ◆
Instalação de equipamento de dessulfuração na central eléctrica a carvão de Drax (North Yorkshire) <i>National Power plc</i>	359,5 ■ ◀	Reabilitação e ampliação do complexo Ekofisk de produção de petróleo e de gás, no sector norueguês do Mar do Norte <i>Fina Exploration Norway SCA</i>	265,5 ◆
Aproveitamento do jazigo de petróleo Captain, no sector britânico do Mar do Norte <i>Texaco North Sea UK Ltd.</i>	223,4 ◆		
Ampliação e reforço das redes de distribuição de electricidade nos Midlands <i>Midlands Electricity plc</i>	53,4 ■ ◆	MARROCOS	
Melhoria do abastecimento de água potável e obras de saneamento em diversas zonas :		Construção de um gasoduto para o transporte de gás natural da fronteira argelo-marroquina até à costa marroquina, junto a Tânger <i>Europe Maghreb Pipeline Ltd</i>	RTE 189,6 ◆
- País de Gales <i>Dwr Cymru Cyfyngedig</i>	167,8 ■ ◀		
- East Anglia <i>Anglian Water Services Ltd</i>	144,6 ◀	ISLÂNDIA	
- North-West <i>North West Water Ltd</i>	131,8 ■ ◀	Melhoria das infra-estruturas rodoviárias na zona de Reykjavik e na região dos fiordes ocidentais <i>República da Islândia</i>	40,0 ●
- Essex, Norfolk e North-East <i>Lyonnaisse Europe plc</i>	77,2 ■ ◀		
- North-East <i>Northumbrian Water Ltd</i>	41,9 ■ ◀		
Modernização da rede ferroviária <i>West Yorkshire Passenger Transport Executive</i>	36,0 ■ ● ◀		
Melhoria de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias <i>Cheshire County Council</i>	107,9 ■ ●		
Aquisição de dois supercargueiros roll on-roll off para a ligação Hull - Roterdão <i>Peninsular and Oriental Steam Navigation Company</i>	24,6 ● ◀		
Construção de uma linha de metropolitano ligeiro entre Wolverhampton e Birmingham e compra de material rolante <i>West Midlands Passenger Transport Executive</i>	47,9 ■ ◀		
Renovação parcial da frota de longo curso <i>British Airways plc</i>	149,3 ●		

(1) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia (artigo 18º Nº 1 dos Estatutos do BEI)

Lista dos financiamentos no exterior da União Europeia em 1995

O montante total dos financiamentos do BEI para projectos no exterior da União Europeia ascendeu a 2 805,4 milhões, destinando-se 45 milhões à África do Sul, 429,9 milhões aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e aos Países e Territórios Ultramarinos, 1 037,5 milhões aos países da Bacia Mediterrânica, 1 005 milhões aos países da Europa Central e Oriental, 120 milhões à América Latina e 168 milhões à Ásia.

Os empréstimos a cargo de recursos próprios (assinalados com um ★) beneficiam em certos casos de bonificação de juros : nos Estados ACP, por conta de recursos do FED e em certos países da Bacia Mediterrânica, por conta de recursos orçamentais comunitários.

Os financiamentos por conta de recursos orçamentais (assinalados com um □) são concedidos pelo BEI sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade, sendo registados fora do balanço, na Secção Especial.

milhões de ecus		milhões de ecus	
ÁFRICA DO SUL	45,0	BURKINA FASO	22,8
Financiamento de projectos de infra-estruturas de pequena dimensão, sobretudo de saneamento		Interligação das redes eléctricas da Costa do Marfim e do Burkina Faso	
Empréstimo global ao <i>Development Bank of Southern Africa</i>	30,0 ★	Empréstimo condicional à <i>Société Nationale d'Electricité du Burkina Faso</i>	9,8 □
Financiamento de pequenas e médias empresas		Reabilitação da linha de caminho-de-ferro entre Abidjan (Costa do Marfim) e Kaya (Burkina Faso)	
Empréstimo global à <i>Industrial Development Corporation</i>	15,0 ★	Empréstimo condicional ao <i>Burkina Faso</i>	7,0 □
ÁFRICA		Extensão e modernização da rede telefónica nacional	
COSTA DO MARFIM	46,6	Empréstimo condicional ao <i>Office National des Télécommunications</i>	6,0 □
Primeira fase de exploração dos jazigos Leão (petróleo e gás associado) e Pantera (gás e condensados) ao largo de Jacqueville, a sudoeste de Abidjan		CAMARÕES	21,1
<i>Société Nationale des Opérations Pétrolières de Côte-d'Ivoire</i>	30,0 ★	Ampliação da rede de transporte e distribuição de electricidade de Douala	
Interligação das redes eléctricas da Costa do Marfim e do Burkina Faso		<i>Société Nationale d'Electricité - SONEI</i>	8,0 ★
Empréstimo condicional à <i>República da Costa do Marfim</i>	3,6 □	Empréstimo condicional à <i>SONEL</i>	12,5 □
Reabilitação da linha de caminho-de-ferro entre Abidjan (Costa do Marfim) e Kaya (Burkina Faso)		Criação de uma fábrica de colas	
Empréstimo condicional à <i>República da Costa do Marfim</i>	6,0 □	Empréstimo condicional à <i>Société Camerounaise d'Injection et de Modelage de Produits Organiques et Synthétiques</i>	0,6 □
Modernização e ampliação de unidades de processamento de cacau em Abidjan e San Pedro		ETIÓPIA	21,0
<i>Société Africaine de Cacao</i>	6,0 ★	Ampliação e modernização das instalações do aeroporto de Addis-Abeba e de seis aeroportos regionais	
Modernização e ampliação de uma fábrica de matérias plásticas		Empréstimo condicional à <i>República Federal Democrática da Etiópia</i> para a <i>Ethiopian Civil Aviation Authority</i>	21,0 □
Empréstimo condicional à <i>Ivoirienne de Manufactures</i>	1,0 □	ZÂMBIA	19,0
BOTSUANA	40,0	Financiamento de pequenas e médias empresas	
Construção de uma barragem para o abastecimento de água de Gaborone		Empréstimos globais condicionais a <i>Standard Chartered Bank of Zambia Ltd, Barclays Bank of Zambia Ltd, Stanbic Bank e Zambia Ltd</i>	10,0 □
<i>República do Botsuana para Water Utilities Corporation</i>	40,0 ★	Ampliação das instalações de fiação de algodão e de outros produtos mistos	
ILHA MAURÍCIA	28,0	Empréstimo condicional com participação nos resultados à <i>Swarp Spinning Mills Ltd</i>	6,0 □
Reabilitação e ampliação da rede de saneamento da Baía de Tombeau		Produção de rosas em estufa	
<i>República da Maurícia</i>	16,0 ★	Empréstimo global condicional ao <i>Barclays Bank of Zambia Ltd</i>	3,0 □
Obras no porto comercial de Port-Louis		SENEGAL	18,4
<i>Mauritius Marine Authority</i>	12,0 ★	Melhoria da captação e da distribuição de água potável a Dacar e melhoria do sistema de esgotos	
GUINÉ	25,0	Empréstimo condicional à <i>República do Senegal</i> para a <i>Société Nationale des Eaux du Sénégal</i>	15,0 □
Aproveitamento hidroeléctrico de Garafiri no rio Konkouré		Modernização dos cinco principais aeroportos	
Empréstimo condicional à <i>República da Guiné</i> para <i>Entreprise Nationale d'Electricité de Guinée</i>	25,0 □	Empréstimo condicional à <i>República do Senegal</i>	3,4 □
		UGANDA	15,0
		Financiamento de pequenas e médias empresas	
		Empréstimo global condicional à <i>República do Uganda</i>	15,0 □

milhões de ecus

NAMÍBIA	13,6
Modernização e ampliação da rede de telecomunicações <i>Telecom Namibia</i>	12,7 ★
Ampliação de uma fábrica de curtumes em Okapuka Empréstimo condicional à <i>Meat Corporation of Namibia</i>	0,9 □
ZIMBABWE	13,0
Reabilitação e reforço da potência da central hidroelétrica de Kariba, no Zambeze Empréstimo condicional à <i>Zimbabwe Electricity Supply Authority</i>	13,0 ★
TANZÂNIA	10,3
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global condicional à <i>Tanzania Development Finance Company Ltd</i>	10,0 □
Reabilitação e renovação de seis hotéis nas reservas de animais Empréstimo condicional ao <i>Governo da Tanzânia para Tanzania Hotels Investments Ltd (TAHL)</i>	0,3 □
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	5,6
Reabilitação e reforço dos meios de produção e de distribuição de electricidade Empréstimo condicional ao Estado de São Tomé e Príncipe para a <i>Empresa de Água e Electricidade</i>	5,6 □
SUAZILÂNDIA	5,0
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global condicional à <i>Swaziland Industrial Development Company Ltd</i>	5,0 □
MADAGÁSCAR	3,5
Ampliação de viveiros de camarões no delta do Mahajamba, na costa noroeste Empréstimo condicional à <i>AQUALMA</i>	3,5 □
MOÇAMBIQUE	3,0
Instalação de uma nova linha de processamento de castanhas de caju no empreendimento industrial de Namialo Empréstimo condicional à <i>Companhia Industrial João Ferreira dos Santos Sarl</i>	3,0 □
GHANA	1,0
Financiamento de operações de locação financeira Empréstimo global condicional à <i>Leasafic Ghana Ltd</i>	1,0 □
CARAÍBAS	
JAMAICA	19,0
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>National Development Bank of Jamaica</i>	12,0 ★
Ampliação da zona industrial de Montego Bay <i>Port Authority of Jamaica para Montego Bay Free Zone Company Ltd</i>	7,0 ★
BAAMAS	14,0
Reabilitação e ampliação das redes de adução de água nas ilhas de Nova Providence e de Fámille <i>Commonwealth das Baamas para Water and Sewerage Corporation</i>	14,0 ★

milhões de ecus

GUIANA	8,3
Reabilitação da rede de adução de água de Rose Hall Empréstimo condicional à <i>República Cooperativa da Guiana para Guyana Water Authority</i>	7,8 □
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global condicional ao <i>Institute of Private Enterprise Development Ltd (IPED)</i>	0,5 □
REPÚBLICA DOMINICANA	8,0
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global condicional à <i>Asociación para el Desarrollo de Microempresas</i>	8,0 □
HAITI	4,0
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global condicional à <i>Société Financière Haitienne de Développement S.A.</i>	4,0 □
ANTÍGUA	3,4
Instalação de uma rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos nas ilhas Antigua e Barbuda Empréstimo condicional aos <i>Governos de Antigua e de Barbuda</i>	3,4 □
SÃO CRISTÓVÃO E NEVIS	2,0
Prolongamento da pista do aeroporto de Newcastle, em Nevis Empréstimo condicional ao <i>Governo da Federação de São Cristóvão e Nevis</i>	2,0 □
GRANADA	1,8
Instalação de uma rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos na ilha de Granada Empréstimo condicional ao <i>Governo de Granada</i>	1,8 □
SURINAME	0,6
Construção de uma exploração aquícola piloto no rio Commewijne Empréstimo condicional à <i>N.V. Commewijne Shrimp and Fish Culture Corporation</i>	0,6 □
PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS	
ANTILHAS NEERLANDESAS	2,5
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global	1,0 ★
Empréstimo global condicional <i>Ontwikkelingsbank van de Nederlandse Antillen</i>	1,5 □
PACÍFICO	
PAPUÁSIA - NOVA GUINÉ	46,0
Início da exploração de uma mina de ouro na ilha de Lihir, a norte da Nova Irlanda - <i>Mineral Resources Development Company para Lihir Gold Ltd</i>	25,0 ★
- Empréstimo condicional à <i>Mineral Resources Development Company</i>	21,0 □
FIJI	8,4
Ampliação da rede de telecomunicações <i>Fidji Posts and Telecommunications Ltd</i>	8,0 ★
Estudo de viabilidade relativa ao prolongamento do porto de Suva <i>Ports Authority of Fidji</i>	0,4 □

MEDITERRÂNEO

EGIPTO	296,0	
Construção de uma refinaria de petróleo próximo do porto de Alexandria, para a produção de destilados de qualidade média e superior <i>Middle East Oil Refineries</i>	220,0	*
Modernização de uma fábrica de alumínio <i>Aluminium Company of Egypt</i>	70,0	*
Conclusão e modernização das instalações de uma fábrica de compressores para frigoríficos a nordeste do Cairo <i>Misr Compressor Manufacturing Company</i>	6,0	□
MARROCOS	245,0	
Construção de lanços de auto-estrada : - Rabat - Fez - Rabat - Tânger <i>Société Nationale des Autoroutes du Maroc</i>	165,0	*
Instalação de uma nova rede de irrigação na planície de Haouz, próximo de Marrakech <i>Reino de Marrocos</i>	40,0	*
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>Banque Nationale pour le Développement Economique</i> e ao <i>Banque Marocaine du Commerce Extérieur</i>	30,0	*
Empréstimo global para o financiamento de obras de estrada de pequena e média dimensão realizadas por autarquias locais <i>Fonds d'Equipement Communal</i>	10,0	*
ARGÉLIA	100,0	
Ampliação do complexo de exploração de gás de Rhourde Nouss <i>SONATRACH</i>	100,0	*
TURQUIA	93,5	
Construção de uma rede de esgotos em Ancara <i>Administration des Eaux et de l'Assainissement d'Ankara</i>	45,0	*
Construção de uma rede de esgotos e de uma estação de tratamento de águas residuais em Antalia <i>Compagnie des Eaux et de l'Assainissement d'Antalya</i>	35,0	*
Interligação das redes eléctricas turca e síria <i>Société Turque de Production et de Transport d'Electricité</i>	13,5	*
TUNÍSIA	73,0	
Reabilitação e modernização dos principais portos comerciais <i>República da Tunísia para Office des Ports Nationaux Tunisiens</i>	25,0	*
Financiamento de investimentos na protecção do ambiente realizados na indústria Empréstimo global à <i>República da Tunísia</i>	15,0	*
Construção e colocação em serviço de um gasoduto de ligação de Nabeul a Tunes e à central eléctrica de Radès <i>Société Tunisienne de l'Electricité et du Gaz</i>	15,0	*
Reabilitação e prolongamento de lanços de estrada na "Grande Tunes" <i>República da Tunísia</i>	10,0	*
Financiamento de tomadas de participação no capital de empresas do sector produtivo, prioritariamente associadas a empresas da União Europeia Empréstimo global APEX ao <i>Crédit Foncier et Commercial de Tunisie</i>	8,0	□

LÍBANO	73,0	
Reabilitação das redes de adução de água potável e de esgotos no norte do país <i>República Libanesa</i>	60,0	*
Reconstrução e modernização dos serviços de navegação aérea <i>República Libanesa</i>	10,0	*
Financiamento de pequenas e médias empresas dos sectores produtivos Empréstimo global condicional à <i>Lebanon Invest (Holding) SAL</i>	3,0	□
ISRAEL	68,0	
Construção de uma nova estação de tratamento biológico de águas residuais em Jerusalém Oeste e ligação à rede de esgotos <i>Estado de Israel para Jerusalem Development Authority</i>	35,0	*
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>Industrial Development Bank of Israel</i>	33,0	*
JORDÂNIA	38,0	
Ampliação e reforço da rede de distribuição de electricidade na aglomeração de Amã <i>Reino Hachemita da Jordânia</i>	20,0	*
Modernização do sistema de adução de água e de recolha e tratamento de águas residuais no norte do país <i>Reino Hachemita da Jordânia</i>	18,0	*
GAZA	26,0	
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimos globais a : - <i>Arab Bank plc</i> - <i>Cairo-Amman Bank</i>	10,0 10,0	* *
Empréstimos globais condicionais a : - <i>Arab Bank plc</i> - <i>Cairo-Amman Bank</i>	3,0 3,0	□ □
MALTA	15,0	
Construção da rede de tratamento de águas residuais e de esgotos em Malta e Gozo <i>República de Malta</i>	15,0	*
CHIPRE	10,0	
Ampliação da rede de esgotos de Limassol <i>Serviço de Saneamento de Limassol-Amathus</i>	10,0	*

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

REPÚBLICA CHECA	260,0	
Instalação de equipamento de dessulfuração em seis centrais térmicas a lignite <i>C'EZ, a.s.</i>	200,0	*
Melhoria da rede rodoviária <i>Konsolidac'ni Banka</i>	60,0	*
HUNGRIA	200,0	
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global a <i>K & H Bank, OTP Bank, Creditanstalt - Budapest, ING Bank - Budapest, Inter - Europa Bank e Unicbank</i>	150,0	*
Modernização e ampliação da rede telefónica <i>Magyar Távközlési Rt.</i>	50,0	*
ROMÉNIA	175,0	
Ampliação e modernização da rede telefónica <i>República da Roménia para Regia Autonoma de Telecomunicatii - ROM-Telecom, R.A.</i>	80,0	*
Reabilitação das instalações de produção, transporte e distribuição de electricidade e calor <i>República da Roménia para Regia Autonoma de Electricitate - RENEL R.A.</i>	60,0	*
Reabilitação do porto de Constança <i>República da Roménia para Constanta Port Administration - CPA</i>	35,0	*
POLÓNIA	140,0	
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global a <i>Bank Creditanstalt (Polska), Raiffeisen Centrobank, ABN AMRO (Polska) Bank e ING Bank - Warsaw</i>	100,0	*
Reabilitação da primeira secção da linha de caminho-de-ferro Varsóvia - Terespol - fronteira bielorrussa <i>Polskie Koleje Panstwowe</i>	40,0	*
REPÚBLICA ESLOVACA	80,0	
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>Banco Nacional da Eslováquia</i>	50,0	*
Modernização e prolongamento da rede de gasodutos para o transporte internacional de gás <i>Slovensky Plynarensky Priemysel</i>	30,0	*
BULGÁRIA	60,0	
Reabilitação e reconstrução de cerca de 900 km de estradas principais <i>República da Bulgária</i>	60,0	*
ALBÂNIA	34,0	
Reabilitação e modernização de uma centena de km no principal eixo rodoviário leste-oeste <i>República da Albânia</i>	24,0	*
Ampliação e modernização do terminal de ferries do porto de Durrës <i>República da Albânia para a Direcção do Porto de Durrës</i>	5,0	*
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global APEX à <i>República da Albânia</i> , por intermédio do <i>Banco de Albânia</i>	5,0	*
ESLOVÉNIA	32,0	
Construção de três lanços do eixo de auto-estradas leste-oeste (Ljubljana a Celje) <i>Druzba za Autocest v Republiki Sloveniji</i>	32,0	*

LITUÂNIA	19,0	
Construção de um pequeno terminal para contentores e melhoria do terminal roll on-roll off <i>República da Lituânia para a Direcção do Porto Marítimo de Klaipeda</i>	14,0	*
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>Lithuanian Development Bank</i>	5,0	*
ESTÓNIA	5,0	
Financiamento de pequenas e médias empresas Empréstimo global ao <i>Estonian Investment Bank</i>	5,0	*
AMÉRICA LATINA		
ARGENTINA	76,0	
Instalações de recolha e tratamento de águas residuais na zona norte de Buenos Aires <i>Aguas Argentinas</i>	70,0	*
Instalações de tratamento e eliminação de resíduos perigosos na provincia de Buenos Aires <i>AILINCO S.A.</i>	6,0	*
PERU	27,0	
Reabilitação da parte setentrional da estrada pan-americana <i>República do Peru, Ministério dos Transportes e das Comunicações</i>	27,0	*
PARAGUAI	17,0	
Ampliação da rede de recolha e descarga de águas residuais de Assunção <i>República do Paraguai para Corporación de Obras Sanitarias</i>	17,0	*
ÁSIA		
CHINA	55,0	
Aproveitamento do jazigo de petróleo e de gás de Ping Hu, transporte e distribuição de gás em Pudong <i>República Popular da China por intermédio do People's Bank of China para a Shanghai Petroleum Company</i>	55,0	*
INDONÉSIA	46,0	
Construção de um novo gasoduto entre as ilhas de Sumatra e Batan, e no centro e sul da ilha de Sumatra <i>Governo da Indonésia para Perum Gas Nagara</i>	46,0	*
FILIPINAS	25,0	
Modernização e ampliação do aeroporto de Davau, na ilha de Mindanau <i>Governo das Filipinas para a Direcção do aeroporto de Davau</i>	25,0	*
PAQUISTÃO	24,0	
Construção e colocação em serviço de um complexo hidroeléctrico de fio de água no rio Indo <i>Governo do Paquistão para Water and Power Authority of Pakistan</i>	24,0	*
TAILÂNDIA	18,0	
Prolongamento do gasoduto de Erawan, entre Bang Pakong e Wang Noi <i>Petroleum Authority of Thailand</i>	18,0	*

ANEXO

Quadro A : Montante dos contratos assinados de 1959 a 1995

(milhões de ecus)

Anos	Total	Na União Europeia				No exterior da União Europeia		
		Total	Recursos próprios	Mandatos e garantias	Recursos do NIC	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais
1959/1972	2 839,9	2 453,4	2 344,1	109,3	—	386,5	155,7	230,8
1973/1980	14 547,9	12 553,0	11 946,2	132,1	474,7	1 994,9	1 381,5	613,4
1981/1985	28 500,0	25 714,0	20 747,7	379,7	4 586,9	2 786,0	2 438,8	347,2
1986	7 556,1	7 071,1	6 678,1	—	393,0	485,0	381,8	103,2
1987	7 848,7	7 450,4	7 003,4	—	446,9	398,3	188,8	209,5
1988	10 180,1	9 479,8	8 938,3	185,0	356,5	700,2	520,1	180,1
1989	12 246,1	11 634,2	11 555,9	—	78,3	611,8	485,9	125,9
1990	13 338,9	12 626,0	12 549,9	52,5	23,6	712,9	669,0	43,9
1991	15 393,3	14 477,3	14 438,1	—	39,2	916,0	781,5	134,5
1992	17 032,5	16 139,7	16 066,0	73,7	—	892,8	764,3	128,5
1993	19 615,3	17 724,2	17 672,6	51,5	—	1 891,1	1 807,4	83,7
1994	19 927,5	17 681,9	17 656,0	25,8	—	2 245,6	1 978,5	267,1
1995	21 408,2	18 602,8	18 602,8	—	—	2 805,4	2 557,2	248,2
Total	190 434,4	173 607,8	166 199,1	1 009,6	6 399,1	16 826,6	14 110,5	2 716,1

Quadro B : Montante dos contratos assinados de 1991 a 1995 e de 1959 a 1995

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	1991 - 1995			1959 - 1995		
	Total	Recursos próprios ⁽²⁾	Outros recursos	Total	Recursos próprios ⁽²⁾	Outros recursos
Estados-membros	84 625,8	84 586,6	39,2	173 607,8	167 208,7	6 399,1
Bélgica	2 164,4	2 164,4	—	3 293,9	3 270,4	23,6
Dinamarca	3 779,7	3 779,7	—	7 734,2	7 188,4	545,8
Alemanha	10 183,6	10 183,6	—	14 775,8	14 775,8	—
Grécia	2 315,4	2 315,4	—	5 203,2	4 897,1	306,1
Espanha	15 197,3	15 158,1	39,2	20 816,1	20 572,1	244,0
França	10 709,2	10 709,2	—	23 279,1	22 029,0	1 250,0
Irlanda	1 547,0	1 547,0	—	5 036,8	4 612,8	424,0
Itália	17 694,0	17 694,0	—	53 418,3	50 331,6	3 086,7
Luxemburgo	155,2	155,2	—	212,2	212,2	—
Países Baixos	1 427,9	1 427,9	—	2 539,5	2 536,3	3,2
Áustria	403,9	403,9	—	637,8	637,8	—
Portugal	6 062,6	6 062,6	—	8 753,5	8 713,7	39,8
Finlândia	239,3	239,3	—	239,3	239,3	—
Suécia	288,4	288,4	—	288,4	288,4	—
Reino Unido	11 179,9	11 179,9	—	25 242,4	24 766,6	475,8
Outros ⁽¹⁾	1 278,0	1 278,0	—	2 137,1	2 137,1	—
África-Caraíbas-Pacífico	1 762,7	974,6	788,1	4 731,0	2 848,8	1 882,2
África do Sul	45,0	45,0	—	45,0	45,0	—
Mediterrâneo	2 887,3	2 813,3	74,0	7 779,7	6 945,8	833,9
PECO	3 449,0	3 449,0	—	3 664,0	3 664,0	—
ALA	607,0	607,0	—	607,0	607,0	—
Total	93 376,8	92 475,6	901,2	190 434,4	181 319,2	9 115,2

Os financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal até final de 1985, e na Grécia até final de 1980, são registados como financiamentos no exterior da União Europeia.

(1) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia (ver nota 5d) pág. 122).

(2) Incluindo financiamentos sob mandato e garantias.

Quadro C : Financiamentos concedidos na União Europeia de 1991 a 1995
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso) - Distribuição por sectores (milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos (empréstimos globais)	Infra-estruturas				Indústria, serviços e agrícola
				Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Energia	
Bélgica	2 272,3	1 393,3	879,0	811,9	—	265,0	302,9	892,6
Dinamarca	3 832,4	3 526,2	306,2	2 091,9	380,0	102,4	791,3	466,9
Alemanha	9 703,8	5 359,0	4 344,7	1 027,6	1 159,1	2 796,8	1 297,6	3 422,6
Grécia	2 011,5	1 625,6	385,9	923,5	340,5	288,2	289,7	169,6
Espanha	15 112,5	14 163,7	948,8	6 913,7	2 075,6	2 334,4	1 506,1	2 282,7
França	9 809,9	5 926,7	3 883,2	5 137,5	—	890,2	54,8	3 727,4
Irlanda	1 337,9	1 239,3	98,6	344,2	140,6	252,4	401,0	199,6
Itália	16 715,0	12 506,7	4 208,3	1 364,9	2 956,9	1 049,2	4 844,0	6 500,0
Luxemburgo	152,2	150,1	2,1	—	59,5	—	—	92,8
Países Baixos	1 466,4	1 066,6	399,8	376,7	—	479,2	173,9	436,6
Áustria	361,8	345,6	16,2	179,0	74,0	39,4	—	69,5
Portugal	5 961,4	5 587,1	374,3	2 771,0	641,5	230,0	942,2	1 376,7
Finlândia	234,2	223,7	10,5	209,4	—	—	0,1	24,7
Suécia	255,4	240,7	14,8	75,5	—	39,3	125,9	14,6
Reino Unido	10 802,5	10 383,2	419,4	2 071,2	887,6	3 023,6	3 337,7	1 482,5
Outros ⁽¹⁾	1 278,0	1 278,0	—	40,0	291,1	—	946,9	—
Total	81 307,3	65 015,5	16 291,7	24 338,2	9 006,3	11 789,9	15 014,0	21 158,8

(1) Ver nota 1, Quadro B, pág. 106.

Quadro D : Financiamentos concedidos na União Europeia de 1991 a 1995
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso) - Distribuição por objectivos (milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas comunitárias de comunicação	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Objectivos industriais	
					Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	611,0	792,7	353,9	302,9	—	842,0
Dinamarca	2 047,8	2 464,0	631,7	982,3	20,3	263,9
Alemanha	6 665,6	2 165,1	3 923,0	1 412,7	96,0	1 407,7
Grécia	2 011,5	940,0	535,4	269,3	—	152,3
Espanha	13 965,5	7 051,4	4 387,8	1 995,1	699,3	676,4
França	6 732,7	3 174,1	2 049,0	1 61,9	998,9	2 012,6
Irlanda	1 337,9	298,8	252,4	400,4	—	97,9
Itália	11 444,7	4 248,9	3 322,6	4 419,1	1 030,0	3 655,1
Luxemburgo	91,2	59,5	78,8	78,8	—	2,1
Países Baixos	140,9	376,7	521,3	594,6	—	376,4
Áustria	63,8	252,9	39,4	—	53,3	16,2
Portugal	5 961,4	2 054,5	1 286,3	933,6	88,5	250,8
Finlândia	23,7	209,4	132,5	0,1	—	10,4
Suécia	4,7	75,5	39,2	125,9	—	14,6
Reino Unido	5 504,3	2 391,5	4 129,6	2 997,4	277,9	416,5
Outros ⁽¹⁾	—	331,1	—	946,9	—	—
Total	56 606,7	26 886,1	21 682,8	15 621,0	3 264,2	10 194,9

Certos empréstimos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável.

(1) Ver nota 1, Quadro B, pág. 106.

Quadro E : Financiamentos de interesse regional em 1995 e de 1989 a 1995
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

	1995			1989 - 1995		
	Desenvolvimento regional	Zonas abrangidas pelos Fundos Estruturais		Desenvolvimento regional	Zonas abrangidas pelos Fundos Estruturais	
		Total	Objectivo 1		Total	Objectivo 1
Bélgica	249,0	231,1	87,1	702,0	581,2	93,1
Dinamarca	304,0	258,7	—	2 689,2	1 836,8	—
Alemanha	1 786,4	1 527,5	1 232,7	7 379,8	6 484,6	5 082,2
Grécia	335,8	335,8	335,8	2 431,4	2 431,4	2 431,4
Espanha	2 697,0	2 586,3	1 637,4	16 116,2	15 755,3	9 553,7
França	1 440,1	1 365,7	40,6	8 870,3	7 434,2	239,9
Irlanda	165,5	165,5	165,5	1 735,8	1 735,8	1 735,8
Itália	2 458,8	2 186,7	1 060,1	16 341,9	15 339,5	9 785,9
Luxemburgo	79,3	79,3	—	103,0	103,0	—
Países Baixos	24,0	24,0	1,0	261,4	199,4	10,7
Áustria	63,8	63,8	—	63,8	63,8	—
Portugal	1 252,9	1 252,9	1 252,9	7 503,8	7 503,8	7 503,8
Finlândia	23,7	20,8	—	23,7	20,8	—
Suécia	4,7	4,7	—	4,7	4,7	—
Reino Unido	1 258,7	1 227,2	67,6	7 080,1	5 919,3	237,2
Total	12 143,7	11 330,0	5 880,7	71 307,1	65 413,6	36 673,7

Quadro F : Financiamentos concedidos na União Europeia em 1995
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)
Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos	Créditos
	Montante	%	BEI	BEI
Energia e infra-estruturas	13 164,6	74,0	11 765,8	1 398,8
Energia	3 083,1	17,3	2 983,3	99,8
Produção	1 848,2	10,4	1 812,2	36,1
Centrais térmicas convencionais	609,8	3,4	606,4	3,3
Centrais hidroeléctricas	292,1	1,6	267,6	24,5
Centrais de produção de calor	363,4	2,0	355,5	7,9
Exploração de hidrocarbonetos	582,7	3,3	582,7	—
Combustíveis sólidos	0,2	—	—	0,2
Transporte, armazenagem e reprocessamento	966,3	5,4	966,3	—
Electricidade	154,4	0,9	154,4	—
Gás natural e petróleo	811,9	4,6	811,9	—
Distribuição	268,6	1,5	204,8	63,8
Electricidade	68,9	0,4	53,4	15,4
Gás natural	190,8	1,1	151,4	39,4
Calor	8,9	0,1	—	8,9
Transportes	6 442,5	36,2	6 256,5	186,0
Grandes obras	400,2	2,3	400,2	—
Caminhos-de-ferro	2 150,4	12,1	2 150,4	—
Estradas e auto-estradas	2 422,9	13,6	2 354,0	69,0
Transportes urbanos	632,4	3,6	531,7	100,7
Transportes aéreos	467,5	2,6	466,7	0,8
Transportes marítimos	369,0	2,1	353,5	15,6
Telecomunicações	884,7	5,0	884,7	—
Redes e centrais	832,0	4,7	832,0	—
Telefones celulares	52,7	0,3	52,7	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	2 236,1	12,6	1 283,4	952,7
Abastecimento de água potável	230,4	1,3	100,7	129,6
Tratamento de águas residuais	1 212,6	6,8	614,5	598,2
Abastecimento e saneamento	447,5	2,5	358,5	89,0
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	296,4	1,7	209,7	86,7
Projectos com finalidade múltipla	49,2	0,3	—	49,2
Infra-estruturas urbanas	173,4	1,0	140,2	33,2
Renovação urbana	73,0	0,4	55,5	17,5
Obras urbanas compósitas	100,3	0,6	84,7	15,6
Infra-estruturas diversas	344,8	1,9	217,7	127,1
Infra-estruturas compósitas	224,8	1,3	97,7	127,1
Ordenamento agrícola e florestal	120,0	0,7	120,0	—
Indústria, agricultura e serviços	4 617,1	26,0	1 662,2	2 954,9
Indústria	3 611,3	20,3	1 374,5	2 236,7
Indústrias extractivas	21,9	0,1	—	21,9
Indústrias metalúrgicas de base	117,6	0,7	93,0	24,6
Indústria metalomecânica	485,9	2,7	—	485,9
Construção de equipamento de transporte	566,1	3,2	483,5	82,7
Engenharia electrotécnica e electrónica	320,3	1,8	173,5	146,8
Indústria química	647,0	3,6	520,4	126,5
Borracha e matérias plásticas	172,0	1,0	4,4	167,7
Vidro e cerâmica	144,2	0,8	9,7	134,5
Materiais de construção	101,8	0,6	—	101,8
Indústria da madeira	154,9	0,9	14,1	140,8
Produtos alimentares	258,9	1,5	28,2	230,7
Têxteis, vestuário e calçado	169,4	1,0	29,6	139,8
Pasta de papel, papel e tipografia	257,2	1,4	18,1	239,1
Indústrias transformadoras diversas	66,0	0,4	—	66,0
Engenharia civil e construção	128,0	0,7	—	128,0
Serviços	996,2	5,6	287,6	708,6
Turismo, tempos livres e saúde	137,1	0,8	11,7	125,4
Investigação e desenvolvimento	3,5	0,0	—	3,5
Serviços às empresas e às autarquias	663,5	3,7	256,3	407,2
Recuperação e reciclagem de resíduos	28,0	0,2	—	28,0
Centros de formação e de ensino	21,4	0,1	19,6	1,8
Comércio	142,7	0,8	—	142,7
Agricultura, pescas e silvicultura	9,6	0,1	—	9,6
Total geral	17 781,7	100,0	13 428,0	4 353,7

Quadro G : Financiamentos concedidos na União Europeia de 1991 a 1995
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)
Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos		Créditos	
	Montante	%	BEI	Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	60 148,5	74,0	54 818,6	5 329,9	5 329,9	—
Energia	15 014,0	18,5	14 537,6	476,5	476,5	—
Produção	7 660,0	9,4	7 494,5	165,5	165,5	—
Centrais térmicas convencionais	2 670,9	3,3	2 643,0	27,9	27,9	—
Centrais hidroeléctricas	751,5	0,9	644,2	107,3	107,3	—
Energias geotérmica e alternativas	29,3	—	27,4	1,9	1,9	—
Centrais de produção de calor	989,7	1,2	964,8	24,9	24,9	—
Exploração de hidrocarbonetos	3 179,0	3,9	3 177,6	1,3	1,3	—
Combustíveis sólidos	39,7	—	37,4	2,2	2,2	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	3 898,2	4,8	3 882,0	16,2	16,2	—
Electricidade	1 153,6	1,4	1 147,9	5,8	5,8	—
Gás natural e petróleo	2 570,8	3,2	2 560,4	10,4	10,4	—
Combustíveis nucleares	173,7	0,2	173,7	—	—	—
Distribuição	3 455,9	4,3	3 161,1	294,7	294,7	—
Electricidade	1 812,1	2,2	1 766,5	45,5	45,5	—
Gás natural	1 492,5	1,8	1 281,2	211,3	211,3	—
Calor	151,3	0,2	113,4	37,9	37,9	—
Transportes	24 338,2	29,9	22 968,6	1 369,6	1 369,6	—
Grandes obras	2 451,0	3,0	2 451,0	—	—	—
Caminhos-de-ferro	5 033,6	6,2	4 985,6	48,0	48,0	—
Estradas e auto-estradas	9 662,8	11,9	8 929,5	733,2	733,2	—
Centros intermodais e outros	173,3	0,2	168,4	4,9	4,9	—
Transportes urbanos	3 937,0	4,8	3 441,3	495,7	495,7	—
Transportes aéreos	2 301,4	2,8	2 281,0	20,4	20,4	—
Transportes marítimos	779,2	1,0	711,8	67,4	67,4	—
Telecomunicações	9 006,3	11,1	9 006,3	—	—	—
Redes especializadas	201,3	0,2	201,3	—	—	—
Redes e centrais	7 740,7	9,5	7 740,7	—	—	—
Telefones celulares	204,0	0,3	204,0	—	—	—
Satélites e estações	691,7	0,9	691,7	—	—	—
Cabos internacionais	168,6	0,2	168,6	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	9 137,0	11,2	6 241,9	2 895,1	2 895,1	—
Abastecimento de água potável	775,6	1,0	302,4	473,3	473,3	—
Tratamento de águas residuais	3 321,7	4,1	1 704,6	1 617,0	1 617,0	—
Abastecimento e saneamento	3 114,0	3,8	2 761,8	352,2	352,2	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	1 297,2	1,6	996,5	300,7	300,7	—
Projectos com finalidade múltipla	628,5	0,8	476,6	151,9	151,9	—
Infra-estruturas urbanas	499,8	0,6	418,9	80,9	80,9	—
Renovação urbana	215,2	0,3	174,4	40,9	40,9	—
Exposições, feiras e congressos	144,0	0,2	141,5	2,5	2,5	—
Edifícios públicos e administrativos	5,5	—	—	5,5	5,5	—
Obras urbanas compósitas	135,0	0,2	103,0	32,1	32,1	—
Infra-estruturas diversas	2 153,2	2,6	1 645,3	507,9	507,9	—
Infra-estruturas compósitas	2 016,7	2,5	1 510,0	506,7	506,7	—
Ordenamento agrícola e florestal	136,5	0,2	135,3	1,2	1,2	—
Indústria, agricultura e serviços	21 158,8	26,0	10 197,0	10 961,8	10 834,0	127,8
Indústria	17 697,4	21,8	9 306,4	8 391,1	8 288,5	102,6
Indústrias extractivas	102,0	0,1	—	102,0	101,0	1,0
Indústrias metalúrgicas de base	336,9	0,4	178,1	158,8	158,7	0,1
Indústria metalomecânica	1 759,5	2,2	65,1	1 694,3	1 679,9	14,4
Construção de equipamento de transporte	4 679,7	5,8	4 416,6	263,1	261,2	1,9
Engenharia electrotécnica e electrónica	1 195,8	1,5	696,3	499,4	496,8	2,6
Indústria química	3 141,7	3,9	2 579,9	561,8	555,1	6,8
Borracha e matérias plásticas	638,1	0,8	115,2	522,8	514,9	7,9
Vidro e cerâmica	350,1	0,4	52,6	297,5	294,5	2,9
Materiais de construção	738,8	0,9	164,9	573,9	570,6	3,3
Indústria da madeira	536,1	0,7	44,7	491,4	484,7	6,7
Produtos alimentares	1 384,8	1,7	187,4	1 197,4	1 181,0	16,4
Têxteis, vestuário e calçado	589,7	0,7	51,9	537,8	533,8	4,0
Pasta de papel, papel e tipografia	1 594,8	2,0	753,5	841,3	821,8	19,5
Indústrias transformadoras diversas	187,1	0,2	—	187,1	175,9	11,2
Engenharia civil e construção	462,5	0,6	—	462,5	458,7	3,8
Serviços	3 419,9	4,2	890,6	2 529,3	2 504,4	24,9
Turismo, tempos livres e saúde	1 014,7	1,2	242,7	772,0	765,1	6,9
Investigação e desenvolvimento	100,5	0,1	96,0	4,5	4,5	—
Serviços às empresas e às autarquias	1 845,1	2,3	464,9	1 380,2	1 366,9	13,3
Recuperação e reciclagem de resíduos	84,8	0,1	—	84,8	83,2	1,6
Centros de formação e de ensino	92,2	0,1	87,0	5,2	4,1	1,0
Comércio	282,8	0,3	—	282,8	280,6	2,1
Agricultura, pescas e silvicultura	41,4	0,1	—	41,4	41,0	0,4
Total geral	81 307,3	100,0	65 015,5	16 291,7	16 163,9	127,8

Quadro H : Apresentação dos financiamentos por regiões (em 1995 e de 1991 a 1995)
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Este quadro apresenta a distribuição dos financiamentos por regiões (Nuts 1 ou 2 segundo os países). Na medida do possível, procedeu-se à decomposição dos empréstimos individuais relativos a várias regiões.
Estimativas para 1992 da EUROSTAT, do PIB *per capita* expresso em poder de compra padrão (UE15 = 100).
População de 1992 em milhares de habitantes.

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab.	População	1995			1991 - 1995		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Bélgica	109	10 045	765,5	506,2	259,3	2 272,3	1 393,3	879,0
Bruxelles-Brussel	174	960	79,1	77,4	1,7	276,4	238,0	38,4
Vlaams Gewest	110	5 804	273,9	77,7	196,1	1 062,9	381,2	681,8
Région Wallonne	88	3 280	182,2	120,8	61,4	348,8	189,9	158,8
Projectos multirregionais			230,4	230,4	—	584,2	584,2	—
Dinamarca	107	5 170	846,6	782,4	64,2	3 832,4	3 526,2	306,2
Hovedstadsregionen			151,8	141,7	10,2	691,5	640,8	50,7
Øst for Storebælt			430,7	429,0	1,7	1 453,0	1 434,1	19,0
Vest for Storebælt			136,0	83,6	52,4	1 020,0	783,5	236,6
Projectos multirregionais			128,1	128,1	—	667,9	667,9	—
Alemanha	107	80 595	2 571,5	1 268,3	1 303,1	9 703,8	5 359,0	4 344,7
Hamburg	196	1 677	6,0	—	6,0	129,7	107,5	22,2
Bremen	155	684	91,7	89,4	2,3	114,1	89,4	24,7
Hessen	149	5 878	122,1	84,8	37,2	414,3	322,6	91,7
Baden-Württemberg	131	10 074	140,0	14,5	125,5	350,2	57,0	293,2
Bayern	126	11 676	61,3	—	61,3	480,7	311,5	169,1
Nordrhein-Westfalen	113	17 590	415,4	56,2	359,2	1 727,4	400,0	1 327,5
Saarland	109	1 080	18,8	—	18,8	156,3	92,6	63,6
Niedersachsen	105	7 523	137,0	—	137,0	592,5	9,8	582,7
Schleswig-Holstein	104	2 662	91,3	40,0	51,3	204,5	65,0	139,5
Rheinland-Pfalz	102	3 852	13,9	—	13,9	63,8	—	63,8
Berlin	95	3 455	133,7	124,9	8,7	264,3	218,3	46,0
Brandenburg	44	2 544	302,8	258,6	44,3	705,3	475,3	230,1
Sachsen-Anhalt	43	2 809	171,6	111,8	59,7	1 048,6	698,5	350,1
Sachsen	42	4 664	269,8	161,3	108,6	1 720,2	1 331,3	388,9
Mecklenburg-Vorpommern	41	1 873	97,5	52,5	45,0	411,2	248,6	162,6
Thüringen	38	2 552	285,0	61,3	223,7	960,1	571,7	388,4
Projectos multirregionais			213,7	213,1	0,6	360,5	359,9	0,6
Grécia	61	10 280	335,7	269,4	66,4	2 011,5	1 625,6	385,9
Attiki	68	3 528	164,2	161,1	3,1	646,1	596,1	49,9
Kentriki Ellada	59	2 439	31,5	12,9	18,6	392,5	261,2	131,2
Voreia Ellada	58	3 313	43,7	16,5	27,2	260,5	141,2	119,3
Nisia	54	1 000	6,4	—	6,4	155,2	84,4	70,8
Projectos multirregionais			90,0	78,8	11,2	557,2	542,6	14,6
Espanha	77	39 115	2 892,7	2 651,5	241,2	14 697,4	14 163,7	948,8
Baleares	103	686	111,3	110,4	0,9	358,0	348,1	10,0
Madrid	97	4 914	251,8	245,1	6,7	1 941,4	1 889,8	51,6
Cataluña	95	6 023	380,9	328,4	52,5	2 521,7	2 376,9	144,9
Navarra	94	522	35,6	33,8	1,9	190,3	182,2	8,1
País Vasco	90	2 131	251,9	235,9	16,0	1 026,4	984,4	42,0
La Rioja	87	261	6,6	3,8	2,9	46,1	40,8	5,3
Aragón	84	1 208	106,5	92,5	14,0	209,2	176,6	32,6
Comunidad Valenciana	78	3 801	252,2	186,0	66,1	1 666,0	1 511,1	154,9
Canarias	75	1 503	34,9	23,7	11,2	215,6	190,2	25,4
Cantabria	74	527	23,4	20,2	3,3	194,3	181,9	12,4
Asturias	71	1 120	32,1	30,2	1,9	319,9	307,1	12,8
Murcia	70	1 039	16,1	10,2	5,9	390,1	358,0	32,2
Castilla-León	66	2 620	138,3	120,4	18,0	631,9	524,2	107,6
Castilla La Mancha	65	1 718	27,9	14,6	13,4	917,4	857,8	59,5
Andalucía	59	6 989	785,1	764,7	20,4	2 651,3	2 482,4	168,9
Galicia	59	2 795	250,8	247,1	3,6	914,8	858,8	56,1
Extremadura	51	1 132	76,5	74,0	2,5	502,9	478,3	24,6
Projectos multirregionais			110,7	110,7	—	415,1	415,1	—

Quadro H : Apresentação dos financiamentos por regiões (em 1995 e de 1991 a 1995) (continuação)
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab.	População	1995			1991 - 1995		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
França	112	57 042	2 098,4	1 177,8	920,6	9 809,9	5 926,7	3 883,2
Ile-de-France	169	10 799	207,0	88,0	119,0	1 019,8	663,3	356,4
Champagne-Ardenne	114	1 343	16,6	—	16,6	171,2	126,4	44,8
Alsace	113	1 633	38,2	—	38,2	280,9	132,9	148,0
Rhône-Alpes	111	5 429	443,6	334,7	108,9	1 472,3	1 017,8	454,5
Haute-Normandie	107	1 744	76,4	46,3	30,1	312,7	238,4	74,3
Franche-Comté	104	1 104	100,7	66,9	33,8	180,1	87,2	92,9
Centre	103	2 387	48,9	—	48,9	109,0	2,3	106,7
Provence-Côte d'Azur	101	4 332	150,4	90,1	60,3	467,6	155,5	312,1
Aquitaine	99	2 817	52,0	15,3	36,6	278,5	38,4	240,1
Bourgogne	99	1 610	33,4	—	33,4	160,8	88,1	72,6
Basse-Normandie	98	1 395	23,8	—	23,8	99,8	8,7	91,1
Midi-Pyrénées	97	2 448	52,9	23,2	29,8	276,6	76,1	200,5
Lorraine	97	2 283	25,0	—	25,0	316,8	99,4	217,4
Pays de la Loire	96	3 087	90,6	30,7	59,9	586,3	325,1	261,2
Picardie	95	1 831	100,6	58,5	42,1	393,7	304,8	88,8
Bretagne	93	2 807	60,8	—	60,8	346,6	—	346,6
Auvergne	90	1 310	31,2	—	31,2	96,2	—	96,2
Poitou-Charentes	89	1 605	33,6	—	33,6	144,2	45,2	99,0
Nord - Pas-de-Calais	89	3 956	349,9	302,3	47,5	2 131,1	1 867,7	263,4
Limousin	89	714	11,1	—	11,1	46,0	—	46,0
Languedoc-Roussillon	88	2 159	66,1	37,3	28,7	217,7	45,3	172,3
Corse	79	251	0,04	—	0,04	1,4	—	1,4
DOM	45	1 469	39,8	38,5	1,3	230,4	133,6	96,8
Projectos multirregionais			46,0	46,0	—	470,4	470,4	—
Irlanda	76	3 548	165,5	133,4	32,1	1 337,9	1 239,3	98,6
Itália	105	57 896	3 249,1	2 271,0	978,1	16 715,0	12 506,7	4 208,3
Lombardia	134	9 030	325,1	158,7	166,4	1 599,2	989,2	610,0
Valle d'Aosta	129	119	—	—	—	13,0	7,8	5,2
Emilia-Romagna	128	3 985	316,0	121,9	194,1	1 206,1	638,6	567,5
Trentino-Alto Adige	124	910	387,9	350,4	37,4	630,4	435,6	194,7
Friuli-Venezia Giulia	122	1 218	17,9	14,1	3,8	203,3	156,1	47,2
Liguria	121	1 701	35,2	—	35,2	436,6	283,0	153,7
Lazio	120	5 246	101,4	76,4	25,0	900,1	711,9	188,3
Piemonte	119	4 380	394,2	255,0	139,1	1 395,4	961,2	434,1
Veneto	117	4 468	151,9	13,1	138,9	860,0	477,6	382,3
Toscana	112	3 592	116,7	36,3	80,4	752,6	426,9	325,7
Marche	104	1 457	73,7	39,3	34,5	523,1	302,2	220,9
Umbria	103	828	22,1	—	22,1	253,0	89,4	163,7
Abruzzo	94	1 275	560,6	542,1	18,5	1 299,2	1 076,9	222,3
Molise	82	337	18,5	—	18,5	155,7	118,8	36,9
Sardegna	79	1 679	28,1	27,5	0,6	536,8	480,9	55,9
Puglia	77	4 115	31,3	17,7	13,7	933,2	790,2	143,0
Campania	73	5 732	121,7	92,7	29,0	1 044,2	791,2	252,9
Sicilia	73	5 073	127,9	118,1	9,8	921,0	793,7	127,3
Basilicata	67	622	152,1	143,8	8,3	914,8	857,7	57,2
Calabria	63	2 110	19,7	17,0	2,7	488,1	468,5	19,5
Projectos multirregionais			246,9	246,9	—	1 649,3	1 649,3	—
Luxemburgo	156	393	80,9	78,8	2,1	152,2	150,1	2,1
Países Baixos	102	15 182	455,7	318,9	136,8	1 466,4	1 066,6	399,8
West-Nederland	109	7 117	358,9	311,7	47,1	704,2	567,2	136,9
Noord-Nederland	103	1 605	14,3	—	14,3	31,5	—	31,5
Zuid-Nederland	98	3 352	45,1	—	45,1	531,0	401,8	129,1
Oost-Nederland	89	3 108	37,5	7,2	30,3	186,7	84,5	102,2
Projectos multirregionais			—	—	—	13,0	13,0	—
Áustria	115	7 914	215,3	199,2	16,2	361,8	345,6	16,2

Quadro H : Apresentação dos financiamentos por regiões (em 1995 e de 1991 a 1995) (continuação)

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab.	População	1995			1991 - 1995		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Portugal	67	9 858	1 252,8	1 193,3	59,6	5 961,4	5 587,1	374,3
Lisboa e Vale do Tejo	93	3 293	599,9	586,0	13,9	2 544,6	2 420,7	123,8
Norte	60	3 479	111,1	82,0	29,1	749,8	604,2	145,6
Algarve	58	342	5,1	—	5,1	127,7	116,5	11,2
Centro	48	1 715	23,5	12,8	10,7	290,0	218,8	71,1
Madeira	44	254	22,2	21,4	0,8	112,6	100,1	12,6
Alentejo	41	539	—	—	—	276,3	270,0	6,3
Açores	41	238	—	—	—	96,3	92,6	3,7
Projectos multirregionais			491,1	491,1	—	1 764,2	1 764,2	—
Finlândia	93	5 042	174,0	163,5	10,5	234,2	223,7	10,5
Suécia	106	8 668	240,1	225,4	14,8	255,4	240,7	14,8
Reino Unido	98	57 848	1 919,2	1 670,4	248,8	10 802,5	10 383,2	419,4
South East	115	17 658	85,1	37,6	47,5	2 391,8	2 317,8	74,1
East Anglia	100	2 083	188,0	172,8	15,2	269,1	245,9	23,2
Scotland	96	5 098	267,7	259,3	8,4	1 479,1	1 469,1	10,0
South West	93	4 734	12,7	—	12,7	307,5	284,3	23,2
East Midlands	92	4 051	17,3	—	17,3	285,1	251,2	33,9
West Midlands	90	5 264	124,8	101,4	23,4	491,6	453,9	37,7
Yorkshire and Humberside	90	4 989	442,4	420,0	22,4	904,4	862,2	42,2
North West	88	6 383	277,1	230,3	46,8	1 108,6	1 021,8	86,8
North	88	3 091	87,6	72,1	15,4	747,8	719,8	27,9
Wales	83	2 891	244,9	227,4	17,4	1 035,1	997,6	37,5
Northern Ireland	79	1 606	21,8	—	21,8	177,3	155,1	22,2
Projectos multirregionais			149,9	149,3	0,6	1 604,9	1 604,4	0,6
OUTROS⁽¹⁾			518,5	518,5	—	1 278,0	1 278,0	—
TOTAL		368 596	17 781,7	13 428,0	4 353,7	81 307,3	65 015,5	16 291,7

(1) Ver nota 1, Quadro B, pág. 106.

Quadro I : Créditos concedidos em 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso

Distribuição por regiões e por objectivos

(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante	Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Bélgica	741	259,3	201	25,3	154	85,6	276	136,7	156	17,3	6	0,6
Vlaams Gewest	516	196,1	104	15,3	77	44,1	253	127,1	117	13,8	1	0,4
Région Wallonne	218	61,4	97	10,0	77	41,5	20	8,1	35	3,4	5	0,2
Bruxelles-Brussel	7	1,7	—	—	—	—	3	1,5	4	0,2	—	—
Dinamarca	249	64,2	—	—	46	9,7	203	54,5	—	—	—	—
Vest vor Storebaelt	182	52,5	—	—	42	9,4	140	43,1	—	—	—	—
Hovedstadsregionen	58	10,0	—	—	—	—	58	10,0	—	—	—	—
Øst for Storebaelt	9	1,7	—	—	4	0,3	5	1,3	—	—	—	—
Alemanha	1 455	1 303,1	159	442,1	407	231,3	714	236,2	326	809,1	5	18,7
Nordrhein-Westfalen	414	359,2	29	69,7	59	17,2	261	83,3	95	259,4	—	—
Thüringen	80	223,7	43	189,2	36	28,8	—	—	41	188,4	—	—
Niedersachsen	149	137,0	20	36,5	39	14,7	64	32,5	44	87,6	1	0,1
Baden-Württemberg	292	125,5	2	2,8	16	5,0	237	72,3	39	48,2	—	—
Sachsen	83	108,6	18	58,3	65	50,3	—	—	18	58,3	—	—
Bayern	135	61,3	5	3,5	52	18,6	67	17,8	15	24,8	—	—
Sachsen-Anhalt	43	59,7	11	29,8	32	29,9	—	—	11	29,8	—	—
Schleswig-Holstein	52	51,9	8	8,6	12	3,1	17	6,8	18	22,7	4	—
Mecklenburg-Vorpommern	40	45,0	13	27,9	26	16,1	—	—	16	29,9	—	18,6
Brandenburg	33	44,3	10	15,9	23	28,3	—	—	10	15,9	—	—
Hessen	55	37,2	—	—	19	8,8	23	5,4	13	23,0	—	—
Saarland	16	18,8	—	—	4	1,1	10	1,5	2	16,1	—	—
Rheinland-Pfalz	36	13,9	—	—	14	3,8	19	6,4	3	3,7	—	—
Berlin	8	8,7	—	—	6	3,8	2	5,0	—	—	—	—
Hamburg	11	6,0	—	—	—	—	10	4,7	1	1,3	—	—
Bremen	8	2,3	—	—	4	1,8	4	0,5	—	—	—	—
Grécia	28	66,4	8	40,0	20	26,3	—	—	2	9,8	2	11,2
Voreia Ellada	11	38,3	4	23,4	7	14,9	—	—	2	9,8	2	11,2
Kentriki Ellada	8	18,6	2	13,0	6	5,6	—	—	—	—	—	—
Nisia	5	6,4	1	3,1	4	3,2	—	—	—	—	—	—
Atiki	4	3,1	1	0,5	3	2,6	—	—	—	—	—	—

Quadro I : Créditos concedidos em 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional						Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
	Total		Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante	Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Espanha	1 209	241,2	67	58,2	565	112,4	571	68,9	4	1,1	2	0,7
Comunidade Valenciana	236	66,1	4	11,8	232	54,3	—	—	—	—	—	—
Cataluña	433	52,5	—	—	2	1,4	430	51,0	1	0,1	—	—
Andalucía	45	20,4	14	13,2	31	7,2	—	—	—	—	—	—
Castilla León	64	18,0	17	13,9	47	4,1	—	—	—	—	—	—
País Vasco	128	16,0	—	—	107	13,0	21	3,0	—	—	—	—
Aragón	39	14,0	2	1,3	7	8,7	27	3,3	1	0,1	2	0,7
Castilla la Mancha	35	13,4	6	5,6	29	7,8	—	—	—	—	—	—
Canarias	43	11,2	19	9,4	24	1,8	—	—	—	—	—	—
Madrid	60	6,7	—	—	—	—	60	6,7	—	—	—	—
Murcia	31	5,9	1	0,1	30	5,8	—	—	—	—	—	—
Galicia	13	3,6	3	2,3	10	1,3	—	—	—	—	—	—
Cantabria	26	3,3	—	—	26	3,3	—	—	—	—	—	—
La Rioja	20	2,9	—	—	—	—	20	2,9	—	—	—	—
Extremadura	7	2,5	1	0,6	6	1,9	—	—	—	—	—	—
Asturias	14	1,9	—	—	14	1,9	—	—	—	—	—	—
Navarra	9	1,9	—	—	—	—	7	1,0	2	0,9	—	—
Baleares	6	0,9	—	—	—	—	6	0,9	—	—	—	—
França	7 434	920,6	885	177,4	3 971	374,3	2 210	206,4	1 200	297,9	12	15,6
Ile-de-France	711	119,0	—	—	—	—	651	63,9	60	55,2	—	—
Rhône-Alpes	1 004	108,9	50	8,2	471	54,0	463	45,1	68	9,8	—	—
Bretagne	434	60,8	124	18,8	306	41,7	3	0,2	121	17,7	—	—
Provence-Côte d'Azur	415	60,3	27	12,2	345	23,6	3	0,2	66	36,4	1	0,1
Pays de la Loire	501	59,9	23	3,6	437	53,5	40	2,8	23	3,6	—	—
Centre	339	48,9	38	3,5	19	1,1	183	16,0	137	31,8	—	—
Nord - Pas-de-Calais	601	47,5	44	4,7	554	42,8	3	0,1	44	4,7	—	—
Picardie	268	42,1	15	10,8	111	5,8	108	8,6	48	25,9	1	1,8
Alsace	287	38,2	10	3,0	105	11,0	154	12,4	25	13,2	3	1,6
Aquitaine	439	36,6	86	10,6	334	24,6	15	0,8	89	11,1	—	—
Franche-Comté	183	33,8	10	4,6	45	3,1	113	19,6	25	11,0	—	—
Poitou-Charentes	298	33,6	89	17,7	208	15,9	1	0,03	80	6,2	—	—
Bourgogne	259	33,4	32	6,6	67	7,2	127	12,9	64	13,2	1	0,1
Auvergne	186	31,2	45	13,2	105	15,2	26	1,9	35	3,0	—	—
Haute-Normandie	204	30,1	7	15,4	60	4,4	136	9,8	1	0,5	6	12,0
Midi-Pyrénées	345	29,8	74	8,2	232	17,0	27	2,4	85	10,3	—	—
Languedoc-Roussillon	322	28,7	147	17,5	172	11,1	3	0,2	147	17,5	—	—
Lorraine	186	25,0	15	2,2	171	22,8	—	—	16	6,8	—	—
Basse-Normandie	226	23,8	16	8,8	101	8,2	104	6,5	21	9,0	—	—
Champagne-Ardenne	148	16,6	6	2,2	77	4,6	50	3,0	21	9,0	—	—
Limousin	69	11,1	24	5,1	45	5,9	—	—	21	1,6	—	—
DOM	8	1,3	3	0,5	5	0,8	—	—	3	0,5	—	—
Corse	1	0,1	—	—	1	0,1	—	—	—	—	—	—
Irlanda	141	32,1	—	—	141	32,1	—	—	—	—	—	—
Itália *	1 213	978,1	21	30,3	1 119	823,1	31	26,6	51	96,8	1	9,4
Emilia-Romagna	194	194,1	2	5,6	185	171,6	3	5,7	2	5,6	—	—
Lombardia	165	166,4	1	1,4	146	138,0	5	4,1	9	9,3	1	9,4
Piemonte	198	139,1	2	1,4	171	105,8	12	8,6	11	19,0	—	—
Veneto	109	138,9	1	1,9	96	115,9	8	4,8	5	18,1	—	—
Toscana	87	80,4	2	2,6	80	65,4	2	2,4	5	12,7	—	—
Trentino-Alto Adige	29	37,4	1	2,2	24	27,0	—	—	5	10,4	—	—
Liguria	56	35,2	—	—	55	29,0	—	—	1	6,2	—	—
Marche	36	34,5	—	—	36	34,5	—	—	—	—	—	—
Campania	72	29,0	2	0,2	70	28,8	—	—	1	0,1	—	—
Lazio	35	25,0	2	1,4	33	23,6	—	—	3	1,9	—	—
Umbria	33	22,1	1	0,3	32	21,9	—	—	1	0,3	—	—
Molise	7	18,5	1	6,7	6	11,9	—	—	1	6,7	—	—
Abruzzo	38	18,5	—	—	38	18,5	—	—	—	—	—	—
Puglia	54	13,7	5	4,7	49	8,9	—	—	6	4,8	—	—
Sicilia	61	9,8	—	—	61	9,8	—	—	—	—	—	—
Basilicata	7	8,3	—	—	7	8,3	—	—	—	—	—	—
Friuli-Venezia Giulia	6	3,8	1	1,8	4	1,0	1	1,0	1	1,8	—	—
Calabria	4	2,7	—	—	4	2,7	—	—	—	—	—	—
Sardegna	21	0,6	—	—	21	0,6	—	—	—	—	—	—
Valle d'Aosta	1	0,1	—	—	1	0,1	—	—	—	—	—	—

* dos quais 29,2 milhões de ecus também no âmbito das tecnologias avançadas.

Quadro I : Créditos concedidos em 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante	Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Luxemburgo	3	2,1	—	—	1	0,5	2	1,6	—	—	—	—
Países Baixos	276	136,8	—	—	49	24,0	224	112,2	3	0,7	—	—
West-Nederland	110	47,1	—	—	1	0,1	108	47,1	1	0,1	—	—
Zuid-Nederland	74	45,1	—	—	17	11,4	55	33,0	2	0,6	—	—
Oost-Nederland	67	30,3	—	—	17	5,1	50	25,3	—	—	—	—
Noord-Nederland	25	14,3	—	—	14	7,5	11	6,8	—	—	—	—
Áustria	33	16,2	—	—	24	10,5	9	5,6	—	—	—	—
Westösterreich	23	9,5	—	—	16	6,3	7	3,2	—	—	—	—
Südösterreich	4	4,7	—	—	3	2,4	1	2,3	—	—	—	—
Östösterreich	6	2,0	—	—	5	1,8	1	0,2	—	—	—	—
Portugal	131	59,6	8	14,1	123	45,5	—	—	7	14,0	—	—
Norte	55	29,1	4	7,3	51	21,8	—	—	3	6,2	—	—
Lisboa e Vale do Tejo	49	13,9	1	5,1	48	8,8	—	—	2	7,2	—	—
Centro	20	10,7	—	—	20	10,7	—	—	—	—	—	—
Algarve	3	5,1	1	1,2	2	3,9	—	—	—	—	—	—
Madeira	4	0,8	2	0,5	2	0,3	—	—	2	0,5	—	—
Finlândia	46	10,5	—	—	36	9,5	9	0,9	1	0,1	—	—
Manner-Suomi	46	10,5	—	—	36	9,5	—	—	1	0,1	—	—
Suécia	48	14,8	—	—	16	4,7	32	10,1	—	—	—	—
Reino Unido	794	248,8	1	0,1	422	139,6	370	109,1	2	0,1	—	—
South East	136	47,5	—	—	10	4,1	128	43,8	—	—	—	—
North West	94	46,8	—	—	77	40,1	20	6,8	—	—	—	—
West Midlands	111	23,4	—	—	79	16,8	31	6,5	1	0,1	—	—
Yorkshire and Humberside	106	22,4	—	—	72	16,0	34	6,4	—	—	—	—
Northern Ireland	61	21,8	1	0,1	60	21,8	—	—	1	0,1	—	—
Wales	39	17,4	—	—	32	14,5	7	2,9	—	—	—	—
East Midlands	81	17,3	—	—	20	5,7	61	11,6	—	—	—	—
North	55	16,0	—	—	38	11,3	12	4,1	—	—	—	—
East Anglia	30	15,2	—	—	5	0,6	25	14,6	—	—	—	—
South West	50	12,7	—	—	7	1,4	43	11,3	—	—	—	—
Scotland	31	8,4	—	—	22	7,1	9	1,2	—	—	—	—
Total geral	13 801	4 353,7	1 350	787,4	7 094	1 929,2	4 651	968,8	1 752	1 246,7	28	56,2

Quadro J : Créditos concedidos de 1991 a 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante	Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Bélgica	1 659	879,0	202	25,4	465	266,9	882	575,1	156	17,3	6	0,6
Vlaams Gewest	1 098	681,8	104	15,3	224	166,1	688	490,8	117	13,8	1	0,4
Région Wallonne	505	158,8	98	10,0	241	100,8	142	46,1	35	3,4	5	0,2
Bruxelles-Brussel	56	38,4	—	—	—	—	52	38,2	4	0,2	—	—
Dinamarca	1 190	306,2	2	6,3	318	87,9	854	176,4	18	37,4	1	4,8
Vest for Storebaelt	855	236,6	—	—	289	84,8	559	130,8	8	16,7	1	4,8
Hovedstadsregionen	266	50,7	2	6,3	—	—	259	39,8	6	10,7	—	—
Øst for Storebaelt	69	19,0	—	—	29	3,1	36	5,8	4	10,0	—	—

Quadro J : Créditos concedidos de 1991 a 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional												Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
	Total		Infra-estruturas		Indústria		PME											
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Alemanha	3 633	4 344,7	554	1 340,2	1 312	1 210,5	1 001	425,7	1 241	2 785,1	5	18,7						
Nordrhein-Westfalen	976	1 327,5	120	281,4	105	67,1	385	160,8	485	1 079,3	—	—						
Sachsen-Anhalt	196	350,1	43	113,9	153	236,1	—	—	51	171,8	—	—						
Niedersachsen	399	582,7	148	308,8	96	81,5	90	42,7	211	451,9	1	0,02						
Sachsen	371	388,9	29	80,9	342	308,0	—	—	43	111,7	—	—						
Brandenburg	176	230,1	34	77,0	142	153,1	—	—	40	95,7	—	—						
Thüringen	208	388,4	56	243,9	151	138,8	—	—	64	266,5	—	—						
Mecklenburg-Vorpommern	163	162,6	44	86,4	118	75,1	—	—	50	90,1	—	—						
Baden-Württemberg	536	293,2	2	2,8	20	7,7	297	122,8	98	152,1	—	—						
Schleswig-Holstein	113	140,1	50	82,1	17	8,1	28	11,2	62	89,9	4	18,6						
Bayern	213	169,1	5	3,5	68	37,9	93	26,9	55	110,9	—	—						
Hessen	91	91,7	—	—	23	22,0	47	34,2	25	48,7	—	—						
Rheinland-Pfalz	78	63,8	3	4,3	21	11,3	30	14,4	27	38,1	—	—						
Berlin	37	46,0	1	2,1	34	38,8	2	5,0	5	13,3	—	—						
Hamburg	22	22,2	—	—	5	8,0	13	5,5	8	13,2	—	—						
Bremen	18	24,7	4	16,4	10	7,8	4	0,5	2	3,5	—	—						
Saarland	36	63,6	15	36,6	7	9,1	12	1,8	15	48,3	—	—						
Grécia	252	385,9	110	230,8	142	155,1	—	—	68	187,7	3	14,4						
Voreia Ellada	70	133,9	28	87,4	42	46,5	—	—	22	73,6	3	14,4						
Kentriki Ellada	69	131,2	23	76,1	46	55,1	—	—	15	59,8	—	—						
Nisia	80	70,8	56	48,4	24	22,4	—	—	29	35,8	—	—						
Attiki	33	49,9	3	18,9	30	31,1	—	—	2	18,4	—	—						
Espanha	3 007	948,8	197	268,3	1 606	432,4	1 195	244,2	9	3,8	2	0,7						
Cataluña	776	144,9	1	2,3	4	3,5	770	138,9	1	0,1	—	—						
Comunidad Valenciana	542	154,9	13	26,0	511	126,1	18	2,7	—	—	—	—						
Castilla León	259	107,6	49	58,0	198	43,7	12	6,0	1	0,5	—	—						
Castilla la Mancha	184	59,5	21	27,8	159	31,1	4	0,6	—	—	—	—						
Cantabria	55	12,4	1	1,0	54	11,5	—	—	—	—	—	—						
Aragón	97	32,6	4	3,4	24	14,8	66	13,6	1	0,1	2	0,7						
Andalucía	292	168,9	49	58,5	232	99,2	11	11,2	—	—	—	—						
Asturias	50	12,8	1	4,1	49	8,7	—	—	—	—	—	—						
Extremadura	42	24,6	6	15,6	34	8,7	2	0,3	—	—	—	—						
Murcia	82	32,2	3	6,0	75	23,1	4	3,0	1	0,2	—	—						
Madrid	213	51,6	—	—	—	—	210	49,5	3	2,1	—	—						
País Vasco	198	42,0	1	0,8	163	34,4	34	6,8	—	—	—	—						
Galicia	78	56,1	21	45,5	57	10,5	—	—	—	—	—	—						
Canarias	68	25,4	25	17,1	43	8,3	—	—	—	—	—	—						
La Rioja	30	5,3	1	0,2	—	—	29	5,1	—	—	—	—						
Navarra	28	8,1	1	1,9	—	—	25	5,2	2	0,9	—	—						
Baleares	13	10,0	—	—	3	8,7	10	1,3	—	—	—	—						
França	25 360	3 883,2	2 893	1 635,6	13 484	1 256,9	8 484	772,5	1 975	623,0	31	19,6						
Rhône-Alpes	3 389	454,5	369	162,2	1 331	131,9	1 638	138,0	148	49,8	1	0,5						
Bretagne	1 784	346,6	567	209,5	1 210	136,3	6	0,7	225	50,9	—	—						
Provence-Côte d'Azur	1 777	312,1	170	155,5	1 563	130,1	4	2,1	81	43,2	3	0,3						
Midi-Pyrénées	999	200,5	182	130,5	774	64,6	31	3,2	111	21,3	2	0,2						
Nord - Pas-de-Calais	1 746	263,4	146	107,2	1 597	156,1	3	0,1	55	9,1	1	0,1						
Pays de la Loire	1 511	261,2	157	124,0	1 171	121,9	181	14,6	84	41,4	—	—						
Ile-de-France	3 114	356,4	—	—	—	—	3 040	294,1	73	61,9	1	0,4						
Lorraine	1 215	217,4	182	110,2	994	102,2	39	5,0	101	45,3	—	—						
Aquitaine	1 291	240,1	199	158,5	1 066	79,7	21	1,2	151	42,1	2	0,3						
Alsace	1 236	148,0	55	10,7	484	46,8	656	71,2	121	32,7	3	1,6						
Franche-Comté	641	92,9	22	17,4	185	15,6	416	51,2	43	26,4	—	—						
Poitou-Charentes	699	99,0	130	56,2	568	42,8	1	0,03	95	24,0	3	0,3						
Centre	921	106,7	43	4,8	89	7,5	672	61,3	159	37,6	3	0,8						
Basse-Normandie	635	91,1	66	48,6	292	21,2	267	17,4	41	16,3	—	—						
Languedoc-Roussillon	742	172,3	229	136,2	510	36,0	3	0,2	191	29,7	2	0,7						
Picardie	794	88,8	30	19,2	233	17,3	493	34,3	57	29,8	1	1,8						
Bourgogne	681	72,6	44	13,2	230	19,6	366	31,3	82	21,1	3	0,7						
Haute-Normandie	631	74,3	17	18,5	164	20,4	430	30,4	24	5,8	6	12,0						
Champagne-Ardenne	575	44,8	10	3,1	393	23,0	156	11,7	26	10,1	—	—						
DOM	254	96,8	110	61,6	142	34,9	2	0,3	8	5,6	—	—						
Auvergne	483	96,2	108	57,3	303	33,1	59	4,1	74	13,4	—	—						
Limousin	220	46,0	56	31,0	164	14,9	—	—	24	5,2	—	—						
Corse	22	1,4	1	0,4	21	1,0	—	—	1	0,4	—	—						
Irlanda	389	98,6	1	0,6	388	97,9	—	—	—	—	—	—						

Quadro J : Créditos concedidos de 1991 a 1995 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente		Infra-estruturas europeias de comunicação	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante	Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante				
Itália *	7 199	4 208,3	41	59,1	5 487	2 648,1	1 441	1 052,0	246	453,4	3	16,2
Emilia-Romagna	613	567,5	2	5,6	306	266,7	255	201,5	42	63,3	2	6,8
Lombardia	642	610,0	1	1,4	173	149,6	396	321,3	58	103,4	1	9,4
Toscana	556	325,7	3	2,7	410	212,5	134	83,3	15	36,2	—	—
Veneto	447	382,3	1	1,9	157	153,0	276	190,7	15	41,0	—	—
Valle d'Aosta	2	5,2	—	—	1	0,1	—	—	1	5,2	—	—
Piemonte	508	434,1	2	1,4	214	137,9	232	198,7	54	82,0	—	—
Campania	733	252,9	4	2,2	729	250,7	—	—	2	2,0	—	—
Liguria	308	153,7	2	3,3	249	105,4	52	26,0	7	22,4	—	—
Trentino-Alto Adige	244	194,7	4	6,0	233	173,1	—	—	11	21,7	—	—
Umbria	284	163,7	1	0,3	281	159,9	—	—	3	2,6	—	—
Abruzzo	411	222,3	1	0,8	410	221,5	1	2,7	1	0,8	—	—
Marche	411	220,9	—	—	410	220,8	1	0,1	—	—	—	—
Puglia	667	143,0	9	14,5	658	128,5	—	—	9	14,6	—	—
Sicilia	419	127,3	2	0,2	417	127,0	—	—	7	22,4	—	—
Lazio	239	188,3	5	4,7	208	172,3	23	5,9	8	10,3	—	—
Friuli-Venezia Giulia	102	47,2	2	5,6	20	8,1	71	22,0	11	17,1	—	—
Sardegna	310	55,9	—	—	310	55,9	—	—	—	—	—	—
Molise	50	36,9	2	8,4	48	28,5	—	—	2	8,4	—	—
Calabria	111	19,5	—	—	111	19,5	—	—	—	—	—	—
Basilicata	142	57,2	—	—	142	57,2	—	—	—	—	—	—
* dos quais 29,2 milhões de ecus também no âmbito das tecnologias avançadas.												
Luxemburgo	3	2,1	—	—	1	0,5	2	1,6	—	—	—	—
Países Baixos	746	399,8	—	—	177	97,6	560	278,8	9	23,4	—	—
Zuid-Nederland	186	129,1	—	—	31	28,8	150	84,1	5	16,3	—	—
Oost-Nederland	181	102,2	—	—	58	33,6	121	63,3	2	5,3	—	—
West-Nederland	305	136,9	—	—	32	12,5	271	122,6	2	1,8	—	—
Noord-Nederland	74	31,5	—	—	56	22,6	18	8,9	—	—	—	—
Áustria	33	16,2	—	—	24	10,5	9	5,6	—	—	—	—
Österreich	6	2,0	—	—	5	1,8	1	0,2	—	—	—	—
Südösterreich	4	4,7	—	—	3	2,4	1	2,3	—	—	—	—
Westösterreich	23	9,5	—	—	16	6,3	7	3,2	—	—	—	—
Portugal	882	374,3	237	112,1	645	262,2	—	—	62	56,7	—	—
Norte	360	145,6	101	50,8	259	94,8	—	—	25	24,8	—	—
Lisboa e Vale do Tejo	238	123,8	42	32,5	196	91,4	—	—	18	24,4	—	—
Madeira	8	12,6	2	0,5	6	12,0	—	—	2	0,5	—	—
Centro	198	71,1	44	18,0	154	53,1	—	—	12	6,0	—	—
Açores	13	3,7	11	2,7	2	0,9	—	—	—	—	—	—
Algarve	23	11,2	12	5,3	11	5,9	—	—	3	0,7	—	—
Alentejo	42	6,3	25	2,3	17	4,0	—	—	2	0,3	—	—
Finlândia	46	10,5	—	—	36	9,5	9	0,9	1	0,1	—	—
Manner-Suomi	46	10,5	—	—	36	9,5	9	0,9	1	0,1	—	—
Suécia	48	14,8	—	—	16	4,7	32	10,1	—	—	—	—
Reino Unido	1 121	419,4	3	1,0	549	218,5	567	198,0	3	1,9	—	—
South East	194	74,1	—	—	10	4,1	184	70,0	—	—	—	—
Yorkshire and Humberside	146	42,2	—	—	94	31,5	52	10,7	—	—	—	—
North West	146	86,8	1	0,4	110	62,8	35	23,6	—	—	—	—
East Midlands	130	33,9	—	—	27	11,8	103	22,0	—	—	—	—
North	71	28,5	1	0,6	55	23,4	15	4,5	—	—	—	—
South West	67	23,2	—	—	9	1,7	58	21,5	—	—	—	—
West Midlands	139	37,7	—	—	97	23,8	41	13,8	1	0,1	—	—
Wales	71	37,5	—	—	53	27,9	18	9,6	—	—	—	—
East Anglia	57	23,2	—	—	5	0,6	51	20,8	1	1,8	—	—
Scotland	36	10,0	—	—	26	8,6	10	1,4	—	—	—	—
Northern Ireland	64	22,2	1	0,1	63	22,2	—	—	1	0,1	—	—
Total geral	45 568	1 629,7	4 240	3 679,5	24 650	6 759,1	15 036	3 741,0	3 788	4 189,8	51	75,0

Quadro K : Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1991 a 1995 (Convenção de Lomé IV) *

Distribuição por países e por sectores

* Os empréstimos concedidos ao abrigo de Lomé I, II e III figuram no Relatório Anual de 1994. De 1991 a 1995, ascenderam a 154 milhões, dos quais 152,5 milhões no âmbito de Lomé III.

(milhões de ecus)

	Total	Recursos		Energia	Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Sector
		próprios	orçamentais						Empréstimos globais
Conjunto dos Países ACP	77,6	70,0	7,6	—	—	—	—	—	77,6
ÁFRICA	1 210,2	655,1	555,1	458,4	74,1	73,0	144,3	208,0	252,4
<i>Ocidental</i>	<i>489,1</i>	<i>311,0</i>	<i>178,1</i>	<i>211,8</i>	<i>21,4</i>	<i>15,5</i>	<i>27,3</i>	<i>132,0</i>	<i>81,1</i>
Nigéria	132,5	130,0	2,5	55,0	—	—	—	—	77,5
Guiné	65,0	16,5	48,5	26,0	—	—	8,0	31,0	—
Gana	61,7	60,0	1,7	60,0	—	—	—	0,7	1,0
Costa do Marfim	57,1	41,5	15,6	37,6	6,0	—	—	13,5	—
Mali	51,0	35,0	16,0	—	—	—	—	51,0	—
Senegal	32,0	13,0	19,0	—	3,4	13,0	15,0	—	0,6
Mauritânia	25,0	15,0	10,0	—	—	—	—	25,0	—
Burkina Faso	22,0	—	22,0	12,8	7,0	—	—	2,2	—
Cabo Verde	12,4	—	12,4	5,4	5,0	—	—	2,0	—
Guiné-Bissau	12,0	—	12,0	7,0	—	2,5	—	2,5	—
Serra Leoa	8,0	—	8,0	8,0	—	—	—	—	—
Gâmbia	4,3	—	4,3	—	—	—	4,3	—	—
Projectos regionais	4,2	—	4,2	—	—	—	—	4,2	—
Benim	2,0	—	2,0	—	—	—	—	—	2,0
<i>África Central e Equatorial</i>	<i>35,2</i>	<i>9,5</i>	<i>25,7</i>	<i>33,1</i>	—	—	<i>1,5</i>	<i>0,6</i>	—
Camarões	22,6	9,5	13,1	20,5	—	—	1,5	0,6	—
Zaire	7,0	—	7,0	7,0	—	—	—	—	—
São Tomé e Príncipe	5,6	—	5,6	5,6	—	—	—	—	—
<i>África Oriental</i>	<i>187,0</i>	<i>35,0</i>	<i>152,0</i>	<i>28,5</i>	<i>26,7</i>	<i>30,8</i>	—	<i>1,7</i>	<i>99,3</i>
Quênia	65,8	35,0	30,8	5,5	—	—	—	—	60,3
Tanzânia	52,2	—	52,2	23,0	11,0	—	—	0,2	18,0
Etiópia	35,7	—	35,7	—	15,7	20,0	—	—	—
Uganda	20,4	—	20,4	—	—	—	—	1,4	19,0
Eritreia	8,0	—	8,0	—	—	8,0	—	—	—
Jibuti	2,8	—	2,8	—	—	2,8	—	—	—
Seychelles	2,0	—	2,0	—	—	—	—	—	2,0
<i>África Austral</i>	<i>485,0</i>	<i>285,6</i>	<i>199,4</i>	<i>185,0</i>	<i>12,0</i>	<i>26,7</i>	<i>115,5</i>	<i>73,8</i>	<i>72,0</i>
Zimbabwe	137,7	120,0	17,7	85,0	—	—	15,0	12,7	25,0
Botsuana	67,3	62,8	4,5	7,0	—	—	50,4	3,4	6,5
Maurícia	59,1	54,0	5,1	—	12,0	14,0	28,0	5,1	—
Moçambique	55,4	20,0	35,4	40,0	—	—	—	15,4	—
Zâmbia	52,5	—	52,5	18,0	—	—	—	16,0	18,5
Namíbia	30,2	23,8	6,4	—	—	12,7	14,1	3,4	—
Malawi	29,8	—	29,8	15,0	—	—	8,0	0,3	6,5
Lesoto	23,0	5,0	18,0	20,0	—	—	—	—	3,0
Suazilândia	13,0	—	13,0	—	—	—	—	4,5	8,5
Madagáscar	12,0	—	12,0	—	—	—	—	10,0	2,0
Angola	3,1	—	3,1	—	—	—	—	3,1	—
Comores	2,0	—	2,0	—	—	—	—	—	2,0
Projecto multirregional	14,0	14,0	—	—	14,0	—	—	—	—
CARAÍBAS	198,7	117,5	81,2	27,5	11,0	—	44,0	54,2	62,1
Trinidad e Tobago	50,6	46,5	4,1	—	—	—	—	46,5	4,1
Jamaica	50,0	45,0	5,0	9,0	—	—	7,0	—	34,0
República Dominicana	26,0	—	26,0	15,0	—	—	—	—	11,0
Baamas	14,0	14,0	—	—	—	—	14,0	—	—
Guiana	13,3	—	13,3	—	—	—	7,8	5,0	0,5
Barbados	10,0	10,0	—	—	—	—	10,0	—	—
Projectos regionais	7,0	—	7,0	—	4,0	—	—	—	3,0
São Vicente e Granadinas	5,0	—	5,0	—	5,0	—	—	—	—
Haiti	4,0	—	4,0	—	—	—	—	—	4,0
Belize	3,5	—	3,5	3,5	—	—	—	—	—
Santa Lúcia	3,5	2,0	1,5	—	—	—	—	0,5	3,0
Antígua	3,4	—	3,4	—	—	—	3,4	—	—
Granada	3,3	—	3,3	—	—	—	1,8	1,5	—
Dominica	2,5	—	2,5	—	—	—	—	—	2,5
São Cristóvão e Nevis	2,0	—	2,0	—	2,0	—	—	—	—
Suriname	0,7	—	0,7	—	—	—	—	0,7	—
PACÍFICO	82,5	55,0	27,5	12,0	5,0	8,0	—	46,0	11,5
Papuasía-Nova Guiné	64,0	41,0	23,0	12,0	—	—	—	46,0	6,0
Fiji	13,0	13,0	—	—	5,0	8,0	—	—	—
Salomão	2,0	—	2,0	—	—	—	—	—	2,0
Tonga	2,0	1,0	1,0	—	—	—	—	—	2,0
Samoa Ocidentais	1,5	—	1,5	—	—	—	—	—	1,5
Total Estados ACP	1 569,1	897,6	671,5	497,9	90,1	81,0	188,3	308,2	403,6

Quadro K : Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1991 a 1995 (Convenção de Lomé IV) (continuação)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Recursos		Energia	Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Sector Empréstimos globais
		próprios	orçamentais						
PTU	39,5	25,0	14,5	7,5	—	—	2,0	5,0	25,0
Nova Caledónia	10,0	4,0	6,0	—	—	—	—	2,0	8,0
Polinésia Francesa	10,0	5,0	5,0	—	—	—	—	—	10,0
Antilhas Neerlandesas	9,5	8,0	1,5	4,0	—	—	—	3,0	2,5
Aruba	2,5	2,0	0,5	—	—	—	—	—	2,5
Ilhas Malvinas	2,5	2,5	—	2,5	—	—	—	—	—
Ilhas Caimão	2,0	2,0	—	—	—	—	2,0	—	—
Ilhas Virgens Britânicas	2,0	1,5	0,5	—	—	—	—	—	2,0
Mayotte	1,0	—	1,0	1,0	—	—	—	—	—
Ilhas Turks e Caicos	0,1	—	0,1	—	—	—	—	0,1	—
Total geral	1 608,6	922,6	686,0	505,4	90,1	81,0	190,3	313,2	428,6

Quadro L : Financiamentos nos países da Bacia Mediterrânica de 1991 a 1995

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Recursos		Energia	Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Sector Empréstimos globais
		próprios	orçamentais						
Marrocos	635,0	615,0	20,0	140,0	165,0	80,0	140,0	—	110,0
Egipto	607,9	591,4	16,5	130,4	—	—	45,0	396,5	36,0
Argélia	584,0	581,0	3,0	300,0	131,0	—	150,0	0,9	2,2
Tunísia	315,0	300,0	15,0	15,0	58,0	—	152,0	—	90,0
Líbano	259,0	256,0	3,0	45,0	135,0	—	76,0	—	3,0
Jordânia	149,0	146,0	3,0	20,0	15,0	45,0	50,0	3,0	16,0
Israel	108,0	108,0	—	—	—	—	35,0	—	73,0
Turquia	93,5	93,5	—	13,5	—	—	80,0	—	—
Chipre	59,0	54,0	5,0	—	—	—	27,0	1,0	31,0
Malta	30,5	28,0	2,5	—	6,0	—	22,0	—	2,5
Gaza/Cisjordânia	26,0	20,0	6,0	—	—	—	—	—	26,0
Síria	20,4	20,4	—	—	—	—	20,4	—	—
Total	2 887,3	2 813,3	74,0	663,9	510,0	125,0	797,4	401,4	389,7

Quadro M : Financiamentos nos países da Europa Central e Oriental de 1991 a 1995

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Energia	Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Indústria	Sector Empréstimos globais
Polónia	931,0	—	415,0	220,0	58,0	—	238,0
República Checa	737,0	300,0	185,0	95,0	—	100,0	57,0
Hungria	617,0	55,0	142,0	150,0	—	—	270,0
Roménia	385,0	135,0	140,0	80,0	—	—	30,0
Bulgária	286,0	45,0	141,0	70,0	—	—	30,0
República Eslovaca	253,0	85,0	25,0	65,0	—	—	78,0
Eslovénia	120,0	—	120,0	—	—	—	—
Estónia	52,0	7,0	35,0	—	—	—	10,0
Albânia	34,0	—	29,0	—	—	—	5,0
Lituânia	29,0	—	24,0	—	—	—	5,0
Letónia	5,0	—	—	—	—	—	5,0
Total	3 449,0	627,0	1 256,0	680,0	58,0	100,0	728,0

Quadro N : Financiamentos nos países da América Latina e da Ásia de 1993 a 1995

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Energia	Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Indústria
Argentina	122,0	46,0	—	—	76,0	—
Chile	75,0	—	—	75,0	—	—
Paquistão	60,0	60,0	—	—	—	—
Tailândia	58,0	58,0	—	—	—	—
China	55,0	55,0	—	—	—	—
Índia	55,0	55,0	—	—	—	—
Filipinas	48,0	—	25,0	—	—	23,0
Indonésia	46,0	46,0	—	—	—	—
Costa Rica	44,0	44,0	—	—	—	—
Peru	27,0	—	27,0	—	—	—
Paraguai	17,0	—	—	—	17,0	—
Total	607,0	364,0	52,0	75,0	93,0	23,0

Quadro O : Recursos captados em 1995

Mês de emissão	Local de emissão	Divisa de subscrição	Montante (em milhões) Divisa	Montante (em milhões) ECU	Vencimento (anos)	Taxa nominal (%)
I. Operações a médio e longo prazo (antes de swaps)						
EMISSIONES PÚBLICAS						
Janeiro	Alemanha	DEM	1 000	524,8	10	7,750
	Espanha	ESP	15 000	92,6	15	11,600
	Luxemburgo	LUF	2 500	63,8	8	7,875
	Luxemburgo	JPY	75 000	611,5	6	4,250
Fevereiro	Luxemburgo	ITL	1 000 000	500,6	3	variável
	Espanha	ESP	25 000	154,3	3	11,200
	Luxemburgo	FRF	1 500	228,1	10	8,500
	Luxemburgo	ECU	400	400,0	5	8,250
Março	Reino Unido	GBP	500	635,3	23	8,750
	Espanha	ESP	15 000	92,6	5	11,250
	Grécia	GRD	20 000	67,7	5	variável
	Luxemburgo	FRF	750	114,1	10	7,660
Abril	Luxemburgo	USD	200	162,6	2	7,375
	Luxemburgo	USD	300	243,9	5	7,625
	Luxemburgo	ITL	600 000	300,4	4	10,800
	Luxemburgo	ITL	150 000	75,1	4	10,800
	Luxemburgo	LUF	2 500	63,8	7	8,000
	Portugal	PTE	30 000	153,2	10	variável
	Espanha	ESP	25 000	146,8	10	12,450
	Luxemburgo	ITL	500 000	218,2	4	10,800
	Luxemburgo	LUF	2 500	65,7	8	7,750
	Reino Unido	GBP	100	120,5	6	8,750
Maio	Luxemburgo	ITL	1 000 000	436,5	5	variável
	Países Baixos	NLG	300	144,7	10	7,250
Junho	Espanha	ESP	15 000	88,1	5	11,250
	Luxemburgo	ITL	300 000	130,9	5	10,450
	Portugal	PTE	30 000	153,4	10	variável
	Reino Unido	GBP	100	120,5	7	8,500
Julho	Alemanha	DEM	1 500	806,2	5	6,000
	Itália	ITL	1 000 000	454,1	4	variável
Agosto	Luxemburgo	ITL	500 000	227,1	7	11,250
	Luxemburgo	CAD	150	81,1	10	8,500
	Suíça	CHF	225	145,5	5	4,500
	Suíça	CHF	200	129,3	3	3,750
Setembro	Luxemburgo	LUF	3 000	78,4	10	7,125
	Portugal	PTE	10 000	50,8	5	10,800
	Suíça	CHF	500	323,3	12	5,000
Outubro	Espanha	ESP	15 000	92,2	5	10,125
Novembro	Alemanha	DEM	2 000	1 065,6	7	6,125
	Japão	JPY	35 000	268,8	3	6,100
	Japão	JPY	25 000	192,0	3	4,650
	Japão	JPY	40 000	307,2	3	6,000
	Luxemburgo	ITL	650 000	305,9	3	variável
	Luxemburgo	AUD	100	57,3	3	7,000
	Portugal	PTE	10 000	50,7	5	10,800
	Espanha	ESP	15 000	92,2	10	10,350
Dezembro	Espanha	ESP	10 000	61,5	5	10,125
	Grécia	GRD	25 000	81,8	4	variável
	Luxemburgo	LUF	2 000	51,8	5	6,125
	Portugal	PTE	50 000	253,6	3	variável
	50 operações			11 286,0		
EMISSIONES PRIVADAS						
	3	JPY	18 000	154,7	10-12	3,040-3,050
	2	PTE	20 000	101,7	5-8	var-11,300
	2	USD	52	39,4	12-15	variável
	1	FIM	100	17,8	7	6,910
8 operações			313,6			
Total (I)				11 599,6		
II. Títulos a médio prazo						
	5	IEP	110	134,7	4-20	7-9
	5	ITL	1 500 000	694,4	2-10	10,25-10,875
10 operações			829,0			
Total geral				12 428,6		

Quadro P : Recursos captados de 1991 a 1995

(montantes em milhões de ecus)

	1991		1992		1993		1994		1995	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Divisas comunitárias										
ECU	2 500	18,3	1 937	14,9	960	6,8	300	2,1	400	3,2
DEM	1 198	8,8	1 583	12,2	1 948	13,7	2 051	14,5	2 397	19,3
FRF	1 378	10,1	1 461	11,3	1 811	12,7	1 153	8,1	342	2,8
GBP	1 837	13,4	1 428	11,0	2 639	18,6	1 518	10,7	996	8,0
ITL	1 466	10,7	1 326	10,2	2 039	14,3	2 560	18,1	3 343	27,0
BEF	166	1,2	238	1,8	—	—	752	5,3	—	—
NLG	369	2,7	303	2,3	227	1,6	661	4,7	145	1,2
DKK	—	—	—	—	—	—	53	0,4	—	—
IEP	—	—	—	—	125	0,9	177	1,2	135	1,1
LUF	24	0,2	49	0,4	100	0,7	201	1,4	193	1,6
GRD	—	—	—	—	—	—	36	0,3	149	1,2
ESP	813	5,9	648	5,0	1 241	8,7	948	6,7	1 574	12,7
PTE	250	1,8	85	0,7	243	1,7	584	4,1	1 004	8,1
ATS	—	—	—	—	—	—	59	0,4	—	—
SEK	—	—	—	—	—	—	—	—	77	0,6
FIM	—	—	—	—	—	—	—	—	18	0,1
Total	10 002	73,2	9 058	69,8	11 333	79,7	10 994	77,7	10 774	86,9
taxa fixa	6 812	49,8	5 962	46,0	9 886	69,5	8 188	57,9	5 720	46,1
taxa variável	3 190	23,3	3 096	23,9	1 447	10,2	2 806	19,8	5 054	40,8
Divisas não comunitárias										
USD	2 262	16,5	1 529	11,8	1 502	10,6	1 659	11,7	528	4,3
CHF	782	5,7	947	7,3	453	3,2	856	6,0	323	2,6
JPY	627	4,6	1 440	11,1	657	4,6	580	4,1	771	6,2
CAD	—	—	—	—	278	2,0	—	—	—	—
Total	3 670	26,8	3 916	30,2	2 891	20,3	3 154	22,3	1 622	13,1
taxa fixa	3 413	25,0	2 924	22,5	2 808	19,7	2 448	17,3	1 338	10,8
taxa variável	257	1,9	992	7,6	83	0,6	706	5,0	284	2,3
Total geral	13 672	100,0	12 974	100,0	14 224	100,0	14 148	100,0	12 395	100,0
taxa fixa	10 225	74,8	8 886	68,5	12 695	89,2	10 636	75,2	7 058	56,9
taxa variável	3 447	25,2	4 087	31,5	1 529	10,8	3 512	24,8	5 338	43,1

Quadro Q : Recursos captados em ecus de 1981 a 1995

(montantes em milhões de ecus)

Ano	Empréstimos a taxa fixa		Empréstimos a taxa variável				Total captado em ecus (A)	Total captado (B)	A/B em %
	Antes swaps	Após swaps	Após swaps	Papel comercial	Certificados de depósito	Total			
1981	85,0	85,0	—	—	—	—	85,0	2 309,7	3,7
1982	112,0	112,0	—	—	—	—	112,0	3 205,2	3,5
1983	230,0	230,0	—	—	—	—	230,0	3 619,4	6,4
1984	455,0	455,0	—	—	100,0	100,0	555,0	4 360,9	12,7
1985	720,0	720,0	—	—	—	—	730,6	5 709,1	12,8
1986	827,0	897,0	—	—	—	—	897,0	6 785,5	13,2
1987	675,0	807,4	—	—	—	—	807,4	5 592,7	14,4
1988	959,0	993,0	82,9	—	252,5	335,4	1 328,4	7 666,1	17,3
1989	1 395,0	1 526,0	75,1	200,0	37,5	312,6	1 838,6	9 034,5	20,4
1990	1 271,8	1 254,9	—	500,0	10,0	510,0	1 764,9	10 995,6	16,1
1991	1 550,0	1 550,0	450,0	500,0	—	950,0	2 500,0	13 672,3	18,3
1992	1 130,0	1 130,0	806,5	—	—	806,5	1 936,5	12 973,6	14,9
1993	650,0	500,0	460,2	—	—	806,5	960,2	14 223,8	6,8
1994	300,0	—	300,0	—	—	300,0	300,0	14 148,0	2,1
1995	400,0	200,0	200,0	—	—	200,0	400,0	12 395,4	3,2
Total	10 759,8	10 460,3	2 374,8	1 200,0	400,0	4 321,1	14 445,6	126 691,8	11,4

No que respeita a 1985, inclui 10,6 milhões referentes à participação de terceiros no financiamento de empréstimos.

NOTAS AO LEITOR

1. Definições :

a) **Actividade** : o Banco concede empréstimos individuais e empréstimos globais, assim como algumas garantias.

Os empréstimos globais são concedidos a instituições financeiras, que reafectam as verbas outorgadas sob a forma de créditos para projectos de pequena e média dimensão.

A apresentação das actividades do BEI na União Europeia inclui :

- como anteriormente, os **contratos de financiamento assinados** : empréstimos individuais (e garantias, se for caso disso) e empréstimos globais;

- e ainda, os **financiamentos efectivados** : dados de carácter operacional, que incluem empréstimos individuais e créditos afectados no âmbito dos empréstimos globais em curso.

b) **Recursos próprios** : o produto dos empréstimos obtidos no mercado de capitais constitui essencialmente o que o BEI designa por recursos próprios, que incluem também capitais próprios (capital realizado e reservas). Esta designação foi adoptada para distinguir estes fundos dos recursos geridos sob mandato da União ou dos Estados-membros. Os financiamentos a cargo de recursos próprios são inscritos no balanço, enquanto os financiamentos sob mandato, embora também façam parte integrante das actividades do Banco, figuram numa conta em gestão fiduciária : a "Secção Especial".

2. **Ecu** : salvo indicação em contrário, todos os montantes referidos no Relatório são expressos em ecus.

Unidade de conta : nos termos do artigo 4º dos Estatutos, a unidade de conta do Banco é definida como sendo o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias; ver também Demonstrações Financeiras, nota A, ponto 1.

3. **Normas ISO** : o Banco utiliza as abreviaturas adoptadas pela International Organization for Standardization (ISO) para indicar os países e as unidades monetárias (ver quadros a seguir).

Bélgica	BE	Grécia	GR	Irlanda	IE	Países Baixos	NL	Finlândia	FI	Estados Unidos	US
Dinamarca	DK	Espanha	ES	Itália	IT	Áustria	AT	Suécia	SE	Suíça	CH
Alemanha	DE	França	FR	Luxemburgo	LU	Portugal	PT	Reino Unido	GB	Japão	JP

4. Taxas de conversão

a) **Estatística** : para efeitos de elaboração das estatísticas relativas aos seus financiamentos, assinaturas e desembolsos, e à captação de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1995 :

		1º trimestre (em 31.12.1994)	2º trimestre (em 31.03.1995)	3º trimestre (em 30.06.1995)	4º trimestre (em 30.09.1995)
1 ecu =	ECU				
Franco belga	BEF	39,1614	38,0760	38,2575	38,5982
Coroa dinamarquesa	DKK	7,48233	7,34932	7,26472	7,29574
Marco alemão	DEM	1,90533	1,85173	1,86067	1,87684
Dracma	GRD	295,480	302,719	302,541	305,779
Peseta	ESP	162,070	170,305	162,914	162,659
Franco francês	FRF	6,57579	6,49478	6,51736	6,47961
Libra irlandesa	IEP	0,795061	0,827969	0,818476	0,815884
Lira italiana	ITL	1997,45	2291,05	2202,07	2124,94
Franco luxemburguês	LUF	39,1614	38,0760	38,2575	38,5982
Florim	NLG	2,13424	2,0726	2,08427	2,10151
Xelim austríaco	ATS	13,4074	13,0311	13,0844	13,2058
Escudo	PTE	195,884	195,553	196,689	197,164
Markka finlandesa	FIM	5,82915	5,81302	5,74919	5,62063
Coroa sueca	SEK	9,17793	9,92232	9,78410	9,16362
Libra esterlina	GBP	0,787074	0,829611	0,841979	0,834473
Dólar americano	USD	1,23004	1,33941	1,34296	1,31847
Franco suíço	CHF	1,61320	1,52786	1,54641	1,51294
Iene	JPY	122,659	116,796	113,950	130,225

b) **Contabilística** : o balanço e as demonstrações financeiras são elaborados com base nas taxas de conversão em 31 de Dezembro do exercício em apreço.

5. Actividade na União Europeia

- a) **Estatísticas** : para garantir a continuidade estatística, as comparações com os exercícios anteriores obedecem aos mesmos critérios; deste modo, certos valores dos relatórios anuais publicados desde 1988 diferem dos constantes de relatórios anteriores.
- b) **Objectivos de política comunitária** : certos empréstimos na União Europeia correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que os totais dos quadros correspondentes a objectivos diferentes não são cumuláveis.
- c) **Ordem dos países** : de um modo geral, os países da União Europeia são apresentados nos quadros por ordem alfabética, segundo as designações nas respectivas línguas nacionais.
- d) **Outros** : financiamentos equiparados aos financiamentos na União Europeia : os projectos situados no exterior do território europeu dos Estados-membros, que se revestem de interesse para a União Europeia, são equiparados aos projectos na União Europeia. O Conselho de Governadores pode autorizar o seu financiamento caso a caso, nos termos do segundo parágrafo do N.º 1, do artigo 18.º, dos Estatutos do Banco. *Este artigo autoriza também a concessão de financiamentos fora da União Europeia, no quadro de acordos e de protocolos específicos.*

6. Ajustamentos, cumulações e arredondamentos : devido a **ajustamentos** estatísticos, os valores relativos a exercícios anteriores podem não coincidir com os publicados noutros relatórios.

Os montantes são indicados aos preços e às taxas de câmbio correntes. A sua **cumulação** durante um período de tempo longo deve ser interpretada com prudência, na medida em que o significado dos dados relativos aos diferentes anos é afectado pela evolução dos preços e pelas variações cambiais entretanto ocorridas.

Em virtude de se ter procedido a **arredondamentos**, poderão verificar-se diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais.

7. Deflacionador : o deflacionador aplicável à actividade do Banco é um índice sintético da variação dos índices nacionais de preços derivados da formação bruta de capital fixo (FBCF), corrigidos pelo índice de variação das taxas de conversão das moedas nacionais em ecus, e ponderados pela quota-parte de cada Estado-membro nos financiamentos do Banco a cargo de recursos próprios. Este deflacionador foi calculado em cerca de 0,4 % para o exercício de 1995.

Abreviaturas e siglas utilizadas

União ou UE	= União Europeia
Comunidade ou CE	= Comunidade Europeia
Comissão	= Comissão Europeia
Conselho	= Conselho da União Europeia
BERD	= Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
OCDE	= Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
JO	= Jornal Oficial das Comunidades Europeias
FBCF	= Formação bruta de capital fixo
PIB/PNB	= Produto Interno Bruto/Produto Nacional Bruto
PME	= Pequenas e médias empresas
EFTA/AECL	= European Free Trade Association/Associação Europeia de Comércio Livre
EEE	= Espaço Económico Europeu
ACP	= África, Caraíbas e Pacífico
PTU	= Países e Territórios Ultramarinos
PECO	= Países da Europa Central e Oriental
ALA	= América Latina e Ásia
FEDER	= Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	= Fundo Europeu de Investimento
METAP	= Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo
NUTS	= Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas
NIC	= Novo Instrumento Comunitário
FED	= Fundo Europeu de Desenvolvimento
PHARE	= Programa de Ajuda Comunitária aos países da Europa Central e Oriental
LIFE	= Instrumento Financeiro para o Ambiente

Para mais informações sobre as actividades do BEI, é favor contactar o departamento Informação e Comunicação, Sabine Parisse (tel. : 4379-3138, fax : 4379-3189).

Este departamento, assim como os gabinetes externos do BEI, têm à disposição as seguintes publicações, editadas nas diferentes línguas oficiais da União Europeia : relatório anual, brochura anual, "BEI-informações" (boletim trimestral), brochuras temáticas ou operacionais sobre as possibilidades de financiamento na União Europeia e no exterior desta e folheto de informação. Também é facultado, a pedido, um filme vídeo sobre os objectivos e as actividades do BEI.

O BEI agradece aos promotores de projectos que permitiram a realização das fotografias apresentadas no presente relatório : Banverket/Thomas Fahlander (capa e p. 3), GRYAAB (p. 22), E.E.C. (pp. 31, 36 e 43), La Vie du Rail/C. Recoura (p. 33), Wijkertunnel/Dick Sellenraad (p. 40), Affaldskontoret, Århus (p. 44), Loufti Abou-Zeid (p. 50), Gas Natural Ban (p. 54); restantes fotografias e ilustrações : Fototeca BEI.

O presente relatório é igualmente publicado nas seguintes línguas :

DA	ISBN	92-827-6300-5
DE	ISBN	92-827-6301-3
EN	ISBN	92-827-6303-X
ES	ISBN	92-827-6299-8
FR	ISBN	92-827-6304-8
GR	ISBN	92-827-6302-1
IT	ISBN	92-827-6305-6
NL	ISBN	92-827-6306-4
FI	ISBN	92-827-6308-0
SV	ISBN	92-827-6309-9

Impresso em papel sem cloro por Jouve S.A., F-75001, Paris.

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A missão do Banco Europeu de Investimento (BEI), instituição financeira da União Europeia criada pelo Tratado de Roma, foi confirmada pelo Tratado da União Europeia. Os Estatutos do BEI constituem um protocolo anexo ao Tratado. ♦ O BEI é uma instituição dotada de personalidade jurídica e de autonomia financeira no seio do sistema comunitário; os seus membros são os Estados que integram a União, os quais subscreveram conjuntamente o seu capital. ♦ O BEI está vocacionado para apoiar a realização dos objectivos da União Europeia, financiando a longo prazo projectos concretos, em conformidade com as regras de uma gestão bancária rigorosa. ♦ Como **instituição comunitária**, o BEI adapta constantemente a sua acção à evolução das políticas comunitárias, contribuindo para a construção europeia, em particular, para a integração económica e o reforço da coesão económica e social. ♦ Como **Banco**, o BEI trabalha em estreita colaboração com o sector bancário, tanto para obter os seus recursos no mercado de capitais, como para financiar projectos de investimento. ♦ O BEI concede empréstimos essencialmente a partir de recursos angariados no mercado de capitais, que com os capitais próprios (capital realizado e reservas), constituem os chamados «recursos próprios». ♦ No exterior da União Europeia, o BEI concede financiamentos a cargo de recursos próprios e, sob mandato, a cargo de recursos orçamentais da União ou dos Estados-membros.

OBJECTIVOS

Na União Europeia, os projectos a financiar devem contribuir para um ou mais dos seguintes objectivos :

- desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas ;
- melhoria das infra-estruturas de interesse europeu no domínio dos transportes e das telecomunicações ;
- protecção do ambiente e da qualidade de vida, ordenamento urbano e salvaguarda do património arquitectónico e natural ;
- realização dos objectivos comunitários no domínio da energia ;

- reforço da competitividade internacional da indústria e da sua integração a nível comunitário ;

- apoio das actividades das pequenas e médias empresas.

No exterior da União, o BEI contribui para as políticas europeias de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento nos termos definidos nos diferentes acordos celebrados com cerca de 120 países terceiros na Europa Central e Oriental, na Bacia Mediterrânica, em África, nas Caraíbas e no Pacífico e também na África do Sul, na América Latina e na Ásia.

A instituição financeira da União

PROJECTOS ADMISSÍVEIS

TIPO DE PROJECTOS

O BEI financia projectos de entidades públicas e privadas em todos os sectores da economia, incluindo infra-estruturas nos domínios das comunicações, do ambiente e da energia, e projectos nos sectores da indústria, dos serviços e da agricultura.

Os projectos de grande dimensão (a partir de 25 milhões de ecus) são financiados por meio de **empréstimos individuais** concluídos directamente com o promotor, ou através de intermediários financeiros.

Os projectos de pequena e média dimensão são financiados indirectamente por meio de **empréstimos globais**, concedidos a bancos ou instituições financeiras de âmbito europeu, nacional ou regional.

MODO DE OPERAR

Sendo uma fonte complementar de financiamento, o BEI apenas financia uma parte dos custos de investimento (em regra, até 50%), complementando capitais próprios do mutuário e de outras fontes de financiamento.

O BEI promove o financiamento de programas de investimento em articulação com os Fundos Estruturais e outros instrumentos financeiros comunitários.

Os empréstimos podem ser concedidos conjuntamente com subvenções nacionais ou comunitárias, especialmente nas regiões de desenvolvimento regional.

CRITÉRIOS SEGUIDOS

O BEI avalia a coadunação do projecto com as políticas comunitárias, a sua viabilidade técnica e financeira e o seu interesse económico, além da observância das normas relativas ao ambiente e à adjudicação. São também estudadas atentamente a situação financeira do promotor, as perspectivas de *cash-flow* e as garantias prestadas.

FINANCIAMENTO

PROCEDIMENTOS DE DECISÃO

Uma vez concluída a apreciação, o Conselho de Administração do BEI decide, sob proposta do Comité Executivo, da concessão do financiamento, tendo em conta os pareceres formulados pelo Estado-membro interessado e pela Comissão Europeia.

VENCIMENTO

O BEI concede empréstimos a médio e a longo prazo (este pode ser superior a 20 anos); o vencimento e a possibilidade de diferimento do reembolso dependem do tipo e da vida técnica do projecto. Quando se trate de projectos que apresentam grande interesse europeu e de uma dimensão excepcional, o BEI pode, se necessário, adaptar correspondentemente as suas condições.

DIVISAS

Os empréstimos são desembolsados numa ou mais divisas da União, em ecus, ou nas divisas de países terceiros que o Banco utiliza, consoante as disponibilidades deste e as preferências do mutuário.

TAXAS DE JURO

O crédito de primeira ordem («AAA») de que o Banco usufrui permite-lhe angariar fundos nas melhores condições do momento.

Dado que não prossegue fins lucrativos, o BEI empresta os fundos obtidos a uma taxa de juro que reflecte a sua excelente posição nos mercados, na medida em que apenas inclui uma pequena margem para cobrir as despesas administrativas. Os empréstimos são desembolsados ao par.

As taxas (fixa, na maioria dos casos revisível, variável ou eventualmente convertível) podem ser definidas na data de assinatura do contrato ou aquando de cada desembolso (contrato a taxa aberta). Os critérios de fixação das taxas são idênticos para todos os países e sectores. O BEI não concede bonificações de juros, mas outras entidades podem fazê-lo.

DEN EUROPÆISKE INVESTERINGSBANK
EUROPÄISCHE INVESTITIONSBANK
ΕΥΡΩΠΑΪΚΗ ΤΡΑΠΕΖΑ ΕΠΕΝΔΥΣΕΩΝ
EUROPEAN INVESTMENT BANK
BANCO EUROPEO DE INVERSIONES
BANQUE EUROPEENNE D'INVESTISSEMENT
BANCA EUROPEA PER GLI INVESTIMENTI
EUROPESE INVESTERINGSBANK
BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
EUROOPAN INVESTOINTIPANKKI
EUROPEISKA INVESTERINGSBANKEN